

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 10/2022
24 de maio a 6 de junho de 2022



Assembleia Mundial da Saúde e Estocolmo+50

Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 9 de junho de 2022



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

.....

PG.	Título	Autores
04	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
10	Tem que – <i>Santiago Alcázar</i>	
14	A guerra na Ucrânia e a perigosa politização da OMS - <i>Santiago Alcázar, Paulo M. Buss e Armando De Negri Filho</i>	
16	75a Assembleia Mundial da Saúde: A sindemia e os desafios políticos para uma agenda multilateral - <i>Paula Reges, Luana Bermudez, Luiz Augusto Galvão, Paulo Buss e Nísia Trindade Lima</i>	
19	A tímida Estocolmo+50- <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>	
29	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
34	Descentralização da atuação do PNUD no Brasil: circunstâncias contextuais e escolhas estratégicas - <i>Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa</i>	
37	Saúde de crianças, jovens e mulheres: prevenção de doenças não transmissíveis, saúde mental e combate ao terrorismo e violência - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes e Karinne Marieta Carvalho</i>	
44	As dimensões de sustentabilidade, resiliência e inclusão: aproximações necessárias para a compreensão dos sistemas alimentares globais contemporâneos - <i>Denise Oliveira e Silva, Eduardo Nilson, Erica Ell</i>	
47	Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
50	12ª Conferência Ministerial, Recursos Genéticos e Biodiversidade: Informe sobre a OMC, a OMPI e a UNCTAD- <i>Claudia Chamas</i>	
56	UNESCO: Descrição dos Indicadores Temáticos para a Cultura na Agenda 2030 – <i>Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard</i>	
<u>Movimentos sociais globais e saúde</u>		
64	As Organizações da Sociedade Civil marcam presença na 75ª Assembleia Mundial de Saúde - <i>Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patricia Lewis e Luis Eugênio de Souza.</i>	
<u>Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países</u>		
74	Sul Global (UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul) - <i>Regina Ungerer</i>	
88	G7, G20 e OCDE-Economia, Guerra e Saúde - <i>Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar</i>	

- 96 BRICS na Saúde Global e Diplomacia em saúde: 5º Encontro autônomo de MRE do BRICS e 1º Diálogo de MRE do BRICS Plus e a possível entrada de Novos Países no grupo - *Claudia Hoirisch*
- 99 Informe Especial sobre la IX Cumbre de las Américas - Sebastián Tobar e Miryam Minayo
- 111 XXXV Reunión Extraordinaria de Ministros y Ministras de Salud del Área Andina - *María del Carmen Calle Dávila de Saavedra, Gloria Marisela Mallqui Osorio e Bertha Pineda Restrepo*
- 113 O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manoel Manóche e Felix Rosenberg*
- 130 A Europa se volta para o Atlântico - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 134 Ásia Pacífico e Oriente Médio na Assembleia Mundial da Saúde - *Lúcia Marques*
- 145 China: Novas visitas - *André Costa Lobato*
- 148 Atualização EUA – Luiz Augusto Galvão

*Autores deste Caderno - 150

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 153

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 154

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 10/2022 – 24 de maio a 6 de junho de 2022

Apresentação

Uma quinzena intensa, animada, mas sem notícias efetivamente animadoras na arena global. Os principais momentos políticos de saúde global, diplomacia da saúde e seus determinantes foram a 75ª. Assembleia Mundial da Saúde (AMS75) (24-29 de maio) e a conferência Estocolmo+50, das Nações Unidas (2-3 de junho). Nas Américas pontifica a realização da Cúpula das Américas (6-10 de junho) e no plurilateralismo relacionado com o Brasil (e de forma mais geral com a própria região), a reunião dos ministros da saúde de BRICS.

Entre 24 e 29 de maio realizou-se em Genebra, no formato híbrido, a **75ª. Assembleia Mundial da Saúde (AMS75)**, cujas principais conclusões são apresentadas e discutidas por *Reges, Bermudez, Galvão, Buss e Trindade*.

A Assembleia marcou o retorno às atividades presenciais da OMS desde o início da pandemia de Covid-19. A capacidade do mundo de lidar com complexidades múltiplas ampliou-se durante a pandemia atual. O DG da OMS, Tedros Adhanom, destacou já em seu discurso de abertura, o momento singular que apresenta uma “convergência de doenças, seca, fome e guerra, alimentada por mudanças climáticas, desigualdade e rivalidade geopolítica”. Foram vários os momentos ímpares desta AMS. Os Estados-membros priorizaram as discussões sobre as propostas de mudanças nos instrumentos de governança global, incluindo o tratado pandêmico e mecanismo intergovernamental de negociações, além das atividades de vigilância e controle de doenças emergentes e re-emergentes com potencial pandêmico, incluindo o suprimento de insumos como testes, vacinas e equipamentos e a criação de plataformas de vigilância integral de saúde também tiveram espaço; buscando redução das iniquidades globais.

Os Estados-membro da OMS concordaram em melhorar substancialmente o modelo de financiamento da agência, dando maior flexibilidade e maior capacidade para cumprir seu mandato, com o aumento gradual das contribuições fixas. Além disso, os doadores seriam incentivados a fornecer contribuições voluntárias ‘não marcadas’ para o programa básico da OMS. O financiamento sustentável da OMS é um imperativo fundamental – e por boas razões: é a única instituição com mandato e legitimidade para estar no centro da arquitetura global da saúde e reunir todas as partes interessadas para coordenar e executar abordagens a favor de toda a humanidade.

Com uma lista crescente de ameaças à saúde, como doenças zoonóticas emergentes, resistência antimicrobiana, o aumento da carga de doenças não transmissíveis e desafios de saúde causados por mudanças climáticas e conflitos, o mundo precisa de uma OMS fortalecida para liderar.

No entanto, a desigualdade global na distribuição de vacinas permanece gritante. Dezessete meses após a injeção das primeiras doses da vacina, apenas cerca de 16% das pessoas que vivem em países de baixa renda receberam pelo menos uma dose, em comparação com 65% da população mundial como um todo. Embora os suprimentos de vacinas para países de baixa e média renda tenham aumentado nos últimos meses, essa situação permanece totalmente inaceitável em termos humanos, epidemiológicos e econômicos.

Na Suécia, as Nações Unidas comemoraram, com o evento **Estocolmo+50**, recheado de seminários e participação de países e *stakeholders*, os 50 anos da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizado na capital sueca em 1972, ao que se seguiram a Rio92 (30 anos) e a Rio+20 (Rio de Janeiro, 2012), que comemora 10 anos de realização. Em 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorou-se também os 50 anos de criação do Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA). Uma quinzena cheia de efemérides ambientais, analisadas por **Magalhães e Galvão**.

Na mesma quinzena, a guerra na Ucrânia alcançou dolorosos 100 dias, sem perspectivas de acabar, cobrando milhares de vidas, destruição e muito sofrimento. Numa inédita decisão, a AMS75 fez censuras explícitas à Rússia, mas sem menções às outras guerras que assolam o planeta, politizando uma agência da ONU que deveria ser eminentemente técnica, sendo por isso objeto das críticas de **Alcázar, Buss e De Negri**.

A disputa Leste-Oeste e, mais explicitamente Estados Unidos-China vem, de alguma forma, ocupar espaço no palco da América Latina e Caribe: os americanos promovem uma Cúpula das Américas (Los Angeles, EUA, 6-10 de junho) significativamente esvaziada pela recusa de convidar à todos os países das Américas, enquanto **BRICS**, sob a presidência *pro tempore* da China, mas com posições internas longe do consenso, acena com diversas sugestões para o mundo na Declaração de seus Ministros das Relações Exteriores (Pequim, 19/05/22), incluindo uma possível entrada no grupo de uma desejosa Argentina que, por sua vez, já ingressou no projeto mundial chinês *Belt and Road*. Sem esquecer as promessas de amor eterno e cooperação sino-russa em todas as frentes, feita por Xi e Putin há cerca de três meses e que permanece aparentemente inabalável.

Nos espera, a 21 de junho, o solstício de inverno no hemisfério sul: noite mais longa do ano, dia mais curto; corresponde ao solstício de verão no hemisfério norte, dia mais longo e noite mais curta. Que significado tem isso para a diplomacia da saúde global? Nenhum, mas é uma curiosidade a ser lembrada, em momentos que também precisamos espairar para não sofrer demasiado com a situação do mundo.

Alcázar nos chama a atenção para o **Fórum Político de Alto Nível** (HLPF, no seu acrônimo em inglês), que vai debater, no âmbito da reunião do Conselho Econômico Social das Nações Unidas (ECOSOC), no início de julho, a implementação da Agenda 2030 no mundo e nas diversas regiões, analisando os três documentos-base preparados pelo Secretário-Geral da ONU.

A **IX Cúpula das Américas** (Los Angeles, 6-10 junho) reúne partes dos governos da região, da sociedade civil e o setor privado, além das treze organizações internacionais que compõem o Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas e apoiam o processo relacionado às cúpulas na OEA. Além da Cúpula de Líderes organizada pelo presidente Biden, o Departamento de Estado dos EUA sediará três Fóruns oficiais de partes interessadas na Cúpula: IX Fórum da Sociedade Civil; VI Fórum de Jovens das Américas; e IV Cúpula de CEOs das Américas. O que esperar do evento? Idealmente um reposicionamento das relações EUA-ALC, mas que já arranca arranhada e comprometida. **Galvão** e **Tobar e Minayo** discutem o evento, sob diversos ângulos, e produzindo interpretações complementares, respectivamente nos seus capítulos sobre **América Latina e Caribe** e **Estados Unidos da América**.

A reunião de dois dias, **Estocolmo+50**, apresentou uma série interativa de Diálogos de Liderança com participação livre de painelistas e discurso dos Estados e entidades participantes em torno de recomendações para três objetivos: alcançar um planeta saudável e prosperidade para todos; uma recuperação sustentável e inclusiva da pandemia de COVID-19; e

implementação da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável. Segundo **Magalhães e Galvão**, esses Diálogos, juntamente com as declarações em plenária, formaram uma espécie de *brainstorm* sobre os últimos 50 anos e ações necessárias para o futuro, sumarizados em 10 recomendações focadas no direito a um ambiente saudável e sustentável, na promoção ao fim dos combustíveis fósseis, na mudança do sistema econômico, na aceleração e implementação dos compromissos existentes, no restabelecimento da confiança e fortalecimento do multilateralismo. Durante o evento, a OMS lançou seu policy brief sobre Saúde Mental e mudanças climáticas. Apontamos também a situação atual dos SDG apresentados no relatório da *Sustainable Development Solutions Network (SDSN)*, liderada Jeffrey Sachs.

O **Conselho de Direitos Humanos (CDH)**, publicou a vasta agenda provisória para a sua 50ª Sessão (Genebra, 13/06 a 08/07/2022). ‘O papel central do Estado na resposta a pandemias e outras emergências sanitárias, e as consequências socioeconômicas destas na promoção do desenvolvimento sustentável e da eficácia de todos os direitos humanos’ é o tema do informe da Alta Comissária, Michele Bachellet, que abre a 50a. sessão, focando particularmente as necessidades, dos países em desenvolvimento. **De Negri Filho** já abordou, no Caderno 9, os três principais documentos que serão abordados na sessão, e retorna no próximo número para analisar os trabalhos do CDH.

O informe de **Martins e Paes de Sousa** aborda as mudanças dos parceiros brasileiros nas carteiras de projetos do escritório do **PNUD** no Brasil. Houve uma mudança estratégica de descentralização dos projetos para o nível estadual e territorialização dos ODS, o que coincidiu com uma tendência de diminuição de parcerias com o nível executivo federal nos últimos anos, mas que parece ter se acentuado no governo Bolsonaro.

O informe quinzenal do **Grupo Migrações, Refúgio e Saúde Global** destaca resoluções e recomendações relacionadas à saúde de migrantes e refugiados da 75ª Assembleia Mundial da Saúde. Ressalta também os 100 dias de conflito na Ucrânia e seus efeitos sobre a economia e a saúde globais. O número de refugiados também atingiu seu recorde no fim de maio, chegando aos 100 milhões de pessoas. Quanto ao documento-resolução sobre o conflito na Ucrânia, se reforça o repúdio da OMS à intervenção russa, bem como a necessidade de que diferentes países respeitem o direito internacional humanitário, constantemente vilipendiado. Por fim, sublinha os 74 anos da Al-Nakba, expressão árabe que se refere ao evento que levou ao estabelecimento do Estado de Israel, e os constantes conflitos com o Estado da Palestina.

Na **área da mulher, criança e adolescente**, **Massari, Gomes e Carvalho** apresentam uma breve introdução sobre o Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas. Informam que a **OMS** publicou três documentos orientadores para a promoção e proteção da saúde das crianças, com foco em prevenção de doenças não transmissíveis na idade adulta. O **UNICEF** lançou publicação sobre saúde mental de crianças e jovens. A revista Lancet publicou artigo com apelo para fortificação obrigatória e universal de alimentos com ácido fólico para prevenção da anencefalia e espinha bífida, além de artigo sobre armas de fogo e jovens nos Estados Unidos. A **UNFPA** realizará a reunião de seu Conselho Executivo entre 6 e 10 de junho. A **ONU Mulher** lançou Guia Estratégico para combate ao terrorismo e prevenção da violência com foco nas mulheres.

O incentivo e promoção de sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e inclusivos é o tema abordado por **Oliveira-e-Silva e grupo** no seu informe **segurança alimentar e nutricional**. São realizadas aproximações sobre as dimensões de sustentabilidade, resiliência e inclusão consideradas necessárias para a compreensão da urgência de ressignificar estratégias de

reversão destes sistemas, que tem promovido problemas climáticos e ameaças a promoção da vida humana e do planeta. Tal estratégia é necessária para construir uma governança global das Nações Unidas e suas agências que articule efetivamente os eixos prioritários, com compromissos e metas nacionais e internacionais estabelecidos diante da proposta de multisetorialidade para evitar mais desigualdades e aprofundamento de injustiças.

Nos Cadernos 07/2022, **Gaspar e Sanglard** forneceram uma visão geral dos indicadores temáticos para a **cultura** relacionados aos objetivos e metas do desenvolvimento sustentável da **Agenda 2030**. Neste informe, descrevem os indicadores temáticos da cultura de modo a demonstrar a contribuição transversal da cultura na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Em maio de 2022, os ministros das relações exteriores (MRE) de **BRICS** realizaram o 5º Encontro autônomo de MRE do BRICS e o 1º Diálogo de MRE do BRICS+, incluindo contrapartes de países emergentes (PeD). A reunião foi sediada pela China, Presidente pro-tempore do BRICS, sob o tema "Fortalecer a Solidariedade e Cooperação do BRICS e Responder às Novas Peculiaridades e Desafios da Situação Internacional", que resultou em uma declaração conjunta. Na ocasião, mantiveram o Diálogo com seus homólogos sob o formato BRICS+, com o tema "Ampliação do Papel dos Países Emergentes e Países em Desenvolvimento na Governança Global". Os chanceleres convidados para o BRICS+ foram Argentina, Indonésia, Egito, Cazaquistão, Nigéria, Arábia Saudita, Senegal, Tailândia e EAU; foi a primeira vez que MRE não-BRICS participaram. Como informa **Hoirisch**, em junho se realizará a XIV Cúpula dos BRICS, e a Argentina foi convidada a participar, o que é visto como primeiro passo para se juntar formalmente ao grupo. Isso também indica que a Argentina poderá se juntar ao NBD. Se for incluída, o país poderá ver seu futuro não na Europa ou no Atlântico Norte, mas no sul global encarnado nos BRICS, cujo núcleo principal está expresso na Ásia-Pacífico e Rússia.

Ungerer descreve brevemente as principais funções do **Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul** para que se possa entender mais o trabalho do UNOSSC. Passada a Assembleia Mundial da Saúde (AMS) o mundo se voltou para a Conferência Estocolmo + 50. Neste espaço, o **G-77 e a China** participaram de três grandes sessões plenárias, refletindo sobre a necessidade urgente de ações para alcançar um planeta saudável e a prosperidade para todos e propõem sete ações para enfrentar a situação, agravada pela pandemia do Covid-19. Ainda sobre a 75ª AMS, o **MNA** ressaltou a dificuldade de acesso à vacina do Covid19, que impede e retarda os esforços para controlar a pandemia, faltando cooperação multilateral, solidariedade e respeito pelos direitos humanos. O **Centro Sul**, também presente na AMS destacou a necessidade de um financiamento sustentável para a OMS e que a solidariedade tem sido proclamada, mas não praticada pelos países desenvolvidos, levando a grande desigualdade na resposta à Covid-19, especialmente em relação ao acesso às vacinas e a importância da Cooperação Sul-Sul para enfrentar este desafio.

De acordo com o **BID**, a realização do Fórum de Comércio e Investimento para as Américas cria expectativas positivas para América Latina e Caribe. **Banco Mundial e FMI** lançam relatórios sobre vacinas da COVID-19 e recomendações para conter futuras pandemias, conforme o relato de **Cazumbá** para o Cadernos.

A Diretora-Geral da **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, Ngozi Okonjo-Iweala, e a Diretora Administrativa do Banco Mundial, Mari Pangestu, participaram do lançamento do relatório "*Trade Therapy: Deepening Cooperation to Strengthen Pandemic Defenses*", elaborado pela OMC e pelo Banco Mundial. Às vésperas da 12ª Conferência Ministerial (MC12), que será

realizada de 12 a 15 de junho de 2022, ainda não foi anunciado consenso para a proposta de suspensão dos direitos de propriedade intelectual no âmbito da pandemia de Covid-19. A **Organização Mundial da Propriedade Intelectual** organizou reunião do Comitê Intergovernamental de Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore. A **UNCTAD** lançou estudo sobre o impacto do COVID-19 no comércio de produtos baseados na biodiversidade. Estes são os destaques que **Chamas** selecionou sobre a quinzena para os Cadernos.

No **G7**, o grupo liderado por **Burger e Esteves** destaca o frágil discurso do desenvolvimento baseado em uma economia verde e o "*Tankrabbatt*" alemão. A isso se somam as medidas em curso para responder à crise humanitária na Ucrânia, com os holofotes voltados para a Ministra do Desenvolvimento alemão, Svenja Schulz, atuando à frente de iniciativas de reparação. No **G20**, os eventos realizados abordaram a recuperação da economia global, a mitigação dos efeitos da pandemia, os riscos derivados das mudanças climáticas, a insegurança alimentar e energética global, e os efeitos diretos da guerra na Ucrânia. A proposta do Fundo Financeiro Intermediário (FFI) para a preparação, prevenção e enfrentamento de pandemias continua avançando. A participação brasileira também foi notícia. Já na **OCDE**, destaque para a pauta econômica, com a observação do aumento de receita tributária em países da OCDE, assim como a crescente inflação que vem assombrando a população, principalmente com aumentos de alimentos e energia.

Das **organizações da sociedade civil (OSC) com atuação na saúde global** acompanhadas, 31 manifestaram-se publicamente na última quinzena, segundo o grupo liderado por **Sousa**. A 75ª AMS foi o principal assunto. As OSC organizaram reuniões paralelas, fizeram declarações e ofereceram subsídios aos documentos oficiais. Para além da 75ª AMS, as organizações discutiram questões relativas a conflitos e guerras, crise climática, direitos humanos e igualdade de gênero, entre outros. As OSC mencionaram ainda a importância dos sistemas de saúde e da valorização dos profissionais, assim como do investimento em pesquisas e incorporação de tecnologias. Continuaram abordando os impactos da pandemia de COVID-19 como uma grande emergência em saúde, que agrava problemas como a fome e a privação de medicamentos.

O informe de **Tobar e Minayo** sobre **América Latina e Caribe** inclui uma breve história do processo de **Cúpulas das Américas**, de 1994 a 2022, desde a primeira, realizada em Miami, até a corrente IX Cúpula das Américas celebrada neste momento em Los Angeles. Apresenta um resumo sobre os diversos órgãos institucionais e os elementos políticos atuais, sobretudo da perspectiva da saúde, que constituem os bastidores da nona edição da Cúpula. Ao final do informe, encontra-se um breve relato da *XXXV Reunião Extraordinária de Ministros e Ministras de Saúde da Área Andina*, uma contribuição especial aos Cadernos elaborada por **Calle, Mallqui Osori e Pineda Restrepo**, da secretaria do ORAS-COHNU.

A Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da **União Africana** debruçou-se sobre as emergências humanitárias, o terrorismo e as alterações inconstitucionais (golpes de Estado) de Governo em África, como informam **Silva, Cá e Rosenberg**. A **AUDA-NEPAD** comemorou o 25 de maio, Dia de África, sob o lema da nutrição e segurança alimentar. O **CDC África** lança estratégia continental sobre 'Doenças Não Transmissíveis, Prevenção e Controlo de Lesões e Promoção da Saúde Mental (2022-26). A **OMS/AFRO** divulga nova estimativa sobre mortalidade por Covid-19 em África. Apelo da OMS/AFRO a reformas abrangentes do programa de emergências sanitárias globais. A **CPLP** e Organização dos Estados de África, Caribe e Pacífico (**OEACP**) assinaram Memorando de Cooperação. A 54ª Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico centrou-se no financiamento da

recuperação de África. A AUD-NEPAD reuniu dirigentes africanos para se investir mais na saúde. A OMS/AFRO e a OOAS/CEDEAO patrocinam capacitação regional de preparação contra a cólera em 28 países em risco. As Comunidades da África Austral, Oriental e COMESA assinaram um acordo estratégico para criação de uma área de livre comércio expandida. A União Europeia e Alemanha financiam a cooperação transfronteiriça entre a África Austral, Oriental e COMESA.

A guerra ultrapassa os 100 e um novo pacote de sanções contra a Rússia é anunciado, segundo **Freire**. Desta vez, a **Europa** mira dois coelhos em uma só cajadada com o seu REPowerUE, que visa acabar com a dependência dos combustíveis fósseis russos e combater a crise climática. Com o apoio dos EUA fornecendo gás, a nova rodada de sanções proíbe a importação de petróleo russo e derivados.

Marques traz os temas que ocuparam os países da **Ásia Pacífico e Oriente Médio** durante 75ª AMS, que aconteceu em meio a vários cenários: pandemia, disputas, guerras, mudanças climáticas, desigualdades, desníveis tecnológicos, retrocessos econômicos e sociais, insegurança alimentar etc. A programação refletiu esse universo de cenários desafiadores para a saúde global e deixou clara a necessidade de interação da agenda da saúde com outras agendas – ambiental, social, econômica, diplomática, alimentar. Houve avanços para a agenda global da saúde, mas os embates e divergências que acabaram politizando o fórum, em vários momentos, refletiu as divisões entre o oriente e o ocidente, entre o Sul Global e o Norte Global, como enfatizou Bangladesh, cuja participação foi intensa em defesa dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Enquanto isso, mais um capítulo da disputa EUA e China, com mudanças de discursos. EUA ora morde, ora assopra. China inova com uma diplomacia para paz e segurança na região Indo Pacífico e Chifre da África. Esse jogo de WAR tira a atenção dos países asiáticos do que realmente importa para eles: resiliência em saúde, recuperação social e econômica e mudanças climáticas.

A **China** recebeu a Alta Comissária dos Direitos Humanos, Michele Bachellet, que fez visitas diplomáticas em várias ilhas no Pacífico, e reduziu restrições sanitárias em Pequim e Xangai, com atrações turísticas abrindo para visitação. Especulações sobre a entrada do milho brasileiro na China. A estação espacial chinesa se prepara para a sua terceira fase com três novos tripulantes que irão preparar os laboratórios da estação. Este é um pequeno resumo do informe quinzenal de **Lobato** para o Caderno 10.

A intensidade da diplomacia da saúde na quinzena analisada não ensombrece o importante conjunto de espaços políticos que temos pela frente: o ECOSOC e o HLPF, em julho; a reunião de chefes de Estado de BRICS; a sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, para mencionar alguns.

O CRIS permanece atento no seu mandato de observatório da saúde global e diplomacia da saúde, pensando criticamente o tema e compartilhando com seus leitores atentos e sempre realimentando nosso trabalho. Saudamos a incorporação de novos autores aos grupos de análise dos Cadernos, inclusive Erica Kastrup, que colaborou na organização deste número. Obrigado, e boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 09 de junho de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger

Editores do Caderno CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Coordenação do CRIS/Fiocruz

Tem que

Santiago Alcázar

O Conselho Econômico e Social (ECOSOC) prepara-se para a reunião do Foro Político de Alto Nível (HLPF, nas siglas em inglês), que deverá realizar-se de 5 a 15 de julho. Os documentos a serem considerados já se encontram disponíveis na página eletrônica correspondente¹. De maneira geral, todos estão em fase de projeto, ainda não completamente finalizados. São úteis porque conferem uma ideia precisa de como será aquela reunião.

Neste momento, há três documentos que estão a merecer comentários preliminares. O primeiro é o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas *Building back better from the coronavirus disease (COVID-19) while advancing the full implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development*².

Como principal fórum multilateral para o acompanhamento da Agenda 2030³, cabe-lhe considerar a interpretação do SG sobre a maneira de recuperar-se dos diversos impactos da pandemia e evitar a repetição dos erros que conduziram ao atual estado de coisas.

O relatório do SG faz uma apresentação correta da conjuntura – a pandemia constitui uma tragédia humana. As medidas para a sua contenção contribuíram para agravar o impacto sobre a economia, comprometendo o crescimento, o emprego, aumentando a pobreza e a fome. A desigualdade na imunização impacta a recuperação, impede a retomada das cadeias de produção, alimenta a inflação, encurta a vigência das políticas assistenciais, produz mais pobreza e fome, numa espiral perversa. O problema é complexo, sem dúvida. Parece não haver saída.

Nesse momento entram em ação as palavras mágicas *build back better*. Repetidas à exaustão, baixinho ou aos berros, no meio de poções envoltas em nuvens de cores sólidas ou em fóruns políticos variados, expressam o anseio de recomeçar, sem repetir o caminho que nos trouxe aqui. É um bom começo, dirão.

A primeira recomendação é tornar universal o acesso a vacinas contra a Covid-19, salvando assim vidas e assegurando uma recuperação global da economia. Ou seja, *tem que* informar o que precede às autoridades, para que estas tomem medidas junto à indústria farmacêutica.

A segunda recomendação parte da observação segundo a qual os países que haviam feito avanços mais importantes na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram os que melhor responderam à pandemia. Assim, por exemplo, países que conseguiram maior acesso à água potável (ODS 6), reduziram o número de pessoas vivendo em favelas (ODS 11), diminuíram a prevalência do número de casos de doenças não-transmissíveis (ODS 3) – estiveram em melhor situação de mitigar os riscos da pandemia. De modo semelhante, progresso na cobertura de sistemas de proteção social (ODS 1 e 8), sistemas de saúde universal (ODS 3), sistemas institucionais efetivos (ODS 16), bem como acesso a tecnologias digitais (ODS 9) foram cruciais para contornar as medidas de contenção da pandemia. Ou seja, *tem que* implementar os ODS, ou ao menos *tem que* apoiar os países em sua

¹ <https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf#hlpf2022>

² https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/29838SG_report_for_HLS_on_the_theme.pdf

³ Ver <https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf>

implementação. A segunda recomendação, como se pode observar, tem um *je ne sais quoi* de naif, que convida ao sorriso.

As recomendações do SG para recuperar-se melhor são listadas a seguir: a) equidade na imunização; b) realizar as transformações necessárias para evitar a repetição de erros'. Anunciada de maneira simples, essa sugestão do SG implica a realização de uma revolução completa no modo de produção da economia global; c) reduzir a desigualdade dos salários. À semelhança da proposta anterior, o SG corre o risco de ser considerado um extremista; d) enfatizar a igualdade de gênero, que seria necessária para a plena implementação da Agenda 2030; e) investir todos os esforços no combate à mudança de clima, o que parece óbvio, mas em realidade é apenas um objeto de desejo; f) aproveitar a realização da COP-27 no Egito para renovar o compromisso com o financiamento para ações concretas relativas a mitigar a mudança de clima; g) aumentar o uso da reciclagem de materiais, como forma de prevenir a degradação do meio ambiente; h) adotar instrumentos jurídicos, políticos e institucionais para recuperar-se melhor; i) levar a efeito mudanças estruturais, de modo a atrair os investimentos necessários. Esta recomendação pareceria estar em contradição com o objetivo de recuperar-se melhor, pois parece conservar a lógica do que nos trouxe aqui. É curioso que o SG tenha feito essa recomendação, de modo inconsciente ou obedecendo a pressões ou, ainda, de maneira realista, obedecendo à máxima *mudar tudo para que nada mude*; j) tornar acessível as tecnologias digitais para uma maior parcela da população; k) aumentar a transferência de tecnologias; l) diminuir os gaps de financiamento nos países em desenvolvimento; m) aumentar a alocação de recursos para os organismos multilaterais. Sobre esse ponto, é notável a recente resolução aprovada no âmbito da 75ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde que pede exatamente a mesma coisa. No estado em que se encontra a economia global, o pedido parece ser digno de um *tem que*, equivalente ao desejo de uma criança em receber de presente um unicórnio azul. *Tem que*, ainda que não seja provável; n) fortalecimento do sistema das Nações Unidas.

As recomendações para o recomeço são como um rosário de *tem ques*, que ninguém em sã consciência objetaria. Estamos todos de acordo. *Tem que*. O diabo é como fazer. É quase inacreditável que se gastem recursos para apresentar o óbvio de maneira óbvia. Todos concordam e esperam que se materialize. *Tem que*.

O segundo documento a merecer comentários é o *Follow-up and review of the financing for development outcomes and the means of implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development*⁴. O documento emanou da reunião de Chefes de Estado e de Governo sobre o tema do financiamento para o desenvolvimento, que se realizou de 25 a 28 de abril, na sede da Organização. O documento contém recomendações e conclusões, que devem ser submetidas ao Foro Político de Alto Nível.

O segundo parágrafo é uma declaração sincera de impotência. Com efeito, os líderes reconhecem preocupação com a falta de recursos financeiros para a implementação da Agenda 2030. Afirmam, ademais, que os benefícios dos progressos realizados não foram compartilhados de maneira equitativa dentro dos países ou entre eles. E arrematam dizendo que o êxito da Agenda 2030 e do Acordo de Paris sobre mudança climática dependerá da nossa (a deles)

⁴https://www.un.org/development/desa/financing/sites/www.un.org.development.desa.financing/files/2022-05/E-FFDF-2022-L1_0.pdf

capacidade para mobilizar recursos, bem como das instituições multilaterais, que devem trabalhar em tandem.

É de certo modo encorajador que os líderes façam fé de estarem preocupados com o próprio fracasso. É animador que cheguem a conclusões que formas de vida primitiva conseguiriam também fazer. O que é digno de nota é que atribuam a possibilidade de êxito a algum tipo de encantamento. Dizer que isto ou aquilo dependerá da capacidade de mobilizar recursos financeiros aproxima-se do desejo de algum apostador de loteria. Como assim? Quem afinal manda? Não são os chefes de Estado e de governo as últimas autoridades?

O Congresso dos EUA aprovou, em poucos minutos, ajuda financeira para a Ucrânia que representa mais de 13 vezes o orçamento anual das Nações Unidas. Ninguém fez um documento longo para expressar preocupação ou descoberta inesperada. Tampouco houve dúvida sobre a capacidade mobilizar recursos. Estes foram mobilizados em um estalar de dedos. É incrível o que se consegue quando não se tem dúvida.

Voltando ao documento em questão, lê-se no quarto parágrafo que *à luz da atual conjuntura, devemos estar à altura dos acontecimentos*. Ou seja, *tem que*. Não se diz a que altura estão, mas talvez não seja preciso. Segue uma litania de *tem que*s, compromisso com a fome zero, redução da pobreza, reduzir as inequidades, e assim por diante.

Em secção titulada *recursos públicos nacionais*, os líderes reconhecem que para gerir recursos nacionais são necessárias sólidas políticas econômicas, ambientais e sociais. Claro, mas essas políticas, as econômicas, foram até o presente, as que prejudicaram o meio ambiente e aumentaram as inequidades. Como deveriam ser essas sólidas políticas? Não se diz, mas não devem situar-se longe dos dogmas descobertos e defendidos pelos economistas, como aqueles outros dogmas defendidos pela Inquisição. Não veja o leitor nestas linhas críticas inconsequentes. Se são os mesmos os economistas que defendem as sanções econômicas impostas à Rússia e os que defendem essas sólidas políticas econômicas para a implementação da Agenda 2030 – temos um problema. O estado do mundo econômico não poderia ser pior, graças a decisões políticas e econômicas erradas, para não dizer burras e sem-vergonha.

A inflação generalizada, provavelmente, irá aumentar a fome e a pobreza em níveis catastróficos. Se a pandemia da Covid-19 nos levou a crer que estávamos frente a maior crise humanitária desde a Segunda Guerra, esta, que põe o acento sobre a falta de alimentos em todo o mundo, poderá empalidecer aquela. O que se precisa aqui é aquela inquebrantável vontade demonstrada pelo Congresso norte-americano para aprovar recursos, não para armas, pagamento de consultores e outros benefícios bumerangues (recursos que saem por uma via e voltam por outra, como num exercício de prestidigitação contábil, utilizado com frequência em políticas de cooperação), mas para a verdadeira transformação de nosso mundo, como propalado pelos líderes, em 2015, quando adotaram a Agenda 2030 e os 17 ODS.

Incansáveis, os líderes concluem o documento anunciando a decisão de convocar a 8ª reunião do Foro Econômico e Social sobre financiamento para o desenvolvimento, de 24 a 27 de abril de 2023. Ou seja, *tem que* convocar uma reunião para que se conclua com *tem que*. Essa 8ª reunião incluiria reunião de alto nível com as instituições de Bretton Woods, a Organização Mundial do Comércio (OMS) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). E como se isso fosse pouco, decide convidar a Assembleia Geral das Nações Unidas a convocar a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

Finalmente, o terceiro documento é o relatório do Secretário-Geral intitulado *Long-term future trends and scenarios – impact on the realization of the Sustainable Development Goal*⁵. Este segundo relatório do SG complementa o primeiro na medida em que oferece projeção para o futuro das contribuições de novas tecnologias nos campos econômico, social e de ambiente na realização dos ODS. Enquanto o primeiro relatório constitui uma aspiração a ser alcançada, o segundo estende cenários sobre como ações coordenadas, baseadas na ciência e tecnologia, podem desdobrar-se para tornar possível alcançar os ODS.

O documento apoia-se no conceito de “cenários possíveis”, que são produzidos por algoritmos de alta complexidade. Os algoritmos estão presentes no desenho de sulcos de pneus, na fabricação de componentes de aviação ou nas projeções do mercado. Não é à toa que Wall Street contrata matemáticos e físicos desempregados ou financeiramente ambiciosos para elaborarem esses instrumentos. Agora parece que o Secretariado das Nações Unidas se juntou ao movimento. A Cúpula do Futuro, anunciada pelo SG em setembro de 2021, deverá realizar-se em setembro de 2023. Os algoritmos estarão presentes.

O relatório do SG é interessante pelo exercício de futurologia. Recorda que em 2020, o SG apresentou cenário de baixa demanda de energia (LED, nas siglas em inglês), que contrastou com o cenário “*business as usual*”, ou seja, deixar tudo como está. Evidentemente, no cenário LED os ODS podem ser alcançados na data de 2030.

O relatório deste ano toma em conta a experiência adquirida nos últimos anos. Um dos maiores problemas é como reduzir a quantidade de emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, sem reduzir a atividade econômica. Uma proposta é utilizar as novas tecnologias de emissão negativa (NET, nas siglas em inglês), que literalmente absorvem CO₂, por exemplo, diretamente da atmosfera. O relatório menciona outras tecnologias que estariam disponíveis que contribuiriam para reduzir os efeitos deletérios das emissões.

Sem entrar no detalhe das propostas tecnológicas, há alguns pontos que poderiam ser levantados como crítica. O primeiro é que toda tecnologia consome energia. A pergunta que tem que ser feita é se esse consumo não agrava a situação por meio de efeitos secundários. O segundo ponto, é que toda tecnologia se transforma em instrumento político no momento que deixa o laboratório. Não há razão para pensar que essas tecnologias seriam acessíveis sem custo. O terceiro ponto é a tendência naif de pensar que a ciência e a tecnologia poderão constituir-se nos instrumentos que irão salvar a humanidade de sua própria loucura. A história ensina que o nosso maior problema é de ordem moral. Curiosamente, o próprio SG não se cansou de dizer durante a pandemia que a inequidade na vacinação definiu a maior falha moral de nosso tempo. Se é assim, de pouco adiantará o que projetem os algoritmos e os cenários ideais.

Tem que. Estamos mal, mas vamos bem. A Agenda 2030 e os 17 ODS, aqueles sobre os quais ninguém tem dúvida passarão para a história como o maior projeto *tem que* que nunca foi. E para isso não é preciso algum algoritmo. Basta confiar no que a história nos ensina.

⁵https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/29840SG_report_on_long_term_scenario_s.pdf

A guerra na Ucrânia e a perigosa politização da OMS

Santiago Alcázar, Paulo M. Buss e Armando De Negri Filho⁶

Há coisas que se definem antes que terminem. Uma delas é a 75ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde (AMS). Na quinta-feira, dia 26 de maio, um dia antes de sua conclusão, ela se definiu como a sessão mais politizada da história recente da Organização Mundial da Saúde (OMS).

É desolador que a agência especializada em saúde do sistema Nações Unidas se submeta ao triste espetáculo da polarização política em torno à guerra na Ucrânia, ao invés de concentrar os seus esforços nas graves deficiências globais de saúde.

Há suficiente polarização para aceitarmos mais esta, que em nada contribuirá para a paz ou para a saúde. A demonização da Rússia, o *cancelamento* de sua cultura, de seus artistas e seus atletas é algo inédito, ademais de ridículo.

Tudo que vem da Rússia é mentira. Tudo que vem da Ucrânia, leia-se, da OTAN, é verdade. Deve ser a primeira vez na história que verdade e mentira podem ser localizados geograficamente.

O título escolhido para a Assembleia deste ano é *Paz para a saúde/saúde para a paz*. De aparência bucólica, lembra até imagens extraídas do movimento parnasiano. Qualquer criança de maternal sabe que sem paz nada é possível, nem sequer brincar sem preocupação.

O Secretariado da OMS, no entanto, achou que seria um bom título, que reflete a importância da saúde. Não se deram conta, ou não quiseram se dar conta, que esse título seria mais uma oportunidade para transformar a Rússia em saco de pancadas.

A Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que é o maior e melhor projeto de desenvolvimento existente, aprovado e sustentado, ao menos retoricamente, por quase todos os países do mundo – são uma decepção.

Os ODS, que deveriam ser alcançados até a data de 2030, estão defasados e muitos creem que não serão cumpridos. A defasagem nada tem a ver com a Rússia, nem com a guerra na Ucrânia. Ela existe praticamente desde quando a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução A/Res/70/1 intitulada “*Transformando o nosso mundo: Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*”.

O ODS 3, por exemplo, “*Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades*” é praticamente a definição da saúde como consta do preâmbulo da Constituição da OMS. Não é preciso ser perspicaz para perceber que esse ODS está longe de ser atingido. A pandemia da Covid-19, e agora a guerra, apenas acentuaram o que já era óbvio. As inequidades dividem o mundo entre os que têm e os que não têm acesso a tudo o que for preciso para tornar real o anseio de transformar o nosso mundo, como disseram os líderes em 2015. É preciso mudar, mas para mudar é preciso querer mudar.

O ODS 13 “*Ação contra a mudança global do clima*” vem perdendo terreno para a continuada queima de combustíveis fósseis e a consequente emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global. A partir de uma certa temperatura, a vida tal como a conhecemos não será mais possível. E a decisão para continuar a emissão de gases de efeito

⁶ Publicado originalmente no blog *Outra Saúde*, edição online de 27/05/2022

estufa parece depender exclusivamente das grandes corporações do setor energético. Para mudar é preciso querer mudar.

Por ocasião da divulgação do último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, nas siglas em inglês), o Secretário-Geral das Nações Unidas disse que a situação é mais grave do que se pensa. *Governos e CEOs responsáveis pela maior parte das emissões*, afirmou ele, *dizem uma coisa e fazem outra. Em uma palavra, mentem*. Pelo visto, o conceito de localização geográfica da mentira não vale quando se trata de um dos maiores problemas enfrentados pela humanidade.

O título, como se disse acima, foi ocasião para que várias delegações civilizadas batessem na Rússia, talvez esquecendo que atualmente há mais de 25 conflitos em todo o mundo e que muitos, certamente, teriam dificuldade em identificar no mapa, tanta é a indiferença com a qual estamos todos acostumados.

A 75ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde não se contentou com as pancadas. Queria sangue e aprovou resolução A75/A/Conf./6 intitulada *“Emergência sanitária em Ucrânia e nos países que recebem e acolhem refugiados em consequência da agressão da Federação Russa”*. Deve-se entender que refugiados dos outros conflitos não merecem simpatia?

O texto da resolução é de natureza política e teria mais sentido em outro foro multilateral que não o da saúde, sempre universal. O parágrafo preambular primeiro, por exemplo, recorda resolução adotada no âmbito do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, A/HRC/Res/49/1, com título semelhante. A redação dada àquela resolução é inacreditável. Toda ela é uma peça de acusação contra a Rússia pelo alegado massacre em Bucha pelas forças russas. O curioso é que, ao final do texto, cria-se um Comitê Independente para investigar o crime. Ou seja, primeiro faz-se a acusação e depois, se possível e for conveniente, faz-se a investigação. *“Round-up the usual suspects”*, como se diz no cinema.

Até a presente data, o Comitê Independente não recebeu recursos financeiros para levar adiante a sua missão. O trabalho do Comitê Independente tem-se limitado a ouvir a parte ucraniana. A parte russa ainda não foi ouvida e não se sabe se o será, pois tudo o que vem da Rússia é mentira, como é de conhecimento geral.

A resolução adotada pela Assembleia Mundial da Saúde tem outras pérolas, entre as quais caberia mencionar a suspensão de todas as atividades da OMS na Rússia, o que constitui um absurdo em termos de saúde, e para a paz também.

A politização da Assembleia Mundial da Saúde é o pior que pode acontecer para a Organização Mundial da Saúde. O Diretor-Geral não deveria permitir que isso aconteça, embora quem efetivamente decide o que se transforma em resolução, ou não, são os Estados-membros, dominados pelos poderes prevaletentes em todos os fóruns internacionais.

Uma palavra final: como profissionais de saúde e internacionalistas somos contra qualquer ato de violência que produzem dor, sofrimento, mortes – e as guerras são a máxima expressão da violência, que veementemente repudiamos.

75ª Assembleia Mundial da Saúde: A sindemia e os desafios políticos para uma agenda multilateral⁷

***Paula Reges, Luana Bermudez, Luiz Augusto Galvão,
Paulo Buss e Nísia Trindade Lima***

Aconteceu em Genebra de 22 a 28 de maio de 2022, a 75ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), tendo como tema "*Saúde pela paz, paz pela saúde*".

Por dezenas de anos as AMSs passaram despercebidas aos olhos do mundo. Entretanto, desde a emergência da pandemia de Covid-19, cada vez mais despertam a atenção de políticos, diplomatas e da sociedade civil. A saúde se tornou parte importante da *big policy*. Não apenas pelo imenso impacto da pandemia sobre todas as dimensões da vida e da economia global, como pelo peso cada vez maior do complexo médico-industrial na composição de PIBs, nos orçamentos públicos e no bolso das pessoas.

Neste ano, além destes fatos todos que, por si só, já atrairiam as atenções do mundo, a 75ª Assembleia renovou o mandato do DG Tedros Adhanom por mais cinco anos e foi cenário para demonstrações sobre a guerra (da Ucrânia e, menos, sobre todas as demais).

O exame da [agenda](#) da AMS, por si só, já demonstra que o secretariado da OMS e os ministros da saúde de seus Estados-membro compreenderam que não estamos vivendo um tempo de pandemia de Covid-19 mas sim, de uma sindemia provocada pela mesma. De fato, o elenco de temas debatidos, além de abordar fartamente a pandemia, englobou uma série de outros assuntos de interesse da saúde global, na qualidade de espaço maior e inquestionável da diplomacia da saúde global.

A capacidade do mundo de lidar com complexidades múltiplas ampliou-se durante a pandemia atual. Isto significa que o ritmo em que as decisões são tomadas se acelerou para acompanhar as realidades em constante mudança. Já na abertura, [o Diretor Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom destacou](#) o momento singular que nos encontramos, que apresenta uma "*convergência de doenças, seca, fome e guerra, alimentada por mudanças climáticas, desigualdade e rivalidade geopolítica*".

Durante o evento percebeu-se a importância da retomada dos encontros presenciais, visto o convívio social ser propício para o aprofundamento de conversas, encontros bilaterais e troca de experiências e aprendizado. Notou-se ainda que mesmo o ritmo austero das decisões diplomáticas multilaterais se tornou um pouco mais rápido, o que inevitavelmente trouxe também mais confusão. Viu-se o lado técnico colidindo com o político, com alguns danos colaterais, incluindo o fato de que nem todas as vozes foram ouvidas, com a menor participação de organizações da sociedade civil. Mesmo assim, as decisões foram tomadas.

Foram vários os momentos ímpares desta AMS, com a histórica retomada dos trabalhos in-loco do principal corpo de governança da saúde global. Depois de um longo período de recesso não faltaram temas prioritários para discutir e decisões prementes a tomar. Os estados-membros, naturalmente, priorizaram as discussões sobre as propostas de mudanças nos instrumentos de governança global, principalmente o processo de negociação de um novo tratado sobre pandemia e a reforma do regulamento sanitário internacional. As atividades de vigilância e controle de doenças emergentes e re-emergentes com potencial pandêmico,

⁷ Artigo publicado originalmente no blog do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da FIOCRUZ, online, em 03/06/2022

incluindo o suprimento de insumos como testes, vacinas e equipamentos e a criação de plataformas de vigilância integral de saúde também tiveram espaço. E houve ainda terreno para argumentações sobre a contribuição da saúde global na recuperação mundial e no enfrentamento dos grandes desafios mundiais como a paz e a crise climática.

Os Estados-membros reelegeram Dr Tedros Adhanom Ghebreyesus como Diretor-geral da Organização Mundial da Saúde e houve o comprometimento por parte das nações com o programa de sustentabilidade financeira da OMS. Tomaram ainda uma posição dura contra a Rússia, adotaram nova resolução sobre ensaios clínicos, discutiram o papel da OMS na arquitetura global da saúde, entre muitas outras áreas da política global de saúde.

A OMS assumiu uma posição política decisiva em relação à Ucrânia. E agora recai sobre a Organização uma responsabilidade maior por todos os pontos de conflito políticos atuais e futuros, como os críticos apontam infalivelmente, citando exemplos da Palestina, Iraque e Síria, entre outros. Raramente a OMS foi forçada a tomar uma posição política tão decisiva, durante sua existência por três quartos de século. Pode ter agora estabelecido um precedente que será difícil de abandonar no futuro.

A 75ª AMS tornou-se um caldeirão de geopolítica, segurança sanitária global, guerras e emergências de saúde. Alianças e desavenças entre os posicionamentos dos estados-membro ocorreram; como quando os diplomatas entraram em conflito sobre o processo e o significado em muitas discussões, como o que ocorreu para adoção da Estratégia Global em HIV, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis 2022-2030.

A aprovação da estratégia veio após fortes objeções de países socialmente conservadores, liderados pela Arábia Saudita e Egito, aos termos usados na estratégia e em seu glossário anexo sobre saúde sexual e populações-alvo para tratamento do HIV – linguagem considerada por muitos especialistas como padrão para tratamento e cuidados do HIV. Falando em nome dos 22 estados membros da OMS, a Região do Mediterrâneo Oriental (EMRO), e com o apoio de alguns países da região africana, o delegado saudita e outras nações da EMRO catalogaram os termos que consideraram censuráveis, incluindo referências a: “sexualidade”, “orientação sexual”, “direitos sexuais”. Também houve objeções à referência da estratégia a “homens que fazem sexo com homens” como população-alvo para o tratamento do HIV. Apesar de ter sido aprovada a resolução mantendo estes termos, a estratégia liderada pelos delegados da EMRO teve sucesso no enfraquecimento do importante documento e abriu precedente para possíveis questionamentos futuros, já que somente 60 países membros votaram a favor (1/3 dos países membros).

Uma das decisões politicamente mais significativas da Assembleia foi a adoção de recomendações, com base no [relatório final do grupo de trabalho de financiamento sustentável](#). Houve muito alarde no processo, marcando a decisão como um momento que fortalece o financiamento da OMS até certo ponto. Expressou-se apoio às recomendações, incluindo a proposta de aumentar incrementalmente as contribuições fixas, com a aspiração de que elas cubram um valor igual a 50% do orçamento base aprovado para o biênio 2022–2023 até o biênio 2030–2031. Entretanto, questões semânticas pelo uso da palavra "aspirar" indicam que os Estados membros não são mandatados a realizar tal proposta.

O acompanhamento da *Declaração Política da Terceira Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral sobre Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis* teve 13 anexos ao documento principal, que apresentaram as estratégias globais a serem implementadas quanto à diversas dimensões deste conjunto de enfermidades: Roteiro 2023-2030 para a

implementação do *plano de ação global* para a prevenção e controle de doenças não transmissíveis doenças 2013-2030; políticas para construir resiliência dos sistemas de saúde e para tratar pessoas com DNT e prevenir e controlar seus fatores de risco em *emergências humanitárias*; plano de ação global intersetorial sobre *epilepsia e outros distúrbios neurológicos* 2022-2031; plano sobre prevenção e gestão da *obesidade* ao longo da vida; estratégia global para a eliminação do *câncer do colo do útero* como problema de saúde pública; plano de ação global intersetorial sobre *saúde bucal*; e, finalmente, o processo de preparação para a realização, em 2025, da *quarta reunião* de alto nível da Assembleia Geral sobre prevenção e controle de doenças não transmissíveis.

O tema [recursos humanos para a saúde](#) foi objeto de diversas discussões, que incluíram o plano de ação 2022-2030 “Trabalhar pela saúde”; o Pacto Global para Profissionais de Saúde e Cuidados; o Código Global de Práticas da OMS para o Recrutamento Internacional de Pessoal de Saúde; e a Estratégia Global de Recursos Humanos para a Saúde: Força de Trabalho em Saúde 2030.

Como mencionado, os desenvolvimentos por detrás dos planos de preparação, fortalecimento e resposta a emergências de saúde entoaram diversas das discussões. O preparo para a próxima pandemia exigirá mais do que um compromisso dos delegados na Assembleia. Requer uma mudança estrutural em direção a uma estrutura mais justa de saúde global, onde o poder seja distribuído de forma mais equitativa por meio de um modelo de negócios sociais de produção de vacinas e medicamentos. Na AMS houve a adoção do [report do Comitê Independente de Supervisão e Assessoramento do Programa de Emergências de Saúde](#) da OMS, adereçado ao diretor-geral, tratando da pauta de emergências de saúde pública, incluindo o binômio de preparo e resposta.

A participação da Fiocruz na AMS trouxe mensagens fundamentais da Fundação, como a ênfase da importância da ciência e tecnologia e inovação, com necessidade de investimentos permanentes, não só em momentos de emergências em saúde. É através de uma base mais bem estruturada e de sustentação que surge a capacidade de respostas rápidas para o enfrentamento de crises, incutindo na possibilidade de salvar vidas.

O reforço na produção local de insumos e desenvolvimento de tecnologias é peça chave para a autonomia tecnológica, aspecto crucial que deve ser visto como parte dos sistemas de saúde e das estratégias para o fortalecimento. Na perspectiva brasileira, robustece o quão primordial é a fortificação do Sistema Único de Saúde (SUS). A participação da Fiocruz no programa da OPAS/OMS de centros (*Hubs*) de transferência de tecnologia de vacinas de mRNA para o desenvolvimento, produção, fornecimento e transferência tecnológica na América Latina reitera o nosso compromisso em busca de um arranjo produtivo local e na preparação para futuras emergências.

A grande mensagem é que a autonomia tecnológica deve ser sempre direcionada para a promoção da equidade no acesso às inovações de saúde, implicando em tempo de resposta e número de vidas salvas. A desigualdade no acesso é a expressão mais profunda do impacto negativo da restrição de itens básicos ao enfrentamento de condições críticas.

Assim, a Fiocruz é reconhecida como instituição de alçadas múltiplas, importante ator global com capacidade colaborativa e estratégica para o fortalecimento dos sistemas de saúde e apoio na redução de iniquidades ao redor do mundo.

A tímida Estocolmo+50

Danielly de Paiva Magalhães e Luiz Augusto Galvão

Em 1972, a comunidade internacional, alarmada pelos impactos ambientais que ameaçavam a humanidade se reuniu pela primeira vez em Estocolmo para tratar de questões ambientais; foi o primeiro grande fórum mundial sobre meio ambiente - a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano.

O momento geopolítico era instável como os atuais. Em meio a Guerra Fria, os confrontos entre a União Soviética e os Estados Unidos em uma série de questões politicamente controversas estavam ampliando as rachaduras entre Leste e Oeste. A Suécia e outros partidários da conferência esperavam, assim, usar os preparativos para construir pontes dentro de uma ONU profundamente fraturada. A Suécia observou que havia questões transfronteiriças em torno da poluição ambiental que poderiam ser usadas como uma área potencial de cooperação e acreditava que o meio ambiente era um tema atraente para uma conferência que poderia ajudar a aumentar a importância global da ONU.

A conferência foi um espaço de muita discussão e acusações entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, aprofundando os processos de oposição Norte-Sul já existentes com relação à descolonização das décadas de 50 e 60. Os Estados em desenvolvimento, liderados pelo Brasil, afirmavam que as questões ambientais era apenas uma desculpa para limitarem seu desenvolvimento econômico, que eles não aceitariam nenhuma taxa extra sobre produtos originados de degradação ambiental, e que os países eram soberanos para ditar o grau de degradação que lhes fosse conveniente para se desenvolver - ou seja, não havia possibilidade de se desenvolver sem que destruição ambiental.

Apesar da troca de acusações, a conferência é considerada um sucesso principalmente pelo seu efeito catalítico sobre alianças políticas e, menos, por suas contribuições ambientais ou científicas para o mundo, no sentido de que os preparativos e a realização da conferência ajudaram a promover a cooperação Leste-Oeste em torno de questões de poluição transfronteiriça, e moveram os países em desenvolvimento a articular uma agenda política mais convergente em torno de questões de desenvolvimento e meio ambiente. Como produto institucional principal, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que hoje é mais que um programa, constituindo-se em organismo independente da ONU para tratar dos assuntos ambientais. O site China Dialogue traz uma boa descrição sobre a história geopolítica da Conferência de 72, bem como o posicionamento e embates dos países, [aqui](#).

Hoje sabemos que é possível desenvolver sem degradar a natureza e que a floresta em pé pode ser usada como moeda de troca para os chamados créditos de carbono. Que todas as tecnologias necessárias para se fazer a transição para um sistema econômico mais sustentável estão disponíveis. Temos dados alarmantes dos custos em saúde e as perdas humanas em razão dos impactos ambientais. Sabemos os serviços indispensáveis que a natureza provê, permitindo nossa sobrevivência. Ou seja, temos razões e meios para mudar, só precisamos da ação. Cinquenta anos depois, a reunião de Estocolmo+50 vem para lembrar os compromissos assumidos no passado e cobrar o cumprimento dos atuais.

Estocolmo+50

Nos dias 2 e 3 de junho ocorreu a conferência das Nações Unidas Estocolmo+50 que marca 50 anos após a primeira reunião da ONU sobre Ambiente, sob o tema *‘Um Planeta Saudável para a Prosperidade de Todos – Nossa Responsabilidade, Nossa Oportunidade’*. Apesar de todo o desenvolvimento tecnológico, vários *fora* internacionais, criação de uma agenda para o desenvolvimento sustentável, e todo o avanço e esforço do PNUMA em criar acordos multilaterais legalmente vinculantes para proteger a natureza, 50 anos depois daquele primeiro momento, nos encontramos vivenciando a tripla crise planetária (clima, biodiversidade e poluição), além de uma pandemia e uma ou muitas guerras.

A Estocolmo+50 não tem ambições de criar mecanismos, porque entende que os mecanismos já existem, assim como as tecnologias necessárias. O principal objetivo da conferência é lembrar que passaram 50 anos e que todo o desenvolvimento econômico nos direcionou para a degradação ambiental extrema, e que precisamos mudar, comprometer os líderes a honrarem com seus compromissos nos acordos multilaterais tanto com nossa casa única e comum, o planeta Terra, quanto com as gerações presentes e futuras. A conferência visa contribuir para a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável, acelerando a implementação de compromissos no contexto da Década de Ação e entrega para o desenvolvimento sustentável, incluindo a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus 17 ODS, do Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, da estrutura global de biodiversidade pós-2020, e uma recuperação verde pós-pandemia de Covid-19.

A [cerimônia de abertura](#) foi marcada por nostalgia do momento de 72 e por cobrança de ações imediatas e urgentes, de cumprimento dos compromissos existentes, de mais liderança política e acelerada. Discursaram na plenária, o rei Carl Gustav XVI da Suécia; o Presidente Uhuru Kenyatta do Quênia, Magdalena Andersson, Primeira-Ministra da Suécia; Abdulla Shahid, presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas; Collen Vixen Kelapile, presidente do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC); Inger Andersen, Secretária-Geral de Estocolmo+50 e Diretora Executiva do PNUMA e o secretário-geral da ONU, António Guterres. Muito enfático, o SG Guterres exortou a todos a “acabar com nossa guerra suicida contra a natureza”, já que sabemos o que fazer e temos as ferramentas. Ele propôs investir em energia renovável e soluções baseadas na natureza e ir além do PIB como medida de bem-estar. Um resumo sobre a plenária e as falas dos países pode ser encontrado [aqui](#).

Durante a reunião foram realizados três diálogos de líderes nos temas referidos abaixo e disponíveis [aqui](#). Em preparação à conferência, os organizadores desses diálogos se reuniram em três encontros virtuais para ouvir as contribuições da sociedade em geral, que foram levadas para serem discutidas no encontro. Foi um evento democrático, para a troca de ideias e reflexões sobre os últimos 50 anos e o futuro. Por esse motivo, não contou com muitos ministros de ambiente, mas teve algum tipo de representação presente.

Diálogo 1: Refletindo sobre a necessidade urgente de ações para alcançar um planeta saudável e prosperidade para todos

A sessão foi apresentada pelos copresidentes Steven Guilbeault do Canadá e Gustavo Rafael Manrique Mirand, do Equador, com o objetivo de alertar para o profundo sentimento de urgência a nível global, que requer que todos os atores ampliem a ação coletiva para atingir os 17 SDG. Guilbeault resumiu as principais recomendações levantadas durante as consultas públicas, que pode ser encontrado [aqui](#).

Em sequência, houve a fala de painelistas convidados. Virginijus Sinkevičius, comissário europeu para o Meio Ambiente, Oceanos e Pescas, falou sobre a transformação em setores chave e com alto impacto ambiental, chamando a atenção para necessidade de se transitar para o consumo e produção sustentável. A extração de recursos diretos da natureza representa 1/3 da poluição e 50% das emissões, e está por trás de 90% da perda da biodiversidade. Citou a necessidade urgente em mudar para uma economia circular e mencionou diversos benefícios nessa transição, como por exemplo a criação de trabalho, dar vida mais longa aos produtos e também olhar para todo o ciclo de vida do produto.

Outra intervenção interessante foi a de Vanessa Nakate, do Movimento Rise Up, de Uganda, que pediu que os líderes reconhecessem que mesmo tendo em mãos os dados científicos, negaram e atrasaram a ação e, se nada for feito com urgência, irão entregar aos jovens um mundo quebrado. Ela pediu que nenhum novo investimento em carvão, petróleo e gás seja feito. Sugeriu que o Norte precisa pagar pelos danos causados ao Sul e recordou o pronunciamento do G7, no qual os líderes dos países mais ricos concordaram, pela primeira vez, que eles devem ajudar os países no enfrentamento da crise climática. Ela também pediu a criação de um fundo de perdas e danos na COP27.

John Kerry, Enviado Presidencial Especial para o Clima, dos EUA, concordou com Nakate. Ele atesta que a Estocolmo+50 envolve países de diversos níveis econômicos, diferente da primeira reunião de 72, o que cria um senso de confiança, mas denuncia que alguns líderes das vinte maiores economias têm sido indiferentes à matemática e à física da ciência climática. Ele alertou para o fato de que a guerra na Ucrânia está sendo usada por pessoas que preferem manter o *status quo* energético, quando a mensagem da guerra é sobre independência energética e liberdade da ameaça de petro-ditadores. Ele alertou que o mundo corre o risco de cair em um “pacto de suicídio”; A fala do representante americano é muito curiosa quando analisamos todo o posicionamento favorável do país às petrolíferas em seu próprio continente e fora, através de incentivos à prospecção, perfuração de poços e subsídios para conter a alta dos preços de gasolina durante a guerra Ucrânia.

Outros palestrantes se pronunciaram, assim como representações de países. O G77 e a China se pronunciaram a favor do acordo que está sendo discutido sobre a biodiversidade e a necessidade de colocar a natureza como peça central da recuperação pós -Covid-19 e de todas as estratégias econômicas. O vídeo do diálogo está disponível [aqui](#), e o resumo da sessão e de algumas falas de países podem ser encontrados [aqui](#).

O diálogo concluiu que o multilateralismo é uma necessidade em um mundo sem fronteiras; é necessário criar uma transição justa, levando em conta as necessidades dos países em desenvolvimento; florestas e pessoas têm uma relação complexa e, às vezes, cortar uma árvore é uma questão de sobrevivência; e trabalhar para soluções em plásticos é fundamental.

Diálogo 2: Alcançar uma recuperação sustentável e inclusiva da pandemia de coronavírus (Covid-19).

O documento de síntese da consulta pública referente a este diálogo pode ser encontrado [aqui](#). Os painelistas convidados fizeram uma série de recomendações para a mudança pós-pandemia. Novamente a questão do uso indiscriminado dos recursos naturais que nos levaram a tripla crise planetária foi citada. Janez Potočnik do painel de Recursos Internacionais (International Resource Panel - IRP) chamou atenção que nos últimos 50 anos, triplicamos o consumo de recursos naturais e se continuarmos, triplicaremos novamente em 2060. O consumismo para além das necessidades humanas, principalmente nos países de alta

renda, geram as desigualdades sociais e os efeitos ambientais nos países de baixa renda. Os humanos precisam aprender a separar o crescimento econômico do uso de recursos naturais. É necessária uma mudança de paradigma, de olhar para o peso da demanda e não para o peso da oferta, e a demanda é o bem-estar humano, e para isso precisamos de um ambiente saudável e conservado.

Nesse contexto, Dominic Waughray, CEO DO World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) trouxe necessidade urgente em migrar para uma economia circular, de investir em tecnologias e na transferência digital.

Josefa Leonel Correia Sacko, líder Agrônoma Africana e Comissária para Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Desenvolvimento Sustentável da Comissão da União Africana, apontou sobre os danos que conflitos, guerras e das mudanças climáticas na segurança alimentar, pedindo que haja uma transformação na produção agrícola para sistemas mais sustentáveis, resilientes às mudanças climáticas e menos desiguais, para prover comida saudável para as pessoas e sem veneno. Também foi citado o princípio de *One Health*, integrando saúde humana animal e ambiental para um planeta mais saudável.

Reem Al-Saffar, ativista ambiental do Iraque, denunciou o efeito da colonização na economia dos países da África e que os ajudar não é uma questão de caridade, mas de retribuição. Pediu empoderamento e mais participação da juventude.

Joan Carling, ativista indígena, cita que os índios são 6% da população mundial, mas que protegem 60-80% do ambiente natural devido aos seus valores de solidariedade, cooperação e respeito à natureza. Pedindo uma mudança de princípios e valores.

David Boyd, Relator Especial da ONU para Direitos Humanos e Meio Ambiente, denuncia os altos investimentos em atividades poluidoras que causam mortes de milhares de pessoas por ano, em contraste com as poucas contribuições para biodiversidade e mudanças climáticas – a conta nunca fechará!

Diálogo 3: Acelerar a implementação da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável no contexto da década de ação e entrega para o desenvolvimento sustentável.

O documento de síntese da consulta pública referente a este diálogo pode ser encontrado [aqui](#). Dentre as falas dos painelistas, destacamos **Arunabha Ghosh**, fundador e CEO do conselho de Energia, Ambiente e água sugeriu a mudança de paradigma sobre transferência de tecnologia para o co-desenvolvimento de tecnologias. **Johan Rockström**, Diretor do Instituto Potsdam para pesquisa em Impacto Climático, defendeu uma nova definição de justiça social - que as crianças do futuro nasçam em um planeta igual ou melhor que o atual – e sobre a necessidade urgente de respeitar os limites do planeta para alcançar os SDGs. Responsabilidade e transparência global das ações ambientais e caminho para se atingir objetivos claros também foram temas recorrentes. **Catherine Odora Hoppers**, Departamento de Assuntos de Desarmamento das Nações Unidas, citou Foucault para falar sobre educação: “Se a filosofia do futuro existir ela deve nascer fora da Europa ou entre a Europa e não-Europa” Se referindo a uma nova forma de ver pessoas que levam uma vida mais frugal que pela cultura atual são chamadas de pobre, mas são elas que vivem em maior harmonia com a natureza, defendeu uma educação, ciência pluralistas para promover uma mudança de valores. **Roy Steiner**, Vice-presidente sênior da Iniciativa Alimentar da Fundação Rockefeller, defendeu sistemas alimentares mais eficientes baseados em grãos integrais e anciãos que

possuem muito mais nutrientes do que os refinados e modificados, uma medida simples que aumentaria a qualidade nutricional das pessoas.

Final da Estocolmo+50

Estocolmo+50 enfatizou a interconexão global do meio ambiente e a necessidade de abordar coletivamente a tríplice crise do nosso ambiente comum – mudança climática, perda de biodiversidade e poluição – para as gerações presentes e futuras. Sublinhou a necessidade urgente de ações ousadas e deliberadas, bem como uma vontade política clara para acelerar a ação sobre esses compromissos, fortalecer o sistema multilateral, aumentar a ambição e a solidariedade e nos colocar em um caminho credível rumo a um planeta saudável para todos – não deixando ninguém para trás.

A reunião não tinha ambições de estabelecer novas alianças, negociações ou compromissos, o que fica claro em seu [documento final](#) que apresenta dez recomendações “ouvidas” durante o evento - *We have **heard** the following recommendations for actions to accelerate implementation.* No documento final há atividades diversas necessárias para alcançar as recomendações. As recomendações, ouvidas, foram:

1. Colocar o bem-estar humano no centro de um planeta saudável e de prosperidade para todos
2. Reconhecer e implementar o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável
3. Adotar uma mudança na forma como funciona atualmente o sistema econômico, para contribuir para um planeta saudável,
4. Fortalecer a implementação nacional dos compromissos existentes para um planeta saudável
5. Alinhar os fluxos financeiros públicos e privados com os compromissos ambientais, climáticos e de desenvolvimento sustentável
6. Acelerar as transformações em todo o sistema de setores de alto impacto, como alimentos, energia, água, edifícios e construção, manufatura e mobilidade
7. Reconstruir relações de confiança para fortalecer a cooperação e a solidariedade
8. Reforçar e revigorar o sistema multilateral
9. Reconhecer a responsabilidade intergeracional como pedra angular de uma boa formulação de políticas
10. Levar adiante os resultados da Estocolmo+50

Juntos por uma recuperação mais saudável, resiliente e verde

A OMS promoveu um evento paralelo durante a Estocolmo+50 intitulado [Juntos por uma recuperação mais saudável, resiliente e verde](#). A Dr. Cristina Romanelli, WHO Climate Change, Biodiversity and Health Focal Point e a Dr. Maria Neira, WHO Director, Environment, Climate and Health foram as mediadoras. O evento contou com uma fala de abertura do Dr. Tedros Adhanom, diretor geral da OMS, que reforçou o comprometimento da OMS no processo de descarbonização dos países. A Dr. Naoko Yamamoto, WHO Assistant Director-General for Universal Health Coverage - Healthier populations relembrou os passos do [manifesto da OMS para recuperação da COVID-19](#) e o [Argumento Da Saúde Para Às Ações Climáticas](#).

A ocasião foi marcada pelo lançamento do novo Policy Brief em [Saúde Mental e Mudanças Climáticas](#), mostrando que as questões ambientais vão além do nosso bem-estar físico, principalmente entre as populações mais vulneráveis. A OMS pede aos países que incluam o apoio à saúde mental em sua resposta à crise climática. O relatório está baseado no relatório

do IPPC que revelou as mudanças climáticas representam uma ameaça crescente à saúde mental e ao bem-estar psicossocial, devido ao sofrimento emocional causando ansiedade, depressão, luto e comportamento suicida. No relatório, a OMS recomenda 5 ações para minimizar os impactos das mudanças climáticas na saúde mental:

1. Integrar considerações sobre mudanças climáticas em políticas e programas para a saúde mental
2. Integrar o apoio à saúde mental nas políticas e programas de adaptação a mudança climática
3. Construir com base em compromissos globais
4. Implementar abordagens multissetoriais e baseadas na comunidade para reduzir vulnerabilidades e abordar a saúde mental e os impactos psicossociais das mudanças climáticas
5. Abordar as grandes lacunas que existem no financiamento tanto para a saúde mental quanto para responder aos impactos na saúde das mudanças climáticas

Os palestrantes demonstraram como a natureza é fundamental para construir ambientes promotores de saúde. Anders Nordström, embaixador Saúde Global no Ministério das Relações Exteriores da Suécia e ex-Diretor-Geral Interino da OMS, falou da mudança de postura em Estocolmo, como uso de bicicletas e plantação de seu próprio alimento como sinônimo de riqueza. Falou que a pandemia não é sobre o vírus, mas sobre nossas ações em sociedade, e a solução não é só ter vacina, mas sim garantir que a sociedade tenha acesso a um ambiente saudável e a serviços de saúde justos (UHC). Ele chamou a atenção para a importância de se implementar a Agenda 2030 porque incorpora todas as necessidades para uma vida saudável. Sugere ainda 3 passos para a transição para um mundo mais saudável: 1 – Encontrar em todos os setores formas de produção e ação que favoreçam a saúde; 2 Entender a dinâmica de escolha das pessoas e o motivo das empresas em produzir produtos não ecológicos e que fazem mal a saúde e dos governos em permitir esses produtos; 3 - Ao invés de cidades verdes, cidades saudáveis, para alcançar sociedades mais resilientes e saudáveis.

David Boyd, Relator Especial da ONU para Direitos Humanos e Meio Ambiente, falou sobre a resolução dos direitos humanos sobre o direito de ter um ambiente limpo e atóxico. “A pandemia matou muita gente, mas muito mais pessoas morreram devido a poluição do ar”. Ele conta que a resolução já foi usada por várias Cortes Judiciais de nações para forçar seus governos a melhorar a qualidade do ar, como no Chile, África do Sul e Indonésia - Essas resoluções ajudam a demandar a responsabilidade dos países.

Rosamund Adoo-Kissi-Debrah, Co-Founder of Ella Roberta Family Foundation contou a história da sua filha que morreu de asma devido a poluição do ar – “cerca de 5000 crianças morrem prematuramente antes dos 5 anos, no entanto a causa do óbito nunca é por poluição do ar”. Mohamed Eissa, IFMSA Liaison Officer for Public Health Issues, falou em nome dos estudantes de medicina. Sam Williams, Global Youth Mobilization, falou sobre a necessidade de empoderar os jovens com as ferramentas e oportunidades para atuarem como agentes para impulsionar a Agenda 2030 e para outros assuntos. Prof. Dr. Ole Petter Ottersen, President d Karolinska Institutet, ressaltou a necessidade de um ambiente saudável para saúde.

O Dia Mundial do Meio Ambiente

No dia 5 de junho é celebrado o dia Mundial do meio Ambiente, criado em ocasião da reunião de Estocolmo em 1972 - é o principal meio das Nações Unidas para sensibilizar pessoas e promover a ação mundial em prol do meio ambiente. Com o tema “[Uma Só Terra](#)”, o evento

destaca a necessidade de se viver de forma sustentável em harmonia com a natureza, promovendo transformações, a partir de políticas públicas e das nossas escolhas, rumo a estilos de vida menos poluentes e mais verdes. “Uma Só Terra” foi o tema da Conferência de Estocolmo de 1972, e 50 anos depois, se mantém verdadeiro – este planeta é nossa única casa e seus recursos finitos devem ser preservados pela humanidade.

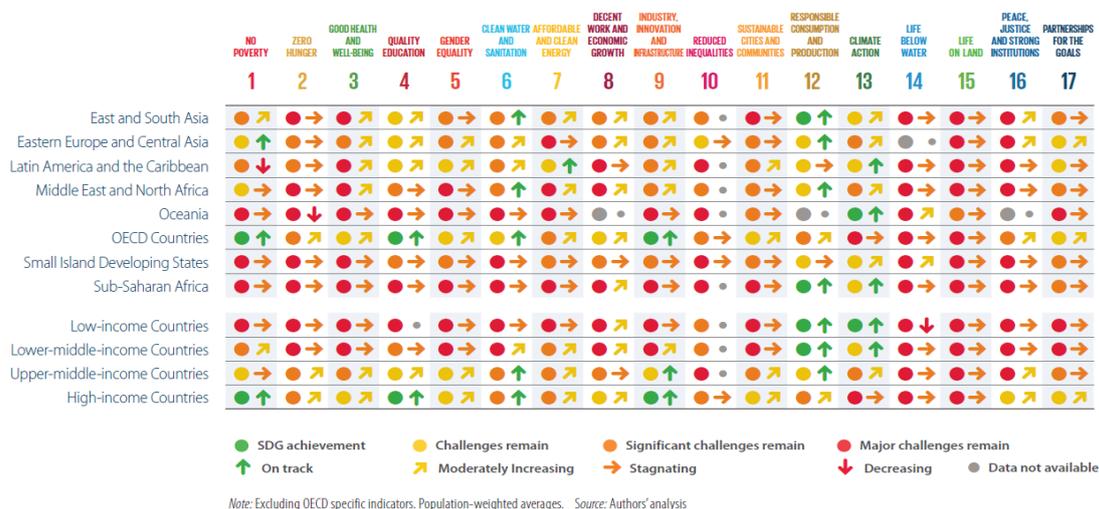
A edição de 2022 foi celebrado na Suécia e a página em português pode ser encontrada [aqui](#). Foi lançado [um guia](#) de práticas e ações para diversos setores, como governo, financeiro, indústria e negócios, ONGs, ciência e educação e indivíduos – Vale a pena conferir o site e o guia!

Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do SDSN

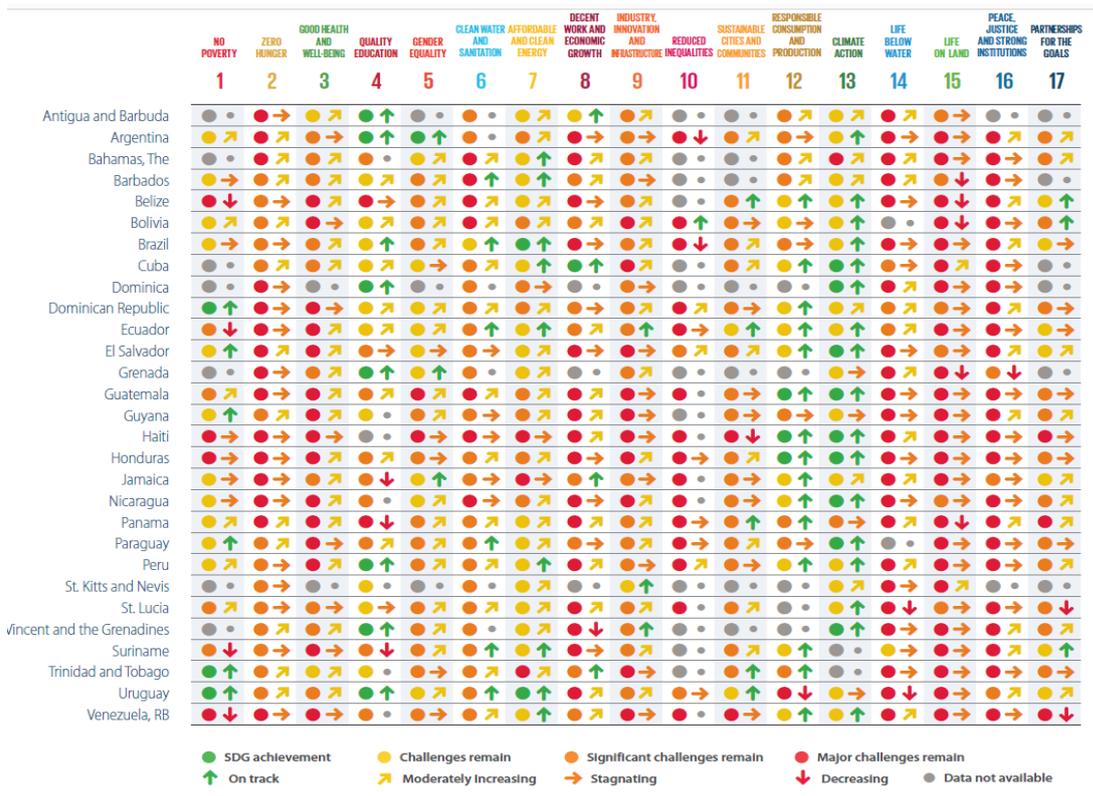
Desde 2015, o Relatório de Desenvolvimento Sustentável fornece os dados mais atualizados para acompanhar e classificar o desempenho de todos os Estados-membros da ONU quanto aos ODS. O relatório de 2022 ([Sustainable Development Report 2022, from crisis to Sustainable Development: The SDGs as Roadmap to 2030 and Beyond](#)) foi escrito por um grupo de especialistas independentes da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN), liderada por seu presidente, prof. Jeffrey Sachs. O relatório é produzido pela SDSN, publicado pela Cambridge University Press, e cofinanciado por Bertelsmann Stiftung.

O panorama geral dos 17 ODS no mundo e na região da América Latina é apresentado abaixo. Os países de baixa renda tem um bom desempenho no ODS 13 sobre clima, não porque estão fazendo escolhas mais sustentáveis ou porque estão investindo em projetos de adaptação, mas sim porque sua pegada de carbono é baixa em relação aos países de renda mais alta. No entanto, esses são os países que serão mais afetados com as mudanças climáticas.

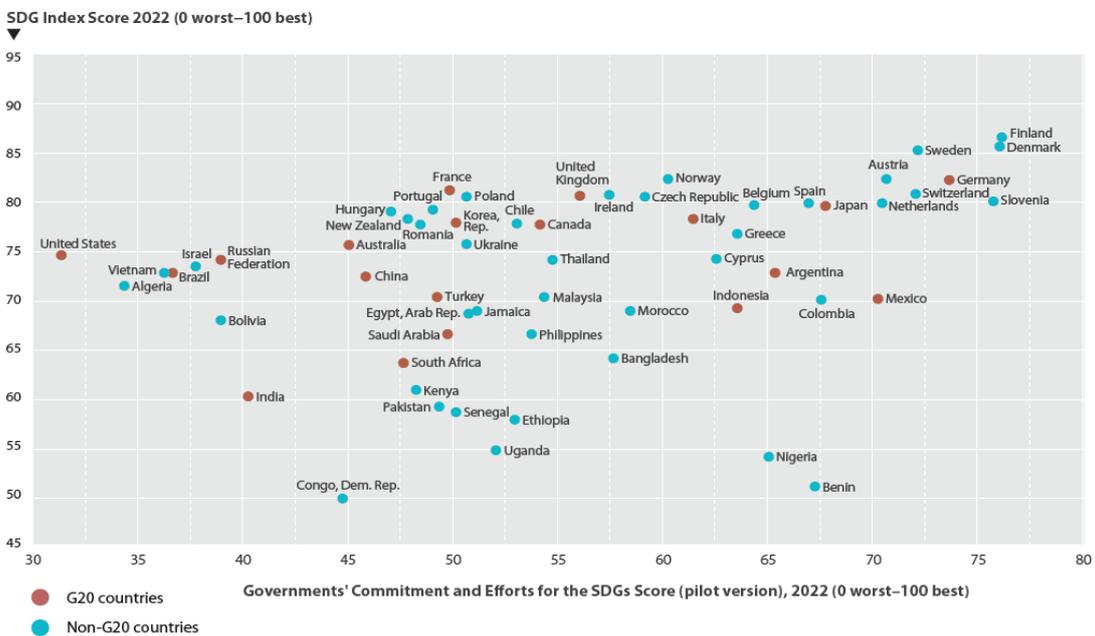
Figure 2.8
2022 SDG dashboards by region and income group (levels and trends)



Abaixo encontra-se o *status* dos países da região da América Latina e Caribe. Podemos observar que não há dados para muitos ODS, principalmente no ODS 10 (reduzir as inequidades), sendo a região a mais desigual do mundo. Os ODS 14, 15 e 16 representam grande desafio para toda a região, assim como o ODS 2 sobre fome e o ODS 3 (saúde).



Governments' Commitment and Efforts for the SDGs Score (pilot version) versus SDG Index Score



Note: G20 countries in red. The score for Ukraine reflects the situation as of January 2022.
 Source: Authors' analysis. Details on the methodology and the indicators used are available on www.sdgindex.org

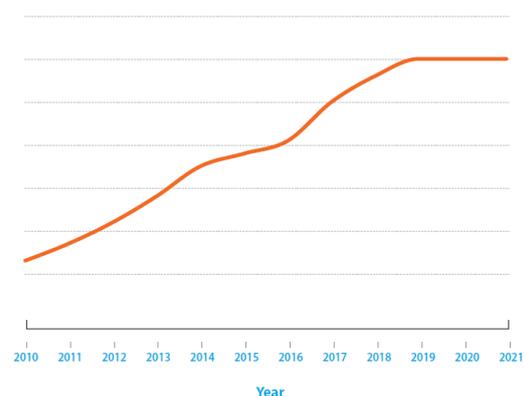
Outro dado interessante apresentado pelo relatório é o grau de comprometimento dos governos com a Agenda 2030 (figura ao lado). O Brasil, por exemplo apresenta uma pontuação alta nos seus ODS, mas o comprometimento do governo é baixo. O Índice ODS é uma avaliação do desempenho geral de cada país nos 17 ODS, dando igual peso a cada um deles. A pontuação

significa a posição de um país entre o pior resultado possível (pontuação de 0) e a meta (pontuação de 100). Dois terços dos dados vêm de estatísticas oficiais (geralmente agências de custódia da ONU) e um terço de estatísticas não tradicionais, incluindo centros de pesquisa, universidades e organizações não-governamentais. O Brasil está no Rank 53 com pontuação 72.8 entre 163 países.

As principais conclusões do relatório são: 1. Paz, diplomacia e cooperação internacional são condições fundamentais para o mundo progredir nos ODS até 2030 e além. 2. Pelo segundo ano consecutivo, o mundo não está mais avançando nos ODS (Figura ao lado). Um plano global para financiar os ODS é urgentemente necessário. 3. Na metade do caminho para 2030, os esforços políticos e os compromissos de apoio aos ODS variam significativamente entre os países, inclusive entre os países do G20. A Cúpula dos ODS dos Chefes de Estado 2023 deve ser uma oportunidade para se comprometer novamente com esta Agenda. 4. Os países ricos geram repercussões internacionais negativas, notadamente por meio do consumo insustentável; a Europa está a tomar medidas. 5. A pandemia do Co vid-19 obrigou os provedores de dados a inovar e construir novas formas de parcerias; estes devem ser aproveitados e ampliados para promover os impactos dos ODS até 2030 e além. A ciência, as inovações tecnológicas e os sistemas de dados podem ajudar a identificar soluções em tempos de crise e podem fornecer contribuições decisivas para enfrentar os grandes desafios do nosso tempo. Isso exige investimentos maiores e prolongados em capacidades estatísticas, P&D e educação e habilidades

Figure 2.1

SDG Index Score over time, world average (2010-2021)



O relatório também identificou seis áreas prioritária para financiamento que contribuiriam para acelerar os ODS, (Sachs et al., 2019):

1. Educação e proteção social para alcançar a universalidade educação secundária (ODS 4) e redução da pobreza (ODS 1)
2. Sistemas de saúde para acabar com a pandemia e alcançar cobertura universal de saúde (ODS 3)
3. Energia de carbono zero e economia circular para descarbonizar e reduzir a poluição (ODS 7, ODS 12, ODS 13)
4. Alimentação sustentável, uso da terra e proteção da biodiversidade e ecossistemas (ODS 2, ODS 13, ODS 15)
5. Infraestrutura urbana sustentável, incluindo habitação, transporte público, água e esgoto (ODS 11)
6. Serviços digitais universais (ODS 9) para apoiar todos outros investimentos em ODS, incluindo educação online, telemedicina, pagamentos eletrônicos, financiamentos eletrônicos e serviços de governo eletrônico.

50 anos do ORAS/CONHU

O Organismo Andino de Saúde do Convênio Hipólito Unanue – ORAS/CONHU comemorou os 50 anos desde a designação do Dia Mundial do Meio Ambiente e da realização

da Conferência de Estocolmo+50 com uma sessão de Webinar intitulada: "**Um planeta saudável para a prosperidade de todos. Nossa responsabilidade, nossa oportunidade**", o qual teve objetivo de refletir sobre o cuidado da natureza e sua contribuição à saúde. A gravação está disponível em:

<https://youtu.be/OAGS7HtVnpk>

https://fb.watch/doBUNx_sMp/

<https://www.youtube.com/channel/UCXBS6rhyO-YidSdgR6SOonLg>

Migrações, refúgio e saúde global

Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

OMS: Assembleia Mundial da Saúde, migração e refúgio

Ocorreu entre 22 e 28 de maio de 2022 a 75ª Assembleia Mundial da Saúde, que reúne os membros da OMS para discutir sobre temas latentes em saúde pública e global e sobre os rumos da organização. A Assembleia desse ano teve como temática “Saúde pela paz, paz pela saúde”⁸, trazendo um debate sobre os danos que guerras e crises humanitárias causam à saúde. Outro foco do debate foi a pandemia de COVID-19, que segundo o diretor-geral Dr. Tedros Adhanom, ainda não acabou. Na ocasião, delegados participantes aprovaram resoluções e recomendações que dizem respeito à saúde de migrantes e refugiados. Uma delas é a recomendação para apoiar pessoas com doenças crônicas em situações de emergência humanitária⁹.

Para a organização, portadores de doenças crônicas precisam de atenção especial durante emergências, pois são ainda mais vulnerabilizados. Na Ucrânia, por exemplo, 92% das mortes em 2019 se deu por doenças crônicas. A crise de COVID-19 agravou ainda mais essa situação, ao passo que interrompeu o fornecimento de diversos serviços de saúde, impactando especialmente grupos de pessoas imigrantes e refugiadas.

Tendo esse cenário como ponto de partida, a resolução¹⁰ define diversos pontos de ação para Estados membros, para a sociedade civil e o setor privado, e para a própria OMS. Entre as ações listadas, estão a coleta de dados e o monitoramento de doenças crônicas na população (para Estados), o reforço de parcerias, da cooperação e da coordenação globais para implementação de planos de ação (sociedade civil, parceiros internacionais e setor privado), e a revisão e melhorias na resposta da assistência da OMS em países sob crises humanitárias.

OMS: 100 dias de guerra na Ucrânia, novo relatório de situação e resolução aprovada na Assembleia Mundial da Saúde

No início de junho, a intervenção militar russa na Ucrânia completou 100 dias. Para a Organização Mundial da Saúde¹¹, o conflito tem pressionado os sistemas de saúde do próprio país e também daqueles que recebem o intenso fluxo de refugiados e deslocados por conta da guerra. Os diversos ataques impõem consequências imediatas e a longo prazo para o sistema de saúde, exigindo um grande volume de gastos para reconstruir o que foi destruído e atender aqueles afetados pelo conflito, além da maior demanda por recursos humanos.

A organização também publicou recentemente o último relatório de situação¹² sobre a emergência, que já gerou mais de 8 milhões de deslocamentos internos e 6,8 milhões de refugiados - que em sua maioria se dirigem à Polônia, Romênia e Hungria. Entre 26 de maio e 1

⁸ <https://news.un.org/en/story/2022/05/1118752>

⁹ <https://www.who.int/news-room/feature-stories/detail/world-health-assembly-approves-recommendations-to-support-people-living-with-ncds-in-humanitarian-emergencies>

¹⁰ <https://www.who.int/news-room/feature-stories/detail/world-health-assembly-approves-recommendations-to-support-people-living-with-ncds-in-humanitarian-emergencies>

¹¹ <https://www.who.int/news/item/03-06-2022-one-hundred-days-of-war-has-put-ukraine-s-health-system-under-severe-pressure>

¹² <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-EURO-2022-5152-44915-64281>

de junho, foram registrados 13 novos ataques ao sistema de saúde do país. Na atualização, as prioridades de saúde pública permanecem as mesmas das identificadas nas últimas semanas: os traumas e ferimentos relacionados ao conflito, saúde materna e neonatal, doenças crônicas, doenças contagiosas, perigo de armas tecnológicas (biológicas e químicas), e insegurança alimentar e subnutrição. Após três meses de guerra a quantidade de crianças e adolescentes precisando de assistência humanitária está crescendo, chegando a cerca de 5,2 milhões ¹³. Os relatórios do Escritório de Direitos Humanos da ONU afirmam que em torno de duas crianças são mortas por dia na Ucrânia e quatro ficam feridas, a maioria vítimas de explosivos que são lançados em áreas povoadas.¹⁴

Além disso, aprovou-se, na 75ª Assembleia Mundial da Saúde, uma resolução sobre a emergência de saúde na Ucrânia¹⁵. O documento reforça o repúdio da OMS à intervenção armada da Rússia no território ucraniano e os pedidos para que as ações sejam interrompidas imediatamente, destacando os enormes danos causados à saúde. A resolução também determina que Estados-membros respeitem o direito internacional e apoiem iniciativas lideradas pela ONU para dar assistência aos afetados, além de assegurar o livre fluxo de medicamentos, equipamentos e outras tecnologias de saúde para as áreas de conflito e seus arredores.

Efeitos globais dos 100 dias de conflito na Ucrânia

Recentemente, o conflito na Ucrânia completou 100 dias. A opinião hegemônica de analistas era que a guerra seria curta, mas a Ucrânia vem resistindo à invasão de seu território. O governo ucraniano informa que 20% do território está ainda ocupado e estima baixas diárias por volta de 100 soldados.¹⁶

Houve esforços para o recebimento de migrantes por parte de muitos Estados, em particular os da União Europeia: com acesso a área Schengen, os imigrantes na Polônia, Hungria e Eslováquia possuem livre acesso ao território do bloco, o que garante vistos emergenciais para aqueles que chegam. Quase 800 mil refugiados ucranianos já se encontram apenas na Alemanha, por exemplo.¹⁷ No entanto, como assinalamos em informes anteriores, essas políticas migratórias evidenciaram o viés racista da recepção europeia e mundial: a rapidez e boa vontade das potências em receber os imigrantes ucranianos contrasta com as políticas migratórias experienciadas por migrantes vindos de outros países e continentes. Além disso, em países como a Polônia e o Brasil, houve a produção de legislações que negam vistos a nacionais de outros países residentes na Ucrânia igualmente afetados pelo conflito.

Inúmeros efeitos do conflito já são vistos em outros contextos: o preço de alimentos básicos produzidos por Rússia e Ucrânia inflacionou, agravando crises relacionadas à fome especialmente em locais onde a oferta de alimentos já é escassa, como em algumas regiões da África.¹⁸ Na Somália e no Chifre da África, região atingida pelo conflito somali, uma recente seca tem sido devastadora, e o conflito na Ucrânia apenas aumenta as pressões inflacionárias: lá, os

¹³<https://www.unicef.org/brazil/guerra-na-ucrania-representa-ameaca-imediata-para-criancas-e-adolescentes>

¹⁴<https://unric.org/pt/100-dias-de-guerra-na-ucrania-criaram-consequencias-arrasadoras-para-criancas>

¹⁵https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA75/A75_ACONF6-en.pdf

¹⁶www.g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2022/06/06/o-assunto-721-guerra-na-ucrania-um-exame-aos-100-dias.ghtml

¹⁷<https://www.newsweek.com/ukraine-refugees-near-7-million-100-days-1712902>

¹⁸<https://amp.dw.com/en/african-food-prices-soaring-amid-ukraine-war/a-61790298>

valores do petróleo e do trigo já aumentaram em 300%.^{19,20} Paradoxalmente, o conflito estreitou as relações entre EUA e Venezuela, por conta da demanda pelo petróleo do país latino. Essa aproximação levanta a possibilidade da derrubada das sanções erguidas contra esse país, e uma possível reestruturação econômica, ainda que paulatina, impactando a vida de milhões de Venezuelanos, e toda a crise migratória recente.²¹

O conflito também gerou um diálogo entre os EUA e regimes do Oriente Médio denunciados por graves violações de direitos humanos, e atuação em conflitos nos outros países. Os EUA recorrem também a esses países, interessados em uma maior produção de petróleo, a fim de diminuir a pressão inflacionária. No entanto, eles estão relutantes em atender a demanda norte-americana, ganhando um imenso poder de barganha.²² Com esse poder, países como a Arábia Saudita se colocam numa posição capaz de alterar a balança de poder com os EUA, podendo receber ainda mais dólares e comprar mais armas estadunidenses.²³ As crises na região tornam-se, assim, mais difíceis, posto que esses países têm envolvimento direto nelas, como no caso da guerra civil do Iêmen e da Síria.

ACNUR: 100 dias da Guerra da Ucrânia e 100 milhões de refugiados em todo o mundo

No dia 3 de junho de 2022, Karolina Lindholm Billing, representante do ACNUR na Ucrânia, discursou no Palácio das Nações, em Genebra, para apresentar as ações que a organização tem implementado para assistir mais de 1,2 milhão de pessoas daquele país. Billing alertou que toda a ação humanitária desenvolvida até aqui em breve já não será suficiente. A população deslocada precisará ter um lugar seguro, quente e digno para se estabelecer, particularmente no inverno. Assim, nos últimos dias, o ACNUR e seus parceiros estão preparando uma visão geral do apoio que as famílias vulneráveis precisarão no próximo inverno, com o intuito de complementar a assistência fornecida pelas autoridades nacionais, outras agências da ONU e parceiros humanitários²⁴.

De acordo com novos dados do ACNUR²⁵, o número de pessoas deslocadas à força em todo o mundo chegou a 90 milhões no final de 2021, impulsionado por novas ondas de violência e conflitos prolongados em países como Etiópia, Burkina Faso, Mianmar, Nigéria, Afeganistão e República Democrática do Congo. Em adição, a guerra na Ucrânia deslocou 8 milhões dentro do país este ano e registrou mais de 6 milhões de refugiados da Ucrânia, batendo a escala de 100 milhões de refugiados no mundo inteiro pela primeira vez, no fim de maio de 2022.

Esse número corresponde a mais de 1% da população global, sendo equivalente a população do 14º país mais populoso do mundo. “Cem milhões é um número gritante –

¹⁹<https://www.care-international.org/news/ukraine-conflict-soaring-food-and-fuel-prices-threaten-wellbeing-millions-east-central-and>

²⁰https://www.lemonde.fr/en/international/article/2022/05/11/why-the-food-crisis-in-the-horn-of-africa-is-likely-to-get-worse_5983088_4.html

²¹<https://www.usip.org/publications/2022/03/russias-invasion-ukraine-shakes-venezuelas-geopolitical-status-quo>

²²<https://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/the-ukraine-war-is-making-saudi-arabia-and-the-uae-rethink-how-they-deal-with-us-pressure-over-china/>

²³<https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2022-04-28/war-in-ukraine-could-repair-u-s-saudi-ties>

²⁴<https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/6/6299c8f14/100-days-anguish-unhcr-focused-protection-shelter-ukrainians.html>

²⁵<https://www.unhcr.org/news/press/2022/5/628a389e4/unhcr-ukraine-other-conflicts-push-forcibly-displaced-total-100-million.html>

preocupante e alarmante em igual medida. É um recorde que nunca deveria ter sido alcançado”, disse o Alto Comissário da ONU para Refugiados, Filippo Grandi. “Isso deve servir como um alerta para resolver e prevenir conflitos destrutivos, acabar com a perseguição e tratar das causas subjacentes que forçam pessoas inocentes a fugir de suas casas.”²⁶

O ACNUR pretende divulgar seu Relatório Anual de Tendências Globais no dia 16 de junho de 2022, visando um conjunto completo de dados globais, regionais e nacionais sobre deslocamento forçado para 2021, bem como atualizações até abril de 2022 e detalhes sobre retornos e soluções²⁷.

Para além da Europa: Palestina, 74 anos da Nakba que nunca acabou

Em maio, a Palestina relembrou os 74 anos da Nakba, expressão árabe (que significa tragédia) usada para se referir ao evento que levou ao estabelecimento do Estado de Israel, impondo o deslocamento forçado dos palestinos que ocupavam a região. Contudo, o brutal assassinato da jornalista palestina Shireen Abu Akleh por tropas israelenses e o primeiro aniversário do bombardeio à Gaza de 2021 reforçam que essa catástrofe ainda não acabou.

Apesar de apagada na comunidade internacional, a emergência da Palestina se arrasta por mais de meio século e já resultou em aproximadamente 5 milhões de refugiados registrados pela Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA)²⁸, com quase um terço vivendo em campos de refugiados na Jordânia, Líbano, Síria, faixa de Gaza e Cisjordânia.

Com o estado de guerra constante, a vida dos refugiados palestinos que permanecem nas proximidades de Israel continua vulnerável a ataques armados. Os 11 dias de bombardeio que atingiram Gaza no último ano, por exemplo, causaram a morte de 256 palestinos e feriram mais de dois mil, incluindo 600 crianças²⁹.

Essa situação também é ilustrada pelo recente caso do assassinato da jornalista Shireen Abu Akleh em 11 de maio deste ano³⁰. Shireen trabalhava no jornal Al Jazeera e abordava as violações de direitos humanos sistemáticas causadas por Israel. Ela foi alvejada no rosto enquanto cobria uma incursão militar no campo de refugiados em uma cidade na Cisjordânia. O Al Jazeera e outras organizações internacionais consideram seu assassinato um crime de guerra.

Além dos danos ligados diretamente aos ataques armados, a instabilidade econômica, a pobreza, a destruição de inúmeras cidades e lares impõem um enorme peso sobre a saúde física e mental desses grupos a longo prazo. Os milhões de refugiados palestinos se deparam impedidos de acessar serviços de saúde, como ocorre com a pandemia de COVID-19.

Segundo o último relatório do departamento de saúde da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA, em inglês)³¹, foram 120

²⁶ <https://www.unhcr.org/news/press/2022/5/628a389e4/unhcr-ukraine-other-conflicts-push-forcibly-displaced-total-100-million.html>

²⁷ <https://www.unhcr.org/news/press/2022/5/628a389e4/unhcr-ukraine-other-conflicts-push-forcibly-displaced-total-100-million.html>

²⁸ <https://www.unrwa.org/palestine-refugees>

²⁹ <https://www.msf.org.br/noticias/gaza-algumas-feridas-nunca-cicatrizam/>

³⁰ <https://diplomatie.org.br/o-assassinato-de-shireen-abu-akleh-e-a-politica-de-morte-israelense/>

³¹ <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/unrwa-department-health-annual-report-2021>

mil casos e 2 mil mortes de refugiados palestinos registrados nos campos de atuação da organização apenas em 2021. Enquanto isso, as taxas de vacinação nos países que recebem refugiados são muito baixas: 38,6%, 31,6% e 26,8% da população recebeu duas doses na Jordânia, no território da Palestina e no Líbano, respectivamente. Na Síria, apenas 5% da população recebeu as duas doses de vacina contra a COVID-19. Quanto à dose de reforço, a taxa não chega a 5% em nenhum dos países.

Esse cenário demonstra o que muitos identificam como uma política de morte (ou necropolítica) implementada pelo Estado de Israel, que coloca em constante risco a saúde e a vida dos palestinos - esses que, há 74 anos, foram forçados a deixar suas casas para embarcar numa tragédia continuada.

Descentralização da atuação do PNUD no Brasil: circunstâncias contextuais e escolhas estratégicas

Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa

O PNUD possui uma grande amplitude de temas em que atua internacionalmente e flexibilidade institucional para adaptar seus recursos e projetos às necessidades atuais de cada país em que atua. No entanto, a junção dessas duas características, conjuntamente com mudanças bruscas de lideranças governamentais ou de estratégias políticas locais, também pode trazer momentos de hesitação administrativa dos escritórios do PNUD e oscilação entre órgãos parceiros dentro dos países. No Brasil, é possível observar uma tendência de redirecionamento das parcerias feitas pelo escritório brasileiro do PNUD nos últimos anos.

As parcerias construídas em cada país afetam diretamente o recorte da atuação e o alcance das atividades do PNUD. Em algumas instâncias, comparativamente às parcerias de órgãos estaduais ou municipais parcerias com órgãos federais aumentam o número de pessoas alcançadas mas diminui a capilaridade das atividades. Há também parcerias com organizações da sociedade civil e do setor privado, que não requerem o envolvimento de instâncias governamentais. Assim, exploraremos a configuração atual das parcerias do PNUD no Brasil através da análise da última atualização da carteira de projetos em andamento do escritório brasileiro, disponibilizada no relatório anual de 2020 do PNUD-Brasil³².

A carteira de projetos atual do PNUD conta com 86 projetos em andamento. No que concerne as parcerias governamentais do PNUD, existem 58 projetos com a parceria federal, 16 parcerias estaduais, apenas 2 projetos com parceria municipal. Entre os projetos restantes, 7 são do setor privado e 3 são de organizações da sociedade civil. Em média, os projetos são de longa duração, em ciclos de 5 anos com renovação para 10 anos. Atualmente, a carteira tem 13 projetos que estão a mais de dez anos em andamento, sendo o mais antigo iniciado em 2009. Além de sua carteira, o PNUD afirma que também realiza outras 13 ações em diferentes escalas em relação a estes temas, porém estas ações não foram discriminadas no relatório.

A carteira é organizada em três eixos temáticos: (i) o eixo de “Desenvolvimento socioeconômico inclusivo”, com 38 projetos; (ii) o eixo “Governança e justiça para o desenvolvimento”, com 30 projetos; (iii) e o eixo “Desenvolvimento ambientalmente sustentável”, com 18 projetos.

Em relação aos 58 projetos de parcerias no nível federal, destaca-se o segundo eixo temático, de governança e justiça, com 24 projetos. É possível observar uma tendência dos projetos no nível federal abordarem o fortalecimento de instrumentos de gestão nacional e de sistemas de informação. Entre os 16 projetos com parceria no nível estadual, há uma concentração de 10 projetos no primeiro eixo temático, desenvolvimento socioeconômico inclusivo. Já entre os 7 projetos em parceria com o setor privado, quase todos pertenciam ao eixo de desenvolvimento socioeconômico inclusivo, com a exceção de um projeto de mineração que se encontra no eixo de desenvolvimento ambientalmente sustentável. Por fim, entre os projetos da sociedade civil, há 2 projetos sobre conservação da biodiversidade, no eixo ambiental, e 1 projeto de desenvolvimento socioeconômico inclusivo.

Uma estratégia utilizada pelo PNUD para assegurar que suas atividades sejam direcionadas ao contexto específico de cada país é a produção de um Programa de País a cada

³² <https://www.br.undp.org/content/dam/brazil/Relat%C3%B3rio%20PNUD%202020.pdf>

5 anos pelas sedes dos escritórios nacionais. No caso do escritório brasileiro, o Programa do Brasil para o ciclo 2017-2021³³ possuiu como foco o apoio à Agenda 2030 enquanto uma plataforma para auxiliar a transformação do Brasil por meio da territorialização dos ODS. Este planejamento estratégico procurou descentralizar a atuação do PNUD para o nível subnacional brasileiro. Tal abordagem de priorização foi fortemente influenciada pelo papel do PNUD de autoridade epistêmica para a territorialização dos ODS. Ainda no ano de 2016, o PNUD lançou o guia 'Roadmap for localizing the SDGs³⁴', conjuntamente com o UN-Habitat, tornando-se um ator-chave e referência internacional no tópico de implementação e monitoramento nos níveis subnacional e local.

Esta tentativa de redirecionamento é importante pois historicamente a relação do PNUD com o Brasil ocorria predominantemente no nível federal. Ainda que a maioria dos projetos em andamento hoje continuam sendo federais, este redirecionamento para o nível estadual é facilmente observável através das mudanças da carteira nos anos deste ciclo estratégico. Isso pois, antes de 2017 havia apenas 6 projetos com parcerias estaduais em andamento no Brasil. A partir de 2017 foram iniciados mais 10 projetos estaduais, mais do que duplicando a participação estadual na carteira. A estratégia implementada pelo PNUD neste ciclo foi de priorizar as regiões vulneráveis e populações com baixo e médio IDH, especialmente as regiões Norte e Nordeste, trabalhando mais intensamente com estados e municípios na promoção de alianças entre instituições nacionais, locais, público-privadas e outras organizações. Também foram priorizadas iniciativas para melhorar os serviços públicos em áreas como saúde, desenvolvimento social e rural e fortalecer as capacidades de formulação, monitoramento e avaliação de políticas de assistência social nos Estados.

Ao mesmo tempo, tanto os projetos quanto a construção de parcerias do PNUD costumam ocorrer em meio a um limiar delicado entre circunstâncias contextuais e seus planos estratégicos. Dentre as circunstâncias contextuais nos últimos oito anos no Brasil, foi observado uma diminuição significativa de novos projetos e parcerias com o nível federal por meio de um afastamento gradual dos órgãos federais. Nos anos de 2017 a 2018, o PNUD iniciou 14 projetos com parcerias federais. No entanto, este afastamento parece ter se acentuado em 2019. A partir de 2019 até 2021, apenas 8 novos projetos federais foram pactuados no nível federal e iniciados durante o governo Bolsonaro. Entre estes 8 projetos implementados a partir de 2019, 3 pertencem ao poder judiciário, enquanto o restante possui a parceria de um órgão executivo cada, sendo eles: o Ministério da Economia, o Ministério da Cidadania, o Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Regional, e a Agência Espacial Brasileira.

Por outro lado, a maior parte dos projetos vigentes estão programados para serem finalizados neste ano ou já foram finalizados. As vigências apresentadas no relatório apontam que, existem 14 projetos finalizados em 2020, 33 projetos em 2021, e mais 27 projetos com previsão para terminar em 2022. Evidentemente, há ainda a possibilidade de parte destes projetos terem sido renovados, mas ainda não publicados. Certamente, vários projetos novos devem ter se iniciado ou estão em fase final de negociação. Ainda assim, os dados indicam que 74 projetos dentre o total de 86 projetos em andamento, cerca de 85% da carteira atual da PNUD, estariam finalizados no fim de 2022.

Outra mudança interessante que surge em meio à atuação do PNUD no nível federal se refere à vinculação dos projetos à ministérios, ou outros órgãos federais, de atividade-meio ou

³³ <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/publicacoes/undp-br-cpd-2017.pdf>

³⁴ https://www.uclg.org/sites/default/files/roadmap_for_localizing_the_sdgs_0.pdf

atividade-fim. Grande parte dos projetos mais antigos da carteira se encontram vinculados a ministérios de atividade-meio, como o Ministério da Economia e Ministério das Relações Exteriores. Já os projetos mais novos passaram a ser vinculados aos ministérios de atividade-fim, como o Ministério da Cidadania, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Saúde.

Projetos de saúde

Em relação à atuação do PNUD e suas parcerias na área da saúde, destacam-se quatro projetos exclusivos do setor da saúde. O primeiro se chama “Estruturação do Sistema de Vigilância Sanitária”, implementado em parceria com a ANVISA e com vigência de 2011 a 2024. Os outros três projetos de saúde são parcerias com o Ministério de Saúde: “Ampliação de capacidades do SUS na Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação”, vigência de 2020 a 2024; “Promoção do Acesso aos Serviços de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento às IST, ao HIV/Aids e às Hepatites Virais”, vigência de 2015 a 2022; e “Fortalecimento da Gestão dos Serviços e do Sistema de Saúde do Haiti” em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vigência de 2017 a 2022.

O eixo da carteira que possui o maior número de projetos relacionados à saúde no Brasil é o “Desenvolvimento socioeconômico inclusivo”. A maior parte dos projetos estaduais e municipais que possuem investimento em infraestrutura costumam incluir também equipamentos de saúde, como a construção de novos postos, farmácias populares, reforma de hospital etc. E mesmo que em alguns projetos a saúde não seja trabalhada explicitamente, o foco da maioria dos projetos deste eixo concerne vários determinantes de saúde, especialmente no que se refere ao desenvolvimento social e bem-estar da população. No entanto, isso não impede que projetos de saúde também integrem os outros dois temas. Um exemplo atual é do projeto de “Fortalecimento da Gestão dos Serviços e do Sistema de Saúde do Haiti”, que está contido no tema de “Governança e justiça para o desenvolvimento”.

Por fim, devido à confluência entre o planejamento estratégico do PNUD de descentralização e entre a possível diminuição de interesse do governo federal, não é possível avaliar sem maiores investigações como está a relação entre o PNUD e o governo federal atualmente. No entanto, é visível que houve uma queda clara de parcerias do poder executivo federal com o PNUD durante o governo Bolsonaro. Resta compreender se este movimento é influenciado pelos percalços e dificuldades de negociação e de interesse deste governo, ou se esta é uma tendência estratégica que o PNUD pretenderá manter adiante.

Saúde de crianças, jovens e mulheres: prevenção de doenças não transmissíveis, saúde mental e combate ao terrorismo e violência

Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes e Karinne Marieta Carvalho

Nações Unidas - Comitê dos Direitos da Criança

A [Convenção dos Direitos da Criança](#) foi adotada na Assembleia Geral da ONU, em 20 de novembro de 1989, ratificada por 196 países. Ainda hoje, é o instrumento de Direitos Humanos mais aceito na história universal.

O Comitê dos Direitos da Criança (CDC) é o órgão formado por 18 especialistas independentes, que monitora a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança por seus Estados-membros, bem como a implementação dos Protocolos da Convenção sobre:

- [Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Pornografia Infantil](#) - em vigor desde 18 de janeiro de 2002;
- [Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados](#) - em vigor desde 12 de fevereiro de 2002;
- [Procedimento de Comunicações](#) - em vigor desde 14 de abril de 2014.

Todos os Estados-membros são obrigados a apresentar relatórios regulares ao Comitê sobre a implementação da Convenção. Os Estados devem apresentar um relatório inicial dois anos após a adesão à Convenção e, em seguida, relatórios periódicos a cada cinco anos. O Comitê examina cada relatório e endereça suas preocupações e recomendações “observações finais”.

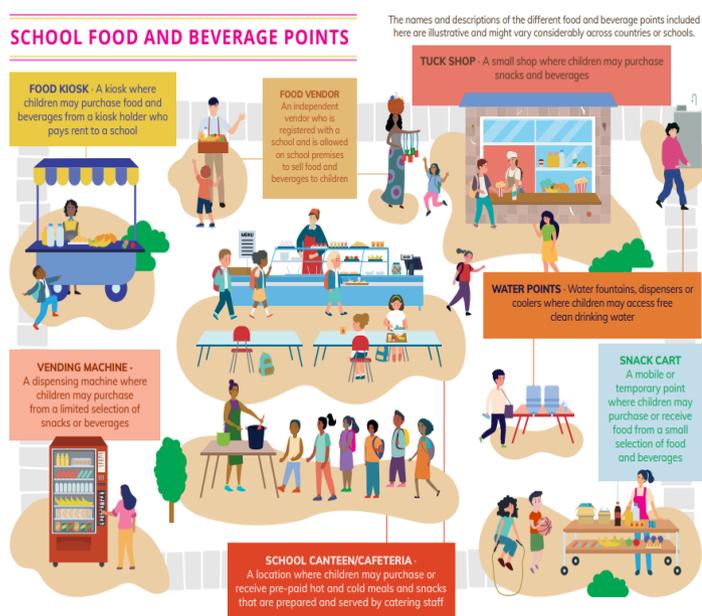
Para acessar a página do Comitê dos Direitos da Criança, [clique aqui](#).

Organização Mundial da Saúde (OMS)

A OMS lançou três documentos orientadores para a promoção e proteção da saúde de crianças:

[Promover a Alimentação Saudável nas Escolas](#)

- Este resumo de política apresenta a lógica e as evidências em torno dos incentivos para a promoção de uma alimentação saudável em ambientes escolares. Tem como objetivo aumentar a conscientização sobre a alimentação nas escolas e propõe pontos de ação para que os tomadores de decisão favoreçam uma alimentação mais saudável.



As evidências mostram que intervenções no ambiente escolar podem facilitar a seleção e o consumo de alimentos e bebidas que contribuam para a saúde das crianças. Com base em um custo relativamente baixo de implementação, essas ações podem apoiar uma alimentação

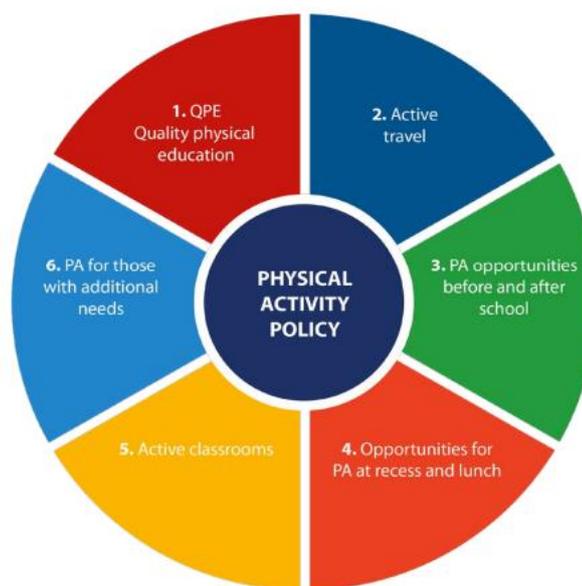
saudável e complementar outros esforços, como políticas de alimentação e nutrição escolar e aquisição de alimentos saudáveis.

[Protegendo as Crianças do Impacto Nocivo do Marketing de Alimentos](#) - Fornece aos formuladores de políticas, gerentes de programas e profissionais de saúde, informações e opções de políticas para aumentar a proteção das crianças contra o impacto nocivo do marketing de alimentos, reduzindo o poder e a exposição das crianças à essas práticas. Para tanto, os governos são chamados para restringir o marketing de alimentos que contribuem para uma dieta não saudável.

[Promoção da Atividade Física nas](#)

[Escolas](#) - Descreve a importância de integrar a atividade física nas escolas primárias e secundárias para que todas as crianças e jovens possam ser fisicamente ativos regularmente, o que contribui para prevenir o crescente problema de saúde pública da obesidade infantil. O Guia contempla seis domínios: proporcionar atividade física com qualidade; implementar estratégias para estimular deslocamentos ativos de e para a escola; fornecer atividades antes e depois da escola; oferecer oportunidades de atividade física durante o recreio; incorporar salas de aula ativas nos currículos das escolas; e garantir abordagens inclusivas de atividade física para crianças que precisam.

Fig. 2. The six domains that are effective as part of a whole-of-school approach to promoting physical activity



PA: physical activity; QPE: quality physical education.
Source: WHO (2021) (4)

UNICEF - On My Mind: Promovendo, Protegendo e Cuidando Da Saúde Mental Das Crianças.

A publicação [The State of the World's Children 2021](#) examina a saúde mental de crianças, adolescentes e cuidadores. Concentra-se em riscos e fatores de proteção em momentos críticos do curso de vida e investiga os determinantes sociais que moldam a saúde mental e o bem-estar.

Entendendo a Saúde Mental: quebrando barreiras - A incapacidade de abordar a saúde mental pode ser medida pelo pouco que as sociedades estão dispostas a falar ou entender sobre isso. O medo de palavras duras, risos e abusos que reforçam o estigma em torno da saúde mental tornam mais difícil para crianças, adolescentes e cuidadores expressarem seus sentimentos.

A pandemia do COVID-19 levantou preocupações sobre a saúde mental de uma geração de crianças. Mas a pandemia pode representar a ponta de um iceberg de saúde mental – um iceberg que foi ignorado por muito tempo. Promover uma boa saúde mental para todas as crianças exige compromisso, comunicação e ação como parte de uma abordagem abrangente e necessária para proteger as crianças vulneráveis e cuidar das crianças que enfrentam os maiores desafios.

Em quase todas as partes do mundo, sejam países ricos ou pobres, as condições de saúde mental – e a falta de respostas de cuidado – causam sofrimento significativo para crianças e jovens e são uma das principais causas de morte, doença e deficiência, especialmente para adolescentes mais velhos. Estima-se que mais de 13% dos adolescentes em todo o mundo vivem com um transtorno mental. Emoções poderosas como Incerteza, solidão e pesar envolveram a vida de muitos milhões de crianças, jovens e famílias. Crianças e jovens podem sentir o impacto do COVID-19 em sua saúde mental e bem-estar por muitos anos. Ao entrarmos no terceiro ano da pandemia, a interrupção das rotinas, educação, lazer, além da preocupação com a renda familiar e a saúde, estão deixando muitos jovens com medo, raiva e preocupação com o futuro.

A solidão e o isolamento inserem crianças e adolescentes num mundo cada vez mais digital. E o tempo dedicado às telas acaba deslocando essa parcela da população de atividades saudáveis como atividade física, relacionamento pessoal, leitura, sono e desempenho escolar. Os longos períodos imersos em mídias sociais e dispositivos eletrônicos têm sido muitas vezes a causa de problemas de saúde graves como depressão e ansiedade. Nessa população, esses distúrbios são associados ao uso de substâncias, segregação, relações interpessoais pobres, e até mesmo o suicídio.

A depressão é um distúrbio de saúde mental que pode ocorrer com qualquer pessoa independente de grupo social ou idade. No entanto, quando ocorre durante a adolescência está associada a significativos prejuízos acadêmicos, psicossociais e cognitivos. Mesmo antes da pandemia, o sofrimento psicossocial e a saúde mental precária afligiam muitas crianças. Em 21 países, cerca de 1 em cada 5 jovens de 15 a 24 anos disseram que muitas vezes se sentem deprimidos ou têm pouco interesse em fazer as coisas, de acordo com uma pesquisa global do UNICEF e Gallup ([The Changing Childhood Project](#)). Os que estão em maior risco incluem os milhões que são forçados a deixar suas casas, marcados por conflitos e sérias adversidades, e privados de acesso à educação, proteção e apoio.

O alto custo do baixo investimento

Apesar desse cenário, governos e sociedades estão investindo muito pouco na promoção, proteção e cuidado da saúde mental de crianças, jovens e seus cuidadores. Paga-se um alto preço econômico por essa negligência – cerca de US\$ 387,2 bilhões em potencial humano perdido que poderia ir para as economias nacionais a cada ano. O custo em termos de como isso afeta a vida real, no entanto, é incalculável.

O suicídio é a quarta principal causa de morte entre jovens de 15 a 19 anos. Todos os anos, quase 46.000 crianças entre 10 e 19 anos terminam suas próprias vidas – cerca de 1 a cada 11 minutos. Globalmente, cerca de 2% dos orçamentos de saúde do governo são alocados para gastos com saúde mental, menos de US\$ 1 por pessoa em alguns dos países mais pobres. Esses números estão muito aquém do tratamento de condições de saúde mental, especialmente daquelas que enfrentam os maiores desafios de saúde mental, e da promoção de uma saúde mental positiva.

Se a pandemia ensinou alguma coisa, é que a saúde mental de crianças e adolescentes é profundamente afetada pelo ambiente e pelas circunstâncias – suas experiências com pais e cuidadores, suas amigas e como brincam, aprendem e crescem.

Para acessar On My Mind: Como os adolescentes vivenciam e percebem a saúde mental ao redor do mundo, [clique aqui](#).

Referências de interesse no tema: Portal de Boas Práticas do IFF/Fiocruz ([Encontro com Especialista](#) e [Postagem](#) - Comportamento Suicida na Infância: por que devemos pensar sobre isso?)

The Lancet - Prevenir defeitos congênitos, salvar vidas e promover a equidade em saúde: um apelo urgente à ação para a fortificação obrigatória universal de alimentos com ácido fólico

A espinha bífida e a anencefalia são defeitos comuns do tubo neural. A anencefalia é fatal e a espinha bífida aberta ou mielomeningocele, é tratável, mas não curável. Muitos indivíduos que vivem com espinha bífida sofrem incapacidade permanente e complicações crônicas de saúde física e psicológica, exigindo cuidados cirúrgicos e médicos ao longo da vida. Os cuidados cirúrgicos para a espinha bífida são caros, complexos e escassos em muitos países devido à falta de cirurgiões especializados e equipes de atendimento multidisciplinares.

Entre 214 e 322 mil gestações em todo o mundo são afetadas por espinha bífida e anencefalia anualmente, com uma prevalência média de cerca de 20 casos por 10.000 nascimentos, o que corresponde a um caso em cada 500 nascimentos em todo o mundo. Em países de baixa e média renda, a prevalência ultrapassa um em cada 100 nascimentos. Anualmente, cerca de 60.000 gestações afetadas são interrompidas após o diagnóstico pré-natal, e outras 60.000 resultam em natimortos.

Pílulas de suplemento de ácido fólico são recomendadas juntamente com uma dieta saudável

Das poucas causas conhecidas de espinha bífida e anencefalia, a mais predominante é a concentração insuficiente de folato na mãe antes e durante o início da gravidez. A dieta por si só é insuficiente para fornecer a ingestão diária recomendada de ácido fólico, porque uma quantidade considerável de folato alimentar é perdida durante o processamento e cozimento dos alimentos. Além disso, o folato alimentar tem menor biodisponibilidade do que o ácido fólico. O ácido fólico é essencial para o desenvolvimento do tubo neural nas primeiras 4 semanas de gravidez, mas como metade de todas as gestações no mundo não são planejadas, a maioria das mulheres desconhece sua gravidez durante essa janela crítica e pode não tomar a ingestão recomendada de ácido fólico. A solução é fornecer ácido fólico adequado às mulheres em idade reprodutiva de forma oportuna, eficaz, equitativa e econômica. A fortificação de alimentos em larga escala atende a todos esses critérios.

A fortificação obrigatória de alimentos com ácido fólico é uma estratégia eficaz de saúde pública

A eliminação da insuficiência de folato em mulheres em idade reprodutiva previne a espinha bífida e a anencefalia, mas apesar desse conhecimento, apenas cerca de 60 países optaram por implementar a fortificação obrigatória efetiva de farinha de trigo, farinha de milho ou arroz, a partir do ano de 2020. Com exceção da Moldávia e Kosovo, nenhum outro país europeu implementa a fortificação obrigatória de ácido fólico, resultando em mais de 1.000 gestações afetadas por espinha bífida e anencefalia que são evitáveis todos os anos na Europa. Muitos países da África e da Ásia também não implementam a fortificação com ácido fólico. Cerca de 215.000 casos de espinha bífida e anencefalia poderiam ter sido evitados em 2019 entre os países que não implementaram a fortificação com ácido fólico. Além disso, nem todos os países que atualmente implementam a fortificação estão atingindo todo o potencial de prevenção devido à implementação limitada ou baixa cobertura de alimentos fortificados, ou ambos.

outros entraram em vigor, como o que autoriza que cada pessoa registre quatro armas (antes eram duas); o que permite posse de armas a moradores de áreas rurais; o que aumenta o limite anual de munições de 50 para 200 (e depois, para 550); e o que revoga três portarias do Exército que possibilitavam o rastreamento e o controle de armamentos.

Novos decretos publicados em 2021, regulamentaram o [Estatuto do Desarmamento](#) (Lei 10.826, de 2003), no sentido de flexibilizar normas e ampliar o acesso a armas de fogo. Entre outros dispositivos, as normas permitem que profissionais autorizados, além de colecionadores, atiradores e caçadores (CACs), possam comprar mais armas e munições. Também modificam os critérios para análise do pedido de concessão de porte e reduzem a lista de artefatos classificados como produtos controlados pelo Exército (PCEs).

No Brasil, as mortes de adolescentes e jovens já são altamente marcadas pela violência causada pelas armas de fogo, com profunda influência dos marcadores de vulnerabilidade social. Esse processo pode agravado com a facilitação do acesso a armas de fogo, considerando o fenômeno já reconhecido nos Estados Unidos.

Nos EUA, ocorreu uma mudança acelerada na última década na principal causa de morte entre nesses grupos. De acordo com os dados mais recentes dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), publicados em 2022, as armas de fogo são a principal causa de morte entre os jovens americanos. As mortes por armas de fogo tiveram um aumento de 83% desde 2013, e quase 60% dessas mortes foram homicídios. O grande vilão das mortes de jovens estava relacionado a acidentes com veículos motorizados, mas esse dado vem caindo progressivamente (redução de 51% desde 2000).

Lesões e mortes por armas de fogo em jovens mostram sérias disparidades raciais e étnicas. Jovens negros não hispânicos de 0 a 19 anos tiveram um aumento sem precedentes de 40% nas mortes por armas de fogo entre 2019 e 2020. Em 2020, meninos adolescentes negros não hispânicos (de 15 a 19 anos) morreram por homicídio por arma de fogo a uma taxa 21 vezes maior do que a de meninos adolescentes brancos não hispânicos. Nas últimas duas décadas, estima-se que 136.292 lesões por arma de fogo ocorreram entre adolescentes negros não hispânicos em comparação com 45.525 lesões em adolescentes brancos não hispânicos. Essas consideráveis disparidades raciais estão enraizadas na pobreza e no racismo estrutural e cultural, resultando em uma percepção preconceituosa e tendenciosa da violência por armas de fogo em populações minoritárias, o que diminui o senso de urgência para reduzir essa violência. Por outro lado, o comportamento clássico de risco de armas de fogo, ou seja, o porte de armas de fogo entre os jovens, difere dessas tendências, pois as taxas de porte de armas de fogo em 2015–19 foram mais altas entre adolescentes brancos, rurais e de renda mais alta.

A ausência de intervenções de prevenção de lesões deve ser abordada com medidas concentradas no combate às armas de fogo com uma abordagem de saúde pública multifacetada focada na ciência e nas intervenções. Também deve-se reconhecer e abordar as iniquidades em saúde relacionadas aos homicídios por armas de fogo. Sabe-se que uma abordagem de saúde pública é um componente essencial dos esforços para reduzir ferimentos e mortes por armas de fogo, e agora devemos nos comprometer totalmente a preveni-lo.

Para acessar o artigo completo, [clique aqui](#). Para acessar outras referências utilizadas, [clique aqui](#).

UNFPA

O Conselho Executivo realiza sua sessão anual, agendada para 6 a 10 de junho. A pauta será: relatório final sobre a implementação do Plano Estratégico da UNFPA (2018-2021) e a análise do progresso na obtenção dos resultados, incluindo resposta à Covid-19; relatório sobre as respostas da gestão às recomendações de 2021 da Unidade de Inspeção Conjunta; revisão financeira; atualização da resposta humanitária; relatório anual sobre a função de avaliação, como aceleradora na implementação do Plano Estratégico do UNFPA, 2022-2025.

Os documentos para a sessão anual podem ser encontrados [aqui](#), e a notícia completa, [aqui](#).

UN Women

A ONU Mulheres lançou uma nota programática com foco no [Combate ao Terrorismo e Prevenção da Violência e Extremismo](#), pautada na estrutura Mulheres, Paz e Segurança.

A ideia é que o documento funcione como uma ferramenta estratégica global para a implementação do programa, que está alinhado com o Plano Estratégico 2022-2025. Dentre as ações propostas, estão: apoio normativo, capacitação institucional, promoção dos direitos das mulheres em todos os níveis, fortalecimento da capacidade das mulheres de se engajar efetivamente em diálogos políticos e apoio na prestação de serviços nas comunidades.

A agência lançou também um guia estratégico detalhado, com vistas a:

- Proteger as mulheres dos danos do extremismo violento;
- Responder às vulnerabilidades de gênero de extremismo violento;
- Apoiar as instituições nacionais no fornecimento de serviços sensíveis ao gênero em contextos impactados por terrorismo e extremismo violento;
- Promover a liderança feminina e significativa participação no combate ao terrorismo e prevenção de processos de extremismo violento;
- Fortalecer as metas de prevenção de violência para produzir cada vez mais igualdade de gênero, justiça, sociedades pacíficas e inclusivas.

Para acessar o guia completo, [clique aqui](#).

**As dimensões de sustentabilidade, resiliência e inclusão:
aproximações necessárias para a compreensão dos sistemas alimentares globais
contemporâneos.**

Denise Oliveira e Silva, Eduardo Nilson, Erica Ell

O reconhecimento das dimensões sustentabilidade, resiliência e da inclusão dos sistemas alimentares globais para tornar a vida humana e a do planeta viáveis orienta a elaboração deste informe. O que tem sido apontado nas recomendações da FAO e do WFP para atingir a meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de acabar com a fome no mundo e promover a garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos. Mas que tem sido apontado por pesquisadores e instituições governamentais e não governamentais da premência de redirecionar os sistemas alimentares de forma corajosa e humanitária frente aos interesses econômicos e políticos de corporações mundiais ligadas a indústrias agroalimentares para a promoção da paz e da soberania e segurança alimentar e nutricional em âmbito global.

Este informe não visa avaliar as ações da FAO e do PMI de incentivo e promoção de sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e inclusivos. E sim, contribuir para a reflexão dos percursos compreensivos sobre estes sistemas para nos aproximarmos das dimensões que podem estimular a reflexão sobre o papel da agricultura como arcabouço existencial na saúde humana e ambiental.

A dimensão da sustentabilidade estimula a reflexão de que a opção ideológica hegemônica é a produção de alimentos-commodities baseada na ilusão neoliberal de abundância global de alimentos. Assim, a busca de alimentos para todos influenciada por teses demográficas do final do século XIX de que não há alimentos para todos no planeta ainda orienta a visão da importância da abundância de produção de alimento, mesmo que para isto seja necessário destruir variedades alimentares e afetar o clima do planeta.

Os alimentos-commodities aparecem como principais indicadores econômicos em nível mundial como fator de avaliação de aporte de calorias e proteínas e de disponibilidade alimentar para a humanidade. Por exemplo, uma análise recente das safras usando dados oficiais da FAO (FAOSTAT – Food Balances) mostrou tendências históricas e projeções futuras das safras segundo sua utilização (consumo direto, alimentação de animais, processamento, exportação, uso industrial não alimentar e produção de sementes).¹

Como resultado, hoje, segundo dados da FAO, 70% dos principais grãos produzidos no mundo não são destinados ao consumo humano nos países produtores, mas à exportação, alimentação animal e outras finalidades industriais e somente 9 produtos correspondem a dois terços de toda a produção, tornando-se *commodities*.

Essas mudanças favorecem, portanto, a predominância de sistemas alimentares que não garantem a segurança alimentar e nutricional local e global e colocam em risco a saúde das populações, a biodiversidade e a preservação ambiental, afetando simultaneamente vários ODS. Desse modo, também se vinculam como determinantes da síndrome global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas.

Em termos globais, as tendências gerais de produção de alimentos-commodities têm sido crescentes e com estabilidade durante as últimas décadas. Observa-se a substituição das culturas para o uso industrial, como o caso da América Latina, em essa mudança envolve a

substituição das culturas para consumo direto e alimentação animal por culturas voltadas para a exportação e uso industrial.

A partir das tendências desde a década de 1960 até os anos 2010, foram projetadas as tendências do cultivo segundo destino das safras e o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS 2) até 2030. Em análise recente de Ray e cols (2021)³⁵, o alcance do ODS 2 segundo a direção atual de destinação dos cultivos no mundo, apontou que, enquanto grande parte do mundo teria a suficiência de alimentos em termos da disponibilidade total, a maioria dos países africanos continuariam em risco de insuficiência para garantir o crescimento populacional e mesmo para alimentar as populações mais vulneráveis.

A dimensão inclusiva de construção de sistemas alimentares, mostra que territórios, povos e populações têm sofrido os efeitos opressores da globalização dos sistemas alimentares hegemônicos. Ao considerar somente o cultivo de alimentos para consumo direto, grande parte do mundo incluindo as Américas, África, Oceania e sul da Ásia não tem sido capaz de produzir alimentos suficientes para garantir o crescimento populacional e ou alimentar os malnutridos.

Esse fenômeno revela que nestes continentes, conhecidos pela influência de seus povos originários tem sofrido a redução de seus territórios e de migração e imigração de sua população para dar lugar aos sistemas globalizados, interferindo na própria soberania alimentar dos países e apontando as dificuldades na realização do Direito Humano à Alimentação Adequada no atual contexto.

No campo das políticas públicas, a competição entre sistemas alimentares orientados para diferentes destinações da produção agrícola reflete as diferenças no financiamento e subsídios, na política fundiária, nos estoques reguladores de alimentos, nos padrões para os programas de compras públicas e inclusive no distanciamento entre os guias alimentares baseados em alimentos, considerados como base para a orientação nutricional individual e coletiva, preservação dos hábitos alimentares tradicionais e como indutores das políticas de alimentação e nutrição e de segurança alimentar e nutricional.

Ao observar a dimensão da resiliência, temos por um lado a luta resiliente dos sistemas alimentares contemporâneos baseados nos alimentos-commodities e a resistência de povos e populações tradicionais ancestrais de manter suas práticas alinhadas aos ciclos da natureza.

A resiliência dos sistemas hegemônicos tem sido vitoriosa, sustentada por governos de diversos países e tem promovido o enfraquecimento de políticas locais dos continentes da América Latina, África e Ásia.

Nesse sentido, Jacob e cols. (2021)² destacam a importância da biodiversidade e da soberania alimentar para os sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e inclusivos, por meio da garantia da segurança alimentar e nutricional, do fortalecimento da resiliência às mudanças climáticas, no incentivo a dietas sustentáveis e inclusive na resiliência a surtos de zoonoses³⁶.

No Portal de Governança da FAO, as estratégias de promoção a resiliência assumem como ação: viabilizar o meio ambiente por meio de formulação de políticas efetivas; de ações

³⁵ Ray, D.K., Sloat, L.L., Garcia, A.S. et al. Crop harvests for direct food use insufficient to meet the UN's food security goal. *Nat Food* 3, 367–374 (2022). <https://doi.org/10.1038/s43016-022-00504-z>

³⁶ Jacob, M.C.M., Chaves, V.M., Rocha, C. (2021). Biodiversity Towards Sustainable Food Systems: Four Arguments. In: Jacob, M.C.M., Albuquerque, U.P. (eds) *Local Food Plants of Brazil*. *Ethnobiology*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-69139-4_1

de monitoramento e vigilância para salvaguardar para a adoção de sistemas de alerta precoce; a aplicação de medidas de prevenção e mitigação e o desenvolvimento de capacidades de resposta e recuperação eficientes³⁷. Embora estas medidas orientem as ações de resiliência global, neste mês de maio o a FAO anunciou que os preços internacionais dos óleos vegetais e produtos lácteos baixaram, mas ainda com os preços do trigo do arroz e das carnes aumentando

3839

O aumento da fome apontado pelo WFP, sendo mais expressivo em várias partes do mundo, segue alarmante em função dos conflitos armados e dos problemas ambientais, como apontado pela agência⁴⁰

O reconhecimento de que é necessário estabelecer metas e diretrizes contundentes globais para reposicionar os sistemas alimentares a partir da clara compreensão das dimensões de sustentabilidade, de resiliência e de inclusão para tornar a vida humana e a do planeta viáveis, ainda se revela com muitos desafios a serem superados.

Como desafio particular destaca-se o que foi apontado a partir da Cúpula dos Sistemas Alimentares, de construir uma governança global pelas Nações Unidas e suas agências que articule efetivamente os eixos prioritários com compromissos e metas nacionais e internacionais estabelecidos diante da proposta de multissetorialismo, e sem colocarem risco as premissas de sustentabilidade, resiliência e inclusão ⁴¹.

Com isso, há muitas críticas sobre este processo de governança global, principalmente pelas organizações da sociedade civil, de construção de um modelo sujeito às assimetrias de poder dos grupos e que pode promover mais desigualdades e aprofundamento de injustiças ⁴².

³⁷ <https://www.fao.org/policy-support/tools-and-publications/resources-details/en/c/423839/>

³⁸ <https://www.fao.org/newsroom/detail/fao-food-price-index-dips-in-may/es>

³⁹ <https://www.fao.org/worldfoodsituation/csdb/es/>

⁴⁰ <https://www.wfp.org/news>

⁴¹ <https://www.un.org/en/food-systems-summit>

⁴² People's Counter-Mobilization to Transform Corporate Food Systems - <https://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2021/09/Declaration-EN-2.pdf>

Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde

Isis Pillar Cazumbá

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

O presidente do BID, Mauricio Claver-Carone, estará à frente do Fórum de Comércio e Investimento para as Américas, que será realizado no dia 7 de junho, reunindo ministros regionais de comércio e relações exteriores e executivos-chefes das principais empresas globais para discutir investimentos e cadeias de suprimentos regionais, bem como o comércio sustentável e mudanças climáticas, e comércio e a economia digital no hemisfério.

O evento, que será realizado nos Estados Unidos, está alinhado com a [Visão 2025](#), o roteiro do BID para acelerar o crescimento inclusivo e sustentável, inclusive por meio de melhor alavancagem do setor privado.

O BID, como única instituição financeira internacional que está financiando ativamente, pretende usar o Fórum de Comércio e Investimento como uma oportunidade para ajudar ainda mais a América Latina e o Caribe a aproveitar a oportunidade de aumentar a integração regional e a participação no atual realinhamento global das cadeias de suprimentos⁴³.

Banco Mundial

O BM, em parceria com a Organização Mundial do Comércio (OMC), lançou o relatório *Trade Therapy: Deepening Cooperation to Strengthen Pandemic Defenses*. O relatório estuda como o comércio de bens e serviços médicos de muitas maneiras contribuiu para a segurança da saúde global durante a crise, obtendo suprimentos críticos para lugares onde eles eram mais necessários.

O relatório mostra que o comércio aberto, combinado com o apoio dos governos, levou ao desenvolvimento rápido das vacinas, embora a distribuição tenha sido desigual. E enquanto o comércio de bens médicos expandiu-se rapidamente, o comércio de serviços médicos diminuiu 9% em 2020, no primeiro ano da pandemia, por causa das restrições de viagem e fronteira. Esse declínio foi parcialmente compensado por um aumento nos serviços médicos transfronteiriços (incluindo a telessaúde), que beneficiou principalmente países de alta renda.

Os governos utilizaram políticas comerciais para reforçar a disponibilidade doméstica de bens e serviços médicos críticos e adotaram medidas emergenciais para facilitar o comércio, aliviar os gargalos regulatórios e promover a difusão das tecnologias em saúde.

O relatório traz recomendações sobre maneiras que os governos devem trabalhar para mitigar os riscos de integração nas cadeias globais de valor da saúde e maximizar os benefícios à medida que o mundo se prepara para futuras pandemias⁴⁴.

Durante os últimos dias, o BM apoiou diversos projetos importantes relacionados à saúde em alguns países. O BM aprovou US\$ 19,5 milhões em financiamento da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) para melhorar os serviços reprodutivos, maternos,

⁴³ Para maiores informações: <https://www.iadb.org/en/news/idb-president-claver-carone-host-regional-trade-and-foreign-ministers-forum-margins-9th-summit>

⁴⁴ Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/topic/trade/publication/stronger-trade-systems-for-better-health>

neonatais, de saúde e nutrição de crianças, adolescentes para toda a população de Djibouti, incluindo refugiados e comunidades de acolhimento, e ajudar o governo da integrar os refugiados no sistema nacional de saúde.

O BM aprovou US\$ 200 milhões em financiamento adicional para o projeto de Sistema de Proteção Social no Equador. Os novos recursos apoiarão a implementação da estratégia nacional *Ecuador Crece en Malnutrición* para reduzir a desnutrição em gestantes e crianças menores de 24 meses por meio da prestação de pacotes abrangentes de serviços e benefícios. Este financiamento amplia o projeto de Sistemas de Proteção Social aprovado em abril de 2019. O projeto tem ajudado a tornar mais equitativas os programas do Ministério da Economia e Inclusão Social (IME) ao atingir aqueles que mais precisam por meio de um mecanismo de seleção de beneficiários aprimorado implementado pelo Cadastro Social. Além disso, tem prestado assistência técnica para melhorar a efetividade do programa por meio do monitoramento, avaliação e fortalecimento institucional.

Projeto focado ainda na resposta pandêmica, o BM aprovou US\$ 500 milhões em financiamento adicional para a Operação de Saúde de Emergência COVID-19 da Turquia para apoiar a resposta do país aos impactos na saúde provocados pela pandemia de COVID-19. Este financiamento complementa o empréstimo original de US\$ 100 milhões, que foi aprovado pelo Conselho do BM em abril de 2020 como parte do Programa de Preparação e Resposta Estratégica COVID-19 do Banco. O financiamento adicional amplia o empréstimo original para garantir o acesso às vacinas COVID-19 seguras e eficazes no país. Um adicional de US\$ 250 milhões será fornecido como cofinanciamento do Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento (AIIB). O projeto ajudará a suprir o custo das compras atuais e futuras de vacinas.

O BM aprovou um projeto de US\$ 80 milhões para ajudar o [Nepal](#) a melhorar a prestação de serviços de água e saneamento e promover a gestão integrada dos recursos hídricos. O projeto ajudará os governos locais a desenvolverem instituições viáveis para fornecer serviços de abastecimento de água e saneamento de forma sustentável e eficiente. O projeto também fortalecerá a prestação de contas do setor aos clientes, construindo a capacidade de monitoramento e regulação das agências governamentais provinciais e federais do setor.

A fim de impulsionar o setor turístico tão prejudicado pela pandemia e cuidar da sustentabilidade ambiental, o BM aprovou um crédito fornecido pela IDA no valor de US\$ 30 milhões para o projeto *Turismo Resiliente e Economia Azul* em Cabo Verde⁴⁵.

⁴⁵ Para maiores informações:

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/05/27/djibouti-new-financing-to-strengthen-health-and-nutrition-services>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/05/26/the-world-bank-approves-us-200-million-in-financing-to-help-ecuador-combat-child-malnutrition>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/05/26/world-bank-approves-500-million-in-additional-financing-for-turkey-s-covid-19-pandemic-response>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/06/01/world-bank-provides-80-million-to-improve-water-supply-and-sanitation-services-in-nepal>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/05/31/afw-world-bank-supports-economic-recovery-through-resilient-tourism-and-blue-economy-investments-in-cabo-verde>

Fundo Monetário Internacional – FMI

O FMI lançou um artigo a respeito do financiamento de equitativo de vacinas. Intitulado *Finance Vaccine Equity: Funding for Day-Zero of the Next Pandemic*, o artigo aborda que a falta de financiamento oportuno para a compra de vacinas e outros produtos de saúde impediu a celeridade da resposta global à pandemia COVID-19. Com base na análise das datas de assinatura e entrega de contratos nos contratos de compra antecipada de vacinas COVID-19, este artigo constata que 60-75% do atraso nas entregas de vacinas para países de baixa e média renda é atribuível à sua assinatura de contratos de compra mais tarde do que países de alta renda, o que os colocou ainda mais para trás na linha de entrega. Uma instalação de compromisso de avanço pandemia com acesso a uma linha de crédito no dia zero da próxima pandemia poderia permitir que países de baixa e média renda garantissem pedidos mais cedo, garantindo uma resposta global muito mais rápida e equitativa do que durante a COVID-19. O artigo traz quatro sugestões para um financiador absorver parte ou todo o risco associado à linha de crédito e discute como o crédito complementaria outras propostas para fortalecer a arquitetura de financiamento para preparação, prevenção e resposta pandêmicas⁴⁶.

⁴⁶ Para maiores informações: <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2022/05/25/Finance-Vaccine-Equity-Funding-for-Day-Zero-of-the-Next-Pandemic-518280>

12ª Conferência Ministerial, Recursos Genéticos e Biodiversidade: Informe sobre OMC, OMPI e aUNCTAD

Claudia Chamas

OMC: Publicação Organização Mundial do Comércio e Banco Mundial e MC12

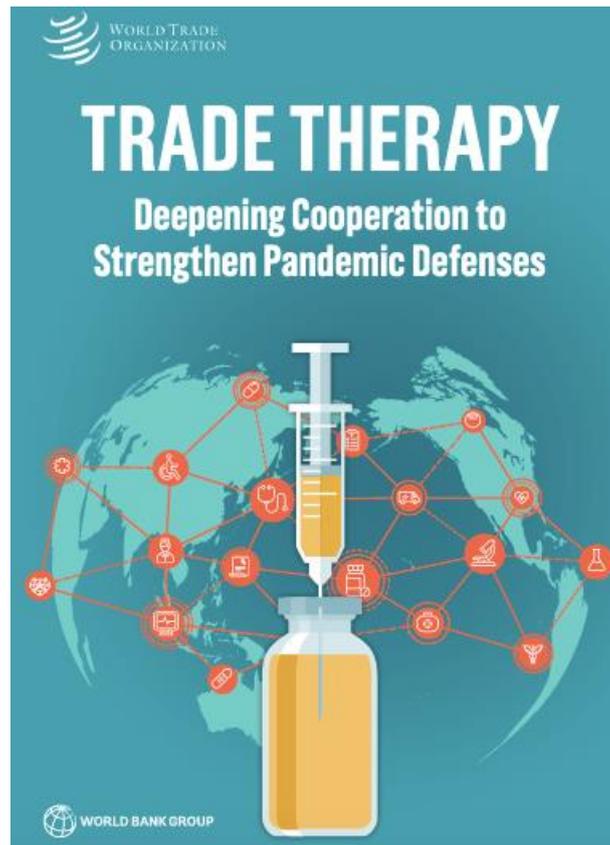
No dia 3 de junho, a Diretora-Geral da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, e a Diretora Administrativa de Políticas e Parcerias de Desenvolvimento do [Banco Mundial](#), Mari Pangestu, participaram do lançamento (Figura 1) do relatório “[Trade Therapy: Deepening Cooperation to Strengthen Pandemic Defenses](#)”, elaborado pela OMC e pelo Banco Mundial (Figura 2). O objetivo do estudo é “ajudar os formuladores de políticas a tirar lições para a política comercial e a cooperação internacional, examinando as políticas comerciais e comerciais de bens e serviços médicos antes e durante a pandemia de COVID-19”⁴⁷. Uma das principais conclusões aponta que o comércio desempenha papel crítico para garantir o acesso a bens e serviços médicos, incluindo os insumos necessários para fabricá-los, melhorar sua qualidade e diversidade e reduzir custos, durante crises globais de saúde, como a pandemia de COVID-19, contribuindo para a segurança global em saúde. A abertura comercial associada a apoio financeiro governamental estimulou a inovação, promovendo rápido desenvolvimento de vacinas (OMC, 2022).

Figura 1



Figura 2

⁴⁷ No original, em inglês: The objective of the report is to help policymakers draw lessons for trade policy and international cooperation by examining trade and trade policies in medical goods and services before and during the COVID-19 pandemic.”



A análise salienta que a concentração excessiva da produção, políticas comerciais restritivas, interrupções na cadeia de suprimentos e divergências regulatórias podem afetar a capacidade dos sistemas de saúde pública de responder a crises de saúde (OMC, 2022).

Okonjo-Iweala destacou que a cooperação internacional deve ser intensificada para melhorar a segurança sanitária global, frisando a necessidade de envolvimento da comunidade internacional nesse processo (OMC, 2022). Nas suas palavras:

“Este relatório ressalta como o comércio é uma força para o bem com vista a permitir o acesso a bens e serviços médicos – mas também aponta onde podemos melhorar (...) É lembrete oportuno, uma semana antes de nossa 12ª Conferência Ministerial, de como o comércio é parte da solução para muitos dos grandes desafios do nosso tempo, seja na saúde pública ou no meio ambiente”⁴⁸.

Mari Pangestu criticou o nacionalismo econômico e defendeu o trabalho coletivo e maior abertura comercial, que favoreceria a segurança sanitária global e melhores respostas às próximas pandemias (OMC, 2022).

Mariângela Batista Galvão Simão, Diretora-Geral Adjunta da Organização Mundial da Saúde e Thomas J. Bollyky, Diretor do Programa de Saúde Global do Council on Foreign Relations (CFR), enfatizaram a importância das parcerias internacionais em comércio, fortalecendo as defesas contra futuras crises de saúde.

⁴⁸ No original, em inglês: "This report underscores how trade is a force for good in terms of enabling access to medical goods and services – but also points to where we can improve (...) It is a timely reminder, a week ahead of our 12th Ministerial Conference, of how trade is part of the solution to many of the big challenges of our time, whether in public health or the environment."

Às vésperas da [12ª Conferência Ministerial](#) (MC12) – a primeira em mais de quatro anos, que será realizada de 12 a 15 de junho de 2022, não foi anunciado, até o momento, consenso para a proposta de suspensão dos direitos de propriedade intelectual no âmbito da pandemia de Covid-19, originalmente apresentada pela Índia e África do Sul em outubro de 2020. A agenda disponível no site da OMC ainda não contém detalhamento das reuniões (Figura 3). Nas últimas semanas, pequenos grupos têm feito reuniões para discutir documento resultante das reuniões realizadas recentemente pelos EUA, UE, Índia e África do Sul (o Quad). A Conferência será uma oportunidade para a OMC mostrar capacidade de resposta em vários campos críticos - saúde, economia, meio ambiente e segurança alimentar, além da reforma da Organização (Farge e Blenkinsop, 2022).

Figura 3



PROVISIONAL AGENDA

1 OVERVIEW OF ACTIVITIES OF THE WTO

Under this item of the agenda, Ministers will have the opportunity to review the operation and functioning of the multilateral trading system and to make general statements related thereto. Documentation available to delegations for the overview of WTO activities will include reports from the Director-General, the General Council and other WTO bodies on activities under their respective mandates.

2 ACTION BY MINISTERS

Ministers are expected under this item of the agenda to take any action which they may deem necessary for the work of the WTO. This may include any action on Ministerial texts and decisions.

3 DATE AND VENUE OF THE THIRTEENTH SESSION

4 ELECTION OF OFFICERS

OMPI: Comitê Intergovernamental de Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore

De 30 de maio a 3 de junho, a [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (World Intellectual Property Organization, WIPO) organizou reunião do [Comitê Intergovernamental de Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore](#) (Figura 4). Como mencionei em informe de março de 2022 o comitê tenta “finalizar instrumento jurídico internacional relacionado à propriedade intelectual, recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos, buscando coibir a apropriação indevida de fontes genéticas por meio de um requisito de divulgação obrigatória (WIPO, 2022).

Um dos principais documentos apreciados no último encontro foi o “[Chair’s Text of a Draft International Legal Instrument relating to Intellectual Property, Genetic Resources and Traditional Knowledge associated with Genetic Resources](#)”, preparado originalmente por Ian Goss, presidente do Comitê no biênio 2018-2019. A nova presidente, Sra. Lilyclaire Bellamy, tomou nota dos comentários feitos sobre o texto e tratará dos próximos passos em relação a ele (documento WIPO/GRTKF/IC/43/5).

O autor ressalta que as negociações conduzidas pelo Comitê em torno do requisito de divulgação não chegaram a uma conclusão. Embora haja distintos interesses políticos contidos nos objetivos do texto, Goss considera que é possível conciliar perspectivas, equilibrando direitos e deveres dos usuários e provedores de conhecimento. Para tanto, apresentou texto como contribuição para as negociações que estão a ser conduzidas pelo Comitê, sem prejudicar as posições de quaisquer Estados-Membros e refletindo apenas as suas próprias opiniões. O texto se empenha em considerar interesses políticos de todos os Estados-Membros e outras partes interessadas expressos ao longo dos últimos nove anos de negociações, além da documentação existente do Comitê, a publicação do Secretariado da OMPI “Questões-chave sobre os requisitos de divulgação de patentes para recursos genéticos e conhecimento tradicional”, e análise dos regimes de divulgação nacionais e regionais existentes. Os regimes variam significativamente em termos de escopo, conteúdo, relação com regimes de acesso e repartição de benefícios e sanções (OMPIb, 2022). Na opinião do autor:

“essas diferenças criam riscos inerentes aos usuários em termos de segurança jurídica, acessibilidade aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados e custos/encargos transacionais com potenciais impactos negativos na inovação. Além disso, um regime de divulgação global e obrigatório aumentaria a transparência em relação ao uso de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados no âmbito do sistema de patentes, melhorando a eficácia e a qualidade do sistema de patentes. Isso, a meu ver, também facilitaria a repartição de benefícios e a prevenção da concessão de patentes errôneas e a apropriação indébita de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados”.⁴⁹

Figura 4



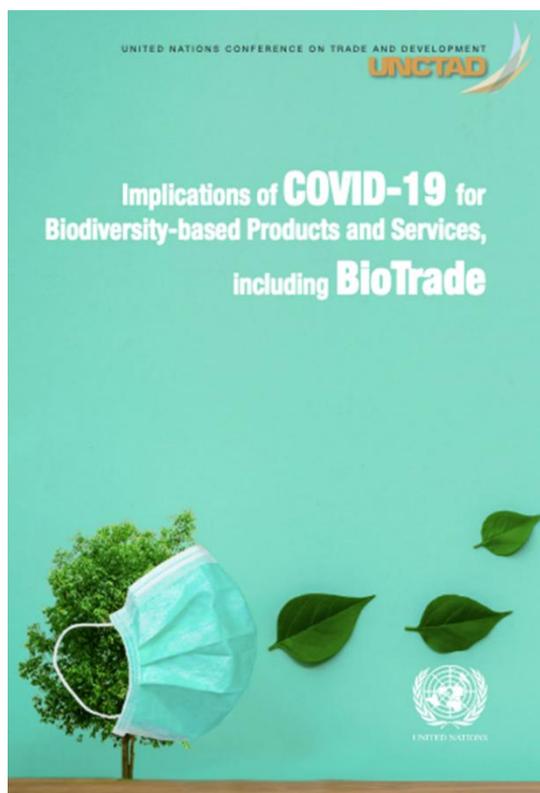
⁴⁹ No original, em inglês: “In my view, these differences create inherent risks to users in terms of legal certainty, accessibility to GRs and Associated TK, and transactional costs/burdens with potential negative impacts on innovation. In addition, a global and mandatory disclosure regime would enhance transparency in relation to the use of GRs and Associated TK within the patent system, improving the efficacy and quality of the patent system. This would, in my view, also facilitate benefit-sharing and the prevention of the granting of erroneous patents and the misappropriation of GRs and Associated TK.”

UNCTAD: Comércio e Produtos da Biodiversidade

Em 3 de maio de 2022, a [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#) (em inglês, United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD) lançou [estudo](#) sobre o impacto do COVID-19 no comércio de produtos baseados na biodiversidade, como café, cosméticos e mel (Figura 5). A análise mostra que os efeitos da pandemia variaram muito entre regiões, países e setores. Impactos positivos foram relatados por uma parcela maior de entrevistados do setor privado que apoiam os [Princípios e Critérios de BioComércio](#) (BioTrade Principles and Criteria) da UNCTAD, que se referem a produtos ou serviços oriundos da biodiversidade e comercializados de maneira que respeite as pessoas e a natureza. Muitos diversificaram suas atividades para lidar com a pandemia, criando novos canais de distribuição, produtos e parcerias, além de reforçar práticas de negócios sustentáveis e por meio de plataformas digitais. Novas oportunidades foram baseadas na demanda por produtos éticos, sustentáveis, locais e saudáveis. Uma organização de Moçambique – a Eco-MICAIA – experimentou aumento de vendas no mercado nacional, apesar das interrupções globais na cadeia de abastecimento, transporte e logística.

No campo das recomendações, o estudo ressalta a importância do apoio governamental ao setor privado com foco em transformação econômica sustentável. Também destaca a necessidade de promover acesso das pequenas empresas e comunidades rurais aos avanços digitais (UNCTAD, 2022).

Figura 5



Durante a 4ª sessão da [Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planejamento e Desenvolvimento Económico](#) (em inglês, Conference of African Ministers of Finance, Planning and Economic Development - CoM2022), ocorrida de 11 a 17 de maio de 2022, em Dakar, Senegal, Rebeca Gryznpan, diretora geral da UNCTAD, defendeu que a União Africana tenha assento permanente no G20, porque necessitamos da voz de África (Figuras 6 e 7).

Figura 6



Figura 7



Referências

- Farge E e P Blenkinsop. What could the WTO ministerial conference achieve? Disponível em: <https://www.reuters.com/world/what-could-wto-ministerial-conference-achieve-2022-06-03/> Acesso em: 6 de junho de 2022.
- OMCa. WTO-World Bank publication stresses key role of trade in responding to health crises . Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/heal_03jun22_e.htm Acesso em: 6 de junho de 2022.
- OMCa. DG Okonjo-Iweala calls on LDCs to focus on most pressing priorities for MC12. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/devel_16may22_e.htm Acesso em: 23 de maio de 2022.
- OMPIa. Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore, Forty-Second Session. Disponível em: https://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting_id=68408 Acesso em: 28 de março de 2022.
- OMPIb. Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore, Forty-third Session. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/wipo_grtkf_ic_43/wipo_grtkf_ic_43_5.pdf Acesso em: 6 de junho de 2022.
- UNCTAD. Study shows COVID-19 effects on trade in biodiversity products. Disponível em: <https://unctad.org/news/study-shows-covid-19-effects-trade-biodiversity-products> Acesso em: 6 de junho de 2022

Descrição dos Indicadores Temáticos para a Cultura na Agenda 2030

Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard

Nos [Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Número: 07/2022](#), fornecemos uma visão geral dos indicadores para a cultura relacionados aos objetivos e metas do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 presentes no marco referencial intitulado [Culture|2030 Indicators](#), publicada pela UNESCO, em 2019, sem versão em português⁵⁰. Neste informe, daremos continuidade ao tema descrevendo os indicadores temáticos da cultura detalhadamente de modo a demonstrar o resultado da metodologia desenvolvida pela UNESCO para quantificar a contribuição da cultura na agenda internacional do desenvolvimento sustentável.

Temos a convicção da importância do tema da Cultura na contribuição transversal na saúde, no meio ambiente, na educação e na história. A cultura associada à economia, comércio e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 são temas ainda bastante controversos e merecem nossa atenção para que a finalidade economicista não se sobreponha aos objetivos que só a cultura consegue trazer para o desenvolvimento de uma sociedade justa, equânime e plena no exercício de seus direitos culturais.

Resumidamente, foram escolhidos 22 indicadores da cultura divididos em quatro temas relativos ao desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, conforme descrito no quadro abaixo.



⁵⁰Optamos por realizar tradução livre para o idioma português da descrição, objetivos e fonte de dados dos indicadores temáticos, buscando ser mais fiel possível à publicação original, considerando a relevância do tema e acesso aos interessados no tema Versão em espanhol está disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373570>

A tabela seguinte descreve os indicadores temáticos, seus objetivos e a fonte de dados para obtenção das informações necessárias para a avaliação dos indicadores.

Dimensão 1 MEIO AMBIENTE E RESILIÊNCIA

Os indicadores da dimensão 1 são: (1) gasto em patrimônio, (2) gestão sustentável em patrimônio, (3) adaptação climática & resiliência, (4) infraestrutura cultural e (5) espaço aberto para a cultura.

(1) GASTO COM PATRIMÔNIO

Descrição	Despesas totais (públicas e privadas) per capita gasto na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural, por tipo de patrimônio (cultural, natural, misto, designação de Centro do Patrimônio Mundial), nível de governo (nacional, regional e local/municipal), tipo de despesas (despesas operacionais/investimento) e tipo de financiamento privado (doações em espécie, setor privado sem fins lucrativos, patrocínio)". (metodologia fornecida pela UIS ⁵¹)
Objetivo	Este indicador ilustra como as ações financeiras das autoridades públicas, tanto a nível local, nacional e internacional, isoladamente ou em parceria com organizações da sociedade civil (OSC) e a iniciativa privada, proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural tem um impacto direto na salvaguarda do patrimônio e ao construir assentamentos humanos mais sustentáveis.
Fonte de dados	Dados da UNESCO: UIS Contribuições nacionais e locais: Institutos Nacionais de Estatística, dados administrativos, pesquisas nacionais específicas e sistema de informações para cultura quando disponível

(2) GESTÃO SUSTENTÁVEL EM PATRIMÔNIO

Descrição	Lista de verificação para a estrutura de gestão sustentável para salvaguardar e gerir o patrimônio cultural e natural, práticas, conhecimentos, e artefatos históricos móveis
Objetivo	Visão geral dos pontos fortes e deficiências das ações públicas de proteção e promoção da sustentabilidade do patrimônio através da análise de três componentes: - registros e inventários nacionais e internacionais; - ações de proteção, salvaguarda e gestão do patrimônio envolvendo todas as partes interessadas e promoção da sustentabilidade; - O nível de apoio mobilizado para salvaguardar e revitalizar o patrimônio
Fonte de dados	Contribuições nacionais e locais: Dados administrativos, pesquisas nacionais específicas e sistemas de informação para a cultura quando disponíveis Dados da UNESCO: Relatórios periódicos das Convenções de 1972, 1970 e 2003, bem como os dados da pesquisa das Recomendações de 2011 e 2015.

(3) ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA & RESILIÊNCIA

Descrição	Lista de verificação para o quadro de adaptação ao clima, particularmente incluindo práticas tradicionais de resiliência.
Objetivo	Este indicador tem como objetivo avaliar as medidas adotadas para promover adaptação e mitigação da mudança climática e aumentar a

⁵¹ UNESCO Institute for Statistics

	resiliência por meio de salvaguarda e gestão sustentável de patrimônio cultural tangível e imaterial e patrimônio natural,
Fonte de dados	Contribuições nacionais e locais: Dados administrativos, pesquisas nacionais específicas e sistemas de informação para a cultura quando disponível. Dados da UNESCO: Relatórios periódicos das Convenções de 1972 e 2003.

(4) INFRAESTRUTURA CULTURAL

Descrição	A distribuição de equipamentos culturais por meio do mapeamento espacial.
Objetivo	Este indicador visa avaliar a diversidade de equipamentos culturais e sua distribuição com uma abordagem territorial. Ele possibilita a identificação de áreas culturais em relação à população, transportes, administração e centros econômicos. Este indicador complementa o indicador 19 “Acesso à cultura”, pois visa avaliar como os equipamentos culturais estão integrados à paisagem urbana e proporcionar um ambiente propício para as comunidades assistirem a eventos culturais, praticar e participar, e para profissionais e empresas culturais prosperarem.
Fonte de dados	Contribuições nacionais e locais: Dados administrativos

(5) ESPAÇO ABERTO PARA A CULTURA

Descrição	Número e tamanho dos espaços abertos usados para fins culturais por tipo de uso.
Objetivo	Este indicador visa avaliar a extensão dos espaços abertos públicos, a natureza dos espaços e o grau de uso público (incluindo mercados tradicionais)
Fonte de dados	Contribuições nacionais/locais: Dados administrativos Dados da UNESCO: ONU-Habitat – Estratégias de espaços abertos públicos ODS 11.7.1

Dimensão 2 PROSPERIDADE & MEIOS DE SUSTENTO

Os indicadores da dimensão 2 são: (6) cultura no Produto Interno Bruto (PIB), (7) empregabilidade na cultura, (8) negócios culturais, (9) despesas domésticas, (10) comércio de bens e serviços culturais, (11) financiamento público para a cultura e (12) governança da cultura.

(6) CULTURA NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Descrição	Porcentagem do Produto Interno Bruto atribuível a empresas privadas e produção cultural formal.
Objetivo	Este indicador visa avaliar a contribuição global do setor cultural para a economia de um determinado território. Uma limitação deste indicador é que não é capaz de levar em conta todas as atividades culturais, incluindo aquelas que são informais e não remuneradas. Alinha-se com a classificação internacional do Marco Referencial das Estatísticas Culturais.
Fonte de dados	Dados da UNESCO: UIS Contribuições nacionais e locais: Contas Nacionais, Pesquisas e censos, Pesquisas de serviços e comerciais, Registros governamentais, pesquisas especiais culturais, registros de artistas, etc., Fontes do setor privado (por exemplo, pesquisas especiais feitas por companhias ou veículos da mídia).

(7) EMPREGABILIDADE NA CULTURA

Descrição	Número de pessoas empregadas nos setores culturais e criativos e ocupações culturais como uma porcentagem do emprego total para o último ano.
Objetivo	Este indicador visa avaliar o papel da cultura como “empregador” em nível nacional e local, bem como a vitalidade e o dinamismo o setor cultural e o seu potencial na melhoria do bem-estar material daqueles que nele trabalham.
Fonte de dados	Dados da UNESCO: UIS Contribuições nacionais e locais: Contas Nacionais, Censo da População, Pesquisa sobre Força de Trabalho, registros administrativos (por exemplo, registros de seguridade social), associações profissionais.

(8) NEGÓCIOS CULTURAIS

Descrição	Porcentagem de negócios culturais como uma porcentagem em relação a todas as transações.
Objetivo	Este indicador tem como objetivo avaliar as condições de habilitação de negócios culturais (especialmente pequenas e microempresas), acompanhando a tendência do número de negócios culturais, em particular, onde não há dados para o indicador 6 “Contribuição econômica da cultura”.
Fonte de dados	Contribuições nacionais e locais: Pesquisas de empresas, Registros de empresas (como a Câmara de Comércio e órgãos setoriais)

(9) DESPESAS DOMÉSTICAS

Descrição	Percentual do gasto total das famílias dedicado a atividades, bens e serviços culturais.
Objetivo	Visa avaliar como as famílias de um determinado território valorizam bens e serviços culturais por meio de transações de mercado e obter informações sobre o tamanho e o potencial do mercado local para atividades, bens e serviços culturais
Fonte de dados	Contribuições nacionais e locais: pesquisas da indústria e censos, pesquisas de serviço, pesquisas de pequenos estabelecimentos, pesquisa sobre despesas das famílias.

(10) COMÉRCIO DE BENS E SERVIÇOS CULTURAIS

Descrição	As exportações de bens e serviços culturais como porcentagem de todas as exportações
Objetivo	Visa avaliar o grau em que os produtos como expressões da cultura são exportados refletindo tanto a demanda, o perfil internacional da cultura do país/cidade produtos e serviços, e o ambiente regulatório para habilitá-lo.
Fonte de dados	Contribuições nacionais e locais: Relatórios das alfândegas nacionais e da Receita preferencialmente, caso contrário, o banco de dados do Comércio Exterior. Dados da UNESCO: UIS

(11) FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA A CULTURA

Descrição	Proporção da despesa pública destinada a atividades culturais e criativas atividades e o orçamento público anual e as despesas com atividades culturais e setores criativos.
Objetivo	Este indicador tem como objetivo monitorar o valor do gasto público real em atividades culturais e criativas. Os valores reais dos gastos são preferenciais ao do orçamento alocado. Quando os gastos não estiverem disponíveis, os números do orçamento

	ainda podem ser apresentados preferencialmente comparando os valores reais das despesas com o orçamento alocado. Onde as despesas não estão disponíveis, dados orçamentários ainda podem ser apresentados.
Fonte de dados	Contribuições nacionais e locais: Dados administrativos, pesquisas nacionais específicas e sistemas de informação para a cultura quando disponível
(12) GOVERNANÇA DA CULTURA SEM FINS LUCRATIVOS, PATROCÍNIO	
Descrição	Lista de verificação da estrutura de governança para apoiar a cultura e criatividade
Objetivo	Este indicador oferece uma visão geral das políticas governamentais e estruturas regulatórias em vigor para apoiar uma variedade de atividades no Setor da Cultura, destinadas a assegurar e fomentar a sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social. Este indicador visa avaliar a regulação do setor da Cultura e promover melhores condições de trabalho e comércio para melhores condições de vida. Este indicador visa avaliar o grau de desenvolvimento da estrutura de governança em nível nacional/local para a cultura em geral e por domínios culturais especificamente (ver UIS FCS). Um número de componentes básicos foi selecionado e classificado em 3 níveis principais: <ul style="list-style-type: none"> - Quadro institucional e regulatório a nível nacional/local - Quadro de gestão, assistência técnica e financeira - Mobilização de apoio
Fonte de dados	Contribuições nacionais e locais: Dados administrativos, pesquisas nacionais específicas e sistemas de informação para governança da cultura quando disponível. Dados da UNESCO: Relatórios periódicos das Convenções de 1954, 1970, 1972, 2003 e de 2005

Dimensão 3 CONHECIMENTOS & COMPETÊNCIAS

Os indicadores da dimensão 3 são: (13) educação para o desenvolvimento sustentável, (14) conhecimento cultural, (15) educação multilinguística, (16) educação artística e cultural, (17) formação cultural.

(13) EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Descrição	Indicador Global ODS 4.7.1 fornecido pela UIS Este indicador está atualmente em desenvolvimento pela UIS. Assim que o indicador estiver disponível, ele provavelmente fornecerá dados desagregados relacionados à educação para diversidade cultural.
Objetivo	Este indicador visa avaliar até que ponto a educação global cidadã e a educação para o desenvolvimento sustentável, com ênfase particular na diversidade cultural, são integradas em todos os níveis em: (a) políticas nacionais de educação, (b) currículos, (c) formação de professores e (d) avaliação do aluno.
Fonte de dados	Dados da UNESCO: UIS Contribuições nacionais e locais: Dados administrativos, pesquisas nacionais e sistemas de informação para a cultura quando disponível.

(14) CONHECIMENTO CULTURAL

Descrição	Lista de verificação com foco em educação cultural e capacitação contínua
Objetivo	Este indicador tem como objetivo avaliar a forma como o conhecimento cultural aprimora as práticas de desenvolvimento sustentável.
Fonte de dados	Dados da UNESCO: Relatórios periódicos das Convenções de 1972, 2003 e 2005

(15) EDUCAÇÃO MULTILINGÜÍSTICA

Descrição	Porcentagem de horas de instrução dedicadas ao multilinguismo em relação ao número total de horas de instrução dedicadas a idiomas em: a) primário (ISCED 1 ⁵²) b) ensino secundário inferior (ISCED 2)
Objetivo	O indicador é usado para fornecer um valor aproximado para a extensão a qual o multilinguismo é promovido no ensino primário/fundamental e secundário/médio como uma aproximação dos níveis de promoção da interculturalidade, valorização e compreensão da diversidade cultural dentro do sistema educacional
Fonte de dados	Contribuições nacionais e locais: currículo escolar oficial obtido do Ministério da Educação Dados da UNESCO: Setor de Educação da UNESCO, IBE ⁵³

(16) EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL

Descrição	Porcentagem de horas de instrução dedicadas à educação cultural nos dois primeiros anos do ensino secundário/médio (ISCE 2), em relação ao número total de horas de ensino
Objetivo	O indicador visa avaliar o grau em que os estudos culturais são incluídos no currículo do ensino secundário/médio, como uma aproximação dos níveis de incentivo no sistema educacional de criatividade e talentos criativos, bem como a promoção da valorização das expressões culturais e “o desejo por cultura” entre os jovens.
Fonte de dados	Contribuições nacionais e locais: Currículo escolar nacional oficial do Ministério da Educação. Dados da UNESCO: Setor de Educação da UNESCO, IBE

(17) FORMAÇÃO CULTURAL.

Descrição	a. Número de alunos matriculados no ensino pós-secundário/médio e superior na área da cultura durante o ano de referência como porcentagem de todos os alunos matriculados nesses níveis de ensino b. Número de alunos concluintes do ensino médio e ensino superior na área da cultura durante o ano de referência como uma porcentagem de todos os alunos que se formam nesses níveis de educação
Objetivo	Este indicador visa avaliar a extensão da participação na cultura e estudos criativos no nível pós-secundário/médio.
Fonte de dados	Contribuições nacionais e locais: Ministérios de Educação - Ensino Técnico e Superior, Ministério da Cultura Dados da UNESCO: Setor de Educação da UNESCO, IBE

Dimensão 4 INCLUSÃO & PARTICIPAÇÃO

⁵² Sigla para “International Standard Classification of Education”. No Brasil, traduziu-se o ISCE como “Classificação Internacional Normalizada da Educação (CINE)”.

⁵³ Sigla para “International Bureau of Education”.

Os indicadores da dimensão 4 são: (18) cultura para coesão social, (19) liberdade artística, (20) acesso à cultura, (21) participação cultural e (22) processo participativo.

(18) CULTURA PARA COESÃO SOCIAL

Descrição	Este indicador de coesão social é um agregado de três indicadores: - Tolerância intercultural: Porcentagem de pessoas que não se opõe a ter um vizinho de outra cultura - Confiança interpessoal: Porcentagem de pessoas que relatam que outras pessoas podem ser confiáveis - Percepção de igualdade de gênero: Grau de avaliação positiva de igualdade de gênero (produção subjetiva)
Objetivo	Este indicador tem como objetivo avaliar o grau de compreensão, para medir o grau de aceitação pessoal de pessoas de outras culturas e para medir as lacunas entre mulheres e homens em relação às suas oportunidades e seus direitos de tomarem parte na vida cultural, social, econômica e política do seu país.
Fonte de dados	Contribuições nacionais e locais: Dados administrativos, Pesquisas nacionais específicas (incluindo o questionário Rosenberg) e Sistemas de informação para cultura quando disponíveis. Pesquisa de Valores Mundiais (WVS ⁵⁴); Latino Barômetro: Confiança interpessoal (A60112); Barômetro Asiático: a maioria das pessoas pode ser confiável (Q024); Barômetro Afro: A maioria das pessoas pode ser confiável, ou Confiar em outros.

(19) LIBERDADE ARTÍSTICA

Descrição	Lista de verificação para o nível de apoio à liberdade artística e para identificar o status de artista
Objetivo	Este indicador tem como objetivo avaliar o nível de desenvolvimento de um ambiente sustentável para artistas e criadores
Fonte de dados	Contribuições nacionais e locais: Ministério da Cultura, Dados administrativos, pesquisas nacionais específicas e Sistema de informações de cultura, quando disponível. Dados da UNESCO: relatórios periódicos da Convenção de 2005

(20) ACESSO À CULTURA

Descrição	Disponibilidade de infraestrutura cultural em relação à distribuição da população
Objetivo	Este indicador visa avaliar o grau em que diferentes pessoas têm acesso a equipamentos culturais Este indicador complementa o indicador 4 'Infraestrutura cultural', pois objetiva avaliar o número de equipamentos culturais em uma cidade ou país em relação ao tamanho da população, a fim de garantir o acesso a todos (mulheres, pessoas com deficiência, em desvantagem etc.). Onde houver dados disponíveis, pode ser desmembrado por tipos de infraestrutura cultural
Fonte de dados	Contribuições nacionais e locais: Dados administrativos, pesquisas nacionais específicas e sistemas de informação para a cultura quando disponível.

(21) PARTICIPAÇÃO CULTURAL

Descrição	Os três subindicadores medem:
-----------	-------------------------------

⁵⁴ Sigla para "World Values Survey".

	<p>1. Visitas a locais culturais: tendências no número de visitas a locais e performances culturais ou selecionados</p> <p>2. Atendimento cultural: Percentual da população que participou pelo menos uma vez de uma atividade cultural externa nos últimos 12 meses</p> <p>3. Atividades culturais individuais: Percentual de domicílios relatando praticar atividades culturais em casa nos últimos 12 meses (incluindo: Usar a internet para fins culturais (método Eurostat).</p>
Objetivo	<p>Este indicador tem três objetivos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliar o número total de visitas a locais ou equipamentos culturais. Os dados de tendências sugerirão se o interesse/visitas a tipos particulares de instalações está aumentando ou diminuindo - Avaliar a proporção da população que frequenta um evento ou equipamento cultural. Os dados de tendência de eventos ou equipamento culturais identificarão se a proporção da população que frequenta eventos culturais fora de casa está aumentando ou diminuindo. - Avaliar até que ponto as pessoas se envolvem em atividades ou habilidades em casa (não inclui atividades tradicionais diárias tais como cozinhar ou se vestir) para monitorar o papel de atividades culturais online
Fonte de dados	Contribuições nacionais e locais: Dados administrativos, Pesquisas nacionais específicas e sistemas de informação para a cultura quando disponível. Dados de provedores de serviços de Internet.

(22) PROCESSO PARTICIPATIVO

Descrição	Lista de verificação para o fôlego de participação de todas as partes interessadas, incluindo comunidades locais nos processos de desenvolvimento e implementação de políticas, programas e iniciativas culturais que as interessem.
Objetivo	<p>Este indicador visa avaliar as oportunidades abertas à sociedade civil – e aos profissionais e às minorias do setor cultural, em particular – para participar na formulação e implementação de políticas, medidas e programas que lhes dizem respeito, tanto nacional e regional/municipal/local.</p> <p>Este indicador complementa o indicador 12 'Governança da cultura' pois visa avaliar o papel dos cidadãos, comunidades e população em participar de todos os processos envolvidos no desenvolvimento e implementação de políticas e projetos relacionados com a cultura.</p>
Fonte de dados	<p>Contribuições nacionais e locais: Dados administrativos, pesquisas nacionais específicas e sistemas de informação para a cultura quando disponível.</p> <p>Relatórios periódicos das Convenções de 1972, 2003 e 2005</p>

As Organizações da Sociedade Civil marcam presença na 75ª Assembleia Mundial de Saúde

***Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina,
Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes,
Patricia Lewis e Luis Eugênio de Souza.***

Introdução

A 75ª Assembleia Mundial da Saúde foi o principal assunto nas redes da sociedade civil. Este informe destaca a participação das OSC no evento, construída a partir de reuniões paralelas, apresentação de documentos-base de discussões e declarações sobre diversos temas.

Para além da 75ª AMS, as 31 entidades se manifestaram sobre problemas de saúde global em eventos, publicações e articulações na busca de soluções que reconhecem o envolvimento de setores públicos e privados nas resoluções.

O texto a seguir está dividido em três grandes seções, uma dedicada às organizações da sociedade civil de interesse público, outra, às organizações da sociedade civil de interesse privado e a terceira, ao registro de eventos realizados ou anunciados pelas OSC.

A seção das OSC de interesse público, por sua vez, se subdivide em manifestações dirigidas à 75ª Assembleia Mundial da Saúde e em manifestações outras.

Por fim, a conclusão sumariza os principais achados.

A) ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

Assembleia Mundial de Saúde – declarações e temas associados

Pandemia de Covid-19

No dia 24 de maio de 2022, a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) apresentou à Assembleia Mundial de Saúde uma [declaração](#), reivindicando a adoção de um Tratado da Pandemia, baseado nos valores dos direitos humanos, da equidade e da solidariedade. A declaração afirma que, para ser efetivo, o Tratado deve resultar de um forte multilateralismo, com igual respeito e participação de todos os parceiros envolvidos, incluindo organizações não estatais comprometidas com o interesse público. Além da WFPHA, a declaração foi assinada por outras oito organizações em relações oficiais com a OMS: Global Health Council, International Hospital Federation, International Association for Hospice and Palliative Care Inc., International Physicians for the Prevention of Nuclear War, Stichting Global Network of People living with HIV/AIDS, The International Society for Quality in Health Care Company Limited by Guarantee, The-Task-Force for Global Health e World Organization of Family Doctors.

A World Heart Federation em parceria com oito organizações e apoio de mais quatro organizações fez uma declaração, pedindo [prioridade para as DCNTs nas atividades e acordos de preparação, resposta e coordenação das emergências, em todos os níveis](#). Ainda [destaca a aprovação de um número recorde de recomendações relacionadas às DCNT](#).

Outras doenças transmissíveis

A DNDi divulgou suas intervenções na 75ª Assembleia Mundial da Saúde centradas em três itens da agenda: o fortalecimento da preparação e resposta da OMS para emergências de

saúde; as estratégias globais do setor de saúde sobre, respectivamente, HIV, hepatite viral e infecções sexualmente transmissíveis; e o roteiro para doenças tropicais negligenciadas 2021–2030. As intervenções podem ser lidas [aqui](#).

APS e recursos humanos em saúde

A World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (WONCA) apresentou [uma declaração](#) sobre o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde e investimento em medicina familiar para garantir acesso equitativo aos serviços essenciais de saúde, principalmente para pessoas que vivem com DNTs e em ambientes com poucos recursos.

A Alliance for Health Policy and Systems Research [destacou sua participação na 75ª AMS](#), onde sediou dois eventos paralelos: um, juntamente com o governo da Etiópia, tratou de investimentos em recursos humanos para a saúde. O outro, em parceria com a Duke Charitable Foundation, tratou de formas para melhorar a atenção primária à saúde através da pesquisa de implementação, utilizando o exemplo da África.

A WONCA fez uma [declaração](#), lembrando que a pandemia do covid-19 reforçou a importância dos profissionais de saúde para a segurança global da saúde, ressaltando o papel das mulheres na prestação de serviços de saúde, que representam 70% dos profissionais de saúde e 90% daqueles que estão na linha de frente.

O Global Health Council destacou os [três principais temas](#) debatidos na 75ª sessão da AMS: o trabalho da OMS durante emergências, o financiamento sustentável da organização e ações direcionadas aos recursos humanos em saúde.

Equidade de gênero

A Women in Global Health chamou a atenção para a [disparidade de gênero](#) na 75ª Assembleia: “menos de um quarto dos 194 governos do mundo enviaram delegações chefiadas por mulheres à Assembleia Mundial de Saúde este ano, dando continuidade a uma tendência de um setor dominado por mulheres, quase totalmente controlado por homens.” E realizou dois eventos paralelos: [Gender and UHC: policy priorities for equitable and resilient health systems](#) e [Safe and decent working conditions for women health and care workers in times of crisis](#)

Juventude e saúde global

[A International Pharmaceutical Students' Federation](#) divulgou no *Twitter* a participação de sua delegação em eventos paralelos à 75ª reunião Assembleia Mundial da Saúde, com discussões sobre o papel da juventude na Saúde Global e a construção de sistemas de saúde resilientes, dentre outros.

Multilateralismo

O Global Health Council publicou uma [nota](#) logo após a Assembleia Mundial da Saúde em que destaca o papel fundamental de organizações multilaterais na atual estrutura da saúde global. Segundo a publicação, embora a pandemia tenha trazido à luz diversas falhas no sistema multilateral, não fosse o poder de coordenação da OMS, haveria ainda mais duplicação de esforços, incoerências e desperdícios na resposta à COVID-19. Falou também sobre a importância do financiamento destas organizações e sobre o papel fundamental das OSC, destacando a necessidade de que a sociedade civil tome frente nas discussões de estratégias para que as organizações multilaterais possam efetivamente entregar o que prometem.

Guerra na Ucrânia

O [International Council of Nurses](#) realizou diálogos bilaterais com o Ministério da Saúde da Ucrânia durante a 75ª reunião Assembleia Mundial da Saúde. As discussões se concentraram em explorar maneiras de fornecer apoio psicológico a enfermeiros e outros profissionais de saúde ucranianos afetados pela guerra.

Itens específicos da agenda: álcool, obesidade, alimentação infantil.

Em relação ao Item 14.1: Esboço do Plano de Ação 2022-2030 para implementação efetiva de estratégia global para redução do *uso nocivo de álcool* como prioridade da saúde pública, manifestaram-se:

A NCD Alliance e o MOVENDI International apoiaram o World Cancer Research Fund International na [declaração conjunta](#) em que pediram aos Estados-Membros mais recursos para implementação do plano, a revisão bianual do plano e tributação sobre o álcool.

A World Heart Federation assina com oito organizações e apoio da NCD Alliance uma [declaração](#) em que lembram a proximidade da Reunião de Alto Nível da ONU sobre DCNT, pedindo aos Estados-Membros que apoiem a integração dos indicadores de DCNT e saúde mental aos processos de avaliação de desempenho dos sistemas de saúde.

A World Heart Federation apoiada pela MOVENDI International [reafirmam os esforços para enfrentamento do desafio global da saúde e do álcool](#), incentivando a adoção de um plano.

Em relação ao Item 14.1(i) da agenda: Recomendações e Metas para *obesidade* e o novo plano de ação de aceleração, manifestaram-se:

A NCD Alliance apoiou a World Cancer Research Fund International na [declaração conjunta](#) em que solicitam a adoção das recomendações e metas e o novo plano de ação para a obesidade, além de um plano de ação global, encorajando o trabalho da OMS junto aos Estados-Membros para priorização dos determinantes comerciais e sociais nesses documentos.

Em relação ao *Item 18.1: Alimentação materna, infantil* e de crianças pequenas, manifestaram-se:

A World Cancer Research Fund International [apoiou](#) a solicitação para que a OMS desenvolva um guia regulamentando o marketing digital de substitutos de leite materno.

Congratulações ao diretor-geral da OMS

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) enviou [carta](#) ao dr. Tedros Adhanom, parabenizando-o pela reeleição para diretor-geral da OMS.

Além da 75ª Assembleia Mundial da Saúde

Congratulações à Fiocruz

A DNDi, no *Twitter*, [parabenizou a Fiocruz](#) pelos “122 anos dedicados à promoção da saúde, desenvolvimento social e compromisso com a ciência na América Latina!”. Na publicação, compartilhou o vídeo com marcos da história da Fiocruz, que também constituem marcos da história da saúde pública brasileira.

Covid-19

O Global Health Council publicou [análise](#) de Lisa Dieudonné, membro da organização, sobre a prevenção de pandemias na fonte. Segundo ela, é fundamental atuar para evitar o transbordamento de patógenos de animais para humanos.

[Estudo](#) publicado pela organização Public Citizen e a Escola de Saúde Pública de Yale estimam que as variantes da COVID-19 foram responsáveis por aproximadamente 460 mil mortes nos EUA. Segundo o estudo, são necessários esforços adicionais para reduzir os riscos de surgimento de novas variantes.

O People's Health Movement publicou [declaração](#) em que se pronuncia sobre a atual situação de crise na saúde. A devastação em massa e o desastre sanitário sem precedentes são uma consequência direta do desmantelamento dos serviços de saúde pública dentro das nações, bem como, dos processos decisórios distorcidos das instituições globais.

Outras doenças infecciosas

Os MSF alertaram para o [surto sem precedentes de sarampo](#) na República Democrática do Congo (RDC). Segundo o epidemiologista do MSF na região, a cobertura vacinal de rotina na RDC é a muito baixa. Ressalta os poucos recursos as pessoas para acessar às vacinas e dos serviços mantê-las refrigeradas por tempo suficiente para permanecerem eficazes.

A *Drugs for Neglected Diseases initiative* (DNDi) publicou um [documento informativo](#) que reivindica uma ciência para todos. O texto destaca a urgência da inovação médica para as doenças tropicais negligenciadas (DTNs). A hepatite C foi tema de divulgação da [parceria da DNDi com tailandeses](#) para melhorar o acesso a tratamentos e diagnósticos para pessoas na Tailândia.

Vacinas

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou o lançamento de kit de ferramentas de defesa da vacinação para adultos <https://vaccines4life.com/avat/>, destacando que as organizações da sociedade civil precisam de informações e orientações baseadas em evidências para ajudar a desenvolver a capacidade de informar políticas e promover a importância das vacinas.

O People's Vaccine Movement divulgou [declaração conjunta](#) dos governos da Escócia e do País de Gales em que urge ao governo do Reino Unido para que adotem a suspensão das proteções à propriedade intelectual para as vacinas contra a COVID-19.

Dia Mundial Sem Tabaco

A NCD Alliance apoiou as ações do [Dia Mundial Sem Tabaco](#), comemorado em 31 de maio, lembrando que o tabaco é um importante fator de risco para muitas doenças crônicas não transmissíveis e responsável por cerca de 8 milhões de mortes a cada ano.

A World Heart Federation chamou a atenção para [a morte de fumantes e não fumantes, como efeito do uso do tabaco e também para o impacto no meio ambiente](#) em todo o ciclo de produção do produto – do cultivo à fabricação, distribuição, consumo e descarte.

Adoção de tecnologias

A [adoção da tecnologia móvel](#) faz parte da estratégia da CARE em resposta humanitária às comunidades devastadas pela seca no norte do Quênia. Para acessar as comunidades afetadas pela seca e inacessíveis devido à insegurança e infraestrutura viária precária, a telefonia

móvel passou a ser utilizada para realizar a transferência de recursos aos indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Serviços de saúde como bens públicos

O People's Health Movement publicou [carta](#) enviada ao The Lancet e rejeitada pelo periódico, em resposta ao artigo sobre o financiamento da atenção primária à saúde. Dentre as questões, a carta contesta que as recomendações da Lancet Global Health Commission para o financiamento da atenção primária à saúde (APS) sejam baseadas em evidências ou centradas nas pessoas, porque não abordam o papel crucial desempenhado pelo setor público no fornecimento da APS. Afirma que a Comissão faz uma distinção entre funções essenciais de saúde pública e funções básicas intervenções de saúde, apresentando erroneamente apenas as primeiras como bens públicos ao colocar este último sob a alçada do mercado. Em suma, a carta afirma que as conclusões da Comissão apresentam ideologia (pró-setor privado) em vez de boa fé e evidência.

Direitos sexuais e reprodutivos e igualdade de gênero

A IFMSA se manifestou sobre [educação sexual abrangente](#), afirmando que os jovens precisam conscientizar os formuladores de políticas em suas comunidades locais sobre a necessidade de investir nessa educação.

Os [Medicins Sans Frontieres](#) participaram da ampliação do [acesso à contracepção em comunidades mineiras do estado de Bolívar na Venezuela](#). Uma equipe de trabalhadores da organização atua junto ao hospital local para fornecer consultas de planejamento familiar a mais de 1.000 mulheres. A equipe de promoção de saúde dos MSF também vem atuando no hospital e na comunidade, conscientizando as pessoas sobre a prevenção e controle da gravidez e doenças sexualmente transmissíveis.

A Gavi Alliance falou sobre a [falta de inclusão de pessoas LGBTQI+ na atenção à saúde](#). Destacou que a pandemia aprofundou as desigualdades e apontou exemplos de países que implementaram iniciativas para oferecer atenção à saúde com inclusão de gênero.

A CARE destacou o [trabalho em prol da igualdade de gênero](#) desenvolvido pela Associação de Mulheres de Cabul. Com as mudanças no governo do Afeganistão, que extinguiu o Ministério para Assuntos da Mulher do país, a Associação de Mulheres de Cabul, financiada pela CARE, tem desempenhado um papel importante para o empoderamento econômico das mulheres, advocacy e prevenção da violência de gênero.

Direitos humanos, securitização da saúde e migração

Os MSF denunciaram a decisão tomada por um juiz federal dos EUA que impede aos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) do país [dar fim ao Título 42](#), uma ordem de saúde pública que foi usada indevidamente durante a pandemia de COVID-19 para fechar a fronteira sul dos EUA. Desde março de 2020 a norma autorizou a deportação em massa dos mais de 1,9 milhões de solicitantes de refúgio, principalmente centro-americanos. MSF, como organização médico-humanitária, condena a manipulação de questões de saúde pública para bloquear o direito fundamental de buscar asilo.

O executivo da [IFSW](#) retirou em sua última assembleia [a censura ao sindicato israelense de Assistentes Sociais](#) que vigorava desde 2018. “Em 2018, a Assembleia Geral da IFSW apoiou a censura executiva do Sindicato de Assistentes Sociais de Israel devido a preocupações de que

o Sindicato de Assistentes Sociais de Israel não seja capaz de cumprir as políticas e procedimentos da Federação ao atuar na perspectiva dos direitos humanos”.

Crise Climática

A [CARE International](#) destacou as ações de maio em Bangladesh, em decorrência de uma das piores inundações repentinas na região. Alertou que esses eventos climáticos sem precedentes estão se tornando mais frequentes.

A Alliance for Health Policy and Systems Research lançou um [projeto](#) para identificar como gestores de saúde estão respondendo à mudança climática e lições que possam ser compartilhadas entre países. O estudo contará com times de pesquisadores em seis países: Bangladesh, Guiana, Irã, Moçambique, Nepal e Peru. A ideia é avaliar como está sendo incorporado o compromisso assumido durante a conferência da COP26 em dezembro 2021 de desenvolver sistemas de saúde sustentáveis e resilientes ao clima.

A ActionAid segue denunciando a grave crise humanitária enfrentada pela região [do Chifre da África](#), em que diversas comunidades em países como Etiópia, Quênia e Somália lutam pela vida após período de seca severa, agravado pelos impactos da pandemia e da guerra na Ucrânia.

Acrescenta que o [sudeste da Índia](#) foi atingido por uma forte enchente que impactou cerca de 580 mil pessoas. De maneira similar aos problemas costumeiramente denunciados no continente africano, agora a Índia sofre com desastres naturais e preços de alimentos – já antes escassos – agora em níveis exorbitantes.

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) acompanhou atentamente o encontro internacional “Estocolmo50” que marca os 50 anos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ocorrido na capital da Suécia. Ressaltou a importância do [engajamento juvenil](#) para assegurar um futuro sustentável, da preservação da biodiversidade e da oferta de “empregos verdes” para os jovens.

Conflitos, crises sociais e guerras

A [crise econômica no Líbano](#) foi pauta na CARE, que destacou a desvalorização da moeda nacional, a Lira, perdendo mais de 99% de seu valor desde 2019. A grande maioria da população está empregada nas instituições públicas libanesas, que estão à beira da falência, o que resulta em mais da metade dos libaneses vivendo abaixo da linha da pobreza.

Um grupo de pesquisadores da WADEM publicou o artigo [“Trauma pediátrico por explosión: revisión sistemática y metanálisis de los factores asociados con la mortalidad y descripción de los perfiles de lesiones”](#). Explosões relacionadas ao terrorismo estão associadas ao aumento da mortalidade e a perfis únicos de lesões em comparação com explosões não relacionadas ao terrorismo.

O IFSW está [há 100 dias desenvolvendo ações no território da Ucrânia](#). Na primeira fase, criaram as equipes de trabalho social ao longo das fronteiras nas principais rotas de transporte de refugiados; na segunda fase resolveram questões logísticas de distribuição de medicamentos, alimentos e outros suprimentos; na terceira fase estão trabalhando na reconstrução dos sistemas de apoio social.

Transcorridos 100 dias de guerra na Ucrânia, equipes de saúde mental de MSF alertaram para os preocupantes sintomas psicológicos. De meados de abril a meados de maio, às equipes

de [MSF realizaram mais de 1.000 sessões de saúde mental individuais e em grupo na Ucrânia](#), atendendo em abrigos para pessoas deslocadas, em clínicas móveis em vilarejos remotos e em estações de metrô urbanas.

O [International Council of Nurses](#) (ICN) estabeleceu uma colaboração com a Order of Nurses, Midwives and Medical Assistants in Romania para ajudar os refugiados ucranianos. O ICN fez uma doação à Ordem Romena que será usada para apoiar equipes de ambulância, metade das quais são enfermeiras, que estão trabalhando com os refugiados ucranianos que chegam à Romênia depois de serem forçados a deixar seu país por causa do conflito.

O [International Council of Nurses](#) (ICN) abordou o [colapso do sistema de saúde em Tigray](#), na Etiópia. Tanto pacientes quanto profissionais de saúde estão submetidos ao risco de fome. São 18 meses de combates entre o governo federal e as forças rebeldes, que acentuou as crises no país, levando o sistema de saúde em Tigray a entrar em colapso total com a escassez de medicamentos, equipamentos e pessoal. O comunicado deu ênfase ao discurso proferido em maio por Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor geral da OMS, que é da região de Tigray. “Os suprimentos atuais de alimentos são muito pequenos para sustentar a vida. O sistema de saúde entrou em colapso. As pessoas estão morrendo de fome – e isso é intencional”.

B) ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PRIVADO

Foram acompanhadas as publicações das organizações [Global Fund](#), a [Wellcome Trust Foundation](#), a [Fundação Rockefeller](#) e a [Fundação Bill e Melinda Gates](#), entre 20 de maio e 3 de junho do 2022.

Covid -19 e outras doenças infecciosas

Sobre as publicações relativas à Covid-19, o [Global Fund](#) registrou a assinatura de uma Carta de Intenções pela Pfizer para fornecer até [6 milhões de vacinas](#) para 130 países de baixa e média renda.

A [Fundação Rockefeller](#) destacou que a Iniciativa Global de Vacinação aumentará o acesso e a demanda por vacinas, o que é crítico em lugares como a África, onde apenas [17% das pessoas estão protegidas contra o Covid-19](#). Destacou também que [Health Affairs](#) analisa a equidade da vacina contra a Covid19, a partir da Iniciativa de Vacinação Equity-First para mostrar como dados e estratégias locais podem ajudar a [diminuir disparidades](#) raciais em taxas de vacinação e proteger mais pessoas do vírus.

A [Fundação Rockefeller](#) participou da 75ª Assembleia Mundial da Saúde em Genebra, Suíça, falando sobre como as [lições aprendidas para Covid19](#) podem ajudar a informar futuras campanhas de vacinação. Entre as principais conclusões, destacou que os programas baseados na escola costumam ser os mais resilientes, que são necessárias abordagens criativas para alcançar os idosos.

A [Fundação Wellcome](#) destacou que o ritmo do progresso científico para entregar testes, tratamentos e vacinas tem sido tremendo, porém, [ainda mais pode ser feito](#) para prevenir ameaças futuras.

A Fundação Wellcome também ressaltou que precisamos de uma mudança global na [vigilância de doenças infecciosas](#) para prever, detectar e impedir que as doenças aumentem potencialmente, assim como precisamos de [novos antibióticos](#) para tratar infecções resistentes a medicamentos.

[A Fundação Bill e Melinda Gates](#) destacou o avanço na [erradicação da pólio](#) que mesmo desafiadora é possível de ser alcançada, como demonstra a experiência do Paquistão.

[A Fundação Bill e Melinda Gates](#) declarou que é inaceitável que metade do mundo esteja em risco de malária. [A Fundação Bill e Melinda Gates](#) destacou também o avanço das vacinas pneumocócicas conjugadas na Índia que ajudam a prevenir pneumonia, meningite e seps, e agora estão acessíveis a todas as crianças do país. [A Fundação Bill e Melinda Gates](#) afirmou ainda que erradicar uma doença requer dedicação de cientistas e profissionais de saúde comunitários em todo o mundo, como ter conseguido [vacinar 18.000 pessoas](#) em apenas alguns dias para conter os casos finais de varíola.

Fortalecimento de sistemas de saúde

Sobre o fortalecimento dos sistemas de saúde e prevenção de novas ameaças à saúde global, [a Fundação Bill e Melinda Gates](#) destacou que Bill Gates escreveu em um novo editorial, que o mundo está em um ponto de virada na [luta contra doenças evitáveis](#), destacando que as nações ricas podem salvar milhões de vidas—e prevenir a próxima pandemia— ajudando as nações de baixa renda a proteger a saúde pública.

O [Global Fund](#) destacou a importância de fortalecer as parcerias, a atuação da APS baseada na comunidade e a implementação de ferramentas digitais para alcançar sistemas de saúde resilientes. No [Foro Economico Mundial](#), o Global Fund destacou o o lançamento do [Project last mile](#), uma parceria para o fortalecimento dos sistemas de saúde através da transferência do conhecimento técnico e comercial do sistema logístico da Coca-Cola para ministérios da saúde em 12 países africanos

Financiamento privado de ações de saúde

Sobre parcerias e novos financiamentos, o [Global Fund](#) destacou que o setor privado é fundamental na luta contra potenciais epidemias por meio da mobilização de recursos, inovação na entrega, financiamento inovador e advocacia. Foi destacado, especificamente, o apoio da Comic Relief US que doou ao Global Fund US\$ 10 milhões para a luta para combater epidemias.

O Global Fund fez uma [parceria](#) com a CocaCola para compartilhar experiências na área de logística e distribuição de produtos.

A [Fundação Wellcome](#) destacou o financiamento da [CARB X](#) para promover [pesquisas iniciais inovadoras](#) para combater a escalada de infecções resistentes a medicamentos.

A [Fundação Wellcome](#) destacou também que o setor privado, governos e financiadores filantrópicos podem trabalhar juntos para trazer novos antibióticos ao mercado, pois as infecções resistentes a medicamentos são uma ameaça à saúde global, destacando que é um desafio ganhar dinheiro com antibióticos o que leva os investidores a evitarem essa área.

A [Fundação Rockefeller](#) foi reconhecida como um [ator não estatal oficial engajado com a OMS](#) a partir do trabalho conjunto para ajudar a melhorar a saúde e o bem-estar em todo o mundo.

África

O [Global Fund](#) informou que apoiou, no Quênia, a integração dos serviços para o HIV e a tuberculose. Dessa forma, em 2020, 97% dos pacientes com tuberculose que testaram positivo para HIV iniciaram a terapia antirretroviral durante o tratamento da TB.

[Global Fund](#) destacou também que Ruanda avançou na eliminação da transmissão vertical do HIV com 95% das mulheres grávidas que vivem com HIV recebendo terapia antirretroviral.

A [Fundação Rockefeller](#) marcou o Dia da África, organizando uma discussão sobre os programas que criam [progresso no continente](#).

Crise climática e alimentar

Sobre a crise climática e alimentar, a Fundação Wellcome destacou que as inundações são produtos das [mudanças climáticas](#), sendo cada vez mais comuns. Os sobreviventes de um desastre de inundação podem experimentar problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e transtorno de [estresse pós-traumático](#) (TEPT).

A [Fundação Wellcome](#) está [financiando](#) equipes de pesquisa que investigam como a exposição ao calor extremo afeta a saúde materna e infantil.

A [Fundação Rockefeller](#) expressou sua preocupação com a [crise alimentar](#) que pode se acentuar no segundo semestre deste ano e anunciou o financiamento de U\$ 105 milhões para produzir alimentos de forma sustentável <https://101noticias.com/el-plan-de-105-millones-de-rockefeller-para-producir-alimentos-amigables-con-el-clima/>

C) EVENTOS REALIZADOS OU ANUNCIADOS

Na última quinzena, a WFPHA realizou um [webinário](#) sobre vacinação em idosos e intensificou a divulgação do [17º Congresso](#) Mundial de Saúde Pública a ser realizado em Roma, em maio de 2023.

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) realizou um [webinário](#) sobre o “Programa de Demência - Melhor Prática de Cuidados”, com David Bass e Kathy Kelly.

O IANPHI realizará um webinar em 8 de junho de 2022 intitulado “[Vigilância Integrada durante a Pandemia da COVID-19: Desafios dos Institutos Nacionais de Saúde Pública](#)” no qual serão discutidos os desafios da vigilância integrada para os institutos nacionais de saúde pública (INSPs) durante a pandemia de COVID-19.

No dia 16 de junho, os MSF organizará o webinar “Avançando: [Uma resposta humana à migração](#)” pelo dia mundial do refugiado, fazendo um apelo para que todos os refugiados e requerentes de asilo sejam tratados com dignidade e humanidade, independentemente da sua raça, etnia ou nacionalidade.

No dia 2 de junho, os MSF organizaram o evento “[De dentro para fora: pessoas reformulando a ajuda humanitária](#)”, para discutir sobre como fazer melhorias no setor de ajuda humanitária. Questões sobre descolonização da ajuda, construção de organização antirracista, e formas de redistribuir o poder foram discutidas no encontro.

O Centro para Estratégias e Estudos Internacionais (CSIS) realizará o evento ‘Tornando as cadeias de suprimentos médicos mais seguras: como podemos tornar as cadeias de suprimentos globais e os arranjos de fabricação de produtos farmacêuticos e médicos mais confiáveis e resilientes?’, junto com o congressista Adrian Smith e representantes do Brasil, Canadá, Colômbia e México na terça-feira, 14 de junho de 2022 11:00 - 12:30. Acesso: <https://www.csis.org/events/making-medical-supply-chains-more-secure>.

A International Alliance of Patients' Organizations realizará o [Congresso Latino Americano de Pacientes](#), virtualmente, no dia 16 de junho.

A [Fundação Wellcome](#) anunciou o [Prêmio Wellcome Mental Health Data](#) que apoia pesquisas sobre ansiedade e depressão em jovens.

Conclusão

Apesar da participação restrita, as OSC não deixaram de reforçar pontos estratégicos para a melhoria da saúde de populações durante a 75ª Assembleia Mundial de Saúde (AMS) pela sociedade civil. Notadamente, manifestaram-se sobre a pandemia de Covid-19 e outras doenças transmissíveis, a APS e recursos humanos em saúde, a equidade de gênero, a juventude e saúde global, o multilateralismo, a guerra na Ucrânia e itens específicos como uso nocivo de álcool, obesidade, alimentação infantil.

Além da AMS, as OSC se manifestaram intensamente sobre os conflitos, as crises sociais e as guerras em curso no mundo, assim como sobre a crise climática, os direitos humanos e a igualdade de gênero. Foram também objetos de manifestações a covid-19 e outras doenças, a promoção da vacinação, o Dia Mundial Sem Tabaco e a caracterização dos serviços de saúde como bens públicos.

As OSC de interesse privado, por sua vez, concentraram suas manifestações públicas no tema da covid -19 e outras doenças infecciosas, abordando ainda o fortalecimento de sistemas de saúde, o financiamento privado de ações de saúde e a crise climática.

Em suma, as OSC intensificaram suas atividades no período que antecedeu e compreendeu a 75ª AMS, longe, contudo, de se limitar a ela.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo:

Política e Apoio Intergovernamental
Conhecimento e Serviços de Consultoria
Criando Parceria
Promovendo Serviços Regionais
Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul

Política e Apoio Intergovernamental

Guiado pelo Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, seu trabalho político inclui a defesa da adoção de abordagens Sul-Sul para o desenvolvimento globalmente e no sistema das Nações Unidas. Nesta área, as atividades do UNOSSC são projetadas para melhorar a resolução coletiva de problemas por meio de uma melhor compreensão conceitual do valor real da cooperação Sul-Sul nos esforços para alcançar objetivos de desenvolvimento internacionalmente acordados, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O trabalho do UNOSSC nesta área também inclui assessoria técnica aos Estados Membros das Nações Unidas e outros parceiros sobre medidas para integrar a cooperação Sul-Sul e triangular nos programas operacionais e serviços de assessoria política do PNUD e das equipes de países das Nações Unidas.

Conhecimento e Serviços de Consultoria

O UNOSSC impulsiona a colaboração Sul-Sul e triangular para fortalecer o compartilhamento de conhecimento, capacitação e assistência técnica entre os países. Facilita a documentação e o intercâmbio de vários modelos, abordagens e ferramentas para a cooperação Sul-Sul que podem ajudar os países a realizar suas aspirações compartilhadas para alcançar o desenvolvimento sustentável e equitativo.

Criando Parceria

O UNOSSC oferece um espaço propício para os países do Sul, o sistema da ONU e outros parceiros trabalharem juntos em iniciativas orientadas pela demanda.

Promovendo Serviços Regionais

Trabalhando a partir dos Centros de Serviços Regionais do PNUD na região da Ásia e Pacífico e na África, três Unidades Regionais Sul-Sul apoiam a cooperação Sul-Sul reunindo recursos e oferecendo serviços de consultoria, programa, conhecimento e serviços operacionais. Esses centros de serviços apoiam os vários países em cada região como parte de um esforço de transformar o PNUD em um modelo de serviço mais descentralizado e em rede.

Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul

O UNOSSC gerencia e apoia financeiramente a implementação de fundos fiduciários que apoiam a colaboração e a pilotagem de iniciativas Sul-Sul em todo o mundo, são eles:

- 1) Fundo Índia, Brasil e África do Sul para o Alívio da Pobreza e da Fome (Fundo IBAS),
- 2) Fundo das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul,
- 3) Fundo de Parceria de Desenvolvimento Índia-ONU
- 4) Fundo Perez-Guerrero para a Cooperação Sul-Sul (PGTF)

Detalhamento destes fundos foi descrito no [Cadernos CRIS-Fiocruz número 3 de 2022](#).

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁵⁵, Nairóbi (UNEP)⁵⁶, Paris (UNESCO)⁵⁷, Roma (FAO/IFAD)⁵⁸, Viena (UNIDO)⁵⁹ e Washington ((G-24)⁶⁰.

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano.

Entre os dias 18 de maio e 03 de junho de 2022, o G-77 e a China participaram de 4 reuniões no total, sendo 3 reuniões em Estocolmo relativas à Conferência Stockholm + 50 Um Planeta saudável para a prosperidade de todos – Nossa Responsabilidade, Nossa Oportunidade” e uma reunião na AGNU.

Estocolmo, Suécia, 02 de junho de 2022

Declaração feita pela Senadora Sherry Rehman, Ministra Federal do Paquistão para Mudanças Climáticas, em nome do G-77 e da China na sessão plenária da Conferência Stockholm + 50: Um Planeta saudável para a prosperidade de todos – Nossa Responsabilidade, Nossa Oportunidade”

A Senadora destacou que a humanidade vem degradando o meio ambiente há muito tempo e, com o passar do tempo, as consequências desta degradação, se tornam cada vez mais claras. A resposta da natureza tem sido com desastres naturais extremos como secas, inundações, desertificação e o surgimento de doenças zoonóticas e os atuais padrões de

⁵⁵ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

⁵⁶ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁵⁷ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁵⁸ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁵⁹ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁶⁰ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

consumo e produção são insustentáveis e prenunciam um cenário sombrio e a mensagem da ciência tem sido retumbante, a esse respeito.

Em relação às mudanças climáticas, o [relatório mais recente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas \(IPCC\)](#) identifica claramente as ações que são urgentemente necessárias para diminuir e mesmo reverter esta situação e o mundo precisa de ações ambiciosas e ousadas para reduzir os impactos das mudanças climáticas e garantir a proteção, conservação e uso sustentável do meio ambiente e recursos naturais.

A COP26 resultou em metas positivas e ambiciosas de alívio para cumprir a meta global de longo prazo de manter o aumento da temperatura média da Terra bem abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais e busca esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais. Isso requer reduções rápidas e sustentadas nas emissões globais de gases de efeito estufa pelos países desenvolvidos. Estes países têm sido historicamente responsáveis pela maioria das emissões globais e devem realizar uma redução absoluta e significativa em suas emissões. Neste contexto, a Ministra salientou ainda que na transição para o net-zero global, os países desenvolvidos devem assumir esta liderança baseada nos princípios de equidade e responsabilidades comuns, mas diferenciadas e de acordo com as respectivas capacidades dos países.

Além disso, sem apoio financeiro, tecnológico e qualificação que sejam novos, adicionais, adequados e esperados, dos países desenvolvidos, os países em desenvolvimento serão incapazes de alcançar os objetivos e metas das Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris.

Também é necessário mobilizar, urgentemente, financiamentos públicos novos e adicionais, para o clima, que possam ser usados tanto para o alívio quanto para a adaptação dos países às mudanças climáticas. Os países desenvolvidos precisam cumprir a meta, há muito atrasada e ainda não alcançada, de mobilizar US\$ 100 bilhões por ano para financiamento climático para países em desenvolvimento.

Enquanto a Ministra parabenizou o acordo na COP26 em Glasgow para novas discussões sobre compromissos mais firmes para uma nova meta coletiva e quantificada sobre financiamento climático a partir do piso de US\$ 100 bilhões e antes de 2025.

É preciso garantir avanços concretos e significativos, de forma a impulsionar significativamente a disponibilidade e a mobilização de financiamento climático de acordo com as demandas e metas futuras, levando também em consideração as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento.

A Ministra também destacou a necessidade de financiamento acessível e de longo prazo para a biodiversidade e para a necessidade de aumentar exponencialmente os fluxos financeiros para a biodiversidade, incluindo recursos financeiros previsíveis e arranjos institucionais capazes de oferecer financiamento, capacitação, cooperação científica e técnica e transferência de tecnologia em benefício dos países em desenvolvimento. Esses recursos devem ser novos e adicionais ao financiamento já existente para outras ações ambientais multilaterais.

Os países em desenvolvimento, particularmente aqueles que menos emitiram, mas sofreram mais com as mudanças climáticas, têm uma necessidade legítima para aumentar as ações de alívio das perdas e danos. Até agora, nenhum fundo foi reservado este fim. Nesse

sentido, é também necessário novo apoio financeiro aos países em desenvolvimento para lidar com perdas e danos, além de financiamento para adaptação e mitigação.

Os países em desenvolvimento também precisam de apoio financeiro e técnico para desenvolver capacidades de planejamento e implementação de projetos de adaptação e mitigação, bem como ter acesso a financiamento climático, incluindo financiamento concessional. Particularmente importante seria a simplificação dos procedimentos das entidades financiadoras e dos mecanismos de acesso ao financiamento climático.

Destaca-se também o desequilíbrio profundo e persistente na representação geográfica dentro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que deve ser abordado já que há uma sub-representação do Sul Global. O G-77 e a China acreditam no princípio da distribuição geográfica equitativa na estratégia de recrutamento para o PNUMA, em todos os níveis.

Além disso, a Ministra destacou o progresso feito para o desenvolvimento de uma estratégia global de consumo e produção sustentáveis para além de 2022 com base no Quadro de Programas de 10 anos sobre Consumo e Padrões de Produção Sustentáveis (10YFP)⁶¹, e enfatizou a importância de uma política inclusiva e transparente no processo para o desenvolvimento contínuo da estratégia que responda plenamente aos desafios específicos enfrentados pelos países em desenvolvimento e consistente com a Agenda 2030 e seus ODS e convida todas as partes interessadas do sistema das Nações Unidas para fortalecer a implementação do 10YFP até 2030 através da viabilização de parcerias e compromissos para ação.

A Ministra parabenizou a realização do primeiro “ Forum da Rede Um Planeta (*One Planet Network Forum*) para promover um diálogo global e inclusivo para a implementação do ODS12 e consumo e produção sustentáveis. E terminou ressaltando a necessidade de garantir a adesão aos princípios dos acordos multilaterais ambientais, como equidade e responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades.

Estocolmo, Suécia, 02 de junho de 2022

Declaração feita pela Senadora Sherry Rehman, Ministra Federal do Paquistão para Mudanças Climáticas, em nome do G-77 e da China no primeiro diálogo na Conferência Stockholm + 50: Refletindo sobre a necessidade urgente de ações para alcançar um planeta saudável e a prosperidade para todos

A Ministra agradeceu aos copresidentes deste diálogo - Canadá e Equador - por seu trabalho e começou dizendo que a humanidade se encontra em uma encruzilhada em relação ao legado que vamos deixar para as gerações futuras.

As mudanças climáticas e a perda de biodiversidade e a pandemia do Covid-19 estão entre os principais desafios que o mundo enfrenta hoje, enquanto os níveis persistentes de

⁶¹ Na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em 2012, os Chefes de Estado convergiram em torno da ideia de que mudanças fundamentais em nossos padrões de produção e consumo são indispensáveis para alcançar o desenvolvimento sustentável de longo prazo. Desta forma, mudar os padrões de Consumo e Produção Sustentáveis é uma tarefa muito maior do que qualquer organização, setor ou região pode esperar alcançar. A percepção de que uma mudança global para Consumo e Produção Sustentáveis exigiria o compromisso de diversos atores em todo o mundo incentivou os Chefes de Estado na Rio+20 a adotar o Quadro de Programas de 10 Anos sobre Consumo e Padrões de Produção Sustentáveis (10YFP)

pobreza, incluindo pobreza extrema, desigualdade, desemprego, vulnerabilidade social e insegurança alimentar, continuam prejudicando os países em desenvolvimento em suas capacidades para alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus ODS.

Considerando que a pandemia do Covid-19 exacerbou as desigualdades preexistentes entre e dentro dos países, há uma necessidade urgente de aumentar a cooperação e a solidariedade internacional e abordar as três dimensões do desenvolvimento sustentável de maneira equilibrada e integrada.

Nos últimos 50 anos, a população do planeta dobrou, a economia global quase quadruplicou e o comércio global aumentou dez vezes, intensificando a demanda por energia e materiais. Ao mesmo tempo, os países em desenvolvimento não conseguiram ainda se beneficiar dos avanços do desenvolvimento ocorridos nas últimas décadas, agravando ainda mais seus desafios sociais, econômicos e ambientais.

Por outro lado, vários tipos de poluição, bem como espécies exóticas invasoras, têm crescido refletindo negativamente na natureza. Setenta e cinco por cento da superfície terrestre está significativamente alterada, 66 por cento da área oceânica têm sofrido impactos cumulativos crescentes e mais de 85 por cento das zonas úmidas foram perdidas.

Nenhuma das [Metas de Biodiversidade de Aichi](#) deverá ser totalmente cumprida, pondo em risco o cumprimento dos ODS. A pandemia do Covid-19 ressaltou a importância da relação entre as pessoas e a natureza, e nos faz recordar das conseqüentes perdas da biodiversidade e degradação dos ecossistemas para o nosso próprio bem-estar e sobrevivência.

É óbvio que devemos tomar ações urgentes hoje, para a conservação e uso sustentável da biodiversidade e o combate às mudanças climáticas. É necessário mudar o rumo do desmatamento, degradação da terra e poluição e restaurar o equilíbrio com nossos ecossistemas naturais promovendo modelos de negócios e tecnologias inovadoras que contribuam para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.

À medida que os governos e seus parceiros nos setores público e privado trabalham para se recuperar da pandemia do Covid-19, podemos aproveitar esta oportunidade para alcançar uma recuperação sustentável, inclusiva e resiliente. Muitos compromissos já foram assumidos e devemos garantir que eles sejam efetivamente cumpridos e que as negociações em andamento, como a adoção de uma estrutura global de biodiversidade pós-2020, sejam bem-sucedidas.

Neste sentido, precisamos de uma estrutura pós-2020 que promova a conservação da biodiversidade, seu uso sustentável e a divisão justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos. Mas, em particular, precisamos de uma estrutura que inclua um aumento substancial no financiamento, capacitação e transferência de tecnologia para serem implementadas nos países em desenvolvimento.

O mundo deve demonstrar visão, liderança e compromisso para melhorar seu relacionamento com a natureza e colocar o compromisso de conservar, restaurar e usar a biodiversidade de forma sustentável colocando as mudanças climáticas no centro das políticas de desenvolvimento sustentável.

Acreditamos que este seja o momento de acelerar as ações para colocar a natureza no caminho da recuperação, até 2030 para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Também devemos colocar o meio ambiente como um todo - seja a biodiversidade, o

oceano, o clima - no centro das estratégias de recuperação pós Covid-19. Ciência, tecnologia e capacitação podem apoiar essa transformação para uma recuperação sustentável e resiliente.

Estocolmo, Suécia, 03 de junho de 2022

Declaração feita pela Senadora Sherry Rehman, Ministra Federal do Paquistão para Mudanças Climáticas, em nome do G-77 e da China no segundo diálogo de liderança na Conferência Stockholm + 50: Para uma recuperação Sustentável e Inclusiva

A Ministra agradeceu o trabalho dos copresidentes deste segundo diálogo – Alemanha e Indonésia.

A seguir destacou que vários países, ao redor do mundo, ainda sofrem com os piores efeitos da pandemia do Covid-19 e que milhões de pessoas perderam seus empregos e enfrentam severas dificuldades na forma de aumento dos preços dos alimentos e consequentemente, fome, pobreza extrema e dívidas insustentáveis. Estes desafios impactaram desproporcionalmente os países em desenvolvimento. Esta tragédia e as dificuldades econômicas foram agravadas ainda mais pelos impactos devastadores das mudanças climáticas e pelo aumento das tensões geopolíticas.

Não há dúvida de que, se continuarmos no caminho do consumo e da produção insustentáveis, corremos o risco de aumentar nossas vulnerabilidades sociais, ambientais e econômicas.

O alcance dos objetivos e metas da Agenda 2030 e a implementação bem-sucedida e eficaz da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC) e o acordo de Paris estão seriamente comprometidos. Desta forma, o G77 e a China, propõem sete ações necessárias para enfrentar a situação:

Primeiramente, agir com urgência nos principais setores afetados pela Covid, como alimentação, energia, turismo e manufatura, para proteger os pobres e os mais vulneráveis que vivem nos países em desenvolvimento. Isso inclui garantir que as cadeias de suprimentos sejam resilientes, prontas para se adaptar e possam oferecer produtos e materiais com qualidade diante de futuras pandemias.

Isso também inclui o reconhecimento do papel essencial das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), que geram emprego e renda para grande parte da força de trabalho, na busca de uma recuperação inclusiva e transformadora.

Em segundo lugar, é importante mobilizar recursos financeiros adequados para permitir a recuperação dos países. São necessários US\$ 4-5 trilhões adicionais para financiar a recuperação nos países em desenvolvimento. Até agora, apenas uma fração desta quantia foi disponibilizada e é preciso utilizar todos os canais possíveis para mobilizar os recursos, tais como: Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA); alívio da dívida; recanalização de SDRs⁶², expansão da linha de financiamento para os Bancos de Desenvolvimento Multilaterais (MDBs).

Terceiro, devemos repensar nossos padrões de consumo e produção. É possível produzir respeitando a natureza. Podemos impedir a poluição de lagos, rios e oceanos. Podemos produzir mais com menos água e sem produtos químicos perigosos. As transferências de tecnologia e

⁶² Em 23 de agosto de 2021, o FMI emitiu um total de US\$ 650 bilhões em Reservas Especiais (SDRs) para que a economia global pudesse combater as implicações financeiras da pandemia de Covid-19

assistência técnica são fundamentais para atingir esses objetivos e devemos incentivar estilos de vida ambientalmente conscientes.

É preciso lembrar dos impactos nocivos dos subsídios agrícolas e das políticas protecionistas sobre os sistemas alimentares sustentáveis. Será necessário um sistema multilateral de comércio universal, aberto, não discriminatório e equitativo, para facilitar o acesso a alimentos seguros, diversos e nutritivos.

Em quarto lugar, os esforços de recuperação também devem abordar a tecnologia cada vez maior e a lacuna digital que existe entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Sem acesso igual a tecnologias inovadoras e limpas, a atual exclusão digital pode se tornar a nova face da divisão do desenvolvimento.

Quinto, deve-se trabalhar para promover o alinhamento das práticas de negócios com os ODS e a UNFCCC e seu Acordo de Paris. Também precisamos adotar critérios além do PIB para medir e calcular o progresso.

Sexto, a pandemia destacou a necessidade de melhorar a capacidade previsível e de planejamento de resiliência na governança nacional e internacional. Isso não pode ser alcançado sem a capacitação dos países em desenvolvimento na coleta e análise de dados e sem acesso igual à internet para todos, especialmente nos países em desenvolvimento.

É preciso melhorar o acesso ao mercado para os países em desenvolvimento e promover sua inclusão nas cadeias de suprimentos globais. É crucial que combatamos a crescente exclusão digital para garantir acesso digital equitativo e oportunidades para todos.

Sétimo, há muito que podemos aprender uns com os outros. Um repositório global de práticas bem-sucedidas do Sul e do Norte aumentaria nossa base de conhecimento para a busca de nosso futuro coletivo de harmonia com a natureza.

New York, 03 de junho de 2022

Declaração feita pelo Embaixador Mohammad Aamir Khan, representante permanente adjunto do Paquistão nas Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na reunião conjunta dos diretores executivos do PNUD/UNFPA/UNOPS⁶³, UNICEF, ONU Mulheres e WFP⁶⁴

O mundo enfrenta, hoje, crises interligadas de conflitos, mudanças climáticas e degradação ambiental, bem como encolhimento socioeconômico causados pela pandemia do Covid-19, agravadas ainda mais pelo aumento da inflação global, que atingiu o nível alto em uma década de 5,2% no ano de 2021. Infelizmente, os países em desenvolvimento são impactados desproporcionalmente, particularmente por causa do peso insustentável da dívida que muitos acumularam agora.

Para enfrentar esses desafios, precisamos de uma visão transformadora, uma forte expressão de solidariedade global e uma vontade coletiva para apoiar os esforços nacionais dos países em desenvolvimento para construir resiliência contra eventos futuros.

⁶³ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS)

⁶⁴ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS)

O G-77 e a China sugerem que a nossa "chamada à ação" coletiva para lidar com esses desafios deve:

Primeiro, aumentar a cooperação, a colaboração e a coordenação das atividades de desenvolvimento, especialmente para os países que enfrentam emergências humanitárias ou estão em situações de conflito.

Segundo, deve-se aumentar a resiliência climática em todos os sistemas alimentares, de acordo com as prioridades/estratégias e circunstâncias nacionais, reconhecendo que não existe uma solução única para todos.

Terceiro, racionalizar o comércio agrícola internacional, inclusive abordando os enormes subsídios agrícolas de certas economias mais ricas que não apenas distorcem os mercados globais, mas também impossibilitam a concorrência dos agricultores dos países em desenvolvimento.

Quarto, focalizar na flexibilidade e velocidade para garantir a provisão oportuna de financiamento concessional de emergência, incluindo doações, com ênfase em garantir transferências líquidas positivas de recursos para países que passam por dificuldades sociais e econômicas.

Quinto, atender às necessidades de financiamento externo dos países em desenvolvimento, especialmente na forma de medidas extraordinárias de emergência para países com alto risco de sobre-endividamento.

Sexto, a maior parte da alocação histórica de US\$ 650 bilhões em SDR⁶⁵ foi para países desenvolvidos. Deve-se ter como objetivo canalizar pelo menos US\$ 250 bilhões dos US\$ 650 bilhões para enfrentar a crise de liquidez nos países em desenvolvimento.

Sétimo, os países desenvolvidos devem cumprir o compromisso de disponibilizar US\$ 100 bilhões por ano para financiamento climático e iniciar as discussões para financiamento climático para depois de 2025, a partir do piso de US\$ 100 bilhões.

Oitavo, cumprir o compromisso da ODA de 0,7% do RNB⁶⁶, bem como proteger as atuais parcelas de assistência aos países em desenvolvimento.

Nono, aumentar os investimentos em infraestrutura agrícola sustentável para facilitar o transporte, a produção e a distribuição de insumos agrícolas e produtos alimentícios.

O G-77 e a China estão muito preocupados com a tendência visível de grandes cortes na alocação básica para o desenvolvimento que impede o papel crítico, das agências de Desenvolvimento da ONU, de apoiar os esforços dos países em desenvolvimento para alcançar os ODS.

⁶⁵ Em 23 de agosto de 2021, o FMI emitiu um total de US\$ 650 bilhões em Reservas Especiais (SDRs) para que a economia global pudesse combater as implicações financeiras da pandemia de Covid-19

⁶⁶ A ONU tem como meta que os países disponibilizem 0,7% de sua Renda Nacional Bruta (RNB) em Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA). A ODA refere-se à ajuda destinada a promover o bem-estar econômico e o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, devendo ser comunicada à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Cortar o financiamento para o desenvolvimento e desfinanciar as principais agências de desenvolvimento do sistema da ONU é o oposto do que o mundo precisa no momento.

Por último, o Grupo gostaria de reiterar que os mandatos estabelecidos pela AGNU na Revisão Quadrienal de Políticas Abrangentes (QCPR) devem ser plenamente cumpridos e implementados pelo Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas. Os Conselhos Executivos precisam desempenhar seu papel de supervisão e orientação para garantir o cumprimento dos mandatos acordados e garantir que o potencial e as capacidades das entidades da ONU sejam fortalecidos e plenamente realizados.

Nesse contexto crítico, em que os países em desenvolvimento enfrentam a tríplice crise, o momento é de ação e torna-se essencial fortalecer o Pilar de Desenvolvimento do Sistema de Desenvolvimento da ONU.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada cúpula e os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão.

Um dos desafios do Movimento dos não alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Declaração do MNA durante a 75ª Assembleia Mundial da Saúde



Excelências, Senhoras e Senhores,

Tenho a honra de fazer esta declaração em nome do Movimento dos não alinhados.

Reiterando nosso forte compromisso com o propósito dos princípios fundadores do MNA e da constituição da Organização Mundial da Saúde, os estados membros do MNA reiteram sua necessidade urgente e de direito de todos, de valer-se dos mais altos padrões de saúde física e mental.

O MNA reconhece que os desafios persistentes relacionados ao escasso acesso à vacina do Covid 19, de qualidade, segura, eficaz e acessível estão atrapalhando os esforços para erradicar a pandemia.

Emergência globais, tais como a pandemia do Covid-19 requerem uma resposta global coordenada e concertada baseada na unidade, cooperação multilateral, solidariedade e respeito pelos direitos humanos.

O MNA desempenhou um papel fundamental na mobilização e fortalecimento dos esforços globais para lidar com o impacto da pandemia, entre outras coisas, convocando uma sessão especial da Assembleia Geral da ONU em resposta à pandemia de Covid-19, em dezembro de 2020 e iniciou uma resolução opcional garantindo equidade, acesso acessível, oportuno e universal para todos os países em resposta à pandemia de Covid-19; pelo conselho de direitos humanos e pela Assembleia Geral da ONU, bem como proporcionou o lançamento do banco de dados de necessidades médicas e humanitárias dos Estados Membros do MNA em resposta à Covid-19.

O Movimento dos não alinhados congratula os esforços dos países que doaram vacinas do Covid-19 e incentiva ativamente o compartilhamento de doses de vacinas por todos os países em posição de fazê-lo. Nesse contexto, agradecemos e apoiamos o trabalho das instalações da COVAX e outras iniciativas relacionadas para garantir acesso acessível, equitativo, universal e oportuno às vacinas do Covid-19 para todos.

O MNA expressa e condena fortemente a promulgação e aplicação de medidas coercitivas unilaterais contra os Estados Membros do movimento que, são aplicadas em violação da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, e expressa ainda apoio, de acordo com o direito internacional, aos Estados afetados por tais medidas, instando a comunidade internacional a adotar medidas urgentes e eficazes para eliminar o uso de tais medidas com vista a garantir a eficácia das respostas nacionais à pandemia do Covid-19.

O MNA está pronto para continuar seu envolvimento ativo na eliminação, o mais rápido possível, da pandemia e reitera seus esforços eficazes de recuperação. A este respeito, o MNA aplaude a iniciativa de Sua Excelência Sr. Ilham Aliyev, Presidente do Azerbaijão, na sua qualidade de presidente do MNA para convocar uma próxima reunião de Cúpula do grupo de contacto do MNA em resposta à Covid-19 na recuperação global pós-pandemia.

Os Estados Membros do MNA reiteram seus compromissos de alcançar a Cobertura Universal de Saúde e os ODS relacionados à saúde até 2030 para garantir a segurança sanitária e sistemas de saúde mais resilientes que possam responder oportunamente às emergências de saúde, particularmente por meio de vigilância integrada, construção de capacidades de longo prazo e promoção de estratégias progressivas e autossuficientes.

Em conclusão, o MNA apela à solidariedade de todos os Estados nesta 75ª Sessão da Assembleia Mundial da Saúde para priorizar a ética e a resposta eficaz e explorar e adotar medidas apropriadas para garantir que o mundo esteja preparado para futuras pandemias.

Centro Sul (South Centre)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, ao mesmo tempo que mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do Centro Sul durante a 75ª Assembleia Mundial da Saúde



O primeiro destaque foi o pronunciamento virtual da Coordenadora do programa de saúde, propriedade intelectual e biodiversidade (HIPB), Viviana Muñoz Tellez, durante sessão plenária da 75ª Assembleia Mundial da Saúde que destacou principalmente a resposta ao Covid-19, financiamento sustentável para a OMS e a preparação e resposta a emergências.

Comunicado na íntegra:

O Centro Sul, uma organização intergovernamental de 54 países em desenvolvimento da América Latina e Caribe, África e Ásia, tem o prazer de participar desta Assembleia Mundial da Saúde.

A pandemia de Covid-19 não acabou. A Assembleia Mundial da Saúde deve tornar o acesso às vacinas, terapias e diagnósticos para o Covid uma prioridade máxima, bem como superar a deterioração dos sistemas nacionais de saúde e a redução do investimento doméstico e de doadores, os quais estão revertendo o avanço alcançado na carga de doenças nos países em desenvolvimento, incluindo as infecções resistentes aos medicamentos.

Parabenizamos o relatório sobre Financiamento Sustentável com o objetivo de restaurar o caráter público da OMS. Para apoiar a implementação efetiva e o cumprimento do Regulamento Sanitário Internacional (RSI - 2005), o processo de emendas deve incluir a equidade e deve incluir todos os Estados membros da OMS, conforme acordado pelo Conselho Executivo.

Avançando com um novo roteiro para a prevenção, preparação e resposta a pandemias futuras, esperamos que a Assembleia Mundial da Saúde oriente os trabalhos do Órgão Intergovernamental (*Intergovernmental Body* - INB) na negociação de uma nova convenção para garantir:

- A participação plena e igualitária dos países em desenvolvimento no processo de negociação
- Que a OMS, como principal agência multilateral de saúde global, tenha maior autoridade e as ferramentas necessárias para agir efetivamente
- Um mecanismo de governança multilateral que permita o acesso equitativo a vacinas e outras medidas médicas necessárias
- Dispor dos resultados de pesquisa e desenvolvimento (P&D) como bens públicos globais, com maior compartilhamento de dados, propriedade intelectual, know-how e maior transparência
- Para aumentar a oferta e o acesso, todas as áreas devem continuar a investir em P&D, fortalecer a produção local e fazer compras conjuntas

- Definir mecanismos claros para evitar conflitos de interesse no envolvimento do setor privado nas atividades da OMS
- Aumentar a solidariedade e garantir o financiamento para fortalecer as capacidades básicas do país para preparação e gestão da resposta a emergências de saúde.

Genebra, 20 de maio de 2022

O segundo destaque deste informe foi o pronunciamento do Dr Carlos M. Correa, Diretor Executivo do “*South Center*”, por ocasião da 75ª Assembleia Mundial da Saúde.

Pronunciamento na íntegra:

Excelências,

Agradeço à Presidência do MNA, em nome do Centro Sul, o convite para participar, mais uma vez, da reunião dos Ministros da Saúde do MNA por ocasião da 75ª Assembleia Mundial da Saúde.

O “*South Centre*” vem acompanhando de perto as questões relativas ao acesso a medicamentos e ao trabalho da OMS ao longo dos anos. Nos últimos dois anos, analisou e acompanhou a crise do Covid-19 que afetou severamente os países membros do Movimento dos não alinhados (MNA).

Tais análises mostraram, por um lado, que a solidariedade tem sido proclamada, mas não praticada pelos países desenvolvidos, levando a uma grande desigualdade na resposta ao Covid-19, especialmente em relação ao acesso às vacinas.

A recusa desses países em não cumprir com as obrigações do Acordo TRIPS⁶⁷ para expandir a capacidade de fabricação de vacinas é apenas um aspecto desta falta de solidariedade.

Por outro lado, a crise do Covid-19 veio confirmar a crescente importância da Cooperação Sul-Sul, por meio do fornecimento e doação de vacinas e outros produtos, inclusive por países que não eram seus produtores diretos.

Será importante que a Assembleia Mundial da Saúde reconheça o papel da CSS na promoção da saúde pública e que a OMS destaque a Cooperação Sul-Sul em suas atividades, como realizado por outras agências da ONU.

Parabenizamos efusivamente o relatório sobre financiamento sustentável com o objetivo de restaurar o caráter público da OMS, aumentando progressivamente o orçamento ordinário nos próximos 7 anos. Isso é algo que o Centro Sul vem pedindo há muito tempo. Estamos muito satisfeitos que este desdobramento tenha ocorrido sob a liderança do Dr. Tedros, o primeiro Diretor-Geral proveniente da África.

Mas um aumento nos recursos financeiros, embora crítico, não permitirá que a OMS resolva os problemas globais de saúde se seu papel como agência global de saúde não estiver consolidado. Isso requer novas ferramentas e uma autoridade fortalecida para agir.

⁶⁷ O Acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) é o acordo multilateral mais abrangente sobre propriedade intelectual (PI)

As deficiências na governança do COVAX são apenas um exemplo de uma situação que precisa ser sanada. As implicações para a saúde pública, das mudanças climáticas e da insegurança alimentar, também exigem novas ferramentas para implementar uma abordagem de Saúde Única. A revisão do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) oferece uma oportunidade para desenvolver essas novas ferramentas.

É também o caso das negociações para um novo instrumento de prevenção, preparação e resposta à pandemia.

Esperamos que essas negociações, com a participação plena e equitativa dos países em desenvolvimento, sejam realizadas no contexto do artigo 19 da Constituição da OMS. Esperamos também que os resultados da P&D médica sejam considerados bens públicos globais e que recursos financeiros sejam disponibilizados para apoiar os sistemas de saúde nos países em desenvolvimento, inclusive para expandir sua capacidade de fabricação de vacinas e outros produtos.

O Centro Sul continuará a interagir com os Membros do MNA e a apoiá-los nos debates e negociações sobre estes assuntos.

Genebra, 02 de junho de 2022

O Centro Sul e o Instituto Transnacional (*South Centre and the Transnational Institute*) organizaram um dia de diálogo online sobre os Impactos do “multissetorialismo” na Governança Multilateral, considerando que a governança multissetorial e o “multilateralismo em rede” estão deslocando o multilateralismo, construído com deliberações e ações dos Estados, em questões-chave da política econômica, social, ambiental e de desenvolvimento sustentável.

O crescente papel do “multissetorialismo” corre o risco de marginalizar os Estados, especialmente os do Sul Global, na tomada de decisões políticas e programáticas importantes. Além disso, o papel da sociedade civil tem sido negativamente afetado considerando a crescente participação de associações empresariais bem financiadas, em fóruns multilaterais, e tem, portanto, reduzido sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento e implementação da agenda intergovernamental.

Os órgãos intergovernamentais encarregados de adotar políticas de saúde, meio ambiente, segurança alimentar, transformação digital, desenvolvimento sustentável, entre outros, enfrentam atualmente grandes desafios como resultado de uma narrativa multissetorial. Nos últimos anos, várias decisões políticas multilaterais foram tomadas não pelos membros do PNUMA⁶⁸, FAO⁶⁹ ou OMS, mas por grupos multissetoriais público-privados. São muitos os exemplos, tais como: o Conselho de Administração Marítima⁷⁰ ([Marine Stewardship Council](#)), a [Iniciativa Better Cotton](#)⁷¹ e, mais notavelmente, o COVAX, que falhou em garantir um acesso equitativo às vacinas pelas populações dos países em desenvolvimento.

⁶⁸ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁶⁹ Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

⁷⁰ Organização internacional sem fins lucrativos que reconhece a importância de proteger os oceanos para que as gerações futuras possam desfrutar da vida e alimentos proveniente dos oceanos.

⁷¹ Grupo de governança multissetorial sem fins lucrativos que promove a melhoria dos padrões no cultivo e práticas de algodão em 21 países. Hoje, quase um quarto do algodão produzido no mundo é produzido sob o *Better Cotton Standard*, e 2,4 milhões de produtores de algodão foram treinados em práticas agrícolas sustentáveis e estão licenciados para cultivar algodão de melhor qualidade.

Em contraste com o Sistema das Nações Unidas, o centro de gravidade de um grupo multissetorial não é o Estado, mas uma ou mais corporações transnacionais atuando como um grupo de “partes interessadas”, que por sua vez geralmente incluem algumas organizações da sociedade civil ou da academia para validar processos pouco claros e não transparentes. O novo paradigma emergente na governança global, que se consolidou nos últimos 10 anos, significa uma mudança nas deliberações e tomadas de decisão dos Estados, da ONU e outros órgãos intergovernamentais para corporações transnacionais e atores privados. A consequência disso é que a formulação de políticas e o estabelecimento de padrões que parecem estar orientados para projetos de financiamento e estratégias de mobilização de recursos do setor privado, ao invés de identificar e abordar lacunas de governança no sistema multilateral com o risco resultante de uma abordagem de bem-estar público e responsabilidade democrática.

A luz desta tendência, o Centro Sul e o Instituto Transnacional, com o apoio do Grupo de Trabalho da população sobre Multissetorialismo ([People’s Working Group on Multistakeholderism - PWGM](#)), organizaram este diálogo político online com representantes de países em desenvolvimento em Genebra e Nova York e organizações da sociedade civil, para discutir as características, o impacto e os desafios que o multissetorialismo traz para o dia a dia da governança multilateral.

O objetivo deste diálogo foi avaliar, juntamente com membros do G-77 e a China e Organização da Sociedade Civil, as modalidades do dia-a-dia, o impacto e os desafios contemporâneos relacionados com o multissetorialismo e à “rede multilateralismo” no contexto do processo intergovernamental. Além disso, discutiu-se possíveis ações sobre como lidar com o crescente desequilíbrio na governança multilateral em um ambiente multissetorial nas Nações Unidas.

G7, G20 e OCDE - Economia, Guerra e Saúde

**Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury,
Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar**

G7

Nos dias 26 e 27 de maio, em Berlim, teve lugar a cúpula ministerial do G7 para discussão de temas relativos ao clima, energia e sustentabilidade⁷². A partir do encontro, foi emitido um comunicado⁷³ que consiste em um plano de transformação, não só das sete maiores economias do mundo, mas que ambiciona impulsionar a transição energética em escala global. De fato, o G7 decidiu que ainda em 2022 colocará fim ao financiamento de combustíveis fósseis no exterior⁷⁴. Segundo os ministros há ainda o compromisso de produção de eletricidade descarbonizada em todos os setores até 2035. Para isso, os membros prometeram "aumentar as tecnologias e políticas necessárias para a transição de energia limpa e acelerar a eliminação gradual do carvão". A novidade foi que o Japão, país que até então não havia se comprometido com tal medida, pelo menos até a Cúpula Climática COP 26 que ocorreu no ano passado em Glasgow, decidiu marcar posição a favor.

A ambição do G7 esbarra, contudo, nas necessidades imediatas dos membros do grupo, tingindo a declaração com as marcas discriminatórias e discricionárias. Poucos dias depois do anúncio da suspensão dos investimentos em combustíveis fósseis no exterior, a Alemanha adotou um corte massivo de impostos sobre combustíveis, denominado "*Tankrabatt*"⁷⁵. A iniciativa consiste em um programa de apoio às petrolíferas baseado em cerca de 3 bilhões de euros que será válido até o mês de agosto. Além de aumentar o consumo dos próprios cidadãos, o subsídio também estimula um turismo de combustível nas regiões fronteiriças, como com a Holanda, por exemplo. Como grande parte dos impostos advindos de recursos fósseis vai para o governo alemão, este estaria abdicando da receita tributária.

Conforme anunciado em nossa última publicação, a Aliança Global para Segurança Alimentar foi consolidada e anunciada no último dia 19 de maio. Com o objetivo maior de mitigar os efeitos da Guerra na Ucrânia sobre a segurança alimentar do globo. Sendo uma iniciativa liderada pela Ministra do Desenvolvimento alemão, Svenja Schulze, junto com o presidente do Banco Mundial, David Malpass, a Aliança já conta com o apoio do G7, Comissão Europeia, UN Global Crisis Response Group, Noruega, Dinamarca, União Africana, World Food Programme

⁷² Take a leaf out of the G7 book. *The Economic Times*. 2022. Disponível em: <<https://economictimes.indiatimes.com/opinion/et-editorial/take-a-leaf-out-of-the-g7-book/articleshow/91925694.cms>>. Acesso em: 02/06/2022.

⁷³ G7 Climate, Energy and Environment Ministers' Communiqué. *G7 Germany*. 2022. Disponível em: <<https://www.bundesregierung.de/resource/blob/974430/2044350/84e380088170c69e6b6ad45dbd133ef8/2022-05-27-1-climate-ministers-communicue-data.pdf?download=1#:~:text=We,%20the%20G7%20Ministers%20of,generations'%20needs%20around%20the%20world>>. Acesso em: 02/06/2022.

⁷⁴ G7 vows to end fossil-fuel financing abroad by end 2022: Statement. *The Economic Times*. 2022. Disponível em: <<https://economictimes.indiatimes.com/industry/renewables/g7-vows-to-end-fossil-fuel-financing-abroad-by-end-2022-statement/articleshow/91835949.cms>>. Acesso em: 02/06/2022.

⁷⁵ Wie stark sinken die Spritpreise? *Tagesschau*. 2022. Disponível em: <<https://www.tagesschau.de/wirtschaft/verbraucher/tankrabatt-start-101.html>>. Acesso em: 03/06/2022.

(WFP) e Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)⁷⁶



Fonte: BMZ, 2022.

Ainda sob os holofotes das respostas humanitárias à Guerra na Ucrânia, Svenja Schulze fez uma visita a Kiev na última semana em demonstração de apoio ao país⁷⁷. A Ministra do Desenvolvimento alemão visitou abrigos de deslocados internos, uma indústria agrícola e territórios devastados pelas tropas russas. A intenção da visita foi não só identificar ações emergenciais necessárias, mas também explorar alternativas de longo prazo para a reconstrução do país, apoiadas pela cooperação para o desenvolvimento. O programa de apoio até então implementado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) e pelo KfW Development Bank em nome do BMZ conta com parceiros internacionais como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).



Fonte: BMZ, 2022.

⁷⁶ Global Alliance for Food Security Launched. *BMZ*. 2022. Disponível em: <<https://www.bmz.de/en/news/press-releases/g7-meeting-global-alliance-for-food-security-launched-109536>>. Acesso em: 02/06/2022.

⁷⁷ Development Minister promises Ukraine civilian support for crisis response and reconstruction. *BMZ*. 2022. Disponível em: <<https://www.bmz.de/en/news/press-releases/minister-schulze-visits-kyiv-promises-ukraine-civilian-support-112140>>. Acesso em: 02/06/2022.

De forma a concluir a quinzena é de se destacar o novo *paper* lançado no âmbito do T7, Think Tank do G7, que propõe que o G7 assumira as rédeas da responsabilidade global em elaborar uma agenda transformadora, denominada G7 Global Health Compact 2030. Este se construiria sob as bases do multilateralismo, e da Agenda 2030, baseado no apoio à OMS, com vistas a produzir uma resposta rápida e conjunta. O documento consolida as discussões e propostas no âmbito do Grupo de Trabalho para Saúde Global do T7, de janeiro a maio de 2022. É voltado para ministros da saúde, diplomatas, líderes do G7 e ministros de relações exteriores, além de toda pessoa interessada no assunto. Basicamente, objetiva colocar em prática as promessas já feitas quanto à equidade de vacinas, fortalecer a arquitetura e governança multilateral, aumentar a contribuição à OMS até 2028, reduzir as fragmentações entre os sete países, construir um sistema de preparação e vigilância para futuras pandemias e adequar o sistema de financiamento global⁷⁸.

G20

A recuperação econômica pós-Covid-19 tornou-se uma agenda mútua para os países membros do G20 sob a presidência da Indonésia. O tema tem sido incorporado às discussões de diversos Grupos de Trabalho do bloco, como o Grupo de Trabalho de Economia Digital (DEWG), bastante abordado nos últimos informes.

À vista disso e em meio aos crescentes desafios globais, desencadeados especialmente pela guerra na Ucrânia, o Ministério das Finanças e o Banco Central da Indonésia realizaram a segunda reunião do Grupo de Trabalho de Framework (FWG), nos dias 24 e 25 de maio em Jacarta⁷⁹. A reunião contou com a presença de todos os membros do G20 e de algumas organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM) e o Banco de Compensações Internacionais (BIS). Oradores externos, tanto da academia, quanto do setor privado, também apresentaram suas perspectivas sobre as questões abordadas no encontro de formato híbrido.

O debate proposto na 2ª reunião do FWG é uma continuação dos diálogos estabelecidos no segundo encontro dos Ministros de Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais (FMCBG) que ocorreu em abril deste ano⁸⁰. Os temas abordados foram a atual situação econômica mundial e as áreas prioritárias da presidência indonésia, sendo: (i) a promoção do crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo (SSBIG) em todo o G20; o (ii) monitoramento dos riscos econômicos globais no curto e médio prazo; e o (iii) monitoramento dos riscos macroeconômicos associados às mudanças climáticas e suas implicações para a política macroeconômica.

⁷⁸ G7 Measures to Enhance Global Health Equity and Security. *Think 7*. 2022. Disponível em: <<https://www.think7.org/publication/issue-paper-g7-measures-to-enhance-global-health-equity-and-security/>>. Acesso em: 03/06/2022.

⁷⁹ G20 Sustains Economic Recovery Amid Escalating Global Challenges. G20. 26 mai 2022. Disponível em: <<https://g20.org/g20-sustains-economic-recovery-amid-escalating-global-challenges/>> Acesso em: 02 jun 2022.

⁸⁰ Para mais informações sobre este encontro, consulte o informe de número 7 de 2022 do presente projeto de Cadernos Cris Fiocruz.

Figura 1 – Painel durante a segunda reunião do FWG



Fonte: G20, 2022.

Durante o primeiro dia, as delegações abordaram assuntos referentes às altas e persistentes pressões inflacionárias, o impacto das políticas monetárias restritivas e os riscos para a economia mundial. Quanto a este último aspecto, a preocupação com a segurança alimentar e energética como efeitos diretos da guerra na Ucrânia, que já dura cem dias, foram mencionados – uma vez que dificultam a recuperação econômica e afetam o bem-estar dos países como um todo. Dessa maneira, os membros destacaram a importância de uma coordenação internacional contínua e ações coletivas para enfrentar esses desafios e mitigar a escalada de suas consequências.

Nesse ínterim, o segundo dia do encontro contou com discussões sobre o impacto das mudanças climáticas na macroeconomia e políticas para lidar com as consequências deixadas pelo Covid-19. Nella Sri Hendriyetty, que atua como co-presidente da presidência indonésia, declarou que é necessário mitigar os impactos das mudanças climáticas de maneira coletiva levando em consideração as circunstâncias específicas de cada país.

Já em relação à pandemia, foram apresentadas as conclusões iniciais de um estudo para uma estratégia de recuperação dos países que inclui fatores como o aumento da produtividade e da renda e a melhoria das condições do mercado de trabalho. Os danos referentes à educação, aprendizado e competências sociais, especialmente entre os mais jovens, foi enfatizado como uma das preocupações mais urgentes pela co-presidente indiana, Anantha Nageswaran. Os desdobramentos desta reunião continuarão no terceiro encontro dos Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais que ocorrerá em julho.

Na esteira desses acontecimentos, desdobramentos sobre o Fundo Financeiro Intermediário (FFI) para a preparação, prevenção e enfrentamento de pandemias avançam. De acordo com o Banco Mundial, o desenvolvimento desse mecanismo financeiro está fluindo rapidamente e é esperado que o Fundo esteja em funcionamento ainda neste ano⁸¹. O progresso

⁸¹ RIGBY, Jennifer. G20 pandemic fund ploughs ahead amid fears world not ready for future threats. Reuters. 25 mai 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/healthcare->

no desenvolvimento do projeto e de sua implementação acontece após um alerta feito em um painel independente da Organização Mundial da Saúde (OMS). O comunicado apontou a inadequação dos países para combater futuras pandemias, em particular pela lacuna de financiamento na área⁸², e, portanto, pela vulnerabilidade gerada na resposta à emergências futuras⁸³.

Até o momento, foram arrecadados para o desenvolvimento do Fundo um pouco menos de US\$1 bilhão por parte dos Estados Unidos, União Europeia (UE) e doadores privados. O que se contrasta com levantamento feito pelo Banco Mundial e pela OMS, instituições que assessoram o projeto, que estimou que a lacuna anual de financiamento seja de US\$10 bilhões.

O tema esteve igualmente presente na quarta reunião da Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde (FTCF) do G20, realizada em 31 de maio. O encontro em formato virtual contou com a presença de membros do G20, países convidados e organizações internacionais⁸⁴. Os tópicos discutidos se debruçaram sobre: (i) atualizações no que tange a evolução da arquitetura global de saúde e as contribuições do G20; (ii) o estabelecimento de arranjo de coordenação de finanças e saúde para financiamento para Prevenção e Respostas de Pandemias (PRP); e (iii) a discussão da proposta do FFI para a PRP. É previsto que o desfecho das discussões se faça presente na Reunião Ministerial Conjunta de Finanças e Saúde, programada para junho, e no terceiro encontro de Ministros de Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais, que acontece no próximo mês⁸⁵.

Por fim, a quinzena promoveu algumas notícias referentes à participação brasileira no G20. A começar pela declaração de Jair Bolsonaro sobre ter sido ignorado pelo presidente americano, Joe Biden, em uma cúpula do G20 no ano passado⁸⁶. Desde que Biden assumiu o cargo em 2021, a relação entre os países permanece distante, ou congelada, como Bolsonaro descreve. É interessante relembrar que durante o encontro de 2021, o líder brasileiro assumiu uma presença mais insulada e com pouca interação por parte de outros Chefes de Estado e

[pharmaceuticals/g20-pandemic-fund-ploughs-ahead-amid-fears-world-not-ready-future-threats-2022-05-25/](https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/world-no-better-place-fight-pandemics-than-before-covid-review-panel-2022-05-18/)> Acesso em 02 jun 2022.

⁸² RIGBY, Jennifer. World in no better place to fight pandemics than before COVID - review. Reuters. 18 mai. 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/world-no-better-place-fight-pandemics-than-before-covid-review-panel-2022-05-18/>> Acesso em: 02 jun 2022.

⁸³ Ending COVID-19 and Preparing for the Next Pandemic Threat Could Take Years at the Current Pace of Change. The Independent Panel. 18 mai 2022. Disponível em: <<https://theindependentpanel.org/ending-covid-19-and-preparing-for-the-next-pandemic-threat-could-take-years-at-the-current-pace-of-change/>> Acesso em: 02 jun 2022.

⁸⁴ G20 Indonesia. The 4th G20 Joint Finance and Health Task Force (JFHTF) (...). 02 jun 2022. Twitter: @g20org. Disponível em: <<https://twitter.com/g20org/status/1532320827735416832>> Acesso em: 02 jun 2022.

⁸⁵ The 4th G20 Joint Finance and Health Task Force (JFHTF) Meeting: Establish New Financial Mechanism to Address Significant Gaps of Global Health Financing, G20. 1 jun 2022. Disponível em: <<https://g20.org/the-4th-g20-joint-finance-and-health-task-force-jfhtf-meeting-establish-new-financial-mechanism-to-address-significant-gaps-of-global-health-financing/>> Acesso em: 02 jun 2022.

⁸⁶ PARAGUASSU, Lisandra. Bolsonaro says Biden snubbed him at G20, but agrees to attend U.S. summit. Reuters. 26 mai 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/americas/brazils-govt-confirms-bolsonaro-will-attend-us-summit-meet-biden-2022-05-26/>> Acesso em: 02 jun 2022.

governo⁸⁷. Algo explicitado no esvaziamento da agenda do Brasil em reuniões e na não participação de Bolsonaro no passeio turístico e na foto com outros líderes do G20 em Roma⁸⁸.

No mais, destaca-se a participação de quatro representantes brasileiros no evento do Youth 20 (Y20), um dos grupos oficiais do G20 que lida com assuntos referentes à juventude⁸⁹. O evento acontecerá em 15 de novembro em Bali, antecedendo a cúpula oficial do G20, e terá quatro temáticas principais: emprego para a juventude, transformação digital, desenvolvimento sustentável e diversidade e inclusão. Os jovens, selecionados mediante um processo seletivo aberto e gratuito, estão em fase de preparação juntos do Instituto Global Attitude – organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). O intuito da delegação é reivindicar pautas importantes para os jovens do Brasil, exaltando aspectos referentes às minorias presentes na nossa sociedade, e encaminhá-las para as discussões na 17ª reunião de cúpula do G20.

OCDE

A OCDE vem registrando números que indicam uma recuperação econômica pós-covid em andamento. Em 24 de maio de 2022, foi emitido um relatório apontando que o valor de carga tributária⁹⁰ sobre trabalho se recuperou em 2021, o que fez que os países do bloco começassem a retirar as medidas implementadas para mitigar os efeitos nocivos da covid-19 sobre a população.⁹¹

A média de carga tributária sobre o trabalhador ficou em 34,6% em 2021, valor inferior em 0.06 em relação a 2020.

⁸⁷ MAGENTA, Matheus. G20: isolado, Bolsonaro tem agenda esvaziada e é ironizado pela imprensa italiana. BBC News. 30 out 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59106310>> Acesso em: 02 jun 2022.

⁸⁸ Bolsonaro não participa de foto de líderes do G20 na Fontana di Trevi. G1. 31 out 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/10/31/bolsonaro-nao-participa-de-foto-de-lideres-do-g20-na-fontana-di-trevi.ghtml>> Acesso em: 02 jun 2022.

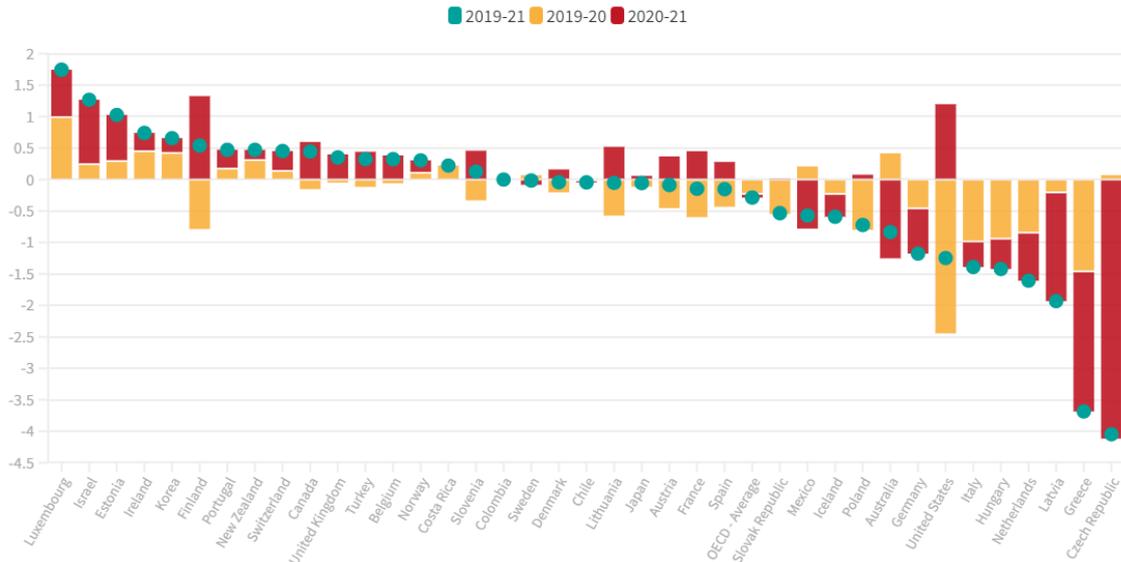
⁸⁹ Jovens brasileiros levarão a Bali sugestões para a próxima reunião do G20. EuEstudante. 01 jun 2022. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ultimas-noticias/2022/06/5012290-jovens-brasileiros-levarao-a-bali-sugestoes-para-a-proxima-reuniao-do-g20.html>> Acesso em: 02 jun 2022.

⁹⁰ Segundo a OCDE, *tax wedge*, traduzido livremente como carga tributária, mede a diferença entre os custos de trabalho para o empregador e o valor líquido recebido pelo empregado. É calculado o valor como a soma de todo imposto pessoal e contribuições de seguridade social paga por empregados e empregadores, deduzido os benefícios financeiros recebidos, assim como a proporção dos custos de trabalho para empregadores. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/f7f1e68a-en/index.html?itemId=/content/publication/f7f1e68a-en>, com acesso em 06 de junho de 2022.

⁹¹ <https://www.oecd.org/newsroom/labour-taxation-rebounding-as-global-economy-recovers-from-covid-19-pandemic.htm> acesso em 06 de junho de 2022.

Labour taxation rebounded in most OECD countries in the second year of the COVID-19 pandemic: The tax wedge for the average single worker increased in 2/3 of OECD countries in 2021, offsetting declines in 2020

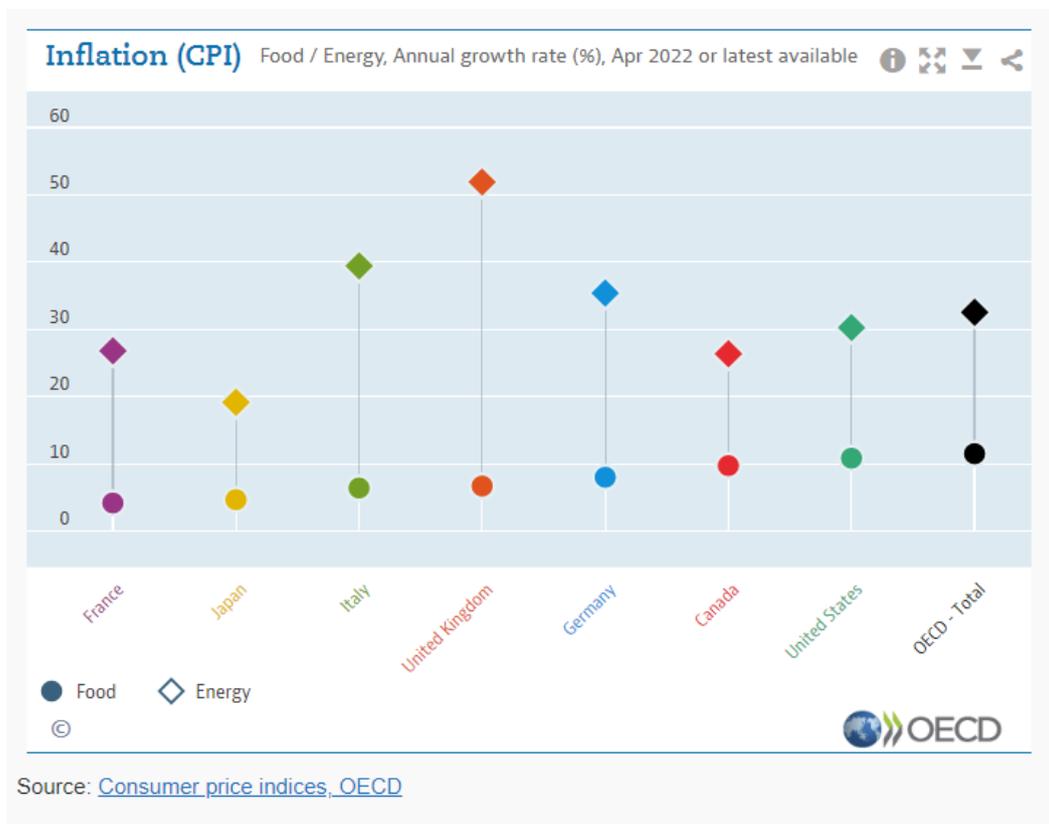
Change in the average tax wedge in OECD countries between 2019 and 2021, in percentage points



Source: OECD (2022), Taxing Wages 2022, OECD Publishing, Paris

Em junho o destaque na OCDE tem sido a alta de preços para os consumidores nos países da OCDE,

Na zona do Euro, a inflação ficou na taxa de 7,4% em abril de 2022, em comparação com a taxa de 3,0% em março. A OCDE estima que maio tenha sido um mês com recordes de inflação.



Source: Consumer price indices, OECD

Já em 30 de maio houve um evento discutindo a importância da resiliência nos sistemas de saúde. Durante o evento foi apresentado que a resiliência não se resume em planejar para choques, pandemias e crises econômicas e climáticas, mas também a avaliação dos impactos negativos causados por esses eventos disruptivos, para que a recuperação ocorra de forma veloz e que as lições aprendidas sejam utilizadas para melhorar o sistema de saúde. O tema vem se mostrando de muita relevância, tendo em vista os eventos de impacto global, principalmente em razão da Covid-19, que necessitou de medidas coordenadas e cooperação global para o enfrentamento da pandemia, que persiste. Uma das sugestões realizadas durante a conferência no painel voltado para resiliência e eficiência foi a sugestão de colaboração entre ministérios de finanças e saúde, para o desenvolvimento de compromissos que perdurem anos.⁹²

Em razão do enfoque econômico da organização, haverá seminários em junho voltados para mercado de trabalho e recuperação econômica: *“Labour markets post-COVID: Are we emerging greener and more inclusive? Ministerial Panel⁹³”*, em 8 de junho de 2022, o qual discutirá a oportunidade da economia se reerguer de uma maneira mais sustentável e inclusiva.

⁹² <https://www.oecd.org/health/health-systems-resilience.htm>. Acesso em 06 de junho de 2022.

⁹³ <https://oecd-events.org/employment-ministerial-2022/en/session/dc003177-41cf-eb11-94b3-000d3a21a507>

5º Encontro autônomo de MRE do BRICS, 1º Diálogo de MRE do BRICS Plus e a possível entrada de novos países no grupo

Claudia Hoirsch

5º Encontro autônomo de MRE do BRICS e primeiro Diálogo de MRE do BRICS Plus

Em maio de 2022, os MRE realizaram a edição virtual do 5º Encontro autônomo de MRE do BRICS e o 1º Diálogo de MRE do BRICS Plus com contrapartes de países emergentes/em desenvolvimento. (PEDs). A reunião foi sediada pela China, na qualidade de Presidente pro-tempore do BRICS, sob o tema "Fortalecer a Solidariedade e Cooperação do BRICS, Responder às Novas Peculiaridades e Desafios da Situação Internacional" e resultou em uma declaração conjunta⁹⁴. O encontro serviu para organizar questões que serão abordadas na próxima Cúpula do grupo.

No encontro, os chanceleres concordaram em continuar aprofundando a parceria de seus países, reiteraram o compromisso com o multilateralismo por meio da defesa do direito internacional, incluindo os propósitos e princípios da Carta da ONU e com o papel central da ONU em um sistema internacional em que estados cooperam para manter a paz, promover o desenvolvimento sustentável, garantir os direitos humanos e promover a cooperação baseada no espírito de respeito mútuo, justiça e igualdade.

Reiteraram o compromisso de melhorar a governança global promovendo um sistema mais ágil, eficiente e representativo; e exercer a consulta e colaboração inclusivas para o benefício de todos com base no respeito à soberania, independência, igualdade, interesses e preocupações de diferentes países.

Reafirmaram seu compromisso de avançar o processo de reforma do sistema multilateral, a fim de tornar as instituições de governança global mais inclusivas, representativas e democráticas e para facilitar uma maior participação dos países emergentes e PEDs na tomada de decisão global. Apoiaram uma maior representação dos PEDs nas organizações internacionais e fóruns multilaterais para que possam desempenhar um papel importante na governança global.

Na área da saúde e C&T, insistiram ser imperativo garantir a disponibilidade de diagnósticos, medicamentos, vacinas e produtos médicos acessíveis para os PEDs, a distribuição equitativa de vacinas e vacinação rápida para preencher a lacuna de imunização globalmente; ressaltaram a necessidade de continuar a fortalecer a cooperação no desenvolvimento, testagem de métodos, terapêuticas, pesquisa, produção e reconhecimento de vacinas, a investigação da sua eficácia e segurança face às novas variantes do vírus Cov-19; e o compartilhamento de conhecimento sobre medicina tradicional entre os países do BRICS. Expressaram apoio ao lançamento do Centro BRICS de P&D de Vacinas (CPDV/BRICS) e ao estabelecimento do Sistema Integrado de Alerta Precoce do BRICS para prevenir riscos de doenças infecciosas em massa e à adoção do MdE sobre Cooperação no campo da Regulação de Produtos Médicos para uso humano. Reconheceram a importância das discussões em andamento na OMC sobre propostas relevantes de isenção de PI, bem como capacitação e

⁹⁴ <https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/brics-joint-statement-on-201cstrengthen-brics-solidarity-and-cooperation-respond-to-new-features-and-challenges-in-international-situation201d>

fortalecimento da produção local de vacinas e outras ferramentas de saúde, especialmente nos PEDs.

Os países BRICS também apoiaram a promoção de discussões entre os membros do BRICS sobre o processo de expansão do grupo. Na ocasião, mantiveram o Diálogo com seus homólogos sob o formato BRICS Plus, que ocorreu sob o tema “Aumento do Papel dos Países Emergentes e Países em Desenvolvimento na Governança Global”. Os chanceleres do BRICS Plus convidados para o diálogo foram aqueles da Argentina, Indonésia, Egito, Cazaquistão, Nigéria, Arábia Saudita, Senegal, Tailândia e Emirados Árabes Unidos. Esta foi a 1ª vez que os MRE não-BRICS foram convidados para uma reunião de chanceleres do grupo⁹⁵. O BRICS indicou que novas discussões se seguiriam com intuito de esclarecer os princípios norteadores, as normas, critérios e procedimentos para esse processo de expansão.

Cabe lembrar que a AS iniciou o Programa BRICS Outreach⁹⁶ durante a sua 1ª presidência do BRICS em 2013; essa plataforma tem como objetivo defender compromissos de cooperação e desenvolvimento com suas regiões, bem como com as de outros membros do sul global com ideias semelhantes.

A África do Sul, como o próximo presidente do BRICS em 2023, sediará a Reunião de MRE do BRICS em setembro de 2022, em NY, às margens da 77ª sessão da AGNU.

Com quantos tijolos (BRICS) se erige uma parede? A possível entrada de novos membros

Em junho se realizará a XIV Cúpula dos BRICS, organizada pela China. A Argentina foi convidada a participar desta Cúpula⁹⁷, o que é visto como o primeiro passo para se juntar formalmente ao grupo. Isso também indica que a Argentina poderá se juntar ao NBD.

Esta é a segunda vez que o grupo adicionaria um novo membro desde que a AS se juntou ao grupo em 2009, durante a 1ª Cúpula, realizada em Ecaterimburgo, Rússia. A Indonésia também pode ser convidada a participar, expandindo ainda mais este clube de potências crescentes do sul global, marcado pela ascensão das economias emergentes e pelo declínio da hegemonia ocidental. Tudo indica que as possíveis adesões da Argentina ou da Indonésia ao grupo não acrescentariam qualquer letra ao acrônimo existente.

Considerando que no passado os PEDs se reuniram em grandes grupos como o Movimento dos Não-Alinhados (NAM) e o G-77 e praticaram a “diplomatie de cahiers de doléances” (diplomacia de registro de queixas) com o objetivo de solicitar transferências de recursos do Norte para o Sul no que era conhecido como a Nova Ordem Econômica Internacional, atualmente eles possuem seus próprios bancos, e são capazes de fornecer empréstimos uns para os outros.

⁹⁵ Outros países já participaram de cúpulas do BRICS. Em 2017, a China convidou o Quênia, Egito, México, Tadjiquistão e Tailândia com a proposta de lançar o “BRICS Plus”, a ideia foi não ganhou força pois foi barrada pela Índia. <https://www.poder360.com.br/internacional/argentina-participara-de-cupula-do-brics-a-convite-da-china/>

⁹⁶ O termo BRICS Outreach pode ser definido como a interação colaborativa entre os atores BRICS (governos e instituições) e outros atores dentro e fora da área do BRICS, tais como governos e instituições multilaterais e o foco na aproximação de governos de países não-BRICS e altos funcionários nacionais representando organizações regionais.

⁹⁷ Em fevereiro, o presidente argentino Fernández realizou visitas à Rússia e China para fortalecer o desejo do país de integrar o bloco econômico.

Na virada do século XX, a Argentina estava entre os cinco países mais ricos do mundo, contudo, o século XX não lhe foi gentil, o país tem sofrido muitos altos e baixos desde seus dias de glória. A adesão ao NDB seria um passo importante para o país que possui uma dívida externa expressiva, parte da qual foi recentemente renegociada com o FMI e necessita de fontes alternativas para financiar seus projetos de comércio e investimento. Com a inclusão ao Banco dos BRICS, os países do grupo poderiam atuar lá.

Se for incluída, a Argentina poderá ver seu futuro não na Europa ou no Atlântico Norte, mas no sul global encarnado nos BRICS, cujo núcleo agora está expresso na Ásia-Pacífico e Rússia.

Informe Especial sobre la IX Cumbre de las Américas

Sebastián Tobar e Miryam Minayo

Presentación

En el momento de escribir el presente informe, se iniciaba en Los Ángeles, Estados Unidos, la Novena Cumbre de las Américas – ***“Construyendo un futuro sostenible, resiliente y equitativo”***.

La Cumbre convocó a personas, instituciones y gobiernos de nuestro hemisferio, que compartirán sus prioridades y preocupaciones entre las que sin duda estará la situación decurrente de la pandemia de la Covid-19 y su impacto tanto en los sistemas de salud, económicos, educativos y sociales; la amenazas a la democracia; la crisis generada por el cambio climático; y la falta de acceso equitativo a las oportunidades económicas, sociales y políticas.

Antecedentes de la Cumbre de las Américas

La historia de la creación de la Cumbre de las Américas se remonta a los años cincuenta del siglo pasado y a dos cumbres presidenciales del hemisferio americano celebradas durante la guerra fría.

La primera ocurrió en julio de 1956, cuando líderes de diecinueve países se reunieron en la Ciudad de Panamá, Panamá, bajo los auspicios de la Organización de los Estados Americanos (OEA).

Se esperaba que la reunión fortaleciera a la OEA como guía para el desarrollo económico y social de las Américas. Al final de la Cumbre, se adoptó la Declaración de Panamá, que pedía un esfuerzo de cooperación para promover la libertad humana y elevar el nivel de vida de los países de la región. Del mismo modo, la reunión ayudó a sentar las bases para la creación del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y la Alianza para el Progreso.

La segunda Cumbre se celebró en abril de 1967, en Punta del Este, Uruguay. Al igual que el anterior, reunió a veinte líderes de las Américas. El objetivo era fortalecer la Alianza para el Progreso⁹⁸. La Conferencia dio lugar a la Declaración de los Presidentes de las Américas, firmada por 19 de los 20 países participantes. La Declaración estableció varios objetivos, entre ellos la creación del Mercado Común para América Latina y la cooperación multilateral en el desarrollo de infraestructura, agricultura, control de armamentos y educación.

Casi tres décadas después, con el fin de la guerra fría, los gobiernos de las Américas se reunieron nuevamente, ya en un contexto multipolar en el que los países enfrentaban profundos problemas estructurales, sociales y económicos.

Cumbre de las Américas

La Cumbre de las Américas se estableció en 1994 durante la administración del presidente estadounidense Bill Clinton. El objetivo principal fue el rediseño de las Relaciones Diplomáticas y Comerciales de Estados Unidos con el continente.

La existencia de nuevos participantes y una comprensión general de los principios políticos y económicos basados en las doctrinas de la democracia y la economía de mercado han

⁹⁸ iniciativa del presidente John F. Kennedy para promover el desarrollo y las relaciones pacíficas en las Américas

hecho posible el diálogo sobre cooperación política e integración económica sin precedentes en el hemisferio, desde Canadá hasta Argentina y Chile.

Los jefes de Estado y de Gobierno de las Américas decidieron reunirse periódicamente para definir los preceptos fundamentales de la nueva agenda regional. La decisión de institucionalizar las reuniones dio lugar al concepto de un “Proceso de Cumbres”, en el que se construye un lenguaje común y se programan mandatos de acción colectiva. Esta institucionalización estuvo ausente durante las dos cumbres que tuvieron lugar en el período de la Guerra Fría, que se organizaron ad hoc.

Desde el inicio del Proceso de Cumbres, los jefes de Estado y de Gobierno han establecido una amplia gama de prioridades con el fin de satisfacer las prioridades y necesidades de los pueblos del hemisferio. La democracia siempre ha sido un tema central en las Cumbres, a pesar de la heterogeneidad de los temas, que fueron tratados de acuerdo con las necesidades y preocupaciones vigentes de los Estados miembros.

En este sentido, desde su creación, con la primera edición celebrada en Miami en diciembre de 1994, se han realizado nueve ediciones de la Cumbre de las Américas, la novena tiene lugar en este momento, del 6 al 9 de junio de 2022.

De manera general, las Cumbres de las Américas reúnen a los jefes de Estado y de Gobierno del hemisferio occidental para discutir el consenso común, la búsqueda de soluciones y el desarrollo de una visión compartida para el futuro de la región en las áreas económica, social y política.

El proceso se guía por principios políticos compartidos y mecanismos institucionales establecidos. Los principios políticos del proceso dictan que debe incluir a las 34 naciones con gobiernos elegidos democráticamente que operan con economías de libre mercado, llevando a cabo negociaciones multilaterales internacionales en pie de igualdad y tomando decisiones por consenso. Los mecanismos institucionales son los órganos encargados de llevar a cabo el proceso, la toma de decisiones, la aplicación y el seguimiento.

I Cumbre de las Américas (1994), Miami (EE.UU.)

Se aprobaron 59 mandatos basados en 23 temas.

La Declaración de Principios de esta Cumbre estableció un pacto para el desarrollo y la prosperidad basado en la preservación y fortalecimiento de la comunidad de democracias de las Américas. Los líderes buscaron expandir la prosperidad a través de la integración económica para erradicar la pobreza y la discriminación en el hemisferio y garantizar el desarrollo sostenible al tiempo que protegen el medio ambiente.⁹⁹

II Cumbre de las Américas (1998), Santiago de Chile (Chile)

Esta edición fue preparada, discutida y aprobada por todos los países miembros, con la participación activa de organizaciones subregionales como la Comunidad del Caribe (CARICOM) y el Grupo de Río.

Las negociaciones de la Declaración y el Plan de Acción se llevaron a cabo en reuniones del GRIC, con el apoyo de la OEA, el BID, la OPS y la CEPAL. Se destacó la importancia de las políticas sociales y temas clave relacionados con la agenda interamericana, como la

⁹⁹ http://www.summit-americas.org/i_summit/i_summit_dec_sp.pdf

consolidación y mejoramiento de la calidad de la democracia. También se discutió el respeto de los derechos humanos y el camino hacia un Área de Libre Comercio de las Américas.

El resultado de estas deliberaciones fue la Declaración¹⁰⁰ y Plan de Acción de Santiago, que contiene 27 iniciativas, en las que las preocupaciones de los diferentes países se reflejan en cada una. Estas iniciativas se agruparon de acuerdo con los siguientes temas: Preservación y fortalecimiento de la democracia, la justicia y los derechos humanos, la integración económica y el libre comercio; erradicación de la pobreza y la discriminación.

III Cumbre de las Américas (2001), Quebec, Canadá

18 temas fueron enfatizados en esta edición de la cumbre, que resultaron en 254 mandatos sobre los siguientes asuntos: democracia, derechos humanos, justicia, seguridad hemisférica, sociedad civil, comercio, gestión de desastres, desarrollo sostenible, desarrollo rural, crecimiento con equidad, educación, salud, igualdad de género, pueblos indígenas, diversidad cultural y la niñez y la juventud.

El tema más importante de la Declaración¹⁰¹ política fue la preparación de la Carta Democrática Interamericana, la cual reforzó los instrumentos de la OEA para defender activamente la democracia representativa. La Carta Democrática fue aprobada el 11 de septiembre de 2001, en Lima, Perú, en un período extraordinario de sesiones de la Asamblea General de la OEA.

IV Cumbre de las Américas (2005), Mar del Plata, Argentina

Adoptó un enfoque más concentrado en los principales desafíos que enfrentaba la región, en materia de creación de empleos y fortalecimiento de la gobernabilidad democrática. La Declaración¹⁰² y el Plan de Acción¹⁰³ emanaron 52 mandatos, que se enfocaron en las siguientes áreas: Crecimiento con empleo, crear trabajo para enfrentar la pobreza, formación de la fuerza laboral, micro, pequeñas y medianas empresas como motor de crecimiento del empleo, marco para crear trabajo decente y fortalecimiento de la gobernabilidad democrática.

El Plan de Acción de Mar del Plata considera cada una de estas áreas de la Declaración desde tres perspectivas: Compromisos nacionales, cooperación hemisférica y organizaciones internacionales.

V Cumbre de las Américas (2009), Puerto España, Trinidad y Tobago

La quinta edición de la cumbre quedó marcada en la historia por el anuncio del presidente estadounidense, Barack Obama, sobre un “nuevo comienzo” de las relaciones con Cuba y admitió “equivocaciones” en las relaciones entre América Latina y Estados Unidos.

Una anécdota que ocurrió y también marcó a la Cumbre fue el regalo dado por Hugo Chávez a Barack Obama del conocido libro *Las venas abiertas de América Latina*, del escritor uruguayo Eduardo Galeano, antes del inicio de una reunión entre el presidente estadounidense y la extinta Unasur.

¹⁰⁰ http://www.summit-americas.org/ii_summit/ii_summit_dec_sp.pdf

¹⁰¹ http://www.summit-americas.org/iii_summit/iii_summit_dec_sp.pdf

¹⁰² http://www.summit-americas.org/iv_summit/iv_summit_dec_sp.pdf

¹⁰³ http://www.summit-americas.org/iv_summit/iv_summit_poa_sp.pdf

Los principales temas tratados en la Declaración¹⁰⁴ de la Cumbre fueron: prosperidad humana; sostenibilidad ambiental; seguridad pública; reforzar la gobernabilidad democrática y reforzar el seguimiento de la cumbre y la efectividad de implementación.

En ese momento, se firmaron las bases del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), dejando fuera a Cuba, una propuesta de largo plazo que buscaba ampliar la desregulación e integración comercial prevista en el TLCAN (ahora T-MEC) y ampliar las condiciones políticas surgidas de la caída de la Unión Soviética y el surgimiento del "Consenso de Washington".

VI Cumbre de las Américas (2012), Cartagena de las Indias, Colombia

El lema de esta edición fue "Conectando las Américas: Socios para la Prosperidad", en la que se enfocó en el rol de la integración física y la cooperación regional como medio para alcanzar mayores niveles de desarrollo y superar los desafíos del hemisferio en varias áreas claves incluyendo pobreza y desigualdades, seguridad ciudadana, desastres y acceso y uso de tecnologías.

La Declaración¹⁰⁵ abarcó los temas: integración de la infraestructura física en las Américas; pobreza, desigualdad e inequidad; reducción y gestión del riesgo de desastres; acceso y uso de las tecnologías de la información y las comunicaciones y seguridad ciudadana y delincuencia organizada transnacional.

VII Cumbre de las Américas (2015), Ciudad de Panamá, Panamá

La primera de la historia que contó con representantes de los 35 países independientes del hemisferio. Bajo el lema "Prosperidad con Equidad: El Desafío de la Cooperación en las Américas", los jefes de Estado y Gobierno discutieron temas como: educación, salud, energía, medio ambiente, migración, seguridad, participación ciudadana y gobernabilidad democrática, entre otros.

La séptima edición de la Cumbre quedó marcada en la historia por la participación de Cuba, por primera vez. Frente al anuncio de los Estados miembros de la ALBA (Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América) en boicotear la cumbre si no asistía Cuba, el gobierno de Panamá, tras negociaciones con EEUU, emitió la invitación a la isla.

Después de más de 50 años, se produjo el primer encuentro entre los presidentes de Estados Unidos y Cuba. El presidente Barack Obama lo consideró un encuentro histórico¹⁰⁶ y Raúl Castro manifestó su aprecio por su par norteamericano, al que calificó como "un hombre honesto"¹⁰⁷. En su discurso, Raúl Castro condenó el bloqueo económico a la isla y la ocupación de Guantánamo. También afirmó que la normalización de las relaciones entre ambos países demandará paciencia y mucho trabajo conjunto.

El documento final de la cumbre Mandatos para la Acción¹⁰⁸ trató de los siguientes temas: educación; salud; energía; medio ambiente; migración; seguridad; participación ciudadana; gobernabilidad democrática y cooperación hemisférica solidaria.

¹⁰⁴ http://www.summit-americas.org/V_Summit/statement_chair_sp.pdf

¹⁰⁵ http://www.summit-americas.org/SIRG/2012/041412/mandates_sc_es.pdf

¹⁰⁶ <https://www.elnuevoherald.com/noticias/america-latina/cuba-es/article4295688.html>

¹⁰⁷ <https://www.theguardian.com/world/2015/apr/11/obama-castro-handshake-us-cuba>

¹⁰⁸ http://www.summit-americas.org/vii/docs/mandates_es.pdf

VIII Cumbre de las Américas (2019), Lima, Perú

En esta edición del encuentro, a diferencia de los anteriores, la declaración final se centró en un solo tema: el Compromiso de Lima: Gobernabilidad Democrática frente a la Corrupción¹⁰⁹ trató de la lucha contra la corrupción y fue aprobado por consenso por los jefes de Estado y Gobierno.¹¹⁰

El Compromiso de Lima consta de 57 párrafos y hace un llamado a los Estados Miembros para reducir la burocracia, fortalecer la independencia judicial, aumentar la transparencia mediante el uso de nuevas tecnologías, fomentar la participación del sector privado en la formulación de políticas públicas anticorrupción, así como proteger a los informantes, periodistas y funcionarios involucrados en hacer cumplir la ley. El Compromiso de Lima también compromete a trabajar en prevenir que los sistemas financieros regionales puedan ser utilizados para la transferencia y ocultación de fondos ilícitos, así como identificar recursos para fortalecer los mecanismos hemisféricos anticorrupción.

IX Cumbre de las Américas (2022), Los Ángeles, Estados Unidos

Bajo el lema “Construyendo un futuro sostenible, resiliente y equitativo”, la novena edición empezó en el momento que se escribe el presente informe.

Modelo Organizativo de las Cumbres

El **Grupo de Revisión de la Implementación de Cumbres (GRIC)**¹¹¹, es el principal órgano de gestión del Proceso de Cumbres. El GRIC cuenta con la representación de los Estados Miembros de la OEA a través del Coordinador Nacional designado. El GRIC se creó en 1995 y es Presidido por el Estado Miembro que tiene la sede del Proceso de Cumbres de las Américas. Estados Unidos de América, como anfitrión de la Novena Cumbre en 2022, es el actual presidente del GRIC

Un aspecto que resulta interesante de la Cumbre es que los países presentan sus informes sobre el grado de implementación de sus mandatos e iniciativas al GRIC.

En el marco de las reuniones del GRIC, hay **diferentes grupos de trabajo, que para la Novena Cumbre** ha sido:

1. Salud y Resiliencia
2. Nuestro Futuro Verde
3. Energía Limpia
4. Transformación Digital
5. Gobernabilidad Democrática.

En el GRIC se negocian los documentos que son aprobados por la Cumbre. En tal sentido, en el informe del Cuaderno N° 9¹¹² se ha analizado el **Proyecto de Compromiso Político para la Novena Cumbre- Plan de Acción de las Américas sobre Salud y Resiliencia**. El Documento propone 8 acciones con miras a la elaboración del Plan.

¹⁰⁹ http://www.summit-americas.org/viii/compromiso_lima_es.pdf

¹¹⁰ http://www.summit-americas.org/brief/053118_es.htm

¹¹¹ http://www.summit-americas.org/nat_coords_sp.html

¹¹² https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/cadernos_cris-fiocruz_-_informe_9-22_sobre_saude_global_e_diplomacia_da_saude_final.pdf

La Coordinación de la Cumbre, cuenta con dos órganos asesores:

1. El **Consejo Directivo** está compuesto por países anfitriones de las anteriores y futuras Cumbres. Su papel es asistir a la Presidencia a preparar las reuniones del GRIC así como apoyar en los preparativos de futuras Cumbres.

2. El Consejo Ejecutivo del GRIC fue creado por el Plan de Acción de la Tercera Cumbre en la ciudad de Quebec, como un órgano representativo regional cuyo papel es evaluar, fortalecer y apoyar el seguimiento de las iniciativas de la Cumbre. Los miembros del Consejo Ejecutivo son los Estados Unidos, Bolivia, Chile, Canadá, México, Argentina, Trinidad y Tobago, Colombia, Panamá, Perú, Brasil, y los países designados en nombre de CARICOM, la Comunidad Andina, Centroamérica y el Grupo de Río.

Existe un Grupo de Trabajo Conjunto de Cumbres (GTCC) que es el encargado de coordinar el apoyo que le brindan 13 instituciones del sistema interamericano e internacionales al Proceso de Cumbres. Estas 13 instituciones son las encargadas de proveer orientaciones técnicas a países para la identificación y negociación de temas tratados en el Proceso de Cumbres. El GTCC también planea y desempeña proyectos e iniciativas para la implementación de compromisos de Cumbre y apoya a las Reuniones Ministeriales y sus vínculos al Proceso de Cumbres. Además, el grupo participa en diálogos sobre políticas de Cumbres para intercambiar ideas con respecto a enfoques de política en el Proceso de Cumbres. La Secretaría de Cumbres de las Américas de la OEA preside el GTCC.

Las instituciones que integran el GTCC, son: la OEA, la Organización Panamericana de la Salud (OPS), el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), el Banco Centroamericano de Integración Económica (BCIE), CAF - Banco de Desarrollo de América Latina (CAF), el Banco Mundial, el Banco de Desarrollo del Caribe (CDB), la Organización Internacional de Migraciones (OIM), la Organización Internacional del Trabajo (OIT), el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE) y proporcionan apoyo técnico al GRIC.

OTROS FOROS DE LA NOVENA CUMBRE

Además de la reunión que convoca a las Jefas y Jefes de Estado, se organizarán **tres foros oficiales de partes interesadas**¹¹³:

- El Noveno Foro de la Sociedad Civil
- El Sexto Foro de Jóvenes de las Américas
- La Cuarta Cumbre de “CEO” de las Américas.

Noveno Foro de la Sociedad Civil

El Noveno Foro de la Sociedad Civil se realizará el día 6 de junio y, en el marco del mismo, se realizarán las siguientes actividades han sido previstas en el marco de la IX Cumbre.

• **Foro de la Sociedad Civil:** Foro que ofrecerá a los participantes la oportunidad de a) finalizar sus insumos para ser presentados en el Diálogo entre Sociedad Civil, Actores Sociales y Altos Representantes Gubernamentales. Se utilizará el formato de grupo de trabajo temático-

¹¹³ <https://www.ixsummitamericas.org>

subregional; (b) participar en conversaciones con expertos sobre las prioridades de la Cumbre y temas relacionados; (c) establecer alianzas con otras organizaciones y/o actores, y (d) proporcionar un espacio para presentar sus proyectos relacionados con los ejes temáticos de la IX Cumbre, ayudando a mostrar su trabajo y esfuerzos y compartir buenas prácticas.

• **El Diálogo entre Sociedad Civil, Actores Sociales y Altos Representantes**

Gubernamentales: Foro en el que representantes de la sociedad civil y actores sociales presentarán recomendaciones e interactuarán con representantes de alto nivel de los Estados participantes en el Proceso de Cumbres

El Foro y Diálogo se enfocará en el tema central de la IX Cumbre de las Américas “Construyendo un Futuro Sostenible, Resiliente y Equitativo”, bajo el cual se contemplan los siguientes cinco (5) pilares temáticos:

- Salud y resiliencia en las Américas
- Nuestro futuro verde
- Acelerar la transición a la energía limpia
- Transformación Digital
- Gobernabilidad Democrática

Estas prioridades de la Cumbre están previstas en los proyectos de compromisos políticos de la IX Cumbre, documentos presentados por el país anfitrión, y que son la base de discusión de los gobiernos participantes del Proceso de Cumbres¹¹⁴. [GRIC \(summit-americas.org\)](http://summit-americas.org) .

VI Foro de Jóvenes de las Américas

El Foro de Jóvenes de las Américas es una plataforma de participación de los jóvenes de las Américas, para involucrarlos activamente, como actores sociales, en Cumbres de las Américas, las Asambleas Generales de la OEA y otras reuniones de alto nivel. El Foro es un canal permanente, abierto e inclusivo que permite a la juventud aportar e incidir en la definición de prioridades y coordinación de la acción en el continente

El día 8 de junio de 2022, se reunirá el VI Foro de Jóvenes de las Américas¹¹⁵, que convocará a cientos de jóvenes a través de un evento de formato híbrido, donde los delegados se conectarán con líderes internacionales en un ecosistema que estimula el espíritu de cooperación para un futuro resiliente, sostenible y con oportunidades equitativas e inclusivas para las Américas.

Las actividades presenciales en Los Ángeles marcan un paso importante del proceso de consulta juvenil con recomendaciones concretas en :

1. Cambio Climático: Los jóvenes de las Américas están expresando con razón su profunda preocupación por el cambio climático, exigiendo con frecuencia cambios en las políticas para hacer frente a sus efectos y consecuencias; pero no sólo eso, también están actuando para crear el cambio ellos mismos, movilizándolo a sus pares y comunidades, creando redes y desarrollando iniciativas empresariales enfocadas en la resiliencia, mitigación y adaptación al cambio climático.

¹¹⁴ http://www.summit-americas.org/sirg_sp.html

¹¹⁵ <https://foro.yabt.net/desarrollo-juvenil/>

2. Una recuperación socioeconómica de la pandemia de Covid-19: las organizaciones multilaterales y los grupos de estudio informan de cifras y perspectivas alarmantes para la juventud, sus medios de vida se han visto afectados de manera desproporcionada durante COVID-19; la recesión económica causada por el cierre de actividades, la pérdida de empleos y el aprendizaje a distancia, cuando se dispone de ellos, ha expuesto a los jóvenes a riesgos de vulnerabilidad sin precedentes, mercados laborales deprimidos cuando se gradúen, una realidad que afectará su potencial para obtener salarios justos en las próximas décadas.

3. Colaborando con la Juventud: Colaborar en la ideación y la búsqueda de soluciones: aplicar un enfoque de desarrollo positivo de la juventud al trabajar en conjunto, reconociendo su potencial como innovadores, agentes de cambio y emprendedores a través de los retos de la innovación, laboratorios empresariales, *hackathons*, laboratorios de políticas, laboratorios de innovación, diálogos de juventud y otros foros similares. YABT tiene un amplio historial de desarrollo de canales participativos inclusivos y abiertos para incorporar las aportaciones de la juventud en la formulación de políticas y el diseño de programas mediante las metodologías del Foro de Jóvenes de las Américas.

4. Combatiendo la Corrupción: Reconociendo que la juventud está insuficientemente representada en los aspectos políticos, siguen trabajando para crear un entorno político capaz y transparente. Las contribuciones y el compromiso de los jóvenes han unido constantemente esfuerzos en la búsqueda de instrumentos que reduzcan las brechas de desigualdad, promuevan el bienestar y mejoren la calidad de vida de los ciudadanos.

5. Conectividad y Transformación Digital: Una visión de crecimiento y prosperidad con equidad, hace indispensable mejorar y ampliar la conectividad digital para aprovechar los recursos y oportunidades que permitan a la juventud desarrollar habilidades para el presente y el futuro del trabajo, y de esa manera generar un cambio positivo en su comunidad. La inversión en el capital humano y la transformación digital son claves para mitigar la desigualdad y generar nuevas fuentes de oportunidades económicas – en especial para jóvenes y mujeres- a través de la digitalización de negocios y aprovechar el talento de la juventud para desarrollar tecnologías limpias, seguras, inclusivas y al servicio del desarrollo humano.

Cuarta Cumbre de “CEO” de las Américas

Reunirá a diversos líderes empresariales, incluidos aquellos que representan a pequeñas y medianas empresas, de los EE. UU. y de todo el hemisferio para impulsar soluciones innovadoras y prácticas para un futuro mejor para todas las Américas. Se plantea que el trabajando conjunto con el sector privado y los líderes pueden establecer un rumbo para salir de la pandemia más fuertes, resistentes y democráticos, y construir una economía del hemisferio occidental del siglo XXI que genere un crecimiento económico sólido, inclusivo y sostenible.

La cumbre de los directores ejecutivos contará con una serie de focos, conversaciones de salón y paneles enfocados en temas tales como: defender una política comercial favorable al crecimiento; construir economías de la salud sólidas y resilientes; avanzar en un plan de acción para la transformación digital; crecimiento ecológico a través de la transición energética y la sostenibilidad; mejorar el estado de derecho; y fortalecer la inclusión en el comercio regional y las cadenas de suministro, con un enfoque en las pequeñas y medianas empresas.

Proyecto De Compromiso Político Para La Novena Cumbre: Plan De Acción De Las Américas Sobre Salud Y Resiliencia En Las Américas

El primer punto que llama la atención es que habla de **Cobertura Universal en Salud**, concepto que ha sido fuertemente criticado por los ministros en las reuniones de los Cuerpos Directivos de la OPS, por tratarse de una iniciativa que enfatiza en el financiamiento por combinación de fondos (pooling) gerenciados por aseguradoras privadas o públicas, afiliación por modales de aseguramiento y definición de una cesta limitada de servicios con una restricción del derecho a la salud. Los países de la Región de las Américas se han comprometido a lograr el acceso universal a la salud y la cobertura universal de salud. En tal sentido, la Organización Panamericana de la Salud usa el término como “**salud universal**” para referirse a ambos, el acceso universal a la salud y la cobertura universal de salud. El documento de la Novena Cumbre vuelve a hablar de Cobertura Universal en Salud, sin considerar la salud como derecho y la responsabilidad del Estado.

Parece muy apropiado la recomendación de la **acción 2** del Documento, del abordaje de las dimensiones económicas, sociales y ambientales más amplias, así como los desafíos que genera en el actual escenario la inseguridad alimentaria y nutricional, y capacidad limitada para mitigar y adaptarse a los desafíos de la crisis climática.

En la **acción 3**, se plantea que para fortalecer la “*Resiliencia... la importancia de facilitar las inversiones aumentando la disponibilidad de infraestructura crítica y accesible, fortaleciendo las cadenas de suministro y las compras públicas, fortaleciendo los mercados internacionales y aumentando la integración comercial, que sientan las bases para un crecimiento y prosperidad equitativos a largo plazo*”. Resulta interesante la propuesta, y de hecho se ha planteado por diversas iniciativas de integración como la CELAC, PROSUR y MERCOSUR. La elaboración de un Plan en el Marco de la Cumbre de las Américas podría sinergizar y complementar los esfuerzos en curso, pero un aspecto decisivo es el financiamiento en una región con una desaceleración del crecimiento y falta de recursos. En tal sentido, retomar la lógica de la planificación formulando un Plan con Actividades y Metas Específicas podría servir para movilizar voluntades y donantes en torno de este objetivo de avanzar en mayor integración y el fortalecimiento.

La **acción 4**, es la que resulta más interesante y en su **punto 4a** hace foco en la **APS** como medio para ampliar el acceso equitativo a servicios integrales de salud de calidad centrados en las personas y las comunidades; la coordinación intersectorial para abordar los determinantes sociales de la salud; el fortalecimiento de las estructuras institucionales, incluido el desarrollo de capacidades para la regulación y evaluación de los sistemas de salud.

El **punto 4.b** hace referencia a un tema clave en los sistemas de salud, por caracterizarse por un uso intensivo de mano de obra, que es “**fortalecer programas educativos en los campos de la medicina, la salud pública, la nutrición y la investigación en ciencias biomédicas**”. Es interesante porque no habla ni de la “fuerza de trabajo en salud”, ni de los “profesionales de la salud”, sino en áreas específicas. Sería más apropiado el hablar de creación y fortalecimiento de las capacidades de los países para la Formulación de propuestas educativas... El hablar de programas educativos puede significar la emergencia de Programas o alternativas educativas en Medicina u otros campos que desde una lógica privada ya están presente en la región.

El **punto 4C** está vinculado a los **mecanismos de financiamiento para el fortalecimiento de los Sistemas de Salud procurando mejorar la eficiencia, eficacia, transparencia, sostenibilidad y equidad en el financiamiento**. El punto hace referencia a la **reducción de los gastos de bolsillo**, así como frente a la **prevención, preparación y respuesta ante pandemias**, alentando a las instituciones financieras internacionales a otorgar financiamiento a los países en desarrollo. Solo recordando que el el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), el Banco

Centroamericano de Integración Económica (BCIE), la CAF - Banco de Desarrollo de América Latina (CAF), el Banco Mundial, y el Banco de Desarrollo del Caribe (CDB) forman parte del Grupo de Trabajo Conjunto de Cumbres (GTCC). La pregunta que corresponde hacerse es si ¿los compromisos de la IX Cumbre se traducirán en líneas de financiamiento concretos para hacer más resilientes a los Sistemas de Salud del hemisferio o como se traducirán en la política institucional de los bancos arriba mencionados?

El **punto 4d** se plantea el **fortalecimiento de la seguridad sanitaria regional y mundial y la preparación para emergencias de salud pública para el futuro**. Asimismo, el punto aboga por *“aumentar la financiación de la investigación y el desarrollo en salud, promoviendo acciones regionales para construir y fortalecer el desarrollo nacional y regional y las capacidades de producción sostenible de materias primas, productos farmacéuticos, medicamentos, incluidas vacunas seguras y eficaces, suministros médicos y otras tecnologías sanitarias esenciales; mejorar la asequibilidad y el acceso; responder a las necesidades regionales de salud, según corresponda, particularmente durante emergencias de salud”*. Es llamativo como no se menciona en lugar alguno, como los sistemas de propiedad intelectual podrían ser un obstáculo para el acceso y hacer más asequibles las vacunas y medicamentos a la población de la región. Solo en el punto siguiente con el objetivo de *fomentar actividades regionales para aumentar la inversión y fomentar la industria*, se menciona la **“transferencia voluntaria de tecnología en términos mutuamente acordados”**. La pregunta es **si ¿estas menciones se traducirán en acciones concretas o solo quedarán como expresiones de deseo?**

El **punto 4e** hace llamado a aprovechar las **herramientas digitales** y fortalecer la cooperación y el intercambio de mejores prácticas para el desarrollo y aplicación de estas **tecnologías**, con el fin de facilitar el acceso a acciones de **promoción, prevención y curación, atención de la salud**.

Segundamente el **punto 4F** hace referencia al fortalecimiento vigilancia epidemiológica, según corresponda, para prevenir, prepararse, detectar y responder a brotes de enfermedades infecciosas y eventos con características epidémicas, mediante el cumplimiento de los compromisos del Reglamento Sanitario Internacional y otros instrumentos internacionales, dando mandato a la OPS en la cooperación para ello.

El documento hace referencia a la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible, y en particular al tema de las Enfermedades Crónicas No Transmisibles como principal causa de mortalidad prematura en la Región de las Américas y que afectan de manera desproporcionada a los países de la región.

También llama a aumentar los compromisos para movilizar y asignar recursos adecuados, predecibles y sostenidos, a través de canales nacionales, bilaterales, regionales y multilaterales, incluida la cooperación internacional y la asistencia oficial para el desarrollo, y asociaciones y mecanismos de financiación innovadores voluntarios para prevenir, controlar y tratar eficazmente las Enfermedades No Transmisibles. Llama la atención porque solo se enfoca en estas enfermedades y no hace un llamado a la movilización de fondos y cooperación internacional en general para el fortalecimiento de la resiliencia de los sistemas de salud.

El punto 4 plantea *“trabajar para cerrar las brechas en las capacidades básicas entre y dentro de los países de la región, considerando en particular los impactos en el acceso a los productos relacionados con la salud y los desafíos únicos de los países menos desarrollados.”*

Consideraciones acerca de la IX Cumbre

La Cumbre de las Américas tratase del único foro de gobernanza multilateral a nivel hemisférico. A diferencia al contexto de la Primera Cumbre¹¹⁶, allá por 1994, hoy en día existen grandes contrastes e incertidumbre a nivel hemisférico.

La Novena Cumbre se realiza en un contexto de disputas geopolíticas entre Estados Unidos y China; un contexto donde la región experimenta los impactos de la guerra de Ucrania, la región tiene una desaceleración del crecimiento de la economía con un fuerte impacto en la pobreza, el trabajo entre otros y donde la mayoría de los países parecen estar inmersos en sus problemas internos sin demasiados incentivos para promover un accionar común y coordinar sus esfuerzos.

El momento actual es sumamente delicado, sobre todo, debido a la necesidad de Estados Unidos, la Unión Europea y la OTAN de ampliar sus alianzas globales. En este sentido, se están reconfigurando las cadenas globales de valor y de abastecimiento. Latino América ha tenido históricamente una aproximación hacia el Occidente, pero ese alineamiento está progresivamente siendo puesto a prueba. O, mejor dicho, los gobiernos de los países de la región están revaluando con quién y cómo se asocian en los tiempos que les toca vivir.

China es un importante socio comercial de muchos países de América Latina que destinan al mercado buena parte de sus exportaciones. Aun cuando la decisión no debería ser tan lineal de elegir entre Estados Unidos y China porque el tema exige cautela y tiene alguna complejidad.

EN este sentido, la actual invasión rusa a Ucrania parece generar alguna reconfiguración del mundo en cuanto a las esferas de influencia de Occidente y de China y sus zonas de atracción. La alineación de Rusia con China, como la que parece que viene se configurando, podría terminar con exportaciones de cereales, hidrocarburos y fertilizantes rusos al país asiático, con una pérdida de importancia de Latino América.

De confirmar este escenario, la Cumbre podría ser una extraordinaria oportunidad para el desarrollo y profundización de nuevos mercados y la construcción de nuevas cadenas de valor, donde sin duda el complejo productivo industrial de la salud podría generar un impacto en la generación de empleo y avance en la soberanía para la autosuficiencia sanitaria.

Sin embargo, algunos aspectos parecen claves como la reflexión sobre aspectos de propiedad intelectual o transferencia tecnológica para avanzar en estos aspectos.

En esta reconfiguración global, tal vez Latino América se podrá beneficiar de inversiones de Estados Unidos y Europa, que no buscarán en China y Rusia sus centros de producción y que tal vez se podrán beneficiar y beneficiarse de la región. Ya se observa una flexibilización de las medidas del bloqueo de Estados Unidos a la República Bolivariana de Venezuela que han dado los primeros pasos para una relación bilateral. Igualmente, la Casa Blanca ha tomado la decisión de excluir a Venezuela de la Cumbre. El presidente Maduro vio con buenos ojos que su par argentino, Alberto Fernández como presidente de la CELAC, eleve el reclamo por la exclusión de Cuba, Nicaragua y Venezuela. Asimismo, Maduro abrió en sus declaraciones, la posibilidad que este año se reimpulse la UNASUR.

¹¹⁶ En enero de 1994 el Presidente Clinton propuso organizar una **Cumbre** Presidencial en los Estados Unidos con el fin de discutir los siguientes temas: Principios y valores democráticos; fortalecimiento de las instituciones.

Todos estos cambios estarían dando cuenta de cambios geoestratégicos en la región, que todavía no sabemos qué dirección tomarán.

El presidente Biden, de Estados Unidos, enfrenta en su administración un debilitamiento tanto por factores internos como externos. El partido demócrata confronta con el partido republicano sin una decidida política exterior que le permita presentar a los socios hemisféricos una oferta lo suficientemente atractiva para la región.

El nacionalismo vacunal de Trump no está lejos. El expresidente estadounidense compró grandes cantidades de dosis de vacunas más allá de las necesidades de la población de su país. Igualmente, la piratería arrebatando las adquisiciones de equipamientos y elementos de protección personal a muchos de los países de la región. Como contracara, el Presidente Biden parece impulsar en la Cumbre – por lo menos postular –, una mayor solidaridad con los países de la región en el actual escenario de aumento de los costos crecientes de los alimentos y la energía, retomando un camino de las inversiones en la región para tornarlo como un centro de producción.

Quedamos a la expectativa de los resultados de la IX Cumbre de las Américas y sus logros efectivos en el avance de mayores niveles de integración regional.

La retomada al poder de algunos presidentes en Latino América como Alberto Fernández, en Argentina, Luis Arce, en Bolivia, Gabriel Boric, en Chile, Xiomara Castro, en Honduras y las futuras elecciones en Brasil y Colombia podrían constituir una oportunidad para avanzar en otro modelo de integración, buscando nuevos o viejos espacios como la Comunidad de Estados Latino Americanos y Caribeños (CELAC) o un relanzamiento de la UNASUR.

XXXV Reunión Extraordinaria de Ministros y Ministras de Salud del Área Andina

María del Carmen Calle Dávila de Saavedra, Gloria Marisela Mallqui Osorio y Bertha Pineda Restrepo



El 31 de mayo se celebró la XXXV REMSAA Extraordinaria, inaugurada por la Secretaria Ejecutiva del Organismo Andino de Salud, Dra. María del Carmen Calle Dávila y la Ministra de Salud de Ecuador Ximena Garzón-Villalba, en su carácter de Presidente Pro Témnore.

En la reunión estuvo presente la Ministra del Poder Popular para la Salud Abg. Magaly Gutiérrez, el subsecretario de Salud Pública de Chile, Dr. Cristóbal Cuadrado, y las autoridades nacionales de salud delegadas de Bolivia, Colombia y Perú.

La Dra. Calle, como Secretaria Ejecutiva del ORAS/CONHU realizó una presentación, abordando los siguientes temas:

- Enfermedades emergentes y reemergentes.
- Situación de las enfermedades transmisibles (dengue y viruela símica).
- Situación de la pandemia COVID-19 en el mundo y en los países andinos.

En tal sentido, la Ministra de Salud de Ecuador, en su carácter de Presidencia Pro Témnore, señaló: *La importancia de contar con un Comité Andino de Bioprotección. La región andina tiene que estar preparada para afrontar de mejor manera un nuevo brote. La única manera de estar protegidos es saber cuáles son los riesgos que pueden afectar la seguridad de cada uno de los países y de la región.*

No podemos descartar el riesgo de bioterrorismo. Debemos estar preparados y saber cómo actuar en caso de riesgo de una nueva pandemia. Por este motivo solicité una Reunión Extraordinaria para conversar acerca de la propuesta de conformar un Comité Andino de Bioprotección.

¿Cuál sería la función del Comité? La vigilancia epidemiológica, compartir y analizar los datos dentro de los países y a nivel regional, y el manejo de protocolos regionales. Este Comité tiene que ser multidisciplinario (Ministerios de Relaciones Exteriores, de Defensa, entre otros),

conformado por todas las entidades que ustedes consideren, que son importantes para tomar medidas inmediatas en caso de la aparición de una enfermedad que ponga en riesgo la región. Es importante que formen parte las áreas de virología, epidemiología, enfermedades globales y emergentes.

Cada uno de nuestros países cuenta con diferentes tipos de recursos que podemos poner a la disposición para apoyarnos unos a otros. Pongo en consideración lo que les he expuesto: la conformación de este Comité para que desarrollemos un plan conjunto.

Cada una de las autoridades nacionales expresaron estar de acuerdo con la propuesta de conformar el **Comité Andino de Bioprotección**. Con argumentos como los siguientes:

- **Bolivia:** es importante que participen expertos, tener respuestas unificadas y trabajar coordinadamente.
- **Chile:** estamos dispuestos a participar y colaborar en los procesos de diagnóstico y transferencia tecnológica.
- **Colombia:** es una oportunidad para presentar experiencias y unificar las formas de trabajo en las fronteras.
- **Perú:** es importante el Comité para la vigilancia de enfermedades emergentes y analizar de manera conjunta las amenazas globales.
- **Venezuela:** hemos tenido éxito en la respuesta a la COVID-19 y debemos prepararnos para la vigilancia epidemiológica activa de la viruela símica.

Una de las conclusiones fue la necesidad de constituir un Comité Técnico de Coordinación. La intención es por medio de una resolución indicar el trabajo para constituir el Comité Andino de Bioprotección.

En ocasión de la REMSA extraordinaria, el Director del Programa Subregional de Cooperación para América del Sur, Dr. Pier Paolo Balladelli señaló la necesidad de fortalecer la integración regional para prevenir las enfermedades zoonóticas, abordar el cambio climático y la salud ambiental. En tal sentido, subrayó *“es una excelente idea conformar el Comité. Los acompañamos”*.

La Secretaria Ejecutiva del ORAS/CONHU, Dra. Calle, así como la Ministra de Salud de Ecuador, en su carácter de Presidente Pro Témpore destacaron la importancia del trabajo articulado en salud como región andina.

O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá e Felix Rosenberg

A UNIÃO AFRICANA

Cimeira/Cúpula Extraordinária da União Africana Dedicada a Enfrentar os Desafios Humanitários (Malabo, 25-28 de maio)

O Presidente da Comissão da União Africana (CUA) observou que as emergências humanitárias em África são uma fonte permanente de preocupação. Ele afirmou ainda que a União Africana desenvolveu instrumentos normativos e operacionais para melhorar as condições de vida dos refugiados e das pessoas deslocadas internamente no continente. O Presidente da CUA concluiu sublinhando a importância da Cimeira Humanitária Extraordinária, que será seguida pela conferência de doadores, acrescentando que demonstra a firme determinação da União Africana em prosseguir a redução do sofrimento suportado pelos refugiados e pessoas deslocadas internamente no continente. O Presidente do Senegal e Presidente *pro tempore* da União Africana, Macky Sall, notou a escala e persistência das emergências humanitárias no continente. O Presidente Sall concluiu sublinhando que o destino de milhões de refugiados e deslocados exige um desenvolvimento inclusivo, seguindo os princípios da justiça social, para que cada cidadão se sinta herdeiro de uma parte dos recursos nacionais.

O Presidente da Guiné Equatorial afirmou que a situação humanitária deixa os países africanos num impasse. Observou ainda que, com todos os recursos disponíveis no continente, a África seria capaz de resolver os problemas humanitários através da solidariedade.

A sessão de abertura testemunhou declarações do Subsecretário Geral das Nações Unidas para os Assuntos Humanitários e Coordenador da Ajuda de Emergência.

A Cúpula discutiu os desafios que afetam a assistência humanitária em África, defendendo um financiamento sustentável para as necessidades humanitárias e mobilizando recursos para a resposta humanitária. Apoiar também programas de resiliência para populações afetadas por crises complexas, fome, e outras catástrofes.¹¹⁷

16ª Sessão Extraordinária da Conferência da União Africana sobre o Terrorismo e as alterações Inconstitucionais do Governo em África, Malabo, capital da Guiné Equatorial, 28 de maio de 2022

A sessão sobre Terrorismo e Mudanças Anticonstitucionais no Governo (UCG - *Unconstitutional Changes of Government*) avaliou as ameaças persistentes, os atuais mecanismos de resposta e decidiu sobre as ações e medidas específicas necessárias para reforçar a segurança coletiva dos Estados-Membros que enfrentam o terrorismo e o extremismo violento. Além disso, a Cimeira/Cúpula discutiu medidas acionáveis necessárias para travar a sua escalada no continente.

Entre outras questões, a Assembleia considerou também as recomendações da Declaração de Acra (Gana) sobre Alterações Inconstitucionais do Governo em África, emanadas

¹¹⁷<https://au.int/en/pressreleases/20220527/african-union-extraordinary-summit-dedicated-humanitarian-challenges-begins>

do Fórum de Reflexão da União Africana, realizado entre 15 e 17 de março de 2022 em Acra, no Gana.

Na abertura desta sessão discursaram os Presidentes da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo enquanto anfitrião, de Angola, João Lourenço e da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat.¹¹⁸

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA UNIÃO AFRICANA (AUDA-NEPAD) E O DIA DE ÁFRICA

O Dia de África continua a ser celebrado tanto em África como em todo o mundo a 25 de maio como uma comemoração anual da formação da Organização de Unidade Africana (OUA) cujo objetivo era a manifestação da visão pan-africana para uma África unida, livre e no controle do seu próprio destino. Tendo em conta este objetivo, a nutrição e a segurança alimentar no continente continua a ser uma área de enfoque pertinente para que o continente possa controlar o seu próprio destino, tal como consagrado nos documentos fundadores da OUA.

E a comemoração de 2022, convocada pela Agência de Desenvolvimento da União Africana - NEPAD, foi realizada com uma nota elevada. Assistiu à comemoração representantes de organizações parceiras, incluindo *Africa No Filter*¹¹⁹ e a Agência de Desenvolvimento das Pequenas Empresas, incubadoras e empresários, estudantes universitários e membros do corpo docente de todo o continente, bem como os meios de comunicação social.

Organizado a 24 de maio, o evento teve como principal objetivo elevar a consciência do trabalho em curso pela AUDA-NEPAD no âmbito do lema deste ano que é sobre nutrição e segurança alimentar. Empresários e incubadoras de empresas que trabalham na segurança alimentar, nutrição e sistemas agroalimentares exibiram o seu trabalho no domínio da nutrição e segurança alimentar, através de vídeos que partilharam, destacando o seu papel na redução da insegurança alimentar e nutricional no continente, capacitando os pequenos agricultores e apoiando as mulheres empresárias.

Falando em nome da CEO da AUDA-NEPAD, Nardos Bekele-Thomas, a Chefe de Gabinete, Jennifer Chiriga, salientou que, ao celebrarmos o Dia de África, devemos continuar unidos enquanto nos mobilizamos para uma alimentação e nutrição adequadas em todo o continente.

Ela ainda disse: *"Se todos trabalharmos em conjunto, começaremos a ganhar uma vantagem na redução da desnutrição. A este respeito, as parcerias são fundamentais. Nenhuma instituição pode por si só superar os desafios da fome e da subnutrição em África. Um ano não é suficiente para erradicar a fome e a subnutrição, por isso, proponho que cada ano seja um ano de abordagem da Nutrição e da Segurança Alimentar"*.

O lema da União Africana para 2022 é *"Fortalecer a resiliência na nutrição e segurança alimentar no continente africano: reforçar os sistemas agroalimentares, de saúde e de proteção social para a aceleração do desenvolvimento do capital humano, social e económico"*. Foi sob esse auspício que se comemorou o 25 de maio centrado nas empresas do sector da nutrição e segurança alimentar.

A fundadora da *Change Narratives Africa*, Ndidi Nunweli, falou sobre a necessidade de marcar os alimentos locais para enfrentar os desafios da insegurança alimentar em África e,

¹¹⁸ <https://au.int/en/newsevents/20220527/african-union-extraordinary-summit-onterrorism>

¹¹⁹ <https://africanofilter.org/home>

essencialmente, promover "parcerias inteligentes" com parceiros globais para assegurar que a narrativa africana seja alterada em benefício do continente. "*Temos de assegurar que os nossos agricultores não sejam excluídos dos diálogos globais sobre agricultura regenerativa*", disse ela.

Como a AUDA-NEPAD comemora o Dia de África sob o lema da União Africana, demonstra bem o quanto está ciente das realidades da insegurança alimentar no continente, pois as estatísticas delineadas pela FAO, UNICEF e União Africana indicam que em 2020, estima-se que 281,6 milhões de africanos estejam subnutridos, representando um aumento de 89,1 milhões desde 2014. E com a pandemia da Covid-19, muito mais pessoas foram mergulhadas na insegurança alimentar e na subnutrição. Por exemplo, os estudos do Custo da Fome em África (COHA - *The Cost of Hunger in Africa*), realizados em 24 países desde 2010, indicam que os Estados-Membros estão a perder entre 2% a 17% do seu PIB anual devido à subnutrição infantil. É devido a estas realidades que o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional da AUDA-NEPAD está a liderar projetos como o "*Investimento na Nutrição Infantil*" (*Investment in Early Childhood Nutrition*), "*Alimentação escolar caseira*" (*Home-grown school feeding*) e muitos outros que se concentram no aumento da resiliência na nutrição e segurança alimentar em África.

A Diretora Executiva de *Africa No Filter*, Moky Makura falou sobre a necessidade de mudar as percepções em toda a África como sendo um "*continente faminto e dependente com sistemas alimentares que não o podem sustentar*".

A AUDA-NEPAD reconhece o empenho dos fundadores da OUA em libertar o continente dos vestígios da colonização e do apartheid; promover a unidade e a solidariedade entre os Estados africanos; coordenar e intensificar a cooperação para o desenvolvimento; salvaguardar a soberania e a integridade territorial dos Estados-Membros e promover a cooperação internacional. Com um compromisso semelhante de diferentes parcerias dentro e fora do continente, a África atingirá esses objetivos através da Agenda 2063 de um continente pacífico e próspero.¹²⁰

Para além do aproveitamento do Dia de África e à margem da Cimeira/Cúpula Humanitária Extraordinária, Sua Majestade o Rei Letsie III, Chefe de Estado do Reino do Lesoto e defensor/guardião da Nutrição da União Africana, a AUDA-NEPAD e outros intervenientes realizaram um evento paralelo de alto nível. Esse evento foi organizado pelo Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social da CUA e contou com a participação de representantes dos Estados-Membros da União Africana, organizações internacionais e organizações da sociedade civil para refletir sobre os desafios que afetam a segurança alimentar e nutricional no continente e especialmente as crises humanitárias. A reunião deliberou sobre ações-chave e estratégias para acelerar a realização dos objetivos de nutrição e segurança alimentar da Declaração de Malabo, da Estratégia Regional Africana de Nutrição (2016-2025) e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com o lema da União Africana "2022 Ano da Nutrição", o evento paralelo foi realizado sob o outro lema: "Estado da Segurança Alimentar e Nutrição em África, tendo como pano de fundo os 4C's: Clima, Conflito, Covid-19 e o Custo dos alimentos.

"O momento é nosso para deliberar e refletir sobre ações e estratégias-chave na abordagem dos desafios da nutrição e segurança alimentar, especialmente no espaço

¹²⁰<https://www.nepad.org/news/nutrition-and-food-security-centre-of-auda-nepads-africa-day-commemoration>

humanitário, uma vez que, nos últimos anos, as crises humanitárias resultaram em escassez de alimentos e desnutrição", salientou Sua Majestade o Rei Letsie III do Reino do Lesoto e defensor da Nutrição no quadro da União Africana.

Nas suas observações iniciais, a Embaixadora Cessouma Minata Samate, Comissária da União Africana para a Saúde e Assuntos Humanitários, afirmou:

"Temos de reconhecer que o continente continua a sofrer os impactos das alterações climáticas, dos conflitos, da pandemia da COVID-19, todos eles com grande impacto na segurança alimentar e na nutrição. Há necessidade de investir mais na construção de resiliência, especialmente nos Estados-Membros e comunidades da União Africana que atravessam crises recorrentes e prolongadas".

O evento paralelo sublinhou as interligações entre a atual crise de segurança alimentar e nutricional e as ameaças múltiplas, complexas e frequentemente interrelacionadas. Além disso, acelerou a dinâmica no sentido de maiores investimentos, melhor coordenação, análise conjunta e ação na abordagem da nutrição e segurança alimentar para a realização da Agenda 2063 da União Africana.

A Sra. Nardos Bekele-Thomas, Diretora Executiva da AUDA- NEPAD observou ainda que,

"Para além dos 4C, a África precisa de outros 5C para a implementação efetiva de compromissos e políticas a todos os níveis, sendo estes: (a) a consolidação de esforços entre África e o sistema internacional; (b) a coordenação dentro das estruturas governamentais; (c) a conexão dos pontos para assegurar a inclusão de todos, incluindo os jovens; (d) a colaboração dentro das agências de implementação e construção de parcerias proativas e honestas com os governos africanos; e (e) abordagens catalíticas".¹²¹

O CDC ÁFRICA LANÇA ESTRATÉGIA SOBRE DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS, PREVENÇÃO E CONTROLO DE LESÕES E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL (2022-26)

As doenças não transmissíveis (DNT/NCD) e as lesões e condições de saúde mental constituem um sério impedimento para alcançar a visão da Agenda 2063 de construir uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos. Todos os anos, estas condições causam milhões de mortes prematuras e vidas deficientes em toda a África. Estas condições conduzem também a perdas económicas anuais de vários milhares de milhões de dólares americanos. O seu fardo, tanto em termos de morbilidade/mortalidade de doenças como de impacto socioeconómico, está a aumentar. Muitas vezes interpretadas erroneamente como doenças do afluyente, as provas têm mostrado uma prevalência e taxas de mortalidade mais elevadas de DNT e lesões e saúde mental- assaltos entre pessoas classificadas como tendo um baixo estatuto socioeconómico. O efeito do ónus acima referido sobre os indicadores de saúde do continente e os prováveis impedimentos através de DNT, lesões e condições de saúde mental para alcançar as aspirações de saúde da Agenda 2063 torna necessário aumentar significativamente a atenção à sua prevenção e controlo em toda a África. Tais investimentos oferecem elevados retornos para os cidadãos e estados, tanto do ponto de vista económico como sanitário.

Embora o foco dos decisores políticos de saúde pública em África esteja esmagadoramente centrado nas doenças transmissíveis, mortes prematuras e incapacidades

¹²¹ <https://www.nepad.org/news/african-union-high-level-event-addressing-food-security-and-nutrition-challenges>

causadas por Dantas e condições de saúde mental, e a sua quota global do fardo da doença, está a aumentar rapidamente. O fardo das DNT só na África subsaariana cresceu 67% entre 1990 e 2017 (medido como anos de vida ajustados por deficiência – conhecidos pela sigla DALY em inglês), refletindo um aumento significativo na proporção de DALY totais atribuíveis às DNT de 18% para 30%. O peso das DNT entre os Estados-Membros da União Africana é mais elevado do que a média global. Entretanto, um fardo significativo de lesões perdura. Isto levou à postulação de que a África tem um fardo triplo de DNT, bem como de lesões. As DNT responsáveis principalmente pelo aumento do fardo da doença em África incluem a saúde mental condições, doenças cardiovasculares e neoplasia. Prevê-se que o aumento das DNT e das lesões e das condições de saúde mental acelerem: estima-se que causem mais mortes prematuras no continente do que todas as outras condições combinadas até 2030 e, de longe, a maioria das mortes e incapacidades até 2063. As DNT e as lesões e a saúde mental não devem continuar a ser negligenciadas em África e devem ser priorizadas nas agendas de saúde e desenvolvimento, especialmente pelos Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP) continentais, regionais e nacionais.

Enquanto as doenças cardiovasculares e os cancros causam a maioria das mortes prematuras, condições menos proeminentes que vão desde doenças digestivas a doenças falciformes acrescentam considerável morte e incapacidade. As condições de saúde mental, especialmente a depressão e a ansiedade continuam a ser responsáveis por uma proporção significativa do fardo de DNT no continente. As lesões causam cerca de tanto peso (medido em DALY) como as doenças cardiovasculares.

Paradoxalmente, algumas das DNT são devidas a doenças infecciosas (por exemplo, o câncer/cancro do colo do útero provocado pelo vírus do papiloma humano). A pandemia da Covid-19 teve um efeito negativo na prevenção e controlo de DNT, lesões e saúde mental, demonstrando as ligações entre estas epidemias. O aumento da prevalência de hipertensão, diabetes mellitus e outras síndromes metabólicas e os seus fatores de risco são responsáveis por uma percentagem significativa do aumento da carga de DNT. Para além das baixas atividades físicas e da dieta pouco saudável, a poluição ambiental, o tabagismo, o álcool e o consumo de drogas estão a aumentar no continente. O continente talvez seja o único em ter um fardo duplo de obesidade e subnutrição numa proporção significativa entre os seus cidadãos, em comparação com outras regiões do mundo. O impulso destes fatores de risco encontra-se em sistemas fora do sector da saúde, tais como o comércio, trabalho, educação e sistemas de transporte de África. Conflito e instabilidade ambiental acrescentam importantes riscos, especialmente para lesões e saúde mental.¹²²

OMS/AFRO

Mortes na Região Africana a cair quase 94% em 2022: análise da OMS sobre a Covid-19

A 2 de junho, a OMS/Afro divulgou a informação obtida de uma nova modelização feita pela Organização Mundial de Saúde, prevendo-se que as mortes diminuam quase 94% em 2022, em comparação com 2021, que foi o ano mais letal da pandemia.

A análise, publicada na revista científica *Lancet Global Health*, conclui que enquanto a região relatou 113 102 mortes em 2021 através dos canais oficiais, cerca de 1 em cada 3 mortes foram perdidas e o número real de mortes foi de 350 000. A modelização sugere que são

¹²²<https://africacdc.org/download/africa-cdc-non-communicable-diseases-injuries-prevention-and-control-and-mental-health-promotion-strategy-2022-26/>

esperadas cerca de 23 000 mortes até ao final de 2022 se as variantes e dinâmicas de transmissão atuais permanecerem constantes. Contudo, uma variante que seja 200% mais letal causaria um aumento do número de mortes para mais de 70 000.

“No ano passado, perdemos uma média de 970 pessoas todos os dias. Este é um número catastróficamente elevado. A nossa última análise sugere que as mortes estimadas na Região Africana irão diminuir para cerca de 60 por dia em 2022. O baixo número de mortes esperado este ano é uma enorme conquista para a região e uma prova dos esforços dos países e parceiros. No entanto, o trabalho ainda não está concluído. Sempre que nos sentamos e relaxamos, a Covid-19 volta a incendiar-se. A ameaça de novas variantes permanece real, e precisamos de estar prontos para enfrentar este perigo sempre presente”, disse a Dr.ª Matshidiso Moeti, Diretora Regional da OMS para África.

Um número significativo de casos também ficou por notificar. Os resultados do estudo inferem que apenas 1 em 71 casos da Covid-19 na região é notificado e preveem-se 166,2 milhões de infeções em 2022, em comparação com as estimadas 227,5 milhões que ocorreram em 2021. A diferença no número de casos e mortes em 2022 deve-se ao aumento da vacinação, à melhoria da resposta pandémica e à imunidade natural contra infeções anteriores que, embora não prevenindo as reinfecções, impedem as formas graves da doença e as mortes.

Em 2021, a região africana sofreu uma pandemia particularmente mortal, com a análise a estimar que a Covid-19 foi a sétima maior causa de morte, logo abaixo da malária, enquanto em 2020 o vírus foi a 22ª maior causa de morte na região. O aumento significativo de mortes em 2021 deveu-se à variante delta, que era mais infecciosa e causava doenças mais graves.

Comentando estas revelações, a Diretora Regional disse:

“Aprendemos muitas lições sobre como ficar um passo à frente do vírus. Agora é o momento de refinar a nossa resposta e identificar as populações de maior risco. Os Estados-Membros devem intensificar esforços para conduzir uma resposta direcionada que forneça às pessoas mais vulneráveis os serviços de saúde de que necessitam, incluindo vacinas e tratamento eficaz”.

A Diretora Regional falava durante uma conferência de imprensa virtual. Para além da sua equipe, ela foi acompanhada pelo Drs. Ifedayo Adetifa, Diretor-Geral do Centro de Controlo de Doenças da Nigéria (Nigeria CDC) e Alioune Badara Ly, Director do Centro de Operações de Emergência da Saúde, do Ministério da Saúde e Ação Social do Senegal.¹²³

A OMS e parceiros procuram reiniciar a resposta à emergência sanitária da África

À margem da 75ª Assembleia Mundial da Saúde, reuniram-se os Estados-Membros e parceiros de emergência sanitária, tendo apelado a reformas abrangentes do programa de emergências sanitárias globais da Organização Mundial de Saúde (OMS) para colmatar lacunas, tais como a necessidade de uma mão-de-obra dedicada à saúde de emergência global, acesso equitativo a vacinas, oxigénio médico e outros medicamentos essenciais, para além de mais investimento em infraestruturas da saúde.

Embora tenham sido feitos progressos significativos na resposta a emergências sanitárias, com o tempo médio de resposta a diminuir de 131 dias em 2017 para 45 em 2019, os conflitos prolongados e emergentes estão a provocar crises humanitárias em 13 países da região

¹²³ <https://www.afro.who.int/news/covid-19-deaths-african-region-fall-nearly-94-2022-who-analysis>

africana, sendo os países do Sahel os mais afetados. Atualmente, o Corno de África está a sofrer uma das suas piores secas na história recente, com cerca de 15 a 20 milhões de pessoas severamente afetadas no Quênia, Somália e Etiópia. Estas emergências humanitárias exacerbam os riscos de surtos e crises nutricionais, esticando ainda mais os sistemas de saúde já sobrecarregados.

Falando na ocasião, a Diretora Regional da OMS para a África afirmou:

"A África sofre mais surtos e emergências sanitárias do que qualquer outro continente do mundo, muitos dos quais são evitáveis ou controláveis com intervenções de saúde pública comprovadas."

A atual crise sanitária reafirmou a importância de sistemas de saúde resilientes - com a força de trabalho, ferramentas e tecnologias necessárias e fornecimentos. Um estudo realizado em janeiro de 2022 nos países da África Oriental, Ocidental, Central e Austral revelou que os mais resistentes à Covid-19 foram aqueles cujos sistemas de saúde se centravam nos serviços de Atenção Primária à Saúde/Cuidados de Saúde Primários (APS/CSP).

Uma resposta de emergência eficaz é parcialmente dificultada pela falta de trabalhadores e médicos de saúde suficientes na maioria dos países do continente. Por exemplo, enquanto 10 000 médicos se formam todos os anos nas 147 escolas médicas da África Subsaariana, o continente continua a ter falta de pessoal médico qualificado com uma relação paciente-médico tão baixa como 1 médico para 50 000 pacientes em alguns países, contra a norma da OMS de 1 médico para 600.

A construção das defesas da África contra futuros choques no sistema de saúde começa com o reconhecimento da preparação como uma prioridade nas agendas de desenvolvimento nacional e de segurança nacional. Neste ponto, comentou a Diretora Regional:

"Isto começa com a mudança da narrativa para o que importa: a nossa humanidade comum e o direito de cada pessoa a cuidados de saúde equitativos, independentemente do lugar do mundo em que vive".

No mesmo diapasão, interveio o Diretor-adjunto do CDC África, Dr Ahmed Ouma Ogwel, tendo afirmado:

"A crescente complementaridade do CDC África com organizações como a OMS e a Fundação Bill & Melinda Gates, é um desenvolvimento promissor que abrirá o caminho para uma África segura em termos de saúde".

A segurança global da saúde implica uma ação coletiva e cooperação entre instituições científicas, decisores políticos, governos, indústria e a sociedade civil, entre outros.

Digna de nota foi a intervenção do Director para Emergências e Preparação da OMS/AFRO, Dr. Salam Gueye, afirmando incisivamente:

"As decisões são muito importantes no contexto da doença e de outros surtos que possuem um efeito de arrastamento. Estamos todos em sintonia, mas porque requerem um consenso global, podem levar mais dois ou três anos a amadurecer, que é tempo que não podemos dar-nos ao luxo de perder em África".

Em África, algumas das desigualdades testemunhadas durante a pandemia já estão a ser abordadas através de uma melhor vigilância global para a partilha internacional de dados e

amostras de agentes patogénicos. A comunidade africana de resposta a emergências sanitárias adoptou uma abordagem mais pragmática para reformar a arquitetura de emergência do continente. Foi desenvolvido um plano para estabelecer um programa abrangente com centros de excelência para promover aspectos da formação, vigilância e resposta da força de trabalho no sector da saúde. Para dar início a este programa, está previsto o início da formação em meados de junho de 1000 (de um total de 3 000) profissionais de saúde dedicados a emergências, que estarão de prontidão para responder a várias emergências no continente. Intitulado SURGE (*Strengthening and Utilizing Response Groups for Emergencies*), é o primeiro de um grupo de três programas emblemáticos dedicados à preparação e resposta a emergências sanitárias, concebidos para equipar países e planear emergências sanitárias.

A centralidade de todos os planos emblemáticos é combinar Sistemas de Informação Geográfica e vigilância comunitária, para além de redes de laboratórios de investigação, comunicação de riscos e plataformas de envolvimento comunitário para aumentar a capacidade de resposta dos países a crises. Os parceiros estão a investir no estabelecimento de uma ética de "Saúde Única/One Health", que incorpora o ambiente, a saúde humana e animal e aspectos socioeconómicos para a segurança sanitária, como princípio subjacente à resiliência a crises.¹²⁴

OEACP – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS DE ÁFRICA, CARAÍBAS E PACÍFICO

A CPLP e Organização dos Estados de África, Caribe/Caraíbas e Pacífico (OEACP) assinaram memorando de cooperação

O memorando, assinado pelo Secretário-Geral da OEACP, o antigo Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chikoti, e pelo então Secretário-Executivo da CPLP, Francisco Ribeiro Telles, “é um ponto de partida” para as duas organizações trabalharem em conjunto para “o desenvolvimento” dos países que representam. Georges Chikoti sublinhou o facto de a OACP ter no seu seio membros regulares de expressão portuguesa – Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Guiné-Bissau — e adiantou que quer fazer “com que a língua portuguesa seja um dos elementos” da cooperação com a CPLP.

O responsável destacou ainda o facto de as duas organizações terem “os mesmos desafios em termos de desenvolvimento”, nomeadamente a luta “contra a pobreza”.

Questionado sobre quais seriam os setores, além da língua portuguesa, em que as duas organizações poderiam desenvolver a sua cooperação, Georges Chikoti deu como exemplos “questões que têm a ver com o desenvolvimento”, como saúde e educação.

O responsável da OEACP destacou ainda as áreas da defesa e segurança, neste último caso tendo em conta não só o caso de Cabo Delgado, em Moçambique, mas também a “situação do terrorismo na região do Sahel”. O memorando surge na sequência de uma deslocação oficial a Bruxelas do Secretário-Executivo da CPLP, durante a qual se reuniu com Chikoti.

Após a assinatura do Memorando, o responsável da OEACP referiu a “necessidade de recrutamento de intérpretes”, mas também admitiu a possibilidade do ensino do português dentro da organização como uma possibilidade a estudar.

A Organização dos Estados da África, Caraíbas e Pacífico é um grupo de 79 países daquelas regiões criado pelo Acordo de Georgetown, em 1975. Os principais objetivos da

¹²⁴<https://www.afro.who.int/news/who-partners-seek-reboot-africas-health-emergency-response>

organização são o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza nos seus Estados-Membros, bem como uma maior integração na economia mundial.

De recordar que todos os Estados-Membros, exceto Cuba, são signatários do Acordo de Cotonou com a União Europeia, que estende a parceria a novos atores, como sociedade civil, setor privado, sindicatos e autoridades locais. Estes estarão envolvidos em consultas e planeamento de estratégias de desenvolvimento nacional, com acesso a recursos financeiros e envolvidos na implementação de programas.¹²⁵

Órgãos da OEACP¹²⁶

- A Cimeira/Cúpula de Chefes de Estado e de Governo,
- O Conselho de Ministros (CdM),
- Os Comités Ministeriais Setoriais,
- O Comité de Embaixadores (CoA),
- A Assembleia Parlamentar,
- O Secretariado do OACPS.
- Os Órgãos e funções do OACPS são delineados no Acordo revisto de Georgetown.
- *O Secretariado da OEACP*

O Secretariado é responsável pela gestão administrativa da OEACP e é responsável pela gestão administrativa e assiste os órgãos decisórios e consultivos nas suas tarefas. A sede do Secretariado é em Bruxelas, na Bélgica. É dirigido por um Secretário-Geral Executivo, responsável pela implementação da política internacional da organização, bem como pela direção e coordenação da sua cooperação política. O Secretariado, sob a direção dos órgãos de decisão política (Cimeira/Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, Conselho de Ministros e Comité de Embaixadores), é responsável por:

- desempenhar as tarefas que lhe foram confiadas pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros o Comité de Embaixadores e a Assembleia Parlamentar ACP;
- contribuir para a implementação das decisões destes organismos;
- acompanhar a implementação do Acordo de Parceria ACP-União Europeia;
- assistir os órgãos da OEACP e as instituições conjuntas criadas no âmbito dos Acordos de Parceria ACP-União Europeia.

O Conselho de Ministros, sob proposta do Comité de Embaixadores, determina a estrutura do Secretariado-Geral e define o estatuto do seu pessoal.

O Conselho de Ministros nomeia o Secretário-Geral como principal funcionário do Secretariado da OEACP, com base no mérito, competência e integridade para um mandato de 4 anos. Ele é o representante designado do Secretariado.

¹²⁵<https://observador.pt/2021/06/24/cplp-e-organizacao-dos-estados-de-africa-caraibas-e-pacifico-assinam-memorando-de-cooperacao/>

¹²⁶http://www.acp.int/sites/acpsec.waw.be/files/user_files/user_15/ACP-Brochure%20OACPS%203.0-The%20Power%20of%20change-UK%20WEB.pdf

O Secretário-Geral é responsável pelo recrutamento do pessoal do Secretariado. Este recrutamento é baseado unicamente na competência dos funcionários. No entanto, o Secretário-Geral deve assegurar, na medida do possível, que um certo equilíbrio

entre as diferentes regiões da OEACP está refletida nas estatísticas de recrutamento.

O Conselho de Ministros adota o regulamento financeiro e o orçamento do Secretariado-Geral da OEACP. Cada Estado da OEACP contribui para o financiamento do orçamento em conformidade com as disposições estabelecidas pelo Conselho de Ministros.

Funções do Secretário-Geral:

- assegurar a qualidade do apoio técnico e administrativo e dos serviços prestados pelo Secretariado aos membros e órgãos da OEACP;
- gestão do pessoal, projetos e programas;
- a execução da política internacional bem como a animação e coordenação da política de cooperação do Grupo.

Para além do Secretariado, há que assinalar a inauguração em 2018 em Malabo, na Guiné Equatorial, do Centro de Informação da OEACP para a Cooperação Sul-Sul e Triangular (OEACP SSTC - *South-South and Triangular Cooperation*). A abertura desse Centro é um importante evento para a OACPS, tanto pela sua singularidade, por ser a primeira e única representação da organização num Estado-Membro, quanto pelo marco na promoção da Cooperação Sul-Sul e Triangular. Em 2020, o processo de operacionalização foi iniciado com o recrutamento do seu Diretor, Patrice Niyongabo e sua colocação na capital da Guiné Equatorial Malabo para a instalação do Centro.

COMISSÃO ECONÓMICA DA ONU PARA A ÁFRICA (UNECA – UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA)

A 54ª sessão da Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico (CoM2022 - *the Conference of African Ministers of Finance, Planning and Economic Development*), realizou-se em Dakar, Senegal, de 11 a 17 de maio de 2022. O evento híbrido foi organizado conjuntamente pela UNECA e pelo Governo do Senegal sob o lema "Financiamento da Recuperação de África: Trilhar novos caminhos" ("*Financing Africa's recovery: breaking new ground*").

Um Comité de Peritos reuniu-se previamente para deliberações técnicas sobre o lema da CoM2022 e alguns assuntos estatutários da UNECA. Nos dias subsequentes, realizaram-se também vários eventos paralelos para abordar questões relacionadas com a saúde, infraestruturas, educação, ação climática e mobilização de recursos em apoio a uma recuperação inclusiva e sustentável para os países africanos.

A CoM2022 contou também com (a) o lançamento do Relatório Económico da UNECA sobre África (ERA-*Economic Report on Africa*); (b) a Palestra Anual Adebayo Adedji da UNECA, que este ano se centrou no papel do ensino superior e do desenvolvimento do capital humano na transformação de África; e (c) uma série de discussões e atualizações sobre o estado de integração regional, comércio e a Zona de Comércio Livre (ZCLCA/AfCFTA).

A escolha do lema para CoM2022 foi largamente influenciada pelo facto de as lacunas no financiamento do desenvolvimento terem aumentado significativamente desde o surto da

pandemia. Para África, o FMI estima que as despesas anuais relacionadas com os objetivos aumentarão em 154 bilhões de dólares anualmente, devido à pandemia, e em mais de 285 bilhões de dólares para os próximos 5 anos, para assegurar uma resposta adequada à COVID-19.

A UNECA defende que a redução do custo de crédito comercial será vital para mitigar as vulnerabilidades da dívida. A Comissão também postula que o aumento do financiamento exigirá medidas que criem sinergias entre os financiamentos interno e externo de fontes públicas e privadas.

A Conferência anual dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico (CoM - *Conference of African Ministers of Finance, Planning and Economic Development*) é o maior evento anual da UNECA, proporcionando uma oportunidade para os participantes debaterem questões-chave sobre o desenvolvimento de África e discutirem o desempenho do grupo de reflexão no cumprimento do seu mandato. É uma grande oportunidade para os Ministros e peritos africanos de todo o mundo terem discussões aprofundadas sobre questões atuais que são relevantes para o desenvolvimento económico do continente.¹²⁷

AGÊNCIA DE UNIÃO AFRICANA PARA DESENVOLVIMENTO (AUAD-NEPAD) E A REUNIÃO DOS DIRIGENTES AFRICANOS – INVESTIR NA SAÚDE (DECLARAÇÃO ALM)

Workshop de pré-teste e avaliação Ferramenta de monitorização do progresso do financiamento da saúde "Tracker"

De 23 a 26 de maio passado decorreu num dos hotéis de Johannesburg o workshop/ a oficina de pré-teste e avaliação da ferramenta de monitorização (“Tracker”) dos progressos no financiamento da saúde em África. O workshop reuniu representantes dos Estados-Membros da União Africana vindo das 5 regiões económicas do continente e é considerado como primeiro passo na pilotagem, aperfeiçoamento e implementação eficaz do *Tracker* em todo o continente. Também participaram as organizações sub-regionais nomeadamente a CEDEAO representada pela OOAS, a CEEAC e a SADC.

Para melhor entender a importância dessa oficina, precisamos voltar um pouco para até 2019 onde foi lançada a iniciativa “*Investir na Saúde*” a margem da 32ª sessão ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da UA sob a liderança de Sua Excelência o Presidente Paul Kagame.

A margem da Assembleia dos Chefes de Estados e dos Governos, houve uma iniciativa sob impulso do Presidente Paul Kagame com os objetivos de discutir o estado da saúde no continente e o seu consequente financiamento interno. Durante a reunião, os Chefes de Governos e do sector privado africanos reconheceram que, embora os resultados em matéria de saúde tenham melhorado significativamente nos últimos 20 anos, os investimentos nacionais na saúde não aumentaram o suficiente. E notaram que mais de metade dos africanos ainda continuam sem acesso aos serviços de saúde essenciais e milhões morrem todos os anos por doenças totalmente evitáveis.

Na sequência dessas constatações, resultados de uma análise aprofundada dos progressos, desafios e perspectivas de financiamento e necessidade de reforçar os sistemas de

¹²⁷ <https://www.uneca.org/stories/eca%E2%80%99s-conference-of-ministers-%28com2022%29-kicks-off-in-dakar%2C-senegal>

saúde para alcançar uma Cobertura Universal de Saúde (CUS) de qualidade no continente, a reunião produziu uma Declaração que passou a ser conhecida como “Declaração da Reunião dos Líderes Africanos” (*African Leader Meeting Declaration*) sobre investir na saúde. A declaração foi basicamente assente em dois objetivos importantes de referência para o continente:

(i) a Agenda 2063 que incentiva "a autossuficiência africana e o financiamento do seu próprio desenvolvimento" e um avanço no sentido de iniciativas lideradas por africanos para financiar respostas às doenças, e

(ii) a Estratégia de Saúde Africana 2016-2030 que destaca "o financiamento sustentável e previsível da saúde enquanto condição essencial para a construção de sistemas de saúde resilientes" e um ingrediente-chave para alcançar a CUS e construir um capital humano saudável para o continente.

Já durante a 32ª Sessão da Assembleia Ordinária a 9 de fevereiro de 2019 em Adis Abeba, os Chefes de Estado e de Governo da UA adotaram a declaração ALM (*Declaration Assembly/AU/Decl.4[XXXII]*), na qual reconheceram que os investimentos nacionais na saúde não estavam a aumentar suficientemente depressa e solicitaram o estabelecimento de mecanismos adequados para coordenar e monitorar a implementação de uma resposta a nível continental. Daí saíram os compromissos da Declaração ALM (*African Leader Meeting*) e são em número de 10, alguns dos quais citamos aqui:

1. Aumentar o investimento nacional na saúde e rever anualmente o desempenho dos países - a nível de Chefes de Estado;
2. Reunir os Ministros das Finanças e da Saúde, em cada dois anos, para discutir a implementação destas reformas de financiamento da saúde e avaliar os progressos;
3. Estabelecer centros regionais de financiamento da saúde com base nas cinco Comunidades Económicas Regionais para facilitar a partilha de experiências e aprendizagem mútua entre os países na implementação das reformas;
4. Assegurar a coerência dos investimentos na saúde, alinhando melhor os esforços dos parceiros de desenvolvimento e do sector privado;
5. Melhorar a capacidade de gestão das finanças públicas (GFP) para ajudar a melhorar a cobrança de impostos e aumentar a proporção das receitas fiscais;
6. Aumentar a eficiência através da reorientação das despesas e dos sistemas de saúde para as intervenções que têm maior impacto na mortalidade e no desenvolvimento do capital humano, entre outras.

A Assembleia adotou também medidas seguintes:

- a) nomeado S.E. o Presidente Kagame como Líder da UA para o financiamento interno da saúde, e
- b) encarregado a Comissão da UA para liderar e coordenar a implementação destas componentes interligadas da iniciativa ALM e assegurar a coordenação do alinhamento das intervenções dos parceiros com as prioridades de África

Na sequência da adoção da Declaração ALM, que reconhece que o investimento na saúde não está a progredir ao ritmo adequado, foram criados vários mecanismos e ferramentas

de diagnóstico e de monitorização para apoiar o impulso continental no sentido de aumentar o financiamento nacional e, particularmente, público da saúde.

Assim, o “*Health Tracker*”, mais um entre outros instrumentos, foi concebido para fazer o seguimento da evolução do cumprimento do compromisso dos Chefes de Estados em aumentar os investimentos em saúde a partir dos recursos internos para garantir a sustentabilidade do financiamento à saúde. Mas o seu valor adicional é poder apoiar os países na identificação das áreas que necessitam de reforço, fornecendo-lhes simultaneamente orientações práticas sobre a forma como intensificar as reformas nas áreas identificadas. A proposta é composta de 24 indicadores divididos em 4 grupos temáticos estrategicamente selecionado:

- Mais dinheiro para a saúde
- Mais saúde para o dinheiro
- Equidade / melhoria da proteção financeira na saúde
- Liderança nacional e melhor coordenação

Do workshop esperava-se então: (i) o feedback sobre a utilidade, a aplicação e a eficácia do Tracker no seu estado atual; (ii) a orientação para o aperfeiçoamento do *Tracker* de acordo com as necessidades e observações dos Estados-Membros e (iii) um roteiro de pilotagem e o plano de implantação da ferramenta “*tracker*”.

De forma geral, os participantes reconheceram e apreciaram a ideia do *tracker*. Mas ao final dos dias de trabalho, os participantes recomendaram aos organizadores a continuarem consultas e o trabalho interno para dar ao *tracker* aquilo que realmente faria dele um instrumento com algum valor adicional e marcar diferença com tantos outros instrumentos de seguimento existentes.

CAPACITAÇÃO REGIONAL DE PREPARAÇÃO PARA A CÓLERA EM 28 PAÍSES EM RISCO: DE MARÇO DE 2022 A DEZEMBRO DE 2023

Ação conjunta da OMS e OOAS na prevenção e resposta à cólera

A cólera continua a ser uma das principais emergências de saúde pública na região africana da OMS e, particularmente, nos países da CEDEAO. O fardo da doença continua a ser um dos mais elevados. Pelo menos dez Estados-Membros são afetados anualmente por surtos de cólera. Em 2021, um surto de cólera que começou em dezembro de 2020 na Nigéria resultou em cerca de 130.000 casos, incluindo mais 4.000 mortes em 12 países africanos (Benim, Burkina Faso, Burundi, Camarões, RDC, Etiópia, Mali, Moçambique, Níger, Nigéria, Togo e Uganda) dos quais 6 são da CEDEAO. Essa epidemia quebrou uma tendência descendente de surtos de cólera que vinha sendo registrados nos últimos anos e serviu de impulso para muitos governos e parceiros para aumentar a vigilância e ação.

Não é tabu que a cólera é uma doença de iniquidade e está profundamente ligada em África a vários outros desafios de desenvolvimento. As condições inadequadas de saneamento de base continuam a ser um dos principais fatores de frequentes surtos de cólera na maioria dos países africanos. A maioria das pessoas na região subsaariana não tem acesso a água potável. Conflitos e crises humanitárias são também causas de cólera. Múltiplas áreas em toda a região (Burkina Faso, Camarões, Etiópia, Mali, Níger, Nigéria, Moçambique) são afetadas por conflitos e crises humanitárias que reduzem o acesso aos serviços básicos de saneamento, aumentam a vulnerabilidade da população a epidemias recorrentes como a cólera, e limitam a vigilância e

capacidades de resposta, incluindo cuidados de saúde adequados. Os desastres naturais cada vez mais frequentes, também estão a aumentar o risco de cólera, tais como inundações e seca.

Como medidas de resposta, os países africanos, Estados-membros da OMS, têm empenhado no controlo e eliminação da cólera. Em 2017, a Força de Trabalho Global para o Controlo da Cólera (*Global Task Force for Cholera Control*) divulgou um roteiro, *Ending Cholera*. O Roteiro Global até 2030, recomendando ações prioritárias para o objetivo de reduzir em 90% as mortes por cólera e eliminar a transmissão de doenças em 20 países até 2030. Em 2018, foi adoptado o Quadro Regional para a Implementação da Estratégia Global de Prevenção e Controlo da Cólera, 2018 - 2030 (AFR/RC68/7).

Apesar de enorme esforço conjunto, o nível de implementação do Quadro Regional continua limitado. Apenas 3 Estados-Membros (RDC, Zâmbia e Zimbabué) validaram o plano de eliminação da cólera a longo prazo após uma análise adequada do *hotspot*. Das avaliações regulares, a preparação e prontidão são limitadas na maioria dos países para detectar e responder aos surtos de cólera de forma oportuna e eficiente.

Consequentemente, o Escritório Regional da OMS para África (WHO AFRO), em colaboração com o OOAS e demais parceiros, está a realizar Workshops Regionais de preparação e resposta adequada a Cólera a favor de 28 países prioritários, bem como a disponibilização da plataforma de parceiros <https://partnersplatform.who.int/en/> para facilitar a partilha mais rápida de informação, monitorização da implementação e seguimento das necessidades e lacunas dos recursos. Um desses workshop está sendo realizado em Niamey, Níger de onde a OMS e a OOAS produziram o seguinte Comunicado conjunto OMS-OOAS:

Niamey, 30 de maio de 2022 | O Ministro da Saúde Pública, da População e dos Assuntos Sociais do Níger abriu na segunda-feira, 30 de maio de 2022, o seminário regional sobre o reforço da preparação e da resposta à cólera, na presença do Representante Residente da OMS-Níger, do representante do Diretor-geral da OOAS e de vários parceiros técnicos e financeiros envolvidos na luta contra a cólera. O workshop reúne peritos de quatro países (Burkina Faso, Camarões, Chade e Níger, o país anfitrião).

Este workshop regional de formação de formadores em preparação e resposta à cólera é o segundo de uma série planeada para toda a região africana. Os peritos nacionais participantes terão, uma vez de regresso aos seus respetivos países, a tarefa de proporcionar formação às equipas técnicas em cada localidade com elevado risco de cólera.

O representante residente da OMS sublinhou, na sua intervenção, a importância do projeto Reforço e Utilização de Unidades de Resposta de Emergência (SURGE), que visa dotar cada país membro com profissionais elites de resposta às emergências de saúde pública

Usando de palavra por ocasião da abertura oficial do workshop, o Ministro da Saúde Pública do Níger lembrou houve um total de 5 425 casos, incluindo 166 mortes por cólera durante a epidemia de 2021, antes de elogiar os esforços feitos pelo governo na luta contra a cólera. Mas no fim, reiterou os profundos agradecimentos aos parceiros Técnicos e Financeiros do sector da saúde, nomeadamente a OMS, a OOAS, a Médicos sem fronteiras, a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC), a UNICEF, bem como a plataforma de parceiros e a *Task Global Force* sobre o Controlo da Cólera (GTFCC) pela organização deste workshop. O Ministro da Saúde felicitou todos os atores de campo do Burkina Faso, Camarões, Chade e Níger e encorajou-os a colocar mais energia e autossacrifício nas suas atividades, cujo objetivo é a proteção das nossas populações.

Para finalizar, o Ministro da Saúde convidou os participantes dos diferentes países a seguirem assiduamente as sessões cujos temas integram as abordagens técnicas comprovadas e as inovações necessárias para uma melhor gestão da cólera em África.

COMUNIDADES AFRICANAS E COMERCIO LIVRE

A Comunidade da África Oriental (EAC) é uma organização intergovernamental composta por seis países da África oriental: Burundi, Quênia, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda. Em 2008, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), a EAC assinaram um acordo estratégico para criação de uma área de livre comércio expandida incluindo os estados membros das três organizações. A EAC é parte integrante da Comunidade Econômica Africana, cuja missão é ampliar e aprofundar a integração econômica, política, social e cultural, a fim de melhorar a qualidade de vida do povo da África Oriental através do aumento da competitividade, da produção de valor agregado, do comércio e dos investimentos.

Depois da dissolução da primeira Comunidade da África Oriental, em 1977, os três Estados negociaram um Acordo de Mediação para a Divisão do Ativo e Passivo, que assinaram em 1984. Este acordo incluía uma cláusula na qual os signatários concordavam em explorar áreas de futura cooperação, sob a forma de acordos concretos. Reuniões subsequentes dos três Chefes de Estado levaram à assinatura dum Acordo para o Estabelecimento duma Comissão Tripartida Permanente para a Cooperação entre os Estados da África Oriental, a 30 de novembro de 1993. Em 14 de março de 1996, o Secretariado da Comissão Tripartida Permanente foi instalado em Aruxa, na Tanzânia.

Em 29 de abril de 1997, os três chefes de Estado deram orientações à Comissão Tripartida Permanente para iniciar o processo de rever o Acordo que a estabelecia e transformá-lo num Tratado para o Estabelecimento da Comunidade da África Oriental, que foi assinado em Aruxa, aos 30 de novembro de 1999 e entrou em vigor a 7 de julho de 2000.

Facilitação do Comércio Livre na região Africana

O Secretariado Executivo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), União Europeia (UE) e Embaixada da Alemanha lançaram em Botswana um sistema de facilitação do comércio e transporte da África Oriental e Austral. Trata-se de um sistema de informação digital para monitorar e acelerar os movimentos transfronteiriços de transporte e carga, assim como a saúde dos condutores. Para garantir maior viabilidade do projeto, o Corridor Trip Monitoring System (CTMS) recebeu € 1.6 milhões da UE e mais de €500.000 pela República Federal da Alemanha.

Na fase de implementação, o sistema será instalado nos principais postos fronteiriços comerciais de Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue, ao longo de seções de três corredores regionais de transporte, e posteriormente será alargado em outros postos fronteiriços dos países da África Oriental e Austral. O CTMS é liderado pela SADC através da iniciativa Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA), East African Community (EAC). Com funcionamento pleno deste sistema, poderá dinamizar o processo de desembaraço aduaneiro e reduzir o tempo de espera e trânsito de caminhões de mercadorias essenciais, assim como garantir medidas de saúde e segurança sob os protocolos de doenças infecciosas incluindo a COVID-19.

Segundo o Ministro das Comunicações, Conhecimento e Tecnologia da República do Botswana Thulaganyo Merafe Segokgo, o CTMS provou ser uma solução digital altamente eficaz e eficiente na gestão do transporte rodoviário transfronteiriço seguro em conformidade com os protocolos sanitários para melhorar a facilitação do comércio e a movimentação de mercadorias em toda a região da África Austral e Oriental. Ademais o CTMS, poderá flexibilizar a partilha de informações e procedimentos padronizados, incluindo testes, imunização e reconhecimento mútuo dos resultados dos testes Covid-19 e certificados de vacinação usando uma ferramenta comum de monitoramento e vigilância em todos os pontos de entrada e pontos de verificação no país.

Para Jan Sadek, Embaixador da UE na SADC, o sistema ora implementado, aumentará a eficiência de transporte entre países e agilizará o comércio e a comunicação entre vários países de África. O sistema equipa os agentes de fronteira com dispositivos portáteis para verificar, validar e registar o estado de saúde pela Covid-19 dos transportadores e suas tripulações, bem como a conformidade de seus veículos com os regulamentos transfronteiriços e as regras de segurança rodoviária. Adicionalmente, sistema irá permitir maior fiscalização por parte dos proprietários dos veículos, autoridades policiais fronteiriças, bem como reduzir os desvios da viagem em relação a rotas pré-aprovadas e áreas de descanso designadas.

Organização estrutural e funcionamento do sistema.

O sistema baseia-se nas realizações do Projecto Tripartite de Transporte e Facilitação do Trânsito (TTTFP) financiado pela UE e implementado pela SADC, EAC e COMESA no valor de 21 milhões de euros com assistência técnica da *Fischer Consulting* e será executado entre 2017 e 2023. O Programa Tripartite de TTTFP desenvolveu normas harmonizadas de transporte rodoviário (acordos multilaterais, leis, regulamentos, normas, sistemas de TI) para os 25 Estados-Membros/Parceiros beneficiários continentais da SADC, da EAC) e da COMESA. Isso aumentará a eficiência do transporte rodoviário transfronteiriço e reduzirá os custos do comércio e das viagens rodoviárias.

O TTTFP enquadra-se na Agenda 2030, na meta 9 dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) focada na edificação de infraestrutura resiliente construída, promover não só a industrialização sustentável, mas também o progresso em direção à Meta: "Desenvolver infraestruturas de qualidade, confiáveis, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso acessível e equitativo para todos".

O objetivo estratégico global é "facilitar o desenvolvimento de um mercado de transporte rodoviário regional mais competitivo, integrado e liberalizado nas regiões Leste e Sul da África", com implementação de políticas, leis, regulamentos e normas harmonizados de transporte rodoviário transfronteiriço, serviços de transporte e logística, sistemas e procedimentos na região.

Os principais beneficiários e intervenientes são:

- As três Comunidades Econômicas Regionais Tripartite (RECs) (COMESA, EAC e SADC);
- Sector Público - Ministérios, agências reguladoras e órgãos governamentais responsáveis pela política de transporte e desenvolvimento de infraestrutura de transportes e outros ministérios envolvidos em transporte rodoviário, trânsito e infraestrutura;

- Sector Privado - Prestadores de serviços como transportadores transfronteiriços e agências de compensação e encaminhamento, autoridades portuárias e marítimas no sector de transporte e logística;
- Associações e federações dos sectores público e privado, como a Association of SADC National Road Agencies (ASANRA), Federation of East and Southern Africa Road Transport Associations, Federation of Clearing and Forwarding Associations of Southern Africa (FCFASA), Federation of East African Freight Forwarders (FEAFFA) e Port Management Association of East and Southern Africa (PMAESA), Corridor Management Institutions (CMIs).

Progressos da integração regional do comércio

A Comunidade da África Oriental (EAC) é uma organização de Estados da União Africana, que estabelece fundamentos para o desenvolvimento econômico mútuo entre a maioria dos Estados africanos. A EAC tem como objetivos criar zonas de comércio livre, uniões aduaneiras, de um mercado único, um banco central, uma moeda comum e, assim, estabelecer uma união econômica e monetária. Esta comunidade integra atualmente Burundi, Quênia, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda.

Com vista a fazer avaliação do desempenho dos seus órgãos sociais, a EAC planifica uma cúpula de alto nível para avaliar o desempenho, desafios e oportunidades do protocolo sobre a Zona de Comércio Livre (ZCLCA/AfCFTA) e fornecer direções estratégicas e impulso para acelerar a sua implementação efetiva. A EAC tem sido pressionada pela lenta e fraca implementação de seu primeiro pilar, a União Aduaneira, enquanto as barreiras não tarifárias inibitórias ao caminho para a plena implementação do Mercado Comum.

A maior expectativa é ver o documento revisto, olhando nos aspectos de implementação do Protocolo de Mercado Comum (CMP), destacando as conquistas, oportunidades, desafios encontrados e intervenções propostas para a plena realização do Mercado Comum, pois as leis internas dos Estados parceiros da EAC continuam a proibir esse movimento.

O foco será a implementação da União Aduaneira da EAC e protocolos de mercado comum para aumentar o comércio regional e melhorar as liberdades e direitos sob o Protocolo do Mercado Comum. Um dos grandes desafios que enfrentou a EAC, foi a pandemia da Covid-19 que levou a um lento movimento de bens e pessoas na região.

A EAC apresentou um abrangente Plano Regional de Resposta à Covid-19, visando reforçar medidas para proteger e prevenir a propagação do vírus. Algumas das principais iniciativas sob este plano de resposta são o desenvolvimento do *EAC Pass*, um aplicativo baseado na Web, definido para fortalecer a verificação dos resultados dos testes e certificados de vacinação digital, facilitando assim viagens perfeitas pela região. O passe continua a ser adotado pelos Estados Parceiros da EAC e abraçado em pontos fronteiriços.

A EAC também está em processo de identificação do Estado parceiro que sediará o Instituto Monetário da África Oriental que operacionalizaria seções da União Monetária. Na Federação Política, as consultas nacionais para a Confederação Política comunitária da África Oriental foram realizadas até agora no Burundi e em Uganda.

A Europa se volta para o Atlântico

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A guerra na Ucrânia ultrapassa os 100 dias e segue sem sinal de arrefecimento. Além de um [sexto pacote de sanções](#) em coordenação com parceiros internacionais, o Conselho e a Comissão Europeia anunciaram outras medidas de apoio à Ucrânia, como a liberalização comercial. O sexto pacote proíbe importação de petróleo bruto marítimo e produtos petrolíferos russos. A proibição está sujeita a um processo de transição para permitir que o setor e os mercados globais se adaptem. Até decisão em contrário, serão mantidas as importações por oleoduto, quando destinadas a uso próprio de Estados-membros dependentes do petróleo russo.

As sanções excluíram mais 3 bancos russos do Swift e também atingiram os operadores de transporte internacional da UE, que dentro de 6 meses, não poderão transportar ou segurar cargas de petróleo bruto russo para terceiros países. Foram suspensas as atividades de transmissão de mais 3 veículos estatais russos – Rossiya RTR/RTR Planeta, Rossiya 24/Russia 24 e TV Center International. No que diz respeito às restrições à exportação, o pacote restringe a venda de produtos químicos que podem ser usados na fabricação de armas químicas. O bloco considera que as sanções estão entre as respostas mais visíveis, diretas e poderosas da UE ao ataque da Rússia à Ucrânia. As sanções são projetadas para aumentar a pressão econômica sobre a Rússia e minar sua capacidade de guerra.

Para apoiar a economia ucraniana, o Conselho Europeu adotou regulamento que permite a [liberalização comercial temporária](#) – por um ano – com aplicação de suspensão de direitos alfandegários e outras concessões comerciais. Ao abrigo do Mecanismo Europeu para a Paz (EPF), o Conselho adotou duas [medidas de assistência para apoiar as capacidades e a resiliência das forças armadas ucranianas](#). Uma quarta parcela de 500 milhões de euros, se soma aos 1,5 bilhões de euros já mobilizados no âmbito do programa. As medidas de assistência consistem em 490 milhões de euros para equipamento militar destinado a fornecer força letal para fins defensivos, bem como 10 milhões de euros destinados a cobrir o fornecimento de equipamentos e suprimentos, como equipamentos de proteção individual, kits de primeiros socorros, e combustível.

A redução da dependência das importações de energia da Rússia é um imperativo urgente para a UE, que adotou o Plano [REPowerEU](#) para acabar com a dependência dos combustíveis fósseis russos e para combater a crise climática. O [plano aborda](#) economia de energia, diversificação do fornecimento, implantação acelerada de energia renovável e geração de energia. Para diversificar o abastecimento, a UE garantiu níveis recorde de importações de GNL e maiores entregas de gás de gasoduto. A recém-criada [Plataforma Energética da UE](#), apoiada por forças-tarefa regionais, permitirá compras comuns voluntárias de gás, GNL e hidrogênio, reunindo a demanda, otimizando o uso da infraestrutura e coordenando o alcance dos fornecedores. Como próximo passo, e replicando a ambição do programa comum de compra de vacinas, a Comissão considera o desenvolvimento de um “mecanismo de compra conjunta” que negociará e contratará a compra de gás em nome dos Estados-Membros participantes. A Comissão irá igualmente ponderar medidas legislativas para exigir a diversificação do provisionamento de gás ao longo do tempo por parte dos Estados-Membros. A Plataforma também permitirá a compra conjunta de hidrogênio renovável.

Sob sua Direção-Geral de Energia, a [Comissão criou uma Força-Tarefa](#) de apoio à Plataforma Energética para implementar o objetivo da diversificação da oferta. A partir de junho, começaram os trabalhos de agregação de demanda, coordenação de capacidade e negociação de suprimentos de energia, e de apoio às Forças-Tarefa Regionais dos Estados-Membros e países vizinhos. Além disso, o alcance de parceiros internacionais será gerenciado.

Sob meu ponto de vista, a UE está trocando a dependência do petróleo russo pela dependência do gás estadunidense. [Em pronunciamento conjunto](#), UE e EUA condenam o uso de chantagem energética por parte da Rússia e reafirmam compromisso de reforçar a segurança energética da Europa. Entendendo a urgência de tomar medidas decisivas para reduzir as importações de energia da Rússia, anunciam parceria para diversificar o suprimento de gás natural da Europa enquanto aceleram a implantação de eficiência energética e tecnologias inteligentes em residências e empresas europeias, eletrificar o aquecimento e aumentar a produção de energia limpa para reduzir completamente a demanda por combustíveis fósseis.

Saúde e sua governança

[Em pronunciamento](#), Hans Kluge, diretor regional da OMS Europa, diz que a região permanece no epicentro do maior e mais difundido surto de varíola dos macacos geograficamente já relatado fora das áreas endêmicas da África Ocidental e Central. Segundo ele, mesmo com a chegada de novos pacientes todos os dias, as investigações de casos anteriores mostram que o surto estava em andamento já em meados de abril. Com base nos relatos de casos até o momento, esse surto está sendo transmitido por meio de redes sociais conectadas principalmente por meio de atividade sexual, envolvendo principalmente homens que fazem sexo com homens. Muitos – mas não todos os casos – relatam parceiros sexuais fugazes e/ou múltiplos, às vezes associados a grandes eventos ou festas. Ele lembra, contudo, que o vírus pode infectar qualquer pessoa e manifesta preocupação com a chegada do verão, que aumenta o potencial de transmissão, com a realização de festivais e grandes festas.

Ainda não se sabe se o vírus da varíola dos macacos se transmite através do sêmen ou fluidos vaginais, nem se o vírus pode persistir nesses fluidos corporais por longos períodos de tempo. Sabe-se que a doença é leve e autolimitada, mas desagradável e potencialmente dolorosa, podendo durar várias semanas. De acordo com Kluge, uma resposta eficaz exigirá redução significativa e urgente nas exposições, por meio de comunicação clara, ação liderada pela comunidade, isolamento de casos durante o período infeccioso e rastreamento e monitoramento eficazes de contatos.

Kluge comenta que a varíola dos macacos não está na agenda da pesquisa e desenvolvimento no campo das doenças infecciosas e que por isto, as ferramentas para gerenciá-la – incluindo diagnósticos, vacinas e terapêuticas prontamente disponíveis – provavelmente não serão imediatamente ou amplamente acessíveis aos países. Embora uma vacina (MVA-BN) e um tratamento específico (tecovirimat) tenham sido aprovados para a varíola dos macacos em 2019 e 2022, respectivamente, essas contramedidas ainda não estão amplamente disponíveis. Para conter o surto interrompendo ao máximo a transmissão de humano para humano, a OMS Europa recomenda ações de conscientização e compartilhamento de informações; isolamento para pacientes infectados; equipagem de unidades de saúde pública com conhecimento e capacidades de diagnóstico; rastreamento de casos.

Já em relação à Covid-19, embora a crise sanitária tenha melhorado na Europa e os Estados-Membros estejam suspendendo progressivamente as medidas restritivas, a situação

epidemiológica continua grave. Em maio, o Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças (ECDC) classificou certas sub-linhagens da Omicron como “variantes preocupantes”.

Em Comitê Consultivo da EU para a Segurança e Saúde no Trabalho (ACSH), Estados-Membros, trabalhadores e empregadores, [chegaram a acordo sobre a necessidade de reconhecer a Covid-19 como doença laboral](#). A Comissão anunciou que atualizará a Recomendação da Comissão sobre doenças profissionais para incluir a Covid-19. O objetivo é que os Estados-Membros adaptem as suas legislações nacionais de acordo com a Recomendação atualizada. Se reconhecida como doença profissional num Estado-Membro, os trabalhadores de setores relevantes, que contraíram a Covid-19 no local de trabalho, podem adquirir direitos específicos de acordo com as regras nacionais, como o direito a indenização. A maioria dos Estados-Membros comunicou à Comissão que já reconhece a Covid-19 como doença profissional ou acidente de trabalho, em conformidade com as suas regras nacionais. A atualização da recomendação da Comissão é importante para promover o reconhecimento da Covid-19 como doença profissional por todos os Estados-Membros.

A Comissão Europeia e a Moderna [fecharam acordo para adaptar os prazos de entrega](#) às necessidades dos Estados-Membros. Com base nesse acordo, a empresa adiará para o final do ano, a entrega de algumas doses inicialmente planejadas para o segundo trimestre de 2022.

O mês de maio também trouxe [novas regras sobre dispositivos médicos de diagnóstico in vitro](#) (IVDR), como testes de HIV, testes de gravidez ou testes de Covid-19. As regras buscam proteger melhor a saúde pública e a segurança dos pacientes em relação a esses dispositivos, alinhando a legislação da UE com os avanços tecnológicos e o progresso da ciência médica. Em resumo, o Regulamento sobre dispositivos médicos para diagnóstico in vitro introduz três avanços importantes:

- Melhora a qualidade, segurança e confiabilidade de dispositivos médicos de diagnóstico in vitro com um novo sistema de classificação de dispositivos baseado em risco, regras mais detalhadas e rigorosas sobre a avaliação do desempenho do dispositivo e maior envolvimento de organismos independentes de avaliação de conformidade ('organismos notificados').
- Fortalece a transparência e a informação para os pacientes, para que as informações vitais sejam mais fáceis de encontrar. A base de dados europeia de dispositivos médicos (Eudamed) conterá informações sobre todos os dispositivos médicos de diagnóstico in vitro existentes no mercado.
- Melhora a vigilância e a fiscalização do mercado: Assim que os dispositivos estiverem disponíveis no mercado, os fabricantes têm de recolher dados sobre o seu desempenho e os países da UE coordenarão estreitamente as suas atividades de vigilância e fiscalização do mercado.

O [Conselho aprovou conclusões](#) sobre uma abordagem estratégica para o desenvolvimento da vacinação como ferramenta complementar para a prevenção e controle da gripe aviária de alta patogenicidade (GAAP), que apresenta recentes surtos no setor avícola. As medidas contidas nas conclusões destinam-se em particular ao setor das aves de capoeira no contexto da epizootia mais grave da história recente na Europa. Nas suas discussões, os ministros sublinharam a natureza transfronteiriça da doença animal e a sua capacidade de propagação muito rápida, independentemente das fronteiras nacionais, causando graves consequências socioeconómicas que prejudicam a agricultura e perturbam o comércio. Eles também lembraram o risco que pode representar para a saúde humana. Os ministros pediram

mais conhecimento científico, incluindo avaliações de risco atualizadas, e pediram aos Estados membros e à Comissão que intensifiquem seus esforços para desenvolver estratégias de vacinação direcionadas a áreas de risco, espécies e práticas agrícolas. Os Estados membros também foram incentivados a realizar testes de vacinação e compartilhar seus resultados por meio de colaboração científica. Os ministros reiteraram a importância de monitorar a evolução das cepas de vírus circulantes. Convidaram a Comissão a explorar as possibilidades de um mecanismo de compra conjunta ou banco de vacinas para garantir um fornecimento robusto e responsivo de vacinas. Finalmente, eles pediram esforços conjuntos para aumentar a aceitabilidade da vacinação no comércio internacional e convidaram a Comissão e os Estados membros a desenvolver um roteiro operacional para apoiar esses diálogos e discussões.

O Eurostat, o escritório de estatística da União Europeia, [publicou o relatório 'Desenvolvimento sustentável na União Europeia — relatório de monitoramento de 2022 sobre o progresso em direção aos ODS em um contexto da UE'](#), que fornece uma visão geral estatística do progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na UE. Os dados incluídos no relatório mostram que a UE fez progressos em direção à maioria dos objetivos nos últimos cinco anos, em consonância com as prioridades da Comissão em áreas políticas essenciais como o Pacto Ecológico Europeu, a Estratégia Digital e o Pilar Europeu do Plano de Ação para os Direitos Sociais. Embora o progresso para alcançar alguns objetivos tenha sido mais rápido do que para outros, o afastamento dos objetivos de desenvolvimento sustentável ocorreu apenas em algumas áreas específicas.

A guerra na Ucrânia escancarou os graus de dependência do continente europeu em áreas estratégicas como defesa e energia. A UE se aproxima dos EUA, não só para coordenar a resposta econômica, como para reduzir sua dependência da energia russa.

Ásia Pacífico e Oriente Médio na Assembleia Mundial da Saúde

Lúcia Marques

A 75ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) aconteceu entre os dias 22 a 28 de maio¹²⁸, em meio a vários cenários: pandemia (que ainda persiste), disputas, guerras, mudanças climáticas, desigualdades, desníveis tecnológicos, retrocessos econômicos e sociais, insegurança alimentar e milhares de pessoas deslocadas e refugiadas. Por isso mesmo a agenda refletiu esse universo de cenários desafiadores para a saúde global e deixou clara a necessidade de interação da agenda da saúde com outras agendas – ambiental, social, econômica, diplomática, alimentar.¹²⁹ Percebe-se que o conceito de Determinantes Sociais da Saúde começa a ser ampliado para determinantes sociais, políticos, econômicos e climáticos da saúde, pois ela (a saúde) sofre as consequências desse conjunto de fatores, mas também pode contribuir para a melhoria desses cenários e, portanto, para a paz.

Por isso, o tema **Saúde para Paz. Paz para a Saúde** foi bem recebido por todos, como se pode observar nas [falas iniciais](#) dos representantes dos países membros na abertura e nas declarações apresentadas. Trazendo a paz como um pré-requisito para a saúde, a AMS procurou enfatizar a importância de construir um planeta saudável e pacífico, aproveitando a ciência, os dados, a tecnologia e inovação. O [discurso do](#) Diretor Geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, na abertura da assembleia, foi emocionante e sensível, trazendo memórias de infância na Etiópia, que vive atualmente um grave conflito, mas também se colocando no lugar de “pessoas que não começaram a guerra, nem foram responsáveis por ela, mas sofrem por causa dela”.

Mas a [Iniciativa Saúde Global para a Paz](#) foi apenas um dos temas. A pandemia exacerbou fragilidades da própria OMS: [sustentabilidade financeira](#) da OMS¹³⁰, [arquitetura de governança para emergências](#) e o papel/[fortalecimento](#) da OMS na saúde global. A Covid-19 também alertou para a necessidade de [prevenção e preparação](#) para respostas a emergências; para a [reforma/atualização](#) do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) – muitos países se dividiram sobre estabelecer um tratado pandêmico ou fortalecer o que já existe, como o RSI, por exemplo; para a importância dos trabalhadores da saúde¹³¹ – sua capacitação e proteção (uma das fragilidades vivida pelos países do Oriente Médio e da Ásia Pacífico); ampliar as [ações para as doenças infecciosas sexualmente transmissíveis](#), incluindo formas para reduzir o estigma (HIV, hepatite viral e outras); a importância da inovação e propriedade intelectual e sua acessibilidade; a importância da criação de hubs de vigilância e de produção de vacinas e testes; a necessidade da abordagem [One Health](#); a [segurança alimentar](#); prevenção e controle das [doenças não transmissíveis](#) e as questões de saúde mental. Esses e outros tantos assuntos

¹²⁸ Agenda final e seus respectivos documentos [Provisional agenda \(who.int\)](#)

¹²⁹ Consolidado do relatório orientador para elaboração da agenda - [Consolidated report by the Director-General \(who.int\)](#)

¹³⁰ Relatório do Grupo de Trabalho [Sustainable financing: report of the Working Group \(who.int\)](#)

¹³¹ [A75/12](#) - Recursos humanos para a saúde: Trabalhando pela Saúde: minuta –plano de ação 2030. [A75/13](#) - Recursos humanos para a saúde: Pacto global dos trabalhadores em saúde e cuidados. [A75/14](#) - Recursos humanos para a saúde: Código Global de Prática da OMS sobre o Recrutamento Internacional de Pessoal de Saúde: quarta rodada de relatórios nacionais. [A75/15](#) - Recursos humanos para a saúde: Estratégia global sobre recursos humanos para a saúde: força de trabalho 2030. [Estratégia Global de Recursos Humanos para a Saúde: Força de Trabalho em Saúde 2030.Relatório](#)

ocuparam a semana dos delegados dos 194 Estados Membros, observadores e atores não estatais.¹³²

No entanto, nem tudo foram flores. As falas polidas iniciais deram lugar, ao longo da semana de reuniões e plenárias, a disputas e discursos mais exaltados; questões políticas e geopolíticas tomaram lugar nas discussões e debates. Reflexo de várias tensões atuais: a guerra na Ucrânia, divisão entre o sul e o norte global e entre ocidente e oriente.¹³³

Alguns debates acalorados foram de teor cultural/religioso, como o embate para o endosso da [Estratégia Global em HIV, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis 2022-2030](#), com os países islâmicos, especialmente, se opondo a termos usados no documento, como *educação sexual abrangente e diversidade de gênero*. – a substituição de alguns termos havia sido considerada no âmbito da [EB150](#).

O **Vaticano**, enquanto estado observador, alertou que, para a estratégia ter sucesso, seria importante ouvir as preocupações dos estados e buscar usar termos já consagrados nas leis internacionais. O delegado dos **Emirados Árabes**, que falou pelos países da região do Mediterrâneo Oriental (EMRO), saudou a iniciativa. “Os Estados Membros da Região apoiaram as atividades propostas e enfatizaram a importância de se concentrar em grupos de alto risco e populações-chave, e o uso de ferramentas e abordagens inovadoras. A integração das atividades na atenção primária à saúde e a inclusão do HIV, hepatite e infecções sexualmente transmissíveis no pacote de benefícios essenciais da cobertura universal de saúde foram louváveis.” Mas chama a atenção para uso de terminologia não apoiada na EMRO. A representante da **Indonésia** disse que apoiava a estratégia global. No entanto, para uma implementação bem-sucedida, a Secretaria deveria reconhecer que a situação era diferente em cada país e abster-se de empregar conceitos sobre os quais não havia consenso. **Bahrein** disse que o projeto de estratégias globais do setor de saúde complementar os avanços já alcançados no combate a essas doenças e infecções e estabeleceria um caminho claro para superar as deficiências das abordagens existentes, com vistas a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O país apoiou o projeto de resolução, no entanto, era importante usar uma terminologia que respeitasse a lei e a situação em todos os países. **Omã** fez eco às preocupações e alertou que o uso de expressões culturalmente sensíveis poderia levar à discriminação e à categorização de indivíduos, o oposto do pretendido pela estratégia ([Ação 27, do documento final](#)). E complementa: os médicos devem prestar cuidados de saúde de qualidade, independentemente da raça, antecedentes, crenças, orientação sexual ou etnia de um indivíduo. **Bangladesh**, o único país totalmente mulçumano da Ásia, também [manifestou](#) sua

¹³² Leia mais em [75ª Assembleia Mundial da Saúde: sindemia e desafios políticos para uma agenda multilateral](#)

¹³³ A primeira polêmica antecedeu à AMS e já sinalizava ânimos exaltados. Aconteceu durante a reunião do Executive Board, em janeiro, que reconduziu Tedros Ghebreyesus para mais um mandato à frente da OMS. O governo etíope se opôs à recondução e pediu investigação por seu suposto apoio às forças rebeldes do Tigray que lutam contra o governo. Tedros é um filho do Tigray e no início do ano falou que a ajuda humanitária estava sendo impedida de chegar à região dos conflitos. O governo da Etiópia considerou Tedros tendencioso. No entanto, o diretor da OMS não foi o único a denunciar a dificuldade de fazer chegar ajuda humanitária nos territórios do conflito; o ACNUR, Direitos Humanos, FAO e outros órgãos de ajuda humanitária também alertaram. Esse discurso de ódio vindo de um diplomata etíope só aponta que um acordo de paz está muito longe de acontecer.

<https://www.reuters.com/world/africa/who-sets-aside-ethiopias-request-probe-who-chiefs-links-rebellious-tigrayan-2022-01-24/>

preocupação e reserva sobre os elementos culturais e religiosamente sensíveis do documento. O Irã lembrou que a iniciativa deve respeitar as leis nacionais dos países.¹³⁴

Apesar de alguns termos terem sido substituídos (“educação sexual abrangente” por “educação em saúde sexual e reprodutiva”), a Estratégia foi levada para debate na AMS mantendo alguns dos termos originais, como sugerido pelos Estados Membros do Norte Global. Ao final, o documento foi aprovado, não por consenso, e com as ressalvas e observações que podem reduzir a força do documento.

Outros embates acalorados foram de cunho político, como o debate envolvendo a guerra na Ucrânia. A resolução sobre "*Emergência sanitária na Ucrânia e países de acolhimento de refugiados, decorrentes da agressão da Federação Russa*" ([A75/A/Conf./6](#)) foi proposta por 47 países, maioria da Europa – somente dois da Ásia-Pacífico (Austrália e Japão) e três da América Latina (Colômbia, Guatemala e Peru). Entre outras questões, a resolução chama a atenção para os impactos diretos e indiretos à saúde na Ucrânia, na região e além; condena os ataques à saúde, conforme documentado pelo Sistema de Vigilância de Ataques à Saúde da OMS; e insta a Federação Russa a cessar imediatamente qualquer ataque a hospitais e outras unidades de saúde. Em paralelo, Rússia e Síria apresentaram uma [resolução](#) com os mesmos objetivos para a emergência sanitária e para o acolhimento dos refugiados ucranianos. Só que não menciona a guerra patrocinada pela Rússia. Alcazar, Buss e De Negri [escrevem](#) sobre o “triste espetáculo da politização para condenar a Rússia – em nome da paz”, enquanto outros 25 conflitos no mundo são esquecidos. Para os autores, a resolução “*Emergência sanitária em Ucrânia e nos países que recebem e acolhem refugiados em consequência da agressão da Federação Russa*” levanta uma questão: “refugiados dos outros conflitos não merecem simpatia?”¹³⁵

A resolução foi aprovada com 88 sim, 12 não, 53 abstenções e muito debate. A resolução russa teve apenas 15 aprovações, 66 contra e 70 abstenções. A maioria das nações que se abstiveram foram as nações africanas, do Oriente Médio e Ásia. Índia segue tentando não se posicionar contra a Rússia, um importante parceiro comercial e militar. Muitos países foram contra ou se abstiveram justificando o apoio recebido de Moscou durante a pandemia; outros se manifestaram preocupados com o unilateralismo e a politização da OMS, entre eles, Brasil e China.¹³⁶ A maioria das ilhas da Oceania, que tem uma forte relação/dependência com Austrália e tem sido muito pressionadas pela nova política americana para o Indo-Pacífico, votaram a favor da resolução.

As abstenções repetiram o movimento, cada vez mais crescente, de abstenções no âmbito das Nações Unidas, sobre o tema da guerra russo-ucraniana. Os países querem e devem ser mais ouvidos.

E as declarações apresentadas por **Bangladesh** (foi um país asiático mais profícuo em declarações, sobre os muitos itens da agenda) sobre [alterações/emendas](#) ao Regulamento Sanitário Internacional (RSI) e sobre o [grupo de trabalho](#) para o programa de emergências

¹³⁴ As leis nacionais dos países muçulmanos são baseadas na Sharia, uma espécie de código de conduta moral e social que o islão deve seguir. A homossexualidade não é aceita. Isso não quer dizer que ela não exista nos países islâmicos, como foi colocado, discretamente, pelos representantes de Bahrein e Omã.

¹³⁵ Já falamos sobre as outras guerras e seus refugiados no blog <https://cee.fiocruz.br/?q=A-urgencia-dos-refugiados-vai-alem-da-Ucrania>

¹³⁶ <https://healthpolicy-watch.news/world-health-assembly-passes-resolution-condemning-russian-aggression-in-ukraine-but-the-many-abstention-point-to-polarisation/>

sanitárias, demonstra esse posicionamento de “querer ser mais ouvido”. E vai além. Sobre as emendas ao RSI, Bangladesh [observa](#) que, “nas discussões do grupo de trabalho (WGPR), a divisão entre o sul e o norte global foi evidente.” O representante bengalês aponta que a resolução foi aprovada por consenso, mas que a AMS não deveria perder de vista as opiniões divergentes. O delegado destaca que estão sendo discutidos temas pesados que provavelmente terão um impacto de longo alcance nos Estados membros. Recomenda que sobre o *bio-hub*, hub de inteligência, deve haver mais discussão para abordar a preocupação dos Estados-Membros antes de colocar qualquer tipo de medidas obrigatórias para eles.

Lembra que punir o Estado pela não contenção de uma doença não vai conter a propagação de epidemias que sistemas de saúde mais fortes podem fazer. Assim, nas emendas do RSI, “sugerimos incorporar os elementos necessários para fortalecer os sistemas de saúde dos Estados Membros, particularmente, nos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos.” E sinaliza que o papel da OMS também poderia ficar mais claro para apoiar os países, em particular, os países em desenvolvimento.

Destaca o parágrafo 33 que se refere ao fortalecimento do processo para alocação mais justa de vacinas, diagnósticos e a terapêutica exige abordagens de negócios, no qual, “os apelos feitos pelos países em desenvolvimento em vários fóruns, inclusive no WGPR, estão aparentemente ausentes.” Argumenta, que a “questão do acesso equitativo a ferramentas de resposta a emergências de saúde poderia ter sido bem refletido.” Bangladesh alerta ainda que “seria enganoso alterar o RSI com foco apenas na pandemia da COVID-19. Seria conveniente levar em consideração as emergências de saúde para garantir a saúde de todos em todos os lugares.” Lembra que o aparecimento da varíola dos macacos “em várias coordenadas do mundo manifesta um aspecto muito importante: a doença pode nos infectar independentemente de nossa condição socioeconômica, perfil econômico e a força macroeconômica de nossos países. [Documento final.](#)

Outros destaques da AMS com participação dos países das duas regiões

Iniciativa Global de Saúde para a Paz

A [Iniciativa](#) tem como objetivo construir e desenvolver novas parcerias que impulsionem o avanço das metas triplas bilhões em áreas de conflito e/ou frágeis – o [13º programa de Trabalho 2019-2023 \(GPW13\)](#), estendido até 2025, estabelece uma ligação entre a resposta aguda à saúde em países frágeis, contextos afetados por conflitos e vulneráveis e o estabelecimento de cobertura universal de saúde.

A iniciativa procura fortalecer e operacionalizar a ligação entre saúde, coesão social e paz, com foco no papel único que os programas de saúde pública podem desempenhar na convocação de diferentes grupos e na construção da confiança. Considera diferentes componentes da paz, incluindo paz política e coesão social a nível comunitário. A paz é um determinante estrutural da saúde. Por outro lado, o conflito tem um impacto devastador na saúde das pessoas e nos sistemas de saúde.

As abordagens sugeridas incluem: programas da OMS que alcancem dividendos de saúde e paz em nível nacional, integrando a abordagem Saúde pela Paz; Estados-membros engajados na Iniciativa Saúde pela Paz através de apoio ou implementação; e OMS conduzindo a agenda Saúde pela Paz nos níveis operacional e normativo. A AMS também solicitou um roteiro, a ser desenvolvido em plena consulta com os Estados-Membros, observadores, outras agências das Nações Unidas e atores não estatais relevantes nas relações oficiais com a OMS.

Este roteiro será apresentado para apreciação no próximo ano pela 76ª Assembleia Mundial de Saúde através da 152ª sessão do Conselho Executivo.

Condições de saúde no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e no Golã sírio ocupado

Fragmentação dos territórios é um fator crítico

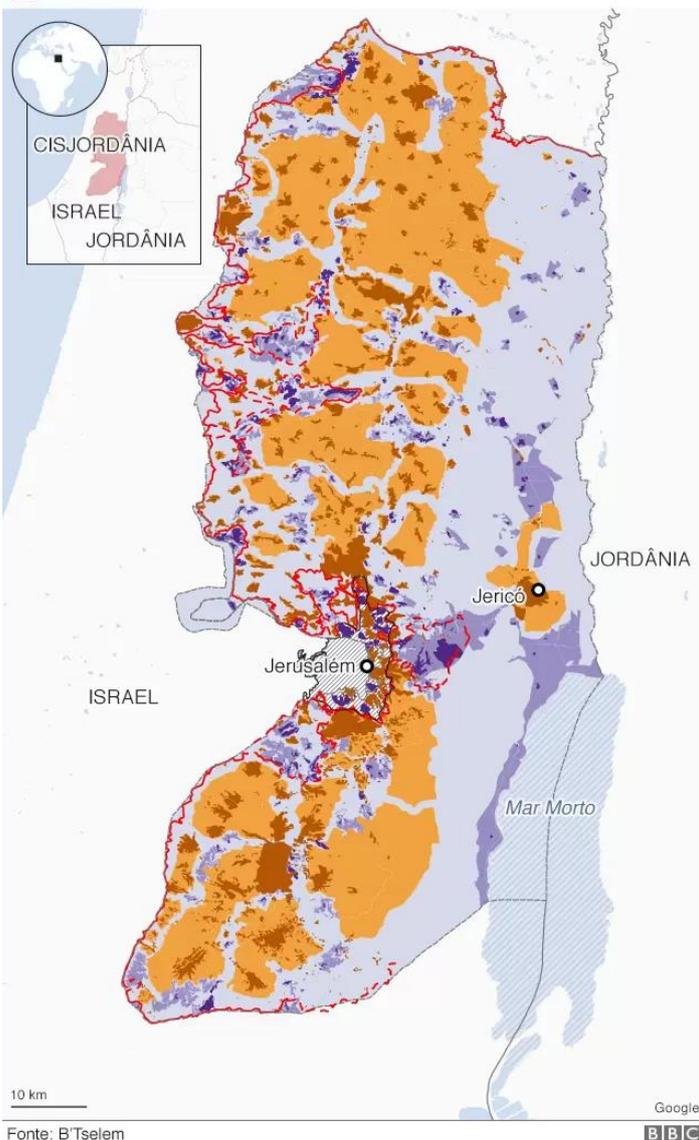
A saúde nos Territórios Ocupados Palestinos (Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Faixa de Gaza – incluindo nas Colinas de Golam) foi tratada, no Committee B ([A75/26, item 20 da agenda](#)).

No ano passado, a escalada de hostilidades – cujo ápice foi a guerra de 14 dias entre Israel e Hamas¹³⁷, que governa a Faixa de Gaza – no contexto da pandemia, exigiu esforços conjuntos entre a OMS e várias agências e escritórios do Sistema ONU. Na ocasião, a OMS EMRO elaborou um detalhado e extenso [relatório](#) sobre a situação da saúde agravada pela guerra.

Os avanços e resultados sobre essas recomendações constam no relatório [A75/26](#) que foi apresentado na assembleia. O documento apresenta o [Plano de Resposta à Covid-19](#) do governo palestino e as ações da OMS e seus parceiros para repostas à Covid-19, à emergências e para construção de capacidades para redução de mortes; suporte ao sistema de saúde (e ao Ministério da Saúde Palestino) para capacidades e governança, sistemas de informação; construção de estratégias para atenção primária e hospitalar e para E-Health; ações para doenças não transmissíveis, saúde mental e atenção psicológica. O relatório apresenta também dados

Assentamentos na Cisjordânia

- | | |
|---|---|
|  Controle civil palestino |  Linha de cessar-fogo pré-1967 |
|  Maiores concentrações de palestinos |  Limite municipal de Jerusalém |
|  Controle civil e militar israelense |  Barreira da Cisjordânia |
|  Limites municipais de assentamentos israelenses |  Projetado/em construção |
|  Assentamentos israelenses | |



¹³⁷ O Hamas, de orientação sunita é constituído de uma entidade filantrópica (dawa), um braço político e um braço armado. Especialmente ativo em Gaza, é o mais importante movimento islamista da Palestina. É considerado pelo Irã um grupo de resistência anti semita.

atualizados sobre as condições da saúde nos territórios: demografia, inequidades em saúde e vacinação.¹³⁸ E destaca um ponto crítico não só para o sistema de saúde e atenção, mas para a economia e para a segurança alimentar ([Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 6-2022, p.137](#)): a fragmentação dos territórios, com restrições de circulação e acesso. O documento afirma que muitas recomendações de 2021 permanecem relevantes para 2022 e além.

O [relatório A75/26](#) finaliza com recomendações para melhorar a saúde nos Territórios Palestinos Ocupados para os três atores: • Governo de Israel – acabar com as restrições de circulação de pacientes e ambulâncias; facilitar a entrada de medicamentos e suprimentos médicos; acabar com as ações discriminatórias; respeitar e proteger o pessoal médico e as instalações médicas. • Autoridade Palestina – priorizar os gastos com saúde focando nos serviços essenciais; promover a transparência através de relatórios; promover a equidade. • Comunidade internacional – promover o desenvolvimento (investimento) do setor de saúde palestino; investimentos nos setores relacionados à saúde e na economia; apoiar a coordenação das intervenções humanitárias.

Durante a sessão no Committee B para tratar do tema, vários países se manifestaram sobre as ações de Israel na Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Golan ocupado, que interferem nas condições sanitárias, destruição de instalações de saúde, destruição do meio ambiente (se referindo ao bombardeio por Israel de turbinas eólicas em Golan), restrição de acesso a tratamentos e a serviços de saúde – as forças militares israelenses impedem a circulação de ambulâncias -, sobre a fragmentação, cada vez maior dos territórios, sobre a *apartheid* praticado por Israel ao não vacinar a população palestina nos territórios ocupados, apelaram para que as normas dos direitos internacionais sejam cumpridas – o Estado ocupante/invasor de um território deve cuidar da saúde da população; consideram as ações israelenses crimes contra a humanidade e uma violação de direitos.

Argélia, [falando](#) em nome dos países da OMS África¹³⁹, condena as ações israelenses nos territórios palestinos, reforça que a fragmentação é um obstáculo ao direito à saúde, acolhe as recomendações do relatório e apoia o [projeto de decisão](#) apresentado por 18 países.¹⁴⁰ Cuba, presente à sessão, disse que vem acompanhando o aumento das práticas ilegais colonizadoras de Israel, que mantém a construção e expansão dos assentamentos. Como um Estado devedor da OMS, não pôde votar a favor do projeto de decisão, mas [solicitou ser copatrocinador](#) do projeto no que se refere a aquisição de vacinas, medicamentos e equipes médicas.

Israel, presente à sessão, reclamou do destaque dado ao tema: “não justifica uma sessão especial para tratar de um assunto que não avança”, dizendo que existem outras guerras. Diz que esse destaque coloca sírios e palestinos contra Israel – como se uma sessão especial no âmbito da AMS agravasse o conflito. O representante israelense, bastante exaltado, fala sobre as ações dos últimos 11 anos. Mas foi corrigido pelo representante da Palestina: “são 74 anos de destruição e guerra”.

¹³⁸ OMS EMRO em parceria com o Bureau Central Palestino de Estatística, UNRWA, UNFPA, Unicef.

¹³⁹ Cabe destacar que os países árabes do norte africano, são membros da OMS Mediterrâneo Oriental. Esse apoio dos 47 Estados membros da OMS AFRO, dá força ao projeto de decisão.

¹⁴⁰ Argélia, Egito, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Omã, Paquistão, Palestina, Qatar, Arábia Saudita, Síria, Tunísia, Yemem.

Outros países declararam apoio ao projeto de decisão: Síria, Jordânia, Malásia, África do Sul, Namíbia, Qatar, Tunísia, Turquia, Paquistão. Ao final, o grupo recomenda que se avancem nas recomendações do relatório, com apoio do projeto de decisão apresentado e aprovado.

Enquanto o presente Informe CRIS-Fiocruz era escrito, o escritório da ONU para Coordenação de Ajuda Humanitária nos Territórios Palestino Ocupados (OCHAPT) solta nota sobre mais [uma ação de despejo](#) na Jerusalém Oriental. Os moradores de um prédio com 12 unidades de habitação receberam a ordem de demolição e o aviso para evacuar o prédio em poucos dias. Entre os 32 adultos e 42 crianças que serão despejadas à força, estão duas famílias de refugiados e duas famílias que são deslocadas pela segunda vez, em função de demolições anteriores. Desde o início de 2022, 300 estruturas foram demolidas ou apreendidas em toda a Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental. Dados sobre demolições ao longo dos anos [aqui](#).

Duas matérias da BBC mostram a [história das guerras, tratados e ocupações](#), dos últimos 70 anos de Israel em terras palestinas; [sobre os assentamentos judaicos](#), um dos principais obstáculos às negociações de paz. Sob o mandato de Donald Trump, EUA deixaram de considerar os assentamentos¹⁴¹ israelenses ilegais.

Cimeira SIDS para a Saúde – projeto de resolução

Proposto por Barbados, Cabo Verde, Dominicana República, Fiji, Guiana, Haiti, Jamaica, Ilhas Marshall, Maurício, Federação Russa, Tonga, Tuvalu e Vanuatu, o [projeto](#) “Resultado da Cimeira SIDS para a Saúde: por um futuro saudável e resiliente em pequenos Estados insulares em desenvolvimento” leva em conta que os SIDS (sigla inglesa para Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento) são mais vulneráveis às alterações climáticas, que provocam degradação ambiental, emergências de saúde e perda de biodiversidade. E destaca que os desafios para os estados insulares em desenvolvimento vão além das mudanças climáticas: a pandemia de COVID-19, choques econômicos externos, desnutrição, doenças não transmissíveis e condições de saúde mental também sobrecarregam os governos e os sistemas de saúde. Ressalta a importância de sistemas de saúde fortes e resilientes, sustentados pela cobertura universal de saúde, para acesso equitativo e de qualidade, bem como proteção financeira e financiamento para o desenvolvimento na era do COVID-19 e além

Relembrando as recomendações da [Cimeira SIDS para a Saúde: Declaração de Resultados](#), na UNGA em junho de 2021, os delegados apelam a todos os parceiros internacionais, regionais e nacionais de dentro e fora do sector da saúde, a prosseguirem as ações previstas na declaração de resultados da Cimeira 2021, a promoverem ações necessárias para os SIDS para fortalecer suas respostas aos desafios persistentes de saúde, mudança climática e desenvolvimento, inclusive por meio da implementação do [Caminho da SAMOA](#), que conta com uma plataforma para acompanhar o avanço do desenvolvimento sustentável nos SIDS.

E solicitam ao Diretor-Geral: (1) continuar a cumprir os compromissos assumidos antes e na Cimeira SIDS para a Saúde, incluindo (a) Apoio ao Grupo de Líderes de SIDS para a Saúde para advocacia de alto nível e maior atenção global sobre os desafios e iniciativas de saúde dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e colaboração entre os Estados Membros e parceiros; (b) Apoio à alavancagem de financiamento multissetorial e inovador aprimorado para

¹⁴¹ Assentamentos israelenses são colônias comunidades estabelecidas, desde 1968, em territórios ocupados por Israel, durante a Guerra dos Seis Dias, de 1967 — Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Colinas de Golã. Desde então, o governo israelense vem ampliando os colonatos.

pequenos Estados insulares em desenvolvimento e fortalecimento de plataformas para melhor apoiar pequenos Estados insulares em desenvolvimento em desafios urgentes de saúde; (c) Facilitar uma maior colaboração para estruturas de cooperação com outras entidades das Nações Unidas, Estados Membros e parceiros. O progresso alcançado (2) deverá ser informado à 77ª Assembleia Mundial da Saúde, em 2024.

No tabuleiro da geopolítica e outras políticas

O espírito bélico dos EUA é ruim para todos

Em [artigo publicado](#) no *ScheerPost*, o premiado jornalista Chris Hedges, correspondente do NY Times, lança a verdade nua e crua sobre as ações militares e investimentos de bilhões em guerras desde a segunda metade do Século XX, pelos EUA. O autor parte da votação quase unânime pelo congresso americano para fornecer quase US\$ 40 bilhões em ajuda à Ucrânia – não se trata de ajuda humanitária. E compara que, enquanto isso “nada de trens de alta velocidade; sem cuidados de saúde universais; nenhum programa de alívio Covid ou nenhuma trégua da inflação de 8,3%” para os americanos. A guerra é razão de ser dos EUA. As pandemias e a emergência climática são secundárias. Esta é uma receita para o suicídio coletivo, alerta o autor.¹⁴²

Segundo Hedges, o “aventureirismo militar” acredita que a guerra e as sanções prejudicarão a Rússia, rica em gás e recursos naturais. Também acredita que a guerra, ou a ameaça de guerra, conterà a crescente influência econômica e militar da China. Washington está tentando desesperadamente construir alianças militares e econômicas para evitar uma China em ascensão, cuja economia deve ultrapassar a dos Estados Unidos em 2028, de [acordo com](#) o Centro de Pesquisa Econômica e Empresarial do Reino Unido (CEBR).

Hedges não é o único a falar desse espírito belicoso americano em detrimento à paz e estabilidade e do crescimento da falta de confiança na América. Para ele, o “verniz de democracia de Washington e o suposto respeito pelos direitos humanos e liberdades civis estão tão manchados que são irre recuperáveis”.¹⁴³ E cada vez menos nações, mesmo entre aliados, estão dispostas a serem “lideradas” pelos Estados Unidos. Analistas têm olhado para as reações dos países para se libertar da economia (e do dólar) americano – e a guerra ucraniana tem sido uma oportunidade para escapar do sistema da Sociedade Internacional para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais (SWIFT), como já se articulam China, Rússia, Índia, Arábia Saudita, Irã – nações não ocidentais.

As viagens recentes do presidente americano, Joe Biden, e de membros de alto escalão de seu governo aos países da Ásia Pacífico, demonstram essa urgência em conquistar as nações

¹⁴² Vale ler o artigo

¹⁴³ Já abordamos em outros informes o critério enviesado usado pelos EUA quando se trata de Direitos Humanos. A “indignação” americana é extremamente parcial. Existem muitas outras realidades que envolvem direitos humanos que exigem soluções urgentes, mas diante das quais os EUA se calam, ou porque são praticadas por seus aliados, ou porque foram provocadas por eles próprios: famílias palestinas arrancadas de suas casas, na Cisjordânia, pelas patrulhas israelenses; o flagelo de fome, que obriga famílias a venderem seus filhos, no Afeganistão, e agora o confisco do dinheiro do país; a situação dos apátridas Rohingya (quase 3 milhões) fugitivos de Myanmar e os novos refugiados birmaneses que fogem da guerra civil no país; e a situação de centenas de refugiados afegãos (que trabalharam para os militares americanos durante a ocupação) que estão temporariamente em outros países, há dez meses, aguardando asilo nos EUA. Para não mencionar nos dramas da Síria, do Yemem e dos países do Chifre da África.

asiáticas e reduzir a resistência dos países da região em “confiar” na estratégia americana para um Indo-Pacífico livre, aberto e seguro. Entenda mais em Cadernos CRIS-Fiocruz, [Informe 8-2022](#), p.161; 165-168; [Informe 9-2022](#), p. 166-172).

Logo depois da viagem do presidente americano à Ásia, o Secretário de Estado, Antony Blinken, discursou na Universidade George Washington. O [discurso](#) *A abordagem do governo para a República Popular da China*, divulgado na página do Departamento de Estado americano, em Português, aborda os desafios que o mundo enfrentou com a pandemia da Covid-19, a necessidade de preparação para as futuras emergências globais de saúde, as interrupções das cadeias de suprimentos, o enfrentamento às mudanças climáticas e um futuro energético “mais limpo, mais seguro e mais acessível.” Fala de um futuro onde os “direitos humanos universais são respeitados; os países estão protegidos da coerção e da agressão, e as pessoas, ideias, bens e capitais circulam livremente; e onde as nações podem tanto traçar seus próprios caminhos.”

Fala do desafio que é a guerra na Ucrânia para, em seguida, introduzir o “mais sério desafio de longo prazo à ordem internacional — o qual é imposto pela República Popular da China.” Repete o que já falou em outras ocasiões: a China é o único país com a intenção tanto de reformular a ordem internacional quanto o poder econômico, diplomático, militar e tecnológico, cada vez mais, [e com capacidade] para fazê-lo.

Ao longo do longo (sic) discurso, Blinken faz um jogo de morde e assopra, ora elogiando a capacidade chinesa de transformação de uma economia pobre para uma potência global com “alcance e influência extraordinários”, ora dizendo que, “sob a liderança do presidente Xi (Jinping), o Partido Comunista Chinês se tornou mais repressivo internamente e mais agressivo no exterior.”

Ora fala que a “China está minando a paz e a segurança, a liberdade de navegação e o comércio na região”, ora afirma que a China tem recursos econômicos formidáveis, incluindo uma força de trabalho altamente capacitada. “Costumávamos ficar em primeiro lugar no mundo em P&D como proporção de nosso PIB — agora somos o nono. Enquanto isso, a China subiu do oitavo para o segundo lugar.”¹⁴⁴

Afirma que a defesa que Pequim faz da guerra do presidente Putin deve soar o alarme para “todos nós que chamamos a região do Indo-Pacífico de lar.” E introduz a questão sobre Taiwan e a disposição dos EUA em defender a ilha – corroborando o discurso de Biden, no Japão, sobre usar armas para defender Taiwan, se preciso for.

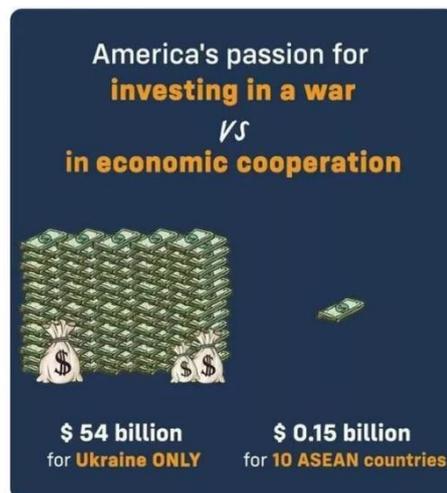
Depois do “morde”, o “assopra”: à medida que uma crise alimentar global ameaça as pessoas em todo o mundo, esperamos que a China — um país que conquistou grandes feitos na agricultura — ajude com uma resposta global. Assim como nas mudanças climáticas. “Simplesmente não há como resolver as mudanças climáticas sem a liderança da China.”

E finaliza, que a competição não precisa levar ao conflito. “Nós não o buscamos. Vamos trabalhar para evitá-lo. Mas defenderemos nossos interesses contra qualquer ameaça.”

¹⁴⁴ O ex-presidente americano Jimmy Carter fala sobre essa capacidade em [entrevista](#), em 2019, à revista Newsweek, quando relata um conversa com Donald Trump, então presidente dos EUA, que dizia estar preocupado com a China, que estava passando à frente da América. Carter disse à Trump que a China “não desperdiçou um único centavo em guerra, e é por isso que está à nossa frente.” E completou que os EUA só viveram 16 anos de paz, nos seus 242 anos de história.

O governo Joe Biden está jogando todas as suas fichas nessa competição com a China. Em agosto de 2021 indicou o diplomata [Nick Burns](#) para a embaixada em Pequim. Como conselheiro, Burns apoiou a guerra no Iraque; enquanto embaixador dos EUA na OTAN apoiou as missões da organização no Afeganistão e no Iraque. Trabalha para uma organização de consultoria e lobby especializada em negócios, tecnologia e armas - [Cohen Group](#).

Ao analisarmos o discurso e os movimentos americanos para o enfrentamento à China, fica mais fácil entender a difícil situação dos países da Ásia Sudeste e do Pacífico que tentam se equilibrar entre as duas grandes potências: precisam das relações com ambas, mas não querem “irritar nem uma, nem outra”. As nações ainda esperam lucrar com essa competição e cooperar com os EUA e com a China. Participam das iniciativas econômicas chinesas RCEP e *Belt and Road* (Nova Rota da Seda). E começam a aderir à iniciativa americana IPEF (*Indo-Pacific Economic Framework*). Mas as promessas americanas precisam sair da retórica.



Enquanto isso, China inicia uma nova diplomacia para segurança, no Indo-Pacífico, e para paz, no Chifre da África.

O chanceler Wang Yi, esteve nas Ilhas Salomão, Kiribati, Samoa e Fiji para falar de segurança, economia e política do Pacífico Sul. Recentemente assinou um pacto sobre segurança com as Ilhas Salomão, que preocupou o Ocidente e teve reflexos nas eleições australianas. Fiji, que é presidente do Fórum das Ilhas Pacífico/ONU e recebeu a visita do Secretário de Estado americano, Blinken, em fevereiro, e Micronésia, olham com cautela, temendo aumentar desnecessariamente as tensões geopolíticas e ameaçar a estabilidade regional. Os países da região estão mais preocupados com mudanças climáticas e resiliência em saúde.¹⁴⁵

Para o Chifre da África, que tem sido devastado por guerras civis, insurgências e golpes militares, mais recentemente na Etiópia, e que também inclui Eritreia, Djibuti, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Quênia, China está organizando uma cúpula para a paz (20 e 21 de junho), em Adis Abeba, capital da Etiópia, coanfitrião junto com o Quênia. A cúpula busca mediar o fim dos conflitos de décadas no Chifre da África. É um novo movimento para a diplomacia chinesa que prega a não intervenção em assuntos internos.¹⁴⁶

Considerações finais

As tensões e crises vividas pelas nações em todo o mundo se refletiram nos debates, nas resoluções e decisões da 75ª Assembleia Mundial da Saúde. A guerra na Ucrânia, a pandemia,

¹⁴⁵ https://apnews.com/article/suva-fiji-wang-yi-china-bb340b0386872a711ef6bb6c6468a73f?user_email=eb606f3b18fb1c25c84951a1ae9c8ba64016b53b23a6c3d3cf2b28284b739f59&utm_source=Sailthru&utm_medium=email&utm_campaign=May30_Morning_Wire&utm_term=Morning%20Wire%20Subscribers

¹⁴⁶ https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3180569/june-date-set-china-sponsored-horn-africa-peace-conference?utm_medium=email&utm_source=cm&utm_campaign=enlz-china&utm_content=20220606&tpcc=enlz-china&UUID=76717b2c-da31-4295-91ab-a46f871a89e1&next_article_id=3180478&article_id_list=3180569,3180478,3180463,3180605,3180470,3180610,3180567,3180529&tc=5&CMCampaignID=2f2f3ad7e2d769df143abb6cd011d87a

as múltiplas crises energética, alimentar e climática e a urgência de tornar os sistema de saúde fortes e resilientes para enfrentar novas epidemias – através de um novo instrumento, o Tratado pandêmico, ou reformando um já existente para não dividir esforços, como o Regulamento Sanitário Internacional - acabaram politizando o fórum que, em vários momentos refletiu as divisões entre o oriente e o ocidente, entre o Sul Global e o Norte Global, como enfatizou Bangladesh.

Bangladesh foi profícuo em suas declarações. Em abril de 2021, por ocasião da cúpula da Terra, organizada pelos EUA, a Primeira-Ministra, Sheikh Hasina Wajed, disse que seu país lideraria e trabalharia para defender e avançar em questões importantes para os países em desenvolvimento da região. Suas declarações e participações refletiram esse movimento. A declaração de Bangladesh sobre as emendas aprovados do RSI alerta que o olhar impresso nos novos adendos são dos países desenvolvidos. Roga que a secretaria olhe para as divergências vindas dos países em desenvolvimentos e menos desenvolvidos, pois elas refletem a realidade desses países. E para que as decisões atendam a todos, essas divergências, que são preocupações desses países, não podem ser ignoradas.

Os delegados da Assembleia Mundial da Saúde aprovaram um número recorde de recomendações relacionadas a doenças não transmissíveis (DNTs), como câncer, diabetes, doenças cardíacas e pulmonares, bem como à saúde mental e seus fatores de risco. Uma preocupação crescente em função da mudança do aumento da expectativa de vida e da necessidade de acesso a novas tecnologias. O número de resoluções e decisões sobre os trabalhadores da saúde e sua proteção mostrou a sua importância. A falta de profissionais da saúde e/ou a falta de valorização desses trabalhadores foi revelada pela Covid-19. Por outro lado, para suprir a emergência, descobrir profissionais de saúde capacitados entre migrantes e refugiados, contribuiu para que alguns países começassem a promover mudanças legais para absorver refugiados, capacitar mulheres, etc – mas ainda há muito que ser feito a esse respeito.

Assuntos importantes foram tratados como o financiamento sustentável da OMS e houve avanços em outros tantos. Alguns foram mais do mesmo; entra ano, sai ano e a situação dos palestinos nos territórios ocupados permanece igual ou pior. Sanções são aplicadas a vários países, por vários motivos, mas nada acontece sobre as ações de Israel contra as populações palestinas na Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Colinas de Golan.

Avanços foram obtidos. Mas é preciso mais. A 75ª AMS mostrou que saúde precisa estar em todas as políticas para haver paz e desenvolvimento sustentável.

Diplomático

- A Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michele Bachelet, fez uma visita oficial à China. Ela saudou o combate à pobreza, o apoio do país à Agenda 2030, as melhorias na proteção dos direitos das mulheres e a ratificação da China de duas convenções da Organização Internacional do Trabalho. A visita, a primeira em 17 anos de um alto comissário de direitos humanos, não teve caráter investigativo. Em Xinjiang, ela visitou um Centro de Treinamento e Educação Vocacional desativado (VETC, na sigla em inglês). Os centros são parte da estratégia de desradicalização do governo. Segundo o governo, os centros estão desativados desde 2019. Bachelet foi recebida em uma reunião, por vídeo, pelo presidente Xi Jinping e, pessoalmente, pelo chanceler Wang Yi.¹⁴⁷
- A China passará a importar grandes quantidades de milho do Brasil, segundo a Bloomberg. Um acordo de importação de milho brasileiro. Cerca de 70% do milho importado em 2021 veio dos EUA e 29% da Ucrânia. A importação de milho brasileiro pode representar uma mudança estrutural da pauta global de comércio chinês assim como uma nova fase da relação bilateral.^{148 149150}
- A Comissão Nacional de Saúde da China (CNS) e o Ministério da Saúde do Brasil realizaram a terceira reunião do Subcomitê de Saúde do Comitê de Coordenação e Cooperação de Alto Nível China-Brasil no dia 17 de maio. A segunda reunião do Subcomitê de Saúde foi em 2019 e a primeira em 2017. Entre os temas: aprofundar ainda mais os intercâmbios bilaterais e multilaterais de saúde, tuberculose, prevenção e tratamento de doenças cardiovasculares e medicina tradicional. Participaram funcionários da CNS, da Administração Nacional de Medicina Tradicional Chinesa, especialistas do Centro Chinês de Controle e Prevenção de Doenças e do Centro Nacional de Doenças Cardiovasculares.¹⁵¹
- O chanceler Wang Yi visitou, entre 26 de maio e 4 de junho, as Ilhas Salomão, Kiribati, Samoa, Fiji, Tonga, Vanuatu, Papua Nova Guiné e Timor-Leste. Ele também presidiu, em Fiji, a segunda Reunião de Ministros das Relações Exteriores China-Países Insulares do Pacífico e se reuniu com funcionários dos Estados Federados da Micronésia, Ilhas Cook e Niue via vídeo. Mudanças climáticas, desenvolvimento diversificado, uso sustentável dos oceanos e indústrias emergentes foram temas dos encontros. Um acordo de segurança foi firmado com as Ilhas Salomão.^{152 153}

¹⁴⁷ <https://www.ohchr.org/en/statements/2022/05/statement-un-high-commissioner-human-rights-michelle-bachelet-after-official>

¹⁴⁸ <https://www.bloomberglinea.com/br-pt/guerra-na-ucrania-leva-china-a-quebrar-tabu-e-comprar-milho-do-brasil/>

¹⁴⁹ <https://www.globaltimes.cn/page/202205/1266752.shtml>

¹⁵⁰ <https://xw.qq.com/cmsid/20220604A05LXG00>

¹⁵¹ http://en.nhc.gov.cn/2022-05/20/c_85967.htm

¹⁵² <https://news.cgtn.com/news/2022-05-26/Wang-Yi-China-respects-Solomon-Islands-relations-with-all-countries-1alxpWRpXFu/index.html>

¹⁵³ <https://news.cgtn.com/news/2022-06-06/China-vows-to-help-Pacific-Island-countries-prosper-as-FM-ends-tour-1aDpCR4N7jO/index.html>

Sanitário

- Ma Xiaowei, ministro da Comissão Nacional de Saúde, escreveu artigo na revista de teoria do Partido Comunista, “Qiushi”, defendendo “inabalavelmente” a estratégia de dinâmica zero de Covid-19 no país. Ele afirma que o fim da pandemia é incerto, o vírus continua em mutação e que é preciso defender as políticas de enfrentamento sanitário do país. Sem essas políticas, diz, os grupos mais vulneráveis, como idosos, mulheres grávidas e pessoas com doenças subjacentes serão seriamente afetadas, assim como o desenvolvimento econômico do país. Ele defende as políticas e aponta a necessidade de seu aprimoramento, especialmente na detecção precoce, admissão precoce e isolamento.¹⁵⁴
- Em conferência de imprensa sobre o desenvolvimento da ciência e tecnologia na China, Li Xiaohong, presidente da Academia Chinesa de Ciências, disse que o país busca aumentar o número de publicações médicas em inglês.¹⁵⁵
- A diminuição paulatina das restrições sanitárias em Pequim e Xangai é acompanhada de um pacote de medidas de recuperação econômica desenvolvido pelos dois municípios. Entre os pontos, redução de aluguel e subsídios para contas de serviços essenciais como água e gás.^{156 157}
- A capacidade nacional de testes nucleicos para Covid superou os 50 milhões de testes dias.¹⁵⁸ Os testes na China são feitos com amostras de até 20 pessoas em um único teste. Os testes estão entre os mais baratos do mundo, cerca de US\$ 4.

Socioeconômico

- O novo chefe executivo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, Li Jiachao, se reuniu, separadamente, com o primeiro-ministro chinês Le Keqiang e com o presidente Xi Jinping. É o primeiro a ocupar o cargo após a reforma eleitoral da cidade. Desde os protestos de 2020, vistos na China como um movimento apoiado por forças estrangeiras, o sistema eleitoral e o judicial foram reformados.¹⁵⁹¹⁶⁰
- A nova tripulação da Shenzhou 14 chegou na estação espacial chinesa para um período de seis meses. Dois homens, o comandante Chen Dong e o operador Cai Xuzhe, e uma mulher, a operadora Liu Yang, vão instalar dois novos módulos de laboratórios na estação e farão a primeira troca de pessoal da estação, quando os membros da próxima missão, a Shenzhou

¹⁵⁴ https://www-qstheory-cn.translate.goog/dukan/qs/2022-05/16/c_1128649650.htm? x tr sch=http& x tr sl=zh-CN& x tr tl=pt& x tr hl=en-US& x tr pto=wapp.

¹⁵⁵ <https://youtu.be/VN6q5ZbV6bY?t=4695>

¹⁵⁶

http://english.www.gov.cn/news/topnews/202206/05/content_WS629bec86c6d02e533532bb7f.html

¹⁵⁷ <https://english.news.cn/20220529/f8d0ca731be349bcb91f7c46fba3f9f8/c.html>

¹⁵⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=cVVf7uNULLs>

¹⁵⁹ https://www-gov-cn.translate.goog/xinwen/2022-05/30/content_5693093.htm? x tr sch=http& x tr sl=zh-CN& x tr tl=en& x tr hl=en-US& x tr pto=wapp

¹⁶⁰ http://www.gov.cn/xinwen/2022-05/30/content_5693079.htm

15, chegarem para substituí-los. ¹⁶¹ A missão de Chen, Cai e Liu é considerada uma das mais complexas da história da exploração espacial. Eles devem instalar os módulos, fazer testes de acoplagem e configurações da estação e preparar os laboratórios para a terceira fase desta estação do programa tripulado chinês. Uma outra base, na Lua, deve ser construída nos próximos anos, provavelmente em parceria com a Rússia¹⁶². A estação espacial chinesa é a primeira ter um micro-ondas e, portanto, capaz de servir comida quente.

¹⁶¹ <https://news.cgtn.com/news/2022-06-04/China-announces-crew-for-Shenzhou-14-spaceship-mission-1aA9Zjxqnx6/index.html>

¹⁶² <https://eurasiatimes.com/russia-china-almost-ready-to-ink-pact-on-moon-base/>

Atualização EUA

Guto Galvão

Nona Cúpula das Américas 6 a 10 de junho - Los Angeles, Califórnia: “Construindo um futuro sustentável, resiliente e equitativo” para nosso Continente.

Segundo o Departamento de Estado Americano, os Estados Unidos sediarão a Nona Cúpula das Américas na semana de 6 a 10 de junho em Los Angeles, Califórnia, com o seguinte foco: “Construindo um futuro sustentável, resiliente e equitativo” para nosso Continente.

Essa reunião hemisférica de líderes de países das Américas serve como o fórum mais importante que visa abordar desafios e oportunidades compartilhados da região. Essa é a primeira vez que os Estados Unidos sediam o evento desde a reunião inaugural em Miami em 1994. É o evento de maior prioridade do presidente Biden para a Região da Américas.

Se espera que a Cúpula ajude a estabelecer uma governança eficaz e responsável, com resultados em direção a um futuro sustentável, resiliente e equitativo.

Entre os temas oficiais haverá compromissos de alto nível para melhorar a resposta e a resiliência à pandemia, promover uma recuperação verde e equitativa, construção de democracias fortes e inclusivas, e enfrentar as causas da migração irregular.

O tema central da IX Cúpula das Américas “Construindo um Futuro Sustentável, Resiliente e Equitativo”, será abordado em cinco (5) pilares temáticos:

- Saúde e Resiliência nas Américas
- Nosso Futuro Verde
- Acelerando a transição para a energia limpa
- Transformação Digital
- Governança Democrática

Essas prioridades da Cúpula estão previstas nos projetos de compromissos políticos da IX Cúpula, documentos apresentados pelo país anfitrião e que são a base de discussão dos governos participantes do Processo de Cúpulas. Os projetos de compromissos políticos estão disponíveis no [GRIC \(summit-americas.org\)](https://www.gric.org/summit-americas).

Além dos eventos oficiais haverá fora de empresários (CEOs) e da sociedade civil. Essas atividades se realizarão com o apoio da [Secretaria de Cúpulas das Américas](#) que está sediada na OEA. Entre outras as atividades abaixo estão previstas:

- Fórum da Sociedade Civil: Fórum que oferecerá aos participantes a oportunidade de a) finalizar suas contribuições a serem apresentadas no Diálogo entre Sociedade Civil, Atores Sociais e Altos Representantes Governamentais. Será utilizado o formato de grupo de trabalho temático-sub-regional; (b) participar de conversas com especialistas sobre as prioridades da Cúpula e temas relacionados; (c) estabelecer parcerias com outras organizações e/ou atores, e (d) proporcionar um espaço para apresentação de seus projetos relacionados aos pilares temáticos da IX Cúpula, ajudando a divulgar seu trabalho e esforços e compartilhar boas práticas.
- O Diálogo entre Sociedade Civil, Atores Sociais e Representantes de Alto Nível Governamentais: Fórum no qual representantes da sociedade civil e atores sociais

apresentarão recomendações e interagirão com representantes de alto nível dos Estados participantes do Processo de Cúpulas

Todas as atividades serão presenciais. No entanto, o Diálogo entre Sociedade Civil, Atores Sociais e Altos Representantes Governamentais será transmitido AO VIVO, dando aos interessados a oportunidade de acompanhar o evento virtualmente.

As Informações sobre o evento estão disponíveis na página da Nona Cúpula das Américas: <https://ixsummitamericas.org/>

Para saber mais sobre a história, objetivos e alcance da Cúpula das Américas é possível consultar a página da [OEA](#) e a apresentação com detalhes [Summit 101](#)

Nos noticiários do Brasil se anunciam que um diálogo entre os presidentes do Brasil e dos EUA deve acontecer e tratará de acordos em áreas aonde o Brasil desempenha uma liderança regional como: insegurança alimentar, resposta econômica à pandemia, saúde, segurança sanitária e mudanças climáticas.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ana Luísa Jorge Martins – Bacharel (UFMG) e mestre (PUC Minas) em Ciências Sociais

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, coordenador do Comitê Executivo, Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Bertha Luz Pineda Restrepo – Socióloga; Especialista en Desarrollo Sostenible y Gerencia Ambiental; Maestría en Gerencia de Proyectos y Programas Sociales; Coordinadora de Cambio Climático y su Impacto en Salud, ORAS-CONHU

Caio Murta – Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielle Keylla Alencar Cruz – Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Eduardo Nilson, Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade, Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento e Mestre em Saúde Pública

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Graduação em Comércio Exterior e Direito, especialista em Saúde Pública, mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard – Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Graduação em História, mestrado em História Social da Cultura e doutorado em História das Ciências da Saúde

Harim Baek - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais, Universidade Estácio de Sá; Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Júlia Moraes - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Karinne Marieta Carvalho - Mestre em Bioquímica Médica, Doutora em Ciências. Membro da Coordenação de Pesquisa do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz)

Laurenice de Jesus Alves Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Presidente da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva; Professor adjunto, Universidade Georgetown, EUA; e membro do Cris/Fiocruz

Manoel Manóche – Enfermeiro, Departamento de Pesquisa e Extensão, Universidade Lúrio (UNILURIO)/MZ; Doutorando em Epidemiologia, USP (São Paulo)

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestre em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

María del Carmen Calle Dávila de Saavedra - Médica Pediatra y Magister en Gobierno y Gerencia en Salud. Doctorado en Salud Pública. Viceministra de Salud del Perú (2018). Secretaria Ejecutiva del Organismo Andino de Salud - Convenio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU)

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marina Sujkowski - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Marisela Mallqui Osorio - Médica, Magister en Salud Pública -Epidemiología, Doctora en Salud Pública. Secretaria Adjunta, Organismo Andino de Salud (ORAS-CONHU)

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO)

Patricia Lewis Carpio - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Santiago Alcazar - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio); Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **52** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram realizados **8** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

OU

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2022

Dia 15 de junho – Saúde nas fronteiras
Dia 29 de junho – Migração, migrantes e saúde
Dia 13 de julho – Economia e saúde

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 10/2022

Período de 24 de maio a 6 de junho de 2022

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 9 junho de 2022.

154 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.